

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Centenário de
Celso Furtado

Volume 51 – número 1 – 2020



Universidade Federal do Ceará—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Revista de Ciências Sociais

Centenário de Celso Furtado

ISSN, v. eletrônica 2318-4620.
Fortaleza, v. 51, n. 1, mar./jun., 2020, p. 1–417.

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

n. 1 (1970) - Fortaleza, UFC, 2018

Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

1. Celso Furtado; 2. Brazilian intellectual; 3. Centennial.

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 51, número 1, 2020

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil
Bela Feldman-Bianco, Universidade de Campinas, Brasil
Boaventura de Sousa Santos, CES, Universidade de Coimbra, Portugal
Carlos Gilberto Zárate Botía, Universidad Nacional de Colombia (sede Amazonia), Colômbia
Céli Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
César Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Universidade de Brasília
Fernando Mayorga, Centro de Estudios Superiores Universitarios (CESU)/Universidad Mayor de San Simón (UMSS), Bolívia
Fidel Irving Pérez Flores, IREL/UnB, Brasil
Florencia Agunín Antía, Instituto de Ciencia Política/Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la República, Uruguai
François Laplantine, Universidade de Lyon 2, França
Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará, Brasil
José Machado Pais, ICS, Universidade de Lisboa,, Portugal
Lucio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Luiz Felipe Baeta Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Villas Boas Concone, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Maria Virgínia Quiroga, Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina
Martin Mendoza-Botelho, Eastern Connecticut State University, Estados Unidos
Moacir Palmeira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ruben George Oliven, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ralph Della Cava, ILAS, Columbia University, Estados Unidos da América do Norte
Ronald H. Chilcote, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte
Véronique Nahoum-Grappe, Centre National de la Recherche Scientifique, França
Yanina Welp, University of Zurich/Zentrum für Demokratie Aarau (ZDA), Suíça
Yuri Kasahara, Norwegian Institute for Urban and Regional Research/Oslo Metropolitan University, Noruega

Comissão Editorial

Clayton Mendonça Cunha Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Irllys Alencar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Editor de Diagramação

Jakson Alves de Aquino, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Assistentes de Edição

Airton Rodrigues Barroso Júnior, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Ana Alice Lima de Sousa, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Francisco Sócrates Costa de Abreu, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Organização do dossiê

Fábio Akira Shishito, Instituto Federal de Educação, Ciência, e Tecnologia de SP, Brasil

Maria José de Rezende, Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Revisão

Irapuan Peixoto Lima Filho

Francisco Sócrates Costa de Abreu

Airton Rodrigues Barroso Júnior

Contato

Revista de Ciências Sociais

Departamento de Ciências Sociais

Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)

60.020-181

Fortaleza, Ceará/BRASIL

Telefone: +55 (85) 3366.7416

Correio eletrônico: rcs@ufc.br

Sítio: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso>

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,

v. 51, n. 1, 2020

11 Nota Editorial: Revista de Ciências Sociais 50 ANOS

// DOSSIÊ: Centenário de Celso Furtado

- 31 Centenário Celso Furtado (1920-2020): o legado teórico sob múltiplos enfoques
Fábio Akira Shishito, Maria José de Rezende
- 45 A dimensão internacional da obra de Celso Furtado
Marcos Costa Lima
- 75 Estados Unidos, las empresas transnacionales y el subdesarrollo: Una lectura desde Furtado
Gregorio Vidal
- 107 Celso Furtado: intelectual reformista a serviço da (n)ação
Renato Nataniel Wasques
- 155 A interlocução teórica entre Francisco de Oliveira e Celso Furtado: pensamento crítico e ação reformadora
Alex Hotz Moret
- 195 Furtado e a educação pela pedra, entranhada
Luciano Albino

// ARTIGOS

- 223 O engajamento militante enquanto prática social: ciclos de adesão, comprometimento e deserção
Daniel Gutierrez
- 249 Origem de classe e chances de vida no Brasil
José Alcides Figueiredo Santos
- 291 O encarceramento feminino recente no Brasil: uma discussão a partir do Rio de Janeiro, Manaus e Fortaleza
Simone Ribeiro Gomes
- 321 Indignação e rotinização: sobre sofrimentos e estratégias para lidar com a violência policial em uma favela pacificada
Luana Dias Motta
- 353 Quando o assunto é Sociologia Escolar: estado da arte nos periódicos de estratos superiores nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Ensino
Cristiano das Neves Bodart, Caio dos Santos Tavares

// RESENHAS

- 399 Um estudo sobre o estado de exceção brasileiro
Débora Maria Martins
- 407 Alexander von Humboldt e a invenção da natureza, por Andrea Wulf
Juliana Capra Maia

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 51, n. 1, 2020

11 Editorial Note: Revista de Ciências Sociais 50 YEARS

// DOSSIER: Celso Furtado Centennial

- 31 Celso Furtado Centennial (1920-2020): theoretical legacy under multiple approaches
Fábio Akira Shishito, Maria José de Rezende
- 45 International dimension of Celso Furtado's work
Marcos Costa Lima
- 75 United States, transnational corporations and underdevelopment: A reading from Furtado
Gregorio Vidal
- 107 Celso Furtado: reformist intellectual and public man focused on action and in the service of the nation
Renato Nataniel Wasques
- 155 The theoretical dialogue between Francisco de Oliveira and Celso Furtado: critical thinking and reformist action
Alex Hotz Moret
- 195 Furtado: A Northeast-Inspired Life
Luciano Albino

// ARTICLES

- 223 The militant engagement as a social practice: cycles of accession, commitment and desertion
Daniel Gutierrez
- 249 Class origin and life chances in Brazil
José Alcides Figueiredo Santos
- 291 Recent female incarceration in Brazil: a discussion from Rio de Janeiro, Manaus and Fortaleza
Simone Ribeiro Gomes
- 321 Indignation and rotinization: on sufferings and strategies to deal with the police violence in a pacified slum
Luana Dias Motta
- 353 When the subject is School Sociology: state of the art in higher level periodicals in the areas of Social Sciences, Education and Teaching
Cristiano das Neves Bodart, Caio dos Santos Tavares

// BOOK REVIEWS

- 399 A study on the Brazilian state of exception
Débora Maria Martins
- 407 Alexander von Humboldt and the invention of nature
Juliana Capra Maia

Nota Editorial: Revista de Ciências Sociais 50 ANOS

Neste ano de 2020 a *Revista de Ciências Sociais* completa 50 anos de publicação. Sua longevidade é motivo de grande orgulho, pois a faz ser, mesmo diante de situações de descontinuidade de periódicos existentes no Brasil, o segundo mais antigo desse campo científico, ainda em circulação dentro e fora do país.

Iniciada em 1970, a jornada editorial da *RCS* se confunde com a expansão das Ciências Sociais do País e o modo como o fazer científico se desenvolveu – e continua se desenvolvendo – por meio de fases de ampliação e retração. Nessas cinco décadas, a revista precisou enfrentar grandes desafios para se manter em circulação, construindo um retrato histórico e cientificamente relevante da produção científica das Ciências Sociais no Brasil e também no mundo.

A *RCS* foi fruto do esforço de um pequeno grupo de jovens professores engajados no fortalecimento das Ciências Sociais no país e, em particular, numa forma de articular o saber produzido por um também jovem curso de graduação na área, fundado na Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1968.

Como relata Vieira (2016), a articulação das Ciências Sociais no estado do Ceará precede um pouco à fundação do curso, pois a influência dos estudos sociológicos e antropológicos europeus da virada do século XIX para XX já produziu algumas pioneiras reflexões por intelectuais cearenses. E foi um deles, o engenheiro de profissão e antropólogo por vocação Thomaz Pompeu Sobrinho, que a convite da recém-fundada UFC, fundou o Serviço de Antropologia, logo rebatizado de Instituto de Antropologia do Ceará, que se responsabilizou pela realização de pesquisas científicas e formação de profissionais para atuar como pesquisadores. Desse grupo aí reunido emergiu a fundação do Departamento de Ciências Sociais em 1966, que articulou a criação da referida graduação em Ciências Sociais, dois anos depois.

O curso de Ciências Sociais da UFC, também cinquentenário, foi objeto de reflexão no *Dossiê Especial* da RCS publicado no *Vol. 50, n. 1*, de 2019, com mais alguns textos complementares editados nos números 2 e 3 do mesmo ano.

É importante salientar o pioneirismo e ousadia desses jovens professores e pesquisadores em empreender tão cedo a feitura de um periódico científico numa universidade jovem do Nordeste brasileiro, em um curso de graduação recém-fundado, sem estrutura fixa de financiamento e nem mesmo um campo de pós-graduação estabilizado. Ainda mais, em plena fase acirrada da Ditadura Militar, que havia editado o Ato Institucional N.º 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, cuja execução resultou na cassação ou exílio de inúmeros ilustres pensadores das Ciências Sociais brasileiras, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Paulo Freire, dentre tantos outros. Muitos também foram afastados ou aposentados dos órgãos em que trabalhavam, a exemplo de

Celso Furtado, que homenageamos no *Dossiê Temático* deste número da *RCS*.

Dentre os pioneiros da revista, é importante evocar alguns destaques, em primeiro lugar a Paulo Elpídio de Menezes Neto, que liderou a criação da *RCS* e foi seu Diretor/Editor até 1984. Se a ocupação dos cargos formais e nomeados serve de indicativo, é necessário esclarecer que naqueles tempos, além do Conselho Editorial, a revista possuía os cargos de Diretor (ou Editor, variando no tempo a nomenclatura) e de Secretário. Nos três primeiros anos, este último cargo foi ocupado por Geraldo Markan Ferreira Gomes.

Os membros do Conselho Editorial em seu início eram os professores Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Luiz Fernando Raposo Fontenelle, Hélio Barros, Luiz de Gonzaga Mendes Chaves, Raimundo Holanda Farias e André Haguette. Depois desses, José Agamenon Bezerra da Silva foi o Secretário, entre 1973 e 1975.

Todavia, o segundo grande destaque nesse corpo de pioneiros, deve ser dado a Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, que se tornou o Secretário em 1976 e finalmente assumiu oficialmente a Direção da publicação a partir de 1985, e que sustentou a continuidade do periódico por muitos anos.

Não por coincidência, vários desses pioneiros estão presentes com artigos no *Vol. 1, n. 1* da *RCS*, de 1970. Firmando parcerias institucionais com pesquisadores franceses, alemães e norteamericanos, os professores da UFC articularam estudos pioneiros que foram editados no recém-criado periódico científico. A empreitada poderia ter sido considerada indulgente e precipitada caso não conseguisse obter continuidade ao longo do tempo; porém, para o bem das Ciências Sociais brasileiras, não foi o que ocorreu: cinco décadas da permanência dessa publicação atestam um patrimônio acadêmico, divulgando

amostras do que de melhor é produzido pelas Ciências Sociais, não só no Brasil, mas em outras universidades do mundo.

Escrevendo por ocasião da celebração dos primeiros 25 anos da RCS, Maria Sylvia Porto Alegre (1995) dividiu a história da revista à época em três fases. *A primeira, entre 1970 e 1975*, foi marcada pelo ecletismo, pela divulgação de pesquisas científicas realizadas pelos autores-editores e os diálogos que travavam com parceiros de universidades estrangeiras, como por exemplo Jean Duvignaud, da Université Paris VI; Allen W. Johnson & Bernard J. Siegel, da California University e da Standford University, respectivamente (presentes no *Vol. 1, n. 1*); Emilio Willems, da Universidade de Vanderbilt (*Vol. 2, n. 1, 1971*); ou Mark A. Tessler, da Winsconsin University (*Vol. 2, n. 2, 1971*); seguindo mais contribuições, com Russel Getter (*Vol. 3, n. 1, 1972*), Stephen Osofsky (*Vol. 2, n. 2, 1972*) e Annie Guedez (*Vol. 5, n. 2, 1974*). Alguns autores expressivos no cenário nacional também já apareciam como colaboradores, como José de Souza Martins (*Vol. 3, n. 1, 1972*) e Simon Schwartzman (*Vol. 5, n. 2, 1974*).

Contudo, a maior parte dos textos publicados naquela fase eram mesmo dos editores da RCS, em especial Mendes Chaves e Bezerra de Menezes, ao lado de alguns outros, como Luciano Mota Gaspar e José Teodoro Soares. As pesquisas que esses autores pioneiros desenvolveram na época estavam relacionadas ao primeiro esforço de profissionalização científica do curso de Ciências Sociais da UFC com o Programa de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais do Nordeste (PRAPSON), iniciado em 1971.

É possível perceber na observação dos volumes da RCS na primeira metade da década de 1970 que as temáticas dos artigos, embora ecléticas em suas abordagens, metodologias e perspectivas teóricas, variavam até certo ponto sobre dois eixos principais: a) temáticas de

cunho social relacionadas ao Nordeste (com estudos sobre comunidades rurais, trabalhadores urbanos, aspectos culturais e econômicos, quase sempre de natureza empírica); e *b*) reflexões mais abrangentes de aspecto epistemológico, como que construindo um campo do saber.

Na *segunda fase*, desenvolvida entre 1976 e 1989, segundo a classificação de Porto Alegre (1995), a *RCS* encontra outra dinâmica, agora, vinculada diretamente à pós-graduação, com a fundação do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento na UFC, que na prática (e institucionalmente) substituiu o PRAPSON. A inauguração da pós-graduação deu mais impulso às pesquisas e à produção dos intelectuais ligados ao programa, mas fundamentalmente, aumentou as interlocuções com outras universidades brasileiras e estrangeiras.

A partir de 1975, o professor Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes assumiu a liderança editorial da *RCS* e adotou, em conjunto com os demais editores envolvidos, um formato diferenciado para a publicação, por meio de *Dossiês Temáticos*, começando com o *Vol. 9* e o tema *Ciência, Mito e Filosofia*, de 1978. A partir de então, apesar de jamais deixar de publicar artigos variados por meio de fluxo contínuo, a revista passou a ser dirigida e impulsionada pela organização desses dossiês.

Ainda assim, é possível identificar na produção da *RCS*, em particular nos anos 1980, dois eixos temáticos principais: *a*) por um lado, refletindo a orientação da Sociologia do Desenvolvimento que marcava o Mestrado da UFC, a profusão de textos sobre políticas públicas, organização econômica e dinâmicas políticas, em parte relacionadas ao que chamamos hoje de macroestrutura; e *b*) de outro, uma marca muito própria daquele tempo que é a emergência dos movimentos sociais conexos ao processo de fim da Ditadura Militar, reabertura

política e redemocratização. Ao mesmo tempo em que elaboram reflexões teóricas novas, ambos os eixos eram marcados pela realização de pesquisas empíricas, com análise de dados, trabalho de campo e entrevistas.

A segunda fase da revista demonstra significativo aumento de diversidade na autoria dos textos e grande ampliação de colaboradores. Muitos autores estrangeiros contribuíram na *RCS* naqueles anos. Apenas o *Vol. 7, n. 1 e 2*, de 1976, trouxe artigos de Jim Barak, Jean Pierre Corbeau e Arthur Frischkopf. James Watson escreveu no *Vol. 9, n. 1 e 2*, 1978; e o *Vol. 11, n. 1 e 2*, de 1980, trouxe artigos de Remy Riand, Claude Pairault, Jean Duvignaud e Renate Rott; mas as contribuições continuaram, por exemplo, com Guy Martinière, Billy Janynes Chandler (ambos no *Vol. 14/15, n. 1 e 2*, 1983-1984), Jean Lojkine (*Vol. 16/17, n. 1 e 2*, 1985-1986) e Robert E. Park (*Vol. 18, n. 1 e 2*, 1987).

Autores de destaque nacional também estiveram mais presentes, como Abdias Vilar de Carvalho, Sadi dal Rosso, José de Souza Martins (todos no *Vol. 11, n. 1 e 2*, 1980), Ruben George Oliven, Gilberto Velho, Renato Raul Boschi (os três no *Vol. 12/13, n. 1 e 2*, 1981-1982), Luiz Felipe Baeta Neves (*Vol. 14/15, n. 1 e 2*, 1983-1984), Luiz Mott, Jorge Zaverucha (ambos no *Vol. 16/17, n. 1 e 2*, 1985-1986), Pierre Sachis, Eduardo Hoornaert (ambos no *Vol. 18, n. 1 e 2*, 1987).

No campo doméstico, Luiz Gonzaga de Mendes Chaves, João Pompeu de Souza Brasil, Manfredo Araújo Oliveira e Diatahy Bezerra de Menezes continuaram a escrever diversos artigos, mas a atuação do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento resultou tanto no impulso a novas pesquisas, quanto na renovação dos quadros de colaboradores advindos do Departamento de Ciências Sociais, entrando em cena jovens professores-pesquisadores que teriam grande envolvimento com o periódico, como Irllys Barreira, Linda Gondim, Maria

Auxiliadora Lemenhe, Teresa M. Frota Haguette e Sylvia Porto Alegre.

Essa renovação se institucionaliza no apagar das luzes dessa fase: a organização editorial do *Vol. 20/21, n. 1 e 2*, de 1989-1990, traz como editores Diatahy B. de Menezes, Barreira e Porto Alegre.

A *terceira fase*, última analisada por Porto Alegre (1995), *começou em 1990*, (e, acrescentamos, se estendeu até 2012) refletindo o processo de profissionalização da pós-graduação que resultaria na inauguração do Doutorado em Sociologia na UFC, em 1994, e a estruturação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Apesar do curto espaço de tempo, a autora já percebia uma transformação significativa nos artigos publicados na *RCS*, que ajuizavam uma organização de pensamento já bem menos voltada às macroestruturas dos momentos anteriores, mas relacionadas ao universo microsocial, reforçando temáticas como “identidade, subjetividade, imaginário, ética, desejo”. (PORTO ALEGRE, 1995, p. 9).

Tal abordagem pode ser percebida na organização de *Dossiês Temáticos* como *Arte, Cultura e Sociedade (Vol. 23/24, 1992/1993)*, *Produção Cultural e Comunicação (Vol. 31, n. 1, 2000)*, *Enredos e Práticas Narrativas (Vol. 33, n. 2, 2002)*, *Produções Artísticas e Domínios Culturais (Vol. 38, n. 1, 2007)*, *Instituições, Atores e Mediações (Vol. 40, n. 2, 2009)*, *Expressões de Identidades (Vol. 43, n. 1, 2012)*.

Como se nota, a tendência percebida pela autora se manteve na década seguinte, ao mesmo tempo em que a equipe editorial da *RCS* passava por algumas mudanças, mantendo a liderança de Diatahy B. de Menezes e incorporando editores como Sylvia Porto Alegre, Irllys Barreira e Sulamita Vieira. Após a virada de século, Barreira e Vieira se tornaram as principais coordenadoras editoriais, auxiliadas por

um corpo mais rotativo de professores. Os editores enfrentaram tempos difíceis de falta de recursos e concorrência com outras edições da UFC, momento em que os periódicos não tinham prioridade de edição. A Taxa de Bancada do CNPq vigente nos programas de Pós-Graduação foi importante para garantir a compra de papel e demais serviços necessários à continuidade do periódico.

O fazer artesanal da revista que caracterizou as fases anteriores supunha um trabalho voluntário de organização dos periódicos muitos dos quais construídos a partir de convites feitos a colaboradores. Muitos autores locais contribuíam com o esforço de dar continuidade mesmo que a colaboração de estrangeiros e a publicação de artigos pioneiros estivessem presentes. A revista funcionava sem secretaria, sem recursos financeiros e mantinha periodicidade variada.

Outro traço percebido nesse período que se encontra até 2012, é o aumento da colaboração de autores advindos de universidades brasileiras e estrangeiras e de outros programas de pós-graduação.

Pensar o curso de Ciências Sociais da UFC, mesmo em seus primeiros anos como “periférico” é algo discutível, como percebe-se nos textos celebrativos dos 50 anos do curso, em 2018, com a presença de vários autores locais, nacionais e internacionais, vide o *Vol. 50, n. 1* (PAIS, 2019; LIMA, 2019; BARROS, 2019) e também no *Vol. 50, n. 2* (MARTINS, 2019). Todavia, é notável que, particularmente nas duas primeiras fases aqui descritas, entre 1970 e 1989, a *RCS* em grande parte publicou material de seus próprios editores e dos professores do Departamento de Ciências Sociais (e depois, do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento), o que ajuda a refletir sobre a natureza de uma universidade não-central como a UFC em tal contexto.

Mesmo que outros autores, inclusive estrangeiros, estivessem presentes em todos os números publicados até então, de fato, é somente

no período pós-1990, ou seja, a partir da terceira fase, que a revista começa a perder a característica de um trabalho voluntário e muitas vezes dependente de contribuições locais para a manutenção de sua continuidade.

Sabendo das dificuldades em selecionar e o risco das omissões, podemos ressaltar, por exemplo, a publicação de artigos de autores estrangeiros, como Scott William Hoefle (*Vol. 26, n. 1 e 2, 1995*), François Laplantine (*Vol. 28, n. 1 e 2, 1997*), Norbert Bandier (*Vol. 31, n. 1-2, 2000*), Alexis Nouss (*Vol. 33, n. 2, 2002*), Bernard Lahire, Michael Lowy (ambos no *Vol. 34, n. 2, 2003*), Smain Loacher (*Vol. 35, n. 1, 2004*), Lucio Oliver Costilla (*Vol. 35, n. 2, 2004*), Pierre Salama (*Vol. 36, n. 1, 2005*), Anthony N. Doob (*Vol. 37, n. 1, 2006*), Abdelhafid Hammouche (*Vol. 37, n. 2, 2006*), Benoit Gaudin (*Vol. 38, n. 1, 2007*), Ronald H. Chilcote, M. Fernanda Figurelli (ambos no *Vol. 40, n. 1, 2009*), José Manuel Sobral (*Vol. 41, n. 2, 2010*) e Eric Dunning (*Vol. 42, n. 1, 2011*). Também destacando a contribuição de cientistas sociais atuantes nas universidades brasileiras, como Lygia M.S. Dabul, Franz Josef Bruseke, Luiz Felipe Baeta Neves Flores, Manuela Carneiro da Cunha, Paulo Henrique Martins, Luís Felipe Miguel, Agripa Farias Alexandre, Ordep Serra, Marisa Mokarzel, Joanildo A. Burity, Maria Beatriz Balena Duarte, Lília Junqueira, Ricardo Antunes, Renato Janine Ribeiro, Beatriz M. A. de Heredia, Moacir Palmeira, dentre vários outros.

Destaca-se no que pode ser considerada a *quarta fase* da revista, a partir de 2013, um modo diferente de produzir condizente com os requisitos institucionais de avaliação de periódicos. Atualmente, todo processo de trabalho foi bastante modificado. A periodicidade estável e sem atrasos, a construção de uma gaveta de colaborações, a formalização de pareceristas e a inauguração de editais para as propostas de

Dossiês Temáticos colocaram a revista em um circuito rápido e eficiente de divulgação. Destaca-se nesse sentido o trabalho de programação e editoração de Jakson Aquino e os editores Clayton Mendonça Cunha Filho e Irapuan Peixoto Lima Filho, que construíram um cronograma dotado de ações contínuas facilitada por um programa de informática que permite a formatação dos artigos em tempo hábil. Essa forma de produção do periódico tornou racional a divisão do trabalho, acelerando o fluxo de produção que teve por consequência a melhoria dos critérios de avaliação exigidos por indexadores. A revista atualizou-se em assuntos contemporâneos, sem abdicar de seu rigor acadêmico, mantendo um *feedback* interessante em sintonia com outros periódicos do país.

Destaca-se portanto que esta etapa é marcada pela maior profissionalização de produção da RCS e melhor ajuste do funcionamento editorial a partir dos itens avaliativos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que preconizam maior diversidade autoral e temática, assim como periodicidade mais estável e pontual e validação por indexadores nacionais e internacionais. Hoje, a RCS é cadastrada em 16 indexadores, incluindo, o *Portal de Periódicos da CAPES*, *Google Acadêmico*, *Latindex*, *DOAJ*, *ROAD (Directory of Open Access Scholarly)*, *Mir@bel*, dentre outros.

A produção diversa recente da RCS contempla grande número de autores advindos de universidades estrangeiras, como James Clifford (*Vol. 44, n. 2, 2013*), Bernard Lahire (*Vol. 45, n. 1, 2014*), Karlfriedrich Herb (*Vol. 45, n. 2, 2014*), Massimo Canevacci (*Vol. 47, n. 1, 2016*), Paula Guerra (*Vol. 47, n. 1, 2016*), Lucio Oliver Costilla (*Vol. 48, n. 1, 2017*), George Raid Andrews, Karl Monsma, Tshombe Miles, Ana Ramos-Zayas (todos no *Vol. 48, n. 2, 2017*), Leiv Marsteintredet (*Vol. 49, n. 1, 2018*), Carlos Zánate Botia (*Vol. 49, n. 3, 2018*), José

Machado Pais, Agnés Clerc-Renaud (ambos no *Vol. 50, n. 1*, 2019) e Cheik Daniel Kere (*Vol. 50, n. 2*, 2019). Claro, vários autores brasileiros ou atuantes em universidades brasileiras e que tenham representatividade na produção das Ciências Sociais também publicaram artigos (seja como autores ou em coautoria) neste período específico, como Moacir Palmeira, Amurabi Oliveira, Simone Meucci, Maria José Rezende, Vera da Silva Telles, Adriana Piscitelli, Cornélia Eckart, Elder Patrick Maia Alves, André Luiz Coelho Farias de Souza, Andrés del Rio, José Lindomar Albuquerque, Jacob Carlos Lima, Ileizi Fiorelli Silva, Paulo Henrique Martins, Luiz Fernando de Oliveira, dentre muitos outros.

Destaca-se ainda que pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais – organizados agora não somente na Pós-Graduação em Sociologia, mas também no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (UFC/UNILAB) e no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) – não estiveram ausentes da revista, embora agora, mais bem dimensionados aos novos tempos de avaliação da CAPES. Por isso, nas 16 edições da *RCS* publicadas entre 2013 e 2019 foram apresentados 207 artigos, dos quais apenas 16% são de professores do curso que edita o periódico.

Em termos temáticos, a quarta fase também tem suas particularidades. Uma leitura do conjunto de artigos publicados a partir de 2013 demonstra que a marca da etapa anterior se diluiu – embora ainda presente – convivendo agora com discussões relacionadas a outros dois eixos: *a*) as transformações epistemológicas advindas da pós-colonialidade e da tentativa explícita de aumento de espaço analítico de determinados sujeitos sociais marginalizados ou discriminados historicamente (discussões sobre a branquitude, o feminismo, o movimento negro, a população LGBTQ+ etc.); e *b*) a reflexão sobre fenô-

menos políticos recentes de grande impacto na sociedade e que trazem componentes novos de análise (como o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, a queda de presidentes na América Latina, a politização do judiciário etc.).

Para além de analisar a RCS em sua história e fases, cabe pequena nota sobre seu aspecto editorial, afinal, ao bom cientista social compete a tarefa de se atentar aos detalhes. Desde o início, a revista foi pensada como uma publicação *semestral*, editando dois números por ano. Infelizmente, as dificuldades com edição, diagramação, impressão, financiamento, entre outros desafios à produção e divulgação do conhecimento científico brasileiro, fizeram com que algumas vezes os *números* precisassem ser agregados de modo a compensar atrasos, o que ocorreu pela primeira vez no Vol. 7, n. 1 e 2, de 1976, e pela última vez no Vol. 36, n. 1 e 2, de 2005. A década de 1980 foi particularmente crítica nesse sentido, com *volumes* agregados, tal qual o Vol. 10/11, n. 1 e 2, de 1980-1981, como medida última para manter a continuidade. A despeito desses desafios, a RCS perseverou e continuou em circulação.

A adoção integral do *formato digital*, em 2016, tornou a programação, diagramação e edição mais fácil no sentido de que a publicação da revista deixou de depender dos maneirismos e prazos de uma gráfica; ao mesmo tempo em que as políticas de avaliação da CAPES impulsionaram a demanda por artigos científicos em periódicos. Respondendo a esse novo momento, a Comissão Editorial da RCS decidiu abandonar o formato *semestral* e adotar o *quadrimestral* (ou seja, três revistas ao ano), o que se iniciou a partir do Vol. 49, de 2018.

Também cabe uma observação sobre o *projeto gráfico*. Nesses 50 anos, a revista teve 5 *layouts* distintos, que dialogam com suas especificidades contextuais. Os dois primeiros números trouxeram

um *design* de capa condizente com sua época, similar aos grafismos adotados nos livros de então (mas ao mesmo tempo exibindo alguma exuberância), com duas linhas se cruzando sobre um fundo de cor avermelhada no *Vol. 1* e azul no *Vol. 2*; mas por qualquer razão, em seguida, adotou formato de capa mais tradicional, dividido em duas colunas e trazendo já a descrição do sumário. Cada número era publicado com uma cor diferente e esse padrão foi usado de 1971 a 1979.

A partir de 1980, o *layout* da revista entra em nova fase com um formato similar ao inicial, em forma de livro, mantendo fixo o mesmo padrão de cores em tonalidade de rosa, algo que se alongou até 1994. A revista mudou de formato pela primeira vez, em 1995, deixando a aparência de livro e adotando o tamanho de um caderno escolar (aproximadamente 28 x 22 cm), tendo em vista a adaptação ao formato da máquina de impressão da Imprensa Universitária da UFC. Mais arrojado, tal *layout* deixava em destaque o *Dossiê Temático* específico de cada número impresso em cores variáveis de acordo com papel disponível no mercado. Tal aparência, fruto de projeto gráfico de Fernanda do Val, se manteve por 18 anos até 2013. No entanto, os dois últimos números dessa etapa (*Vol. 44, n. 1 e 2*) já apontavam uma diferença, com o tamanho reduzido de volta ao padrão-livro.

Nesse ínterim, o passo decisivo rumo à profissionalização se deu com o financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que possibilitou que a revista passasse a ser impressa com mais agilidade e qualidade pela Expressão Gráfica, o que se deu a partir do *Vol. 39, n. 1*, de 2008, conforme pode ser percebido na capa, que passa a trazer o selo do banco, o que prosseguiu até 2013.

O *layout* atual da RCS é inaugurado em 2014, com novo projeto gráfico de autoria da Vibri Design & Branding, mais convidativo, e

uma capa caracterizada pela gravura de linhas coloridas que se cruzam, no padrão-livro (16 x 24 cm) e variando de cor a cada edição. Esse *design* foi possibilitado pelo financiamento de um projeto PRO-NEX, fruto da parceria do CNPq e da FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com a pós-graduação, estreado no *Vol. 45, n. 1*.

É importante salientar, a *RCS foi impressa em papel* até o *Vol. 47, n. 1*, de 2016. Refletindo o padrão seguido por vários periódicos brasileiros motivado por crise de investimento na área de edição, aumento dos custos de impressão e emergência da forma digital também apoiada pelo sistema de avaliação; atentando às mudanças do campo científico, e particularmente da divulgação científica; ao mesmo tempo em que se promovia a renovação da Comissão Editorial, sob a liderança de Irllys Barreira, a *RCS* adotou exclusivamente o regime digital, que existia de modo concomitante com o impresso há alguns anos. Se por um lado, a ausência física tem suas desvantagens quanto ao manuseio, por outro, uma revista totalmente *online* se torna mais acessível e democrática, reforçando a diretriz de acesso livre à ciência brasileira e de sua divulgação.

Destaca-se que a dificuldade em garantir os recursos de impressão voltou a atrasar a publicação dos volumes, tal qual havia ocorrido na década de 1980. Os últimos exemplares impressos contaram com subsídios do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, principal instituto cultural do Governo do Estado do Ceará, porém, as burocracias de financiamento retardavam o processo, assim como a terceirização da diagramação e impressão.

A adoção do *regime exclusivamente online*, a partir do *Vol. 47, n. 2*, de 2016, trouxe o desafio da equipe editorial assumir para si a edição e diagramação da revista, assim como o procedimento de

upload dos arquivos, mas o domínio de determinadas ferramentas e o trabalho árduo da equipe editorial e dos bolsistas (alguns remunerados e muitos voluntários) permitiu à *RCS* entrar numa nova fase, na qual, como já escrito, a publicação se tornou mais ágil e a pontualidade algo inquestionável.

Vale à pena nomear esses bolsistas, verdadeiros heróis anônimos que tornaram o trabalho editorial da *RCS* possível. Arriscando a destacar apenas aqueles dos últimos anos, tivemos: Alessandra Estevam da Silva, Ana Alice Lima de Sousa, Ana Paula Lima, Airton Rodrigues Barroso Júnior, Danrley Pascoal dos Santos, Fablicio Faria Santos, Francisco Sócrates Costa de Abreu, Jessica da Silva Rodrigues, Rafael de Mesquita Freitas, Saraya Moraes Viana e Thiago Krubniki.

Ao encerrar suas primeiras cinco décadas de publicação, a equipe da *RCS* se vê obrigada a refletir sobre seu legado e os desafios da atualidade. Não obstante a pressão por qualificação do periódico segundo os padrões exigidos por indexadores, que se refletem em pontualidade, diversidade institucional, adoção de critérios rígidos de avaliação (representada no parecer duplo-cego), na administração do fluxo de artigos e na complexidade de diagramação e *upload*, a editoração da revista passa pelas vicissitudes da divulgação científica no Brasil contemporâneo.

Nos últimos quadriênios, a importância da avaliação *Qualis* da CAPES se tornou mais marcante, tendo como consequência a maior demanda de publicação qualificada não só dos professores universitários/ pesquisadores, mas também dos estudantes de pós-graduação. Isso impulsiona para que periódicos bem avaliados, como a *RCS*, recebam volume de solicitações para publicação muito maior do que no passado. Desse modo, aumenta muito mais o cuidado com o bom texto escrito, análises refinadas, manejo responsável das teorias e con-

ceitos, dados qualificados, ética de pesquisa e – infelizmente, é necessário citar – cuidados com plágio e autoplágio.

Se em algum momento do passado os editores de revistas científicas demandavam textos para preencher o espaço de publicação, hoje, ao contrário, é necessária a organização de um fluxo de *entrada* e *saída* mediado por criteriosa avaliação, o que consome muito tempo e trabalho. É preciso considerar que a maioria das instituições sequer conta a carga horária de trabalho numa revista científica como parte da jornada de seus professores, transformando a tarefa editorial num tipo de missão voluntária assumida por poucos.

A precariedade material com o qual funcionam os periódicos científicos não é particular das Ciências Sociais, como demonstra o artigo de Lima *et al.* (2019), que relata os desafios da manutenção de revistas no campo das Ciências Humanas.

Ainda assim, com resiliência e determinação, quedas e levantes, segue-se a aventura da divulgação científica da RCS. A Comissão Editorial celebra suas cinco décadas de publicação, seu legado e sua relevância atual na divulgação de parte do melhor do que as Ciências Sociais produzem contemporaneamente; ao mesmo tempo, agradece e parabeniza todos aqueles que contribuíram para o desenrolar desse percurso, em especial, editores, autores, colaboradores, pareceristas e leitores, os quais, por meio século mantiveram a tentativa de compreender cientificamente o mundo e a sociedade, contribuindo para a elaboração de formas de intervir e modificá-los. Em síntese, o bem-fazer da ciência como diretriz máxima de seu *devoir*.

Comissão Editorial da Revista de Ciências Sociais
Universidade Federal do Ceará
Fevereiro de 2020

Referências

BARROS, Hélio. Depoimento: 50 anos de Ciências Sociais na UFC. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, Vol. 50, n. 1, mar./jun. 2019, p. 101-158.

LIMA, Jacob C. O Ceará e o nordeste globalizado: uma trajetória acadêmica e afetiva. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, Vol. 50, n. 1, mar./jun. 2019, p. 49-54.

LIMA, M. Claudete [et al]; SOUZA, Camila S.C.; MIRANDA, Cícero; LIMA FILHO, Irapuan P. Publicação científica: a dor e a delícia. In: GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). *Política, Ensino, Ciência e Arte: reflexões e debates sobre a Semana de Humanidades* (vol. 2). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.

MARTINS, Paulo Henrique. A universidade pública e o pensamento crítico no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, Vol. 50, n. 2, jul./out. 2019, p. 237-253.

PAIS, José Machado. A pesquisa como dádiva: inspirações cearenses. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, Vol. 50, n. 1, mar./jun. 2019, p. 17-48.

PORTO ALEGRE, M. Sylvia. Revista de Ciências Sociais, 25 anos. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, Vol. 26, n. 1 e 2, jan./dez. 1995, p. 06-12.

VIEIRA, Sulamita. *Caminhos das Ciências Sociais na UFC*. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

REVISTA de Ciências Sociais. Fortaleza: UFC. *Arquivos 1970-2020*. Disponível em www.periodicos.ufc.br, acessado em 20 de fevereiro de 2020.

// **Dossiê**
Centenário de Celso Furtado



Ilustração de Robson Vilalba

Centenário Celso Furtado (1920-2020): o legado teórico sob múltiplos enfoques

Fábio Akira Shishito

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0821-2281>
akira.shishito@hotmail.com

Maria José de Rezende

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3426-910X>
mjderezende@gmail.com

Apresentação do Dossiê

Ao completarem-se os 100 anos do nascimento de Celso Furtado pretende-se, por meio deste Dossiê, destacar a importância de seus escritos para as Ciências Sociais brasileiras e latino-americanas. Suas contribuições desde a década de 1940, com os artigos na área de Sociologia das Organizações Públicas, já demonstravam que, para ele, tanto o técnico quanto o cientista teriam de se debruçar sobre a forma de organização da Administração Pública para compreender a direção e a orientação do Estado como um importante centro de decisão.

Muitas de suas pesquisas tinham como objetivo, numa perspectiva histórico-processual, decifrar não só o modo de agir dos diversos centros de decisões (Estados, organismos internacionais, setores preponderantes da economia e do mercado), mas também os parâmetros que estruturavam a vida social, econômica e política das sociedades latino-americanas, ainda que ele tenha dado em seus estudos maior ênfase ao Brasil. Por essa razão, ao longo de toda sua obra as análises perpassam as temáticas da concentração de terras, da distribuição de renda, das formas de apropriação dos recursos, do poder, da inadequação tecnológica, do desemprego crônico, da dimensão cultural, entre outras.

Suas pesquisas podem ser tomadas, na atualidade, como formadoras de um lastro para as seguintes áreas: Sociologia Econômica, Sociologia Histórica, Sociologia e Teoria Social Brasileira e Latino-Americana. Sua contribuição no âmbito da Sociologia Econômica, desde a sua tese de doutorado intitulada *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*¹ assenta-se em seu empenho para “apreender a lógica da realidade social de países – caso do Brasil – que se originaram de operações comerciais” (FURTADO, 2001, p. 5). Nesse sentido, *Formação Econômica do Brasil* (1959) foi ímpar ao dar substancialidade a uma abordagem histórico-processual que permitiu realizar uma das mais relevantes análises acerca da complexidade tanto dos diversos ciclos econômicos, pelos quais passou o Brasil, quanto dos parâmetros estruturadores de um duradouro processo de concentração da riqueza, da renda e do poder. Sua abordagem sócio-histórica demonstrou, ao longo de décadas, como se foi sedimentando, no país, uma forma de organização social que deixava pouquíssimas brechas para mudanças substantivas.

1. A tese foi defendida na Universidade de Paris-Sorbonne em 1948 e intitulada *L'économie coloniale brésilienne – XVI^e et XVII^e siècle*. Somente em 2001 foi publicada no Brasil, a versão traduzida para o português (FURTADO, 2001).

Conquanto desvendasse e conhecesse profundamente a realidade social brasileira, Celso Furtado (1997; 1997a; 1997b; 1997c; 1997d) buscou, até a exaustão, a possibilidade de implantação de políticas, de ações e de procedimentos no âmbito do Estado capazes de remover os obstáculos que impediam a constituição de projetos mais inclusivos social e economicamente, assim como democráticos da perspectiva política. Considerava que técnicos, políticos, intelectuais, segmentos da sociedade civil comprometidos com projetos referentes aos interesses públicos tinham que se empenhar em ações que possibilitassem a participação de todos os segmentos na contenda em favor de um país igualitário e democrático. Fiel a esse compromisso participou, quando convidado, de governos tais como o de Juscelino Kubitschek [1956-1961] e o de João Goulart [1961-1964], numa primeira fase; e, posteriormente, no de José Sarney [1985-1990], já retornado do exílio a que foi submetido após o golpe civil-militar de 1964. Tal posição, se inequívoca quando observada à distância, também foi afetada em certos momentos. Pouco tempo após o exílio suas anotações em diários (FURTADO, 2019) revelam um pensador alternando o humor entre a resignação e a esperança. Em 1974, na Inglaterra, anota: “Cada vez mais penso na inutilidade, ou melhor, na ‘insignificância’ de tudo que fiz. Que significa *fazer*? Deixar-se elevar, ou não deixar-se corromper? Teria sido suficiente?” (FURTADO, 2019, p. 233, grifo do original). O desânimo não é simplesmente existencial, tem a ver com sua contraface engajada. Tem a ver com a onda autoritária que passava pela América Latina no período.

Mas, aos poucos, na medida em que restitui seu vínculo com o Brasil, o desalento vai cedendo lugar a novas perspectivas. Contudo, não haveria chances de constituição de um país com melhores equilíbrios de poder e distribuição de renda, minimamente razoáveis, sem a

superação do subdesenvolvimento, tomado por ele como uma forma de capitalismo perpetuadora da condição de pobreza extrema, exclusão, desemprego, miserabilidade, não-acesso à educação, à terra, à moradia e a direitos, de modo geral, de parte expressiva da população. Os desequilíbrios socioeconômicos e políticos advindos do subdesenvolvimento não poderiam ser conhecidos, a não ser que se tomasse o subdesenvolvimento como, além de um conjunto de relações econômicas, uma forma de organização social e política.

Ao contemplar todos esses aspectos, Celso Furtado (1974; 1978; 1984) abre muitas portas para a expansão de análises sociológicas da vida econômica, a qual é tomada como um conjunto de tensões sociais, políticas e motivacionais (vide o caso da inflação em que as forças sociais, em razão de muitos interesses, pressionam para baixo ou para cima os índices inflacionários). Deste modo, ele oferece muitos recursos para a combinação, na Sociologia econômica, de abordagens diacrônicas e sincrônicas. Ainda que dê prevalência, em seus escritos, a uma perspectiva histórica processual e de longa duração, há também a indicação, em algumas condições, da possibilidade de a análise combinar as diacronias com as sincronias. Porém, merece destaque o fato das causas históricas formadoras do padrão de organização econômico, político e social (subdesenvolvimento) ganharem prevalência em suas reflexões acerca das interdependências e das inter-relações constituidoras das disparidades e das desigualdades econômicas, sociais e políticas.

A relevância de Furtado (1962; 1979; 1997b; 1997d) para a Sociologia Política requer igualmente menção. Seus estudos sobre as condições oligárquicas da política brasileira e sobre o subdesenvolvimento como um padrão de domínio político podem ser tomados como um lastro fundamental nos estudos da vida política no Brasil. A di-

menção econômica, a social e a política são para ele inseparáveis, se bem que a sua compreensão exija uma abordagem tridimensional sem que cada âmbito desapareça no processo de análise. Como exemplo pode-se citar o fato de o Estado nacional apresentar uma formação rudimentar em razão de não existir, nas condições de subdesenvolvimento, independência econômica substantiva, o que causa entraves para contenda contra o subdesenvolvimento. Tanto nos escritos autobiográficos (1997, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d) como nos *Diários* (2019) são muitas as reflexões sobre as estruturas de poder formadas durante e em razão da conformação do subdesenvolvimento brasileiro. “Quando me refiro a desafio político falo da organização progressiva de todas as forças sociais, para que participem da estrutura de poder, das decisões, e, portanto, da apropriação e uso final do excedente social, isto é, do fruto do trabalho de todos” (FURTADO, 2019, p. 276). A destinação do excedente não é, senão, resultado de um conjunto de decisões políticas.

Seus escritos, assim como suas experiências, sobretudo à frente da Sudene, onde enfrentou de perto as resistências oligárquicas, contribuem significativamente com os estudos políticos, ao destacarem os desequilíbrios de poder, até mesmo, entre os segmentos sociais preponderantes, o papel do Estado em condições de subdesenvolvimento, a ascensão dos militares e sua projeção política, as muitas formas de resistência das oligarquias ao repelirem toda e qualquer mudança, as dificuldades de fortalecimento institucional, o caráter rudimentar das instituições políticas, os desafios do processo de constituição, até mesmo, da democracia formal, o papel político das classes médias e seu pavor diante de qualquer possibilidade de os setores populares serem árbitros nas eleições e virem a pressionar o Estado e o governo para que suas demandas sejam atendidas.

A teoria social brasileira e a latino-americana contribuíram, mundialmente, com o debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Celso Furtado teve um papel de destaque na expansão de uma área de pesquisa denominada Sociologia do Desenvolvimento, a qual congrega elementos vindos da Economia, da Sociologia Econômica e da Sociologia Política. Questionando os caminhos evolutivos do desenvolvimento que eram tomados, até então, pelas análises seccionadas que resultaram em muitas vertentes da teoria da modernização, Furtado elaborou, ao considerar o subdesenvolvimento como uma forma de capitalismo e não como uma etapa ou fase, análises indicadoras da necessidade de compreender as lutas contra o subdesenvolvimento e o tipo de orientação que este dava ao Estado. Por essa razão, a luta deveria ser no sentido de reorientar, por meio de planejamentos e técnicas sociais, as ações e os procedimentos do Estado em favor de um projeto coletivo e democrático de nação. Todavia, isso dependia, significativamente, da construção de processos capazes de vencer as muitas formas de resistência às mudanças que, em vários momentos, explodiram com muita força na sociedade brasileira.

Acompanhando, ao longo de mais de meio século, a obra de Celso Furtado, nota-se que, para ele, o subdesenvolvimento, como uma forma de organização social e de domínio político continua em vigor no limiar do século XXI. A globalização não o tornou obsoleto. Na verdade, injetou vida em seus veios principais, tais como aqueles referentes à expansão da dependência tecnológica, o aprofundamento da diferença nos processos de habilitação de países, grupos e setores sociais para lidar com as novas tecnologias. E isso não seria obra do acaso; em sua concepção a “[...] globalização não pode ser vista como um imperativo histórico resultante de exigências inescapáveis do avanço tecnológico. Ela traduz decisões políticas tomadas em fun-

ção de interesses de grupos e países que ocupam posições dominantes na esfera internacional” (FURTADO, 2019, p. 423). Grupos e países e não grupo de países. Ele está claramente se referindo aos interesses privados de grupos transnacionais na esfera do comércio e da produção internacional.

Os países subdesenvolvidos têm vivido, sob as condições de prevalência do capitalismo tecnológico e financeiro, um maior agravamento da concentração de renda e das desigualdades multidimensionais. Nos seus últimos textos (1992; 1998; 1998a; 1999; 1991; 2002), indagava se existiam ainda, nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI, possibilidades reais de superar o subdesenvolvimento. Ao que indicava a possibilidade (2002) de o Brasil ter perdido as chances de vencer as condições sociais e políticas que perenizavam o subdesenvolvimento. Se isso se confirmasse de fato haveria a tendência de o país mergulhar, mais e mais, em crises infundáveis e com desdobramentos e consequências ainda incalculáveis. Isso se revelava difícil num país que foi “montado a partir de destruições” (FURTADO, 1999, p. 40) de terras, de bens não-renováveis, do meio ambiente e de pessoas.

Os artigos que compõem este *Dossiê* lidam com essas e outras questões postas por Celso Furtado. A riqueza de empreendimentos como esses, de junção de diversos artigos sobre um autor e sua obra, está, justamente, na possibilidade de ampliar o leque de olhares e perspectivas sobre os temas, objetos, problemas e assuntos tratados por um pensador de grande envergadura como Celso Furtado.

Marcos Costa Lima apresenta uma proposta inovadora: pensar Celso Furtado como teórico das Relações Internacionais. Em “A dimensão internacional da obra de Celso Furtado” o autor problematiza: Por que o campo das RIs resiste em absorver reflexões de au-

tores/as da periferia do sistema capitalista? Costa Lima desenvolve sua hipótese debruçando-se sobre os textos de Furtado em que este se volta a pensar a gênese e as conexões internacionais do subdesenvolvimento. Aproximando-se das abordagens que questionam as epistemologias “clássicas” das RIs em face de perspectivas epistemológicas descolonizadas, Costa Lima oferece subsídios para uma leitura de Furtado mais apropriada ao que ele realmente foi: um pensador “não-disciplinar”, que entendia que “a lógica da realidade [...] é infinitamente mais complexa do que a dos esquemas formalizados. [...] Uma multiplicidade de dados imprecisos sobre uma realidade pode dar-nos uma melhor visão desta do que o melhor raciocínio de base estritamente analógica” (FURTADO, 2019, p. 254-255).

“Estados Unidos, las empresas transnacionales y el subdesarrollo: Una lectura desde Furtado”, artigo de Gregório Vidal, apresenta uma análise bibliográfica criteriosa sobre a dimensão das relações econômicas e políticas internacionais na conformação do subdesenvolvimento e, com efeito, reforça a hipótese do artigo que o antecede. Ao destacar o caráter político-econômico da globalização e o papel da estrutura de relações centro-periféricas na gênese do modelo econômico, o artigo explora o papel dos grupos privados estrangeiros na configuração do subdesenvolvimento latino-americano. Dispensando automatismos ineptos Vidal elabora uma análise ao melhor estilo furtadiano, mostrando as convergências, quase nunca ocasionais, da política e da economia.

O artigo intitulado “Celso Furtado: intelectual reformista a serviço da (n)ação” de Renato Nataniel Wasques explora a trajetória do autor homenageado dividida em etapas da vida, desde os anos de formação no Nordeste, depois no Rio de Janeiro e, finalmente, na França para o doutoramento até os anos de retornado do exílio a partir dos anos 1980,

ciclo que se encerra com sua morte em 2004. A análise da trajetória é mediada por uma reflexão teórica acerca do papel social do intelectual, tema que acompanhou Furtado ao longo de sua vida. Além de uma descrição rica em detalhes biográficos, Wasques adentra o universo das influências teóricas do pensador paraibano que conformaram seu sistema teórico, assim como delinearão suas perspectivas políticas. Ciência e ação alicerçam, com efeito, as trilhas percorridas por Furtado em suas longas andanças pelo Brasil e pelo mundo, mas, como bem destaca Wasques, sempre a serviço da Nação.

O artigo de Alex Hotz Moret, “A interlocução teórica entre Francisco de Oliveira e Celso Furtado: pensamento crítico e ação reformadora”, propõe uma reflexão sobre o diálogo crítico que se estabeleceu entre o sociólogo pernambucano e o economista paraibano. O Nordeste e mais propriamente a Sudene vincularam teoria e ação desses dois pensadores. A Cepal e a teoria estruturalista cepalina, por outro lado, formam o objeto das contendas teóricas. Recorrendo de forma heterodoxa ao marxismo, Chico de Oliveira faz do esforço crítico um empreendimento intelectual construtivo para o pensamento social brasileiro. Nesse sentido, o artigo de Moret é oportuno, não apenas em razão do centenário de Furtado, mas também porque rende deferência ao sociólogo que faleceu em 2019.

Finalmente, o artigo apresentado por Luciano Albino fecha o *Dossiê* com uma discussão sobre as relações entre indivíduo e sociedade na obra e na formação intelectual de Celso Furtado. Mantendo o Nordeste como ambiente de fundo e recorrendo à Sociologia Configuracional de Norbert Elias, “Furtado e a educação pela pedra, entranhada” é um empreendimento de análise sociológica da trajetória intelectual. A centralidade dada a cada fase biográfica e do pensamento de Furtado mostram ao mesmo tempo a coerência e a resistência como fun-

damentos do modo de pensar e agir do autor de *Brasil, a construção interrompida*. Fantasias organizadas e desfeitas refletem, em algum grau, a persistência de um pensador que teve, efetivamente, uma educação pela pedra, para mobilizar o verso de João Cabral de Melo Neto ao qual recorre Luciano Albino, entranhada.

O conjunto de artigos que compõem este *Dossiê* perpassa temas diversos da obra e da vida de Celso Furtado. Esperamos que os textos ora apresentados abram caminhos para mais esforços interpretativos e analíticos sobre este pensador social que fez muito mais do que pensar o Brasil.

Referências

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Brasil: da república oligárquica ao Estado militar. In: *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 1-23.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. Entre inconformismo e reformismo. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 9-40, T. III.

- _____. Os ares do mundo. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997a. p. 41-390, Tomo III.
- _____. A fantasia organizada. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. p. 87-359. Tomo I.
- _____. Aventuras de um economista brasileiro. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997c. p. 9-26. Tomo II.
- _____. A fantasia desfeita. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo, Paz e Terra: 1997d. p. 27-306, Tomo II.
- _____. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.
- _____. *O longo amanhecer*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A reconstrução do Brasil*. Praga: estudos marxistas, São Paulo, Hucitec, n. 8, p. 9-13, ago. 1999a.
- _____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Diários Intermitentes: 1937-2002*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Resumo:

Nascido em 1920, Celso Furtado está, certamente, entre os principais pensadores sociais brasileiros e sua relevância extrapola as fronteiras nacionais. Ao longo de mais de 50 anos escreveu sobre temas variados; abordou as dimensões políticas, econômicas, culturais, burocráticas etc., da sociedade e do Estado brasileiro; participou de eventos políticos importantes da história do país e teve destacadas participações em organizações internacionais. Autor de obra vasta e profunda, Furtado deixou um legado relevante para o pensamento social e político brasileiro, assim como deixou pistas abertas para o prosseguimento de investigações sobre o Brasil. A riqueza de empreendimentos como esses, de junção de diversos artigos sobre um autor e sua obra está, justamente, na possibilidade de ampliar o leque de olhares e perspectivas sobre os temas, objetos e problemas tratados por um pensador de grande envergadura como Celso Furtado.

Palavras-chave: Celso Furtado; pensamento social brasileiro; intelectuais; subdesenvolvimento.

Abstract:

Born in 1920, Celso Furtado is certainly among the main Brazilian social thinkers and his relevance goes beyond national borders. For over 50 years he has written on various subjects; addressed the political, economic, cultural, bureaucratic, etc. dimensions of Brazilian society and state; he's participated in important political events in the country's history and has notable participation in international organizations. Author of a vast and profound work, Furtado left a relevant legacy to Brazilian social and political thought, as well as leaving open paths for further investigations on Brazil. The wealth of enterprises like these, of joining several articles about an author and his work, is precisely in the possibility of expanding the range of views and perspectives on the themes, objects and problems treated by a great thinker like Celso Furtado.

Keywords: Celso Furtado; Brazilian social thought; intellectuals; underdevelopment.

Recebido para publicação em 12/12/2019.

Aceito em 15/12/2019.

A dimensão internacional da obra de Celso Furtado

Marcos Costa Lima

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3831-7631>

marcosfcostalima@gmail.com

Faz uns cinco anos que havia pensado em escrever algo sobre Celso Furtado como um autor das relações Internacionais. De fato, a ideia tomou outra dimensão ao elaborar um projeto, que seria apresentado ao *Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento*, com mais tempo para estabelecer uma análise mais densa e capaz de dar um quadro abrangente do economista brasileiro. Alguns estudos realizados evidenciavam que o campo das relações internacionais na América Latina era órfão em autores reconhecidos internacionalmente, seja por um exacerbado predomínio do pensamento, sobretudo, estadunidense e anglo-saxão; seja por estar fortemente orientado por pensadores direta ou indiretamente vinculados ao governo ou *think-tanks* próximos ao Departamento de Defesa dos EUA, seja por uma aceitação acrítica ou mimética dos que fazem o campo na região.¹ Em um dos livros clássicos das Relações Interna-

1. Ver Robert Gilpin; George F. Kennan; Henry Kissinger; Zbigniew Brzezinski

cionais (RI), Robert Gilpin (2002, p. 19-20) afirma que “uma compreensão do comércio, das relações monetárias e do desenvolvimento econômico exige a integração da perspectiva teórica das disciplinas da economia e da ciência política (...)”. E mais adiante diz que “(...) Nos últimos séculos cresceu a interdependência das economias nacionais, em virtude do aumento dos fluxos de comércio, do intercâmbio financeiro e tecnológico (...)” explicitando que a expansão da consciência econômica, bem como da democracia política “(...) levou a uma percepção quase universal de que o Estado pode ser usado para produzir resultados econômicos, e, em particular, para redistribuir a riqueza em favor de determinadas pessoas ou grupos”.

Poderíamos dar continuidade à leitura desse importante livro que é *A Economia Política das Relações Internacionais*, mas julgo suficiente para meus propósitos esta breve alusão ao clássico de Gilpin. O que me interessa aqui é dizer de forma clara, que Celso Furtado, ao longo de sua vasta obra, tratou dos mesmos temas e especialidades tratadas por Gilpin. A questão que fica, portanto é a seguinte: Por que uma obra, ou o conjunto da obra de Furtado não é considerado como uma produção acadêmica no campo das Relações Internacionais? Nem no Brasil, nem na América Latina ou ainda menos em termos internacionais. Não vá se argumentar que escrevia em português, pois seus livros foram traduzidos para o inglês, francês, espanhol, italiano, mandarim, japonês, persa, sueco, polonês. Essa é a questão que move esse artigo, contribuir para que o pensamento de Celso Furtado seja considerado como uma formulação também do campo das Relações Internacionais.

Leitor a longo tempo da obra de Celso Furtado sempre o consi-

Stephen David Krasner; Charles P. Kindleberger; Hans Morgenthau; Joseph Samuel Nye Jr. entre muitos outros.

derei um autor maior, principalmente no subcampo disciplinar que é a Economia Política Internacional (EPI) e não aceitava este tipo de discriminação colonial ou pós-colonial.

Na trajetória de Furtado, acompanhando a *Apresentação* feita por Rosa Freire d'Aguiar Furtado (2009), que nos fala do relatório final de Celso apresentado à Fundação Rockfeller, ao término de sua bolsa, fica-nos a reflexão abrangente de Celso, antes mesmo de iniciar a escrita de *Formação Econômica do Brasil*, a sua extrema atenção em entender o processo brasileiro enquanto “um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 2009, p. 49). Ele nos diria então:

Interessei-me por algum tempo pelo estudo dos fatores internacionais que, durante o século XIX travaram o desenvolvimento das economias latino-americanas e promoveram a expansão dos Estados Unidos. Penso que minhas ideias sobre esse ponto estão muito mais claras agora e espero ser capaz de preparar e publicar mais adiante uma análise comparativa do papel do comércio internacional nos primeiros estágios do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e da América Latina.

Ao retomarmos a *Parte Um* e seus sete capítulos, de *Formação Econômica do Brasil*, tratam em boa medida da história e da expansão economia europeia e chega a dizer que “o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias” (FURTADO, 2009, p. 51).

Para a consecução deste artigo, selecionei um conjunto de livros de Celso Furtado, que a meu juízo deixam explícito a sua visão de internacionalista e chega a ser esdrúxulo e fora do lugar que muito raramente se menciona o autor como um pensador do campo.

No prefácio de sua *Formação Econômica da América Latina*, que dedica a seus alunos da Universidade de Paris, Furtado é taxativo ao

discutir os temas do subdesenvolvimento/desenvolvimento, seu duplo propósito para escrever este livro, a saber, de ajudar o estudioso a formar uma ideia do perfil econômico da região latino-americana e de contribuir para ampliar a perspectiva dos estudos de desenvolvimento dentro de cada país latino-americano. Desta forma entende que a compreensão do Brasil a partir de meados do século XIX “requer a sua inserção no quadro regional, da mesma forma que exige uma nítida percepção do comportamento dos polos dinâmicos da economia mundial” (FURTADO, 1969, p. 10). Mais à frente, no *Capítulo IV*, dedicado a transformação do comércio internacional, na segunda metade do século XIX, trata da divisão internacional do trabalho e o lugar da América Latina neste processo e novamente reitera o que disse no prefácio: “No correr do século compreendido entre os anos de 1800 e o primeiro conflito mundial, implantou-se um esquema de divisão internacional do trabalho e tomou forma *um sistema de economia mundial*” (FURTADO, 1969, p. 57).

Mas o autor não apenas reitera e explicita a formação de um sistema mundial, mas o qualifica em três pontos: 1. A existência de um núcleo avançado de capitalização, que concentra a atividade industrial, seus equipamentos e inovação, e também um núcleo financiador das exportações mundiais de bens de capital, que controla a infraestrutura dos transportes do comércio internacional, e centro das importações de bens primários; 2. A formação de um sistema de divisão internacional do trabalho sobre hegemonia basicamente da Inglaterra e um estímulo à especialização que favorece o rápido povoamento dos grandes espaços vazios das regiões de clima temperado e a articulação de outras áreas ao mercado mundial mediante a exportação de matérias primas; e, 3. O estabelecimento de uma rede de transmissão do progresso tecnológico que se mantém concentrada geograficamente

(FURTADO, 1969. p. 60-61).

Há um livro em especial, que corrobora para a hipótese que eu tento desenvolver aqui, a saber, que Celso Furtado para além de um economista, é um internacionalista, é um autor do campo das Relações Internacionais; trata-se de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América latina*, publicado em 1968, e em cujo *Capítulo 1* assim considera: “Na análise que se segue, trataremos de captar o problema do subdesenvolvimento como uma realidade histórica, decorrente da propagação da técnica moderna no processo de constituição de uma economia em escala mundial” (FURTADO, 1968, p. 3). Ou seja, os fenômenos do subdesenvolvimento e estagnação de uma região, a América Latina, são vistos como elementos do capitalismo que se configuram em escala mundial. Ou seja, o subdesenvolvimento não pode ser analisado como uma fase do processo, nem pode reproduzir a experiência das economias que lideram um sistema econômico de base mundial, que incorporaram progresso tecnológico, que por sua vez lhes permitiu crescimento, melhores salários e também relativa estabilidade social, conseguida via pressão social dos trabalhadores.

No caso da América Latina o caminho foi diverso, fomos integrados progressivamente ao sistema capitalista, aos mercados mundiais, através de exportação de produtos primários, utilizando muita mão-de-obra, no início mão-de obra escrava e recursos naturais. Como afirma:

A industrialização latino-americana não é o resultado da intenção consciente de romper com esquemas tradicionais da divisão do trabalho. Ela tomou impulso durante o longo período de depressão nos mercados internacionais de produtos primários, iniciado com a crise de 1929 (FURTADO, 1968, p. 7).

Esta industrialização se constitui como um caso típico, realizado

através da substituição de importações (ISI). E aí já levamos desvantagem, pois, diferentemente dos países centrais, a ISI ocorreu quando a tecnologia disponível trabalhava na direção de poupar mão-de-obra, quando tínhamos grande excedente de trabalhadores. Disso derivam os baixos salários, que penalizavam a geração de poupança e de investimentos. Furtado apresenta dados evidenciando que durante os anos 1950 ocorreu um aumento da produção industrial para 6,2%, quando diminuía a taxa de ocupação nas indústrias para 1,6%. Portanto, a industrialização “substitutiva” constitui processo qualitativamente diferente do que ocorria nos países desenvolvidos (FURTADO, 1968, p. 109). Aqui, a tecnologia na forma que se introduzia, criava problemas sociais. Não era fácil, à época, nem o é hoje, dizer que dada certas condições históricas de um país, ou uma região, a tecnologia pode ter efeito deletério. Um exemplo marcante é o atraso de nossa agricultura pela persistência de formas de organização semifeudal no campo, no Nordeste, sobretudo. Diz Furtado nesse livro que a nossa agricultura era baseada em técnicas rudimentares e mais, que exauriam a fertilidade do solo. Analisa ainda, com dados censitários de 1960, que mais de 90% das terras agricultáveis no Brasil, estavam em mãos de médias e grandes propriedades, com um agravante: elas não utilizavam mais de 8% dessas terras em cultivos. Diz Furtado (1968, p. 103) com descortino: “não é de surpreender que nos países latino-americanos o processo político gere fortes tensões que comprometem, permanentemente a estabilidade das estruturas de poder”. Esta frase, escrita há 68 anos, ainda é justa, a julgar pelos acontecimentos recentes em toda a região.

Mas é no *Capítulo 2*, do livro que ora discutimos, onde Celso Furtado, de forma magistral, estabelece uma rica análise geopolítica da região. Para tanto, vai acionar autores de referência das relações In-

ternacionais, como George F. Kenan, que foi assessor diplomático do presidente Truman, bem como Hans Morgenthau², um dos autores clássicos da “Escola realista”. A peça central do artigo são os Estados Unidos da América e a particularidade de suas relações com a América latina:

[...] a margem de autodeterminação, na busca de meios para enfrentar a tendência à estagnação econômica, reduz-se dia a dia, na medida em que imperativos da “segurança” dos Estados Unidos exigem crescente alienação de soberania por parte dos governos nacionais. Essa diferença de situação histórica explica, em certa medida, a disparidade das atitudes psicológicas que se observa correntemente entre os povos latino-americanos e a maioria dos países do terceiro Mundo (FURTADO, 1968).

No capítulo deste livro dedicado aos *Obstáculos Externos ao Desenvolvimento* (FURTADO, 1968), há uma excelente análise que desvela as relações da América Latina e Estados Unidos: o resultado da vitória dos EUA na Segunda Guerra e o estabelecimento de sua hegemonia, daí a Guerra Fria; as exigências de subserviência dos países periféricos – alienação de soberania e as interferências sistemáticas (Doutrina Monroe), como parte de uma área de segurança estabelecida pelos Estados Unidos. A América Central e o Caribe a princípio

2. Morgenthau foi um dos maiores nomes do século XX no estudo da política internacional. Ele foi considerado, junto com Kennan e Reinhold Niebuhr, um dos três grandes autores realistas nos Estados Unidos. Sua obra mais conhecida, *Politics Among Nations*, publicada em 1948 foi editada 5 vezes durante sua vida (faleceu em 1980). Há uma tradução excelente e disponível no site da FUNAG. Dizia ele sobre o “realismo”: “tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente, razão por que, na melhor das hipóteses, devem ser buscados mediante o recurso, sempre temporário, ao equilíbrio dos interesses e à inevitavelmente precária solução dos conflitos. Assim sendo, essa escola vê em um sistema de controle recíprocos um princípio universal válido para todas as sociedades pluralistas” (2003, p. 4).

foram os alvos e, depois de Cuba em 1959, deu-se o acirramento. Diz o autor:

O esquema americano de organização de uma sociedade de nações exigiria, para ter êxito na implantação de uma disciplina internacional que as grandes potências ao término da guerra, estivessem, ou aceitassem de uma ou de outra forma, a proeminência dos Estados Unidos de acordo com respeito aos problemas fundamentais de sua política exterior (FURTADO, 1968, p. 147).

É bom lembrar que neste período, a região ainda vivia o sonho do desenvolvimento, vide Juscelino Kubitschek no Brasil, os “50 anos em Cinco”, que se desfez a partir de 1964 em toda a região.

Celso trata da doutrina que, elaborada no Departamento de Estado, e de autoria do historiador diplomata George Kennan – influente junto ao Presidente Truman, que a União Soviética poderia ser “contida”, por vários motivos: uma população já esgotada pelo regime, com uma economia vulnerável e sob a qual pairava grandes incertezas. Mas para isto, os EUA deveriam dar demonstração de coesão, de liderança, não apenas no Ocidente, mas em países da Ásia, como a Coreia do Sul, o Japão, Taiwan, Singapura. Mas se essas reflexões nos fazem hoje pensar no novo conflito que se instala, agora entre EUA e China, Furtado (1968, p. 31) trata da emergência da China naqueles momentos:

Reconhecer a China como um centro autônomo de decisões vem a ser o mesmo que reconhecê-la como potência predominante na Ásia. Isso nos lembra mais uma vez George F. Kennan, seria para os americanos o mesmo que “abandonar (aos chineses) os frutos de nossa vitória sobre o Japão e transformar essa vitória em uma coisa sem sentido”. Tratando de prevenir a consolidação da China como potência predominante na Ásia, os americanos ocuparam parte de seu território (Formosa) e criaram uma situação de guerra permanente com esse país. Esse conflito assumiu a forma de uma nova vari-

ante da guerra fria, em razão do impasse criado por dois fatores: a) a enorme superioridade estratégica dos EUA, a qual retira à China qualquer iniciativa militar e b) a incapacidade dos EUA para “conquistar” militarmente a China. Isto é, ocupar de forma permanente o seu território.

A longa citação vale não apenas pela qualidade da análise, mas também por trazer à tona um fenômeno que, atualizado, traz à cena política um embate hoje bem claro, a saber, o confronto entre China e EUA, agora com novos ingredientes: uma aliança China- Rússia e uma ascensão econômica chinesa que está presente no cotidiano das relações internacionais, que ainda por cima vem sinalizada por uma “decadência” da hegemonia dos EUA, considerada inclusive por grandes autores norte-americanos *experts* de relações internacionais.

Em 1981, Celso Furtado publica um livro *O Brasil Pós-Milagre* (FURTADO, 1981), onde em sua Segunda Parte, trata do “Quadro Internacional”, e evidencia não apenas o acompanhamento sistemático da realidade internacional, mas a aguda análise que faz desse contexto, ainda sob os impactos da Guerra Fria. Impressiona no texto, não somente a abordagem sistêmica do período, mas os termos ainda muito atuais para os dias em que vivemos.

Gostaria aqui de introduzir algumas reflexões de Celso, no sentido de reforçar o conjunto de temas que discutia para clarear a dimensão internacional. O economista inicia falando da aceleração do tempo histórico ao final do século XX e entende que uma boa parte dos “especialistas” não tem uma visão adequada da realidade mundial. Ele aponta algo de mais e mais atual, a saber: “o impacto de um desmesurado fluxo de informações nos sistemas de decisões” (FURTADO, 1969, p. 95). Seria como que, dado o êxito do espírito analítico com relação às Ciências da Natureza, de extração cartesiana, os homens estivessem condicionados a explicar o mundo em seus detalhes, sem

poder apreendê-lo globalmente e, menos ainda, compreendê-lo. É a vitória do conhecimento fragmentado, parcial. Este homem histórico perderia a sensibilidade para entender os riscos de sua própria sobrevivência. A episteme de Furtado aponta, por exemplo, o que chama de “alucinante carreira armamentista”, mas também a destruição do desequilíbrio ecológico, isto há quase 40 anos: “a polarização da humanidade entre sociedades que se permitem um desperdício crescente de recursos e outras em que é alarmante a carência do essencial” (FURTADO, 1969, p. 96). Está apontando um problema que só fez crescer desde então e que compromete a própria reprodução da acumulação capitalista (PICKETTY, 2014; STIGLITZ, 2014; CHESNAIS, 2016; NAYYAR, 2013). Portanto, para Furtado é necessário construir uma visão global da complexa realidade histórica contemporânea como condição para as tendências do capitalismo, que segundo ele está orientada por quatro linhas de força. A primeira sendo a crescente integração dos mercados dos países industrializados capitalistas sob a tutela política e militar dos Estados Unidos. O resultado foi uma crescente concentração do poder econômico, com centros de decisão específicos e em estreita articulação com as grandes corporações transnacionais que, sobretudo, após os choques do petróleo, passam a ganhar independência de seus Estados nacionais, via criação dos paraísos fiscais. Na segunda, Celso aponta os países liderados pela então União Soviética. Na terceira, aponta a crescente carreira armamentista, que deu força e capilaridade à consolidação da hegemonia dos EUA, com imensos reflexos sobre a orientação do avanço tecnológico. Celso reforça a combinação de dois fatores, a saber, a autonomia de decisão das empresas multinacionais e o financiamento público em C&T com objetivos militares. Finalmente, na quarta, indica a emergência na esfera política internacional do chamado Terceiro Mundo.

Aqui, Celso Furtado entende, otimisticamente, que estes países tão desiguais teriam condições de “unir forças para modificar a estrutura de poder mundial”, sem o que dificilmente poderiam romper as amarras dessa dependência.

Há que entender que, no tempo em que fala, por um lado certas nações da África e da Ásia conseguem estabelecer suas independências, cujas plataformas “Não-Alinhadas” se expressaram em Bandung, em abril de 1955, mas quando pensamos na América Latina, boa parte de seus países já sofre de regimes ditatoriais alinhados com Washington, num processo longo, que chega aos anos 1980 – quando fala Furtado – sobre o endividamento externo da região, submetida a políticas duras de ajuste oriundas do FMI e do Banco Mundial. O confronto entre os EUA e a URSS, para Furtado, é quando “a humanidade alcançou a capacidade de autodestruição antes de haver aprendido a governar-se” (FURTADO, 1981, p. 99). Esse confronto, ainda não resolvido no momento do livro de Celso, não obstante já lhe permite afirmar que, graças à Guerra Fria os EUA ganharam legitimidade para estabelecer tutela sobre as demais grandes nações industriais capitalistas, o que criou, segundo ele, as condições objetivas para a afirmação do estilo de desenvolvimento com base em economias de escala, “no uso predatório de recursos não-renováveis e na uniformização dos padrões de consumo” (FURTADO, 1981, p. 101).

Uma outra consequência relevante foi a aceleração tecnológica, que favoreceu a concentração do poder econômico nos grandes centros capitalistas, submetendo os países periféricos a uma concentração de renda direcionadas aos países ricos, e à transferência de corporações transnacionais para Brasil, México, Argentina e para quase a totalidade da periferia, fenômeno hoje conhecido como “offshorização”. Mas mesmo se levarmos em consideração que quando Celso

falava em plena Guerra-Fria, já anunciava de certa forma “as frustrações das experiências socialistas”, e, ao mesmo tempo, não deixa de anunciar “o impasse em que se encontra atualmente o sistema capitalista” ao qual atribui como dado fundamental “se queremos perscrutar o futuro” (FURTADO, 1981, p. 103).

A justeza e atualidade de Furtado, em uma obra escrita há quase 40 anos demonstra, no mínimo, os acertos e a qualidade de suas reflexões. Ao referir-se ao “impasse” do capitalismo, num momento em que os EUA estão estabelecendo-se como o grande *hegemon*, acerta, quando define os múltiplos planos em que se manifestam esse impasse: o primeiro, segundo ele, é a “fronteira ecológica”, a tecnologia surgida no quadro do capitalismo industrial, particularmente, a versão que se desenvolveu nos EUA e veio a predominar com a integração dos mercados, prende-se a uma curta visão do tempo, o que explica sua voracidade na utilização de recursos não renováveis (JAMESON, 2014, 2017; LATOUR, 2017; STENGERS, 2009; KLEIN, 2015).

Concluiremos a reflexão sobre o fazer teórico de Celso Furtado, entendendo que sua obra é uma densa abordagem analítica sobre a Política Econômica Internacional naquilo que trata das transformações do capitalismo desde suas origens, com um foco nas relações que estruturam o centro sistêmico e com um olhar especial sobre a periferia capitalista, notadamente o Brasil e a América Latina. A sua teoria do Subdesenvolvimento torna indissociável, tanto em termos político quanto econômicos, a relação que se estabelece e se constrói ao longo do tempo, entre os países que saíram na frente do processo industrial e aqueles *late-commers*, tornando supérflua a assertiva de que *os países mais adiantados só fazem mostrar aos mais atrasados, o seu futuro*.

Uma questão me parece inaceitável, é que tantos estudiosos e estudantes da periferia do capitalismo, sobretudo aqueles do campo das

Relações Internacionais, não incorporem Celso Furtado como um autor desse campo. Uma larga maioria prefere reproduzir os autores canônicos da disciplina, mormente dos Estados Unidos da América, que são, no mais das vezes, funcionários do Estado, assessores do Pentágono, do Sistema de Defesa, ou de *Think-tanks* que lidam com segurança internacional; guerras e conflitos militares; economia; estratégias e tecnologias, entre outras.

Um dos últimos livros de Celso que faço menção aqui, mas há muitos outros não referenciados, trata-se de *Transformação e Crise na Economia Mundial* (1987), onde se depara com as fortes mudanças introduzidas no capitalismo, em um mundo cada vez mais desregulado. Trata e dá conta dos acontecimentos que vão, digamos, de Bretton Woods à crise econômica internacional, uma fase da História, segundo ele, “em que o grau de incerteza com respeito ao futuro passa a cota da tolerância, pondo em risco a coesão social tornando particularmente difícil a tarefa de governar” (FURTADO, 1987, p. 161).

Nesse livro dá uma forte demonstração de sua capacidade de antecipação, quando descortina a fantástica expansão das atividades dos grandes bancos norte-americanos no exterior e do fenômeno da financeiraização: “dessa forma, emergiu uma estrutura financeira de grandes dimensões, liberada da tutela dos bancos centrais e aliviados dos custos das reservas obrigatórias, com capacidade para criação autônoma da liquidez” (FURTADO, 1987, p. 199).

A expansão colossal das reservas monetárias acaba por gerar a formação de um sistema financeiro transnacional com ampla autonomia de ação. Esse processo termina por fortalecer as empresas transacionais, ao dar-lhes mais autonomia, mas que por outro lado desestabiliza os sistemas monetários nacionais. Nessa conjuntura, de transnacionalização acelerada das atividades produtivas, ampliar-se-á o co-

eficiente de comércio exterior. O que traz, junto à necessidade dos ganhos de competitividade feitos a partir de investimentos pesados em tecnologia, que por sua vez limitará os empregos. A disputa entre tecnologia de ponta e emprego será “praticamente” resolvida com os processos de *offshorização*. Grandes conglomerados buscando trabalho barato e regulação reduzida ou inexistente nas regiões periféricas. Como acertadamente notou “foram as economias periféricas que se adaptaram às exigências de racionalidade econômicas das transnacionais” (FURTADO, 1987, p. 207).

Celso Furtado ainda não percebia os passos da economia chinesa e seu livro é, praticamente, centrado na preeminência mundial da economia norte-americana. Mas aponta a carreira armamentista com reflexos profundos na orientação do progresso tecnológico, que segundo ele, gerava incerteza com respeito ao futuro; bem como no estilo de desenvolvimento apoiado em economias de escala e no uso predatório de recursos não renováveis e uma padronização do consumo. Diz: “pouca dúvida pode haver de que a pressão na fronteira ecológica, com suas projeções na estrutura mundial de poder e seu impacto na orientação do progresso técnico, conduz a uma descontinuidade na história da civilização industrial” (FURTADO, 1987, p. 273). Não é pouca coisa a articulação que faz da triangulação *armamentos – tecnologia – crise ambiental*, fenômenos tão contemporâneos.

Concluo essa leitura de Celso Furtado com um parágrafo onde expressa a sua grandeza, não apenas como economista, mas como um teórico da política econômica internacional:

Um sistema econômico não é uma simples constelação de mercados cuja lógica possa ser explicada com base na teoria do comportamento dos agentes individuais. Ela pressupõe a existência de um quadro institucional e um poder regulador capaz de arbitrar os conflitos que se manifestam a todo momento em torno da apropriação

e da alocação dos recursos escassos (FURTADO, 1987, p. 249).

Assim, o nosso autor entende que o sistema econômico não existe fora de um contexto político, como resultante de uma determinada estrutura de poder. É muito mais uma teia de relações onde o ambiental, o tecnológico e o cultural estão associados.

Algumas reflexões teóricas

A disciplina de RI é uma disciplina que segundo Acharya (2014) já não reflete “as vozes, experiências, reivindicações de conhecimento e contribuições da vasta maioria das sociedades e estados do mundo, e muitas vezes marginaliza aqueles que estão fora dos países centrais do Ocidente”. Há acadêmicos de RI ou de disciplinas chamadas de sociais, de diversas procedências que buscam, hoje, encontrar suas próprias vozes e reexaminar suas próprias tradições, ao ponto em que uma autora indiana se colocasse uma questão ontológica que projetou mundialmente suas reflexões (SPIVAK, 2010; COSTA LIMA e SOCCIO, 2016).

O que dizer da força do pensamento do filósofo camaronês Achille Mbembe, que articula em suas obras permanências e atualizações da colonialidade: racismo, violência de Estado e crítica ao capitalismo global. Diz ele:

Enquanto não tiver sido abolida a lógica da extração e da predação que caracteriza a economia política das matérias primas em África e, com ela, os modos existentes de exploração das riquezas do subsolo africano, poucos progressos se registrarão. O tipo de capitalismo que incrementa essa lógica alia maravilhosamente mercantilismo, agitações políticas, humanitarismo e militarismo (MBEMBE, 2014, p. 19).

Nosso desafio, num mundo que acelera suas transformações e tor-

na obsoleta um conjunto de formas canônicas, seja nas ciências humanas seja nas relações internacionais, é traçar um caminho rumo a uma disciplina verdadeiramente inclusiva, reconhecendo suas múltiplas e diversas fundações (COSTA LIMA, 2013a).

Acharya formula a noção de uma “RI Global” que transcende a divisão entre o Ocidente e o Resto. Estruturando uma racionalidade que sempre esteve na base de todas essas violências históricas, descreve uma agenda de pesquisa que apóia a ideia de uma RI global. O elemento chave da agenda inclui estudos comparativos, estudos de sistemas internacionais que olhem para além da forma Westfaliana, conceituando a natureza e as características de uma ordem mundial pós-ocidental que poderia ser denominada como um Mundo Multiplex (utilizando justamente a imagem globalizada das salas de cinema), que amplia o estudo dos regionalismos e ordens regionais para além dos modelos eurocêntricos, criando sinergia entre abordagens disciplinares e estudos de área; expandindo novas investigações sobre a difusão de ideias e normas, e investigando as múltiplas e diversas maneiras pelas quais as civilizações se encontram, o que inclui interações pacíficas e aprendizado mútuo, mas também reconhecimento da história e, sobretudo, da expressão colonial dessa história que foi sempre negada ou silenciada.

O desafio de construir uma RI global não significa para ele uma abordagem de tamanho único; em vez disso, nos obriga a reconhecer a diversidade que existe em nosso mundo, busca um terreno comum que seja capaz de resolver conflitos; as múltiplas e diversas maneiras pelas quais as civilizações se encontram, o que inclui interações pacíficas e aprendizado mútuo.

A disciplina de Relações Internacionais (RI) reflete verdadeiramente a sociedade global em que vivemos hoje? Stanley Hoffmann

(1977, p. 41) descreveu o campo como uma “ciência social norte-americana”. Isso não se sustenta mais no sentido físico ou geográfico. Nas últimas décadas, as escolas, departamentos, institutos e convenções de RI cresceram em todo o mundo. Mas a disciplina ainda precisa superar um desafio central relacionado às suas raízes britânicas e norte-americanas.

No ensino e na pesquisa, embora as interações entre o Ocidente e Oriente tenham se ampliado, ainda não foi possível superar, por exemplo, o avassalador predomínio das bibliografias ocidentais, mormente norte-americana. As universidades, os acadêmicos e as Editoras do Ocidente dão o tom dos temas e da agenda. Nesse universo fechado, os países do Sul são estudados apenas por especialistas ou como testes para determinadas teorias produzidas no Norte (ACHARYA e BUZAN 2007, 2010; WÆVER e TICKNER, 2009).

Em que pese sua grande popularidade, as narrativas dominantes de RI, teoria e métodos falham em corresponder à crescente distribuição global de seus assuntos e temáticas. *The Global IR project*, diz Acharya (2014, p. 649), transcende a distinção entre o Ocidente e o Oriente ou o que não é Ocidente ou qualquer categoria binária que seja exclusiva. Enquanto estas persistam como convenientes, elas perderão capacidade analítica, numa visão das RI Globais.

O pensador indiano entende que a *Global RI* não constitui uma teoria, mas uma aspiração para uma maior inclusão e diversidade em nossa disciplina. Em linhas gerais, a ideia da Global IR gira em torno de seis dimensões principais:

1. É fundada sobre um universalismo pluralista: não “aplicada a todos”, mas reconhecendo e respeitando a diversidade existente;
2. Baseia-se na história do mundo, não apenas na história greco-

romana, européia ou americana;

3. Subsume, ao invés de suplantar, teorias e métodos de RI existentes;
4. Integra o estudo de regiões, regionalismos e estudos de área;
5. Evita o excepcionalismo;
6. Reconhece múltiplas formas de agência além do poder material, incluindo resistência, ação normativa e construções locais da ordem global.

Por que, pergunta ele, quando considerando as ideias que moldaram o pensamento de RI fazemos tanto de Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Locke e Kant, mas não de Ashoka, Kautilya, Sun Tzu, Ibn Khaldun, Jawaharlal Nehru, Raul Prebisch, Frantz Fanon e tantos outros (ACHARYA , 2014, p. 648); e eu aqui poderia incluir tantos grandes nomes, inclusive Edward Said, Celso Furtado, Anibal Quijano, Darci Ribeiro, Achille Mbembe.

Robert Cox (2002, p. 530) um autor crítico das RI, ao tratar do tema da universalidade oferece uma concepção alternativa de universalismo, que repousa em “compreender e respeitar a diversidade em um mundo em constante mudança”. Essa formulação rejeita a dicotomia falsa e politicamente inspirada entre o universalismo e o relativismo (COSTA LIMA, 2010a).

“A teoria, diz Cox, evolui através da controvérsia, através da história – como diria Hegel – entre distintos pontos de vista sobre a realidade; cada uma, uma perspectiva particular no tempo e no espaço” (2002, p. 25). Mas nos diz ainda que são dois os principais fatores que moldam a teoria, a saber: o primeiro é o movimento objetivo da história, que está continuamente lançando novas combinações de forças,

que interagem umas com as outras e; o segundo, é a percepção subjetiva dos que contemplam estas forças com o objetivo de compreender e agir sobre o movimento da história (COX, 2002, p. 25).

Nosso desafio agora é traçar um caminho rumo a uma disciplina verdadeiramente inclusiva, reconhecendo suas múltiplas e diversas fundações. O caso da reflexão substantiva que faz o indiano Partha Chaterjee (2004, p. 237) sobre o lugar do estado colonial é representativa:

As formas do estado moderno foram importadas nestes países através da agência da regra colonial. As instituições da sociedade civil, nas formas em que elas tinham surgido na Europa, também fizeram sua aparição nas colônias, precisamente para criar um domínio público para a legitimação da dominação colonial. Este processo foi, no entanto, fundamentalmente limitado pelo fato de que o estado colonial poderia conferir ao colonizado apenas sujeição, não poderia dar-lhes cidadania.

Mas são muitos os pensadores indianos que refletem sobre a questão, a exemplo de Pannikar (2001, p. 108-111) quando afirma que “O que foi fundamental para a atitude colonial com o passado nativo, no entanto, não foi a sua apropriação, mas a negação de uma história válida para os colonizados”. Ou ainda, chamando a atenção para o próprio lugar das elites indianas, quando: “A inteligentzia indiana passou a ver sua própria história através do prisma colonial”. Aqui, Pannikar está muito próximo a Furtado, quando o brasileiro nos diz que as elites do país apenas viam no povo uma dimensão negativa (FURTADO, 1984, p. 23).³ Mas retornando à questão de Hoffmann acima pontuada, diz o internacionalista norte-americano que foi apenas o século XX que trouxe a democratização para a política externa e

3. “O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do *atraso*, atribuindo-se significado nulo à sua criatividade artística” (FURTADO, 1984, p. 23).

mesmo tendo vivenciando duas mortíferas guerras mundiais. As questões diplomáticas passaram dos cálculos de poucos para as paixões de muitos, tanto porque mais Estados aderiram ao jogo que tinha sido reservado a um pequeno número de atores (sobretudo europeus) e acima de tudo porque dentro de muitos estados, partidos e interesses estabeleceram ligações ou empurraram reivindicações através das fronteiras nacionais. O processo de descolonização africana está relacionada a essa ampliação, mas também expulsão dos ingleses da Índia ou a revolução comunista chinesa em 1949. Podemos ainda incluir a revolução cubana em 1959.

Hoffmann insiste que foi nos Estados Unidos que as relações internacionais se tornaram uma disciplina. Estudar a política externa dos EUA era estudar o sistema internacional e estudar o sistema internacional era igual a trazer a tona o papel dos EUA. “Pois era muito fácil assumir que os valores que apoiavam a pesquisa científica, o respeito à verdade, a liberdade de investigação, de discussão, e de publicação eram aqueles pelos quais Washington lutava nos assuntos internacionais” (HOFFMANN, 1977, p. 47).

O autor dizia ainda que os problemas que examinara haviam ocorrido, sobretudo, na América, porque a profissão dos especialistas de relações internacionais eram preponderantemente americanos. Essa predominância americana, nas relações Internacionais também tomou algumas características adicionais, essencialmente americanas (HOFFMANN, 1977, p. 56).

Acharya, por sua vez, aponta para uma das fraquezas proeminentes da liderança norte-americana na Ordem Mundial, a saber, o desejo normativo de universalidade que ignora variedades de atores e a multiplicidade de suas experiências. Mas há uma outra pergunta que o incomoda, que é especular sobre o que viria após a ordem Mundial

dos Estados Unidos, nos anos vindouros?

Uma pergunta difícil de ser respondida, desde que para ele nenhum poder individual seria capaz de exercer uma influência sem o consentimento ou mesmo a participação de potências regionais em ascensão. O que viria a redefinir o quadro internacional. Para ele seria altamente improvável que o mundo voltasse à unipolaridade. Ele acredita que na complexidade das relações internacionais contemporâneas, que se desenharia um modelo híbrido de governança global, entre as grandes potências e os países emergentes e uma rede de ordens regionais. Nesse sentido, Acharya me parece muito otimista, ao acreditar numa governança harmônica com legitimidade. E muito embora Acharya minimize o padrão de governança global, ao afirmar que as nações dominantes abririam espaço para os movimentos sociais, para além dos estados, o que também, não está acompanhando os fatos.

A defesa que a Tese da *Global IR* faz é aquela que estaria enraizada na história mundial – muito mais do que na história do Ocidente – bem como nas idéias, instituições e perspectivas intelectuais diversas.

Segundo Acharya a designação do campo como “Global IR” não quer dizer reduzir a importância das regiões e dos regionalismos, muito menos a contribuição de áreas de estudo. Ao contrário, a *IR Global* traz para o centro da discussão as regiões. Uma vez que o mundo não está se fragmentando em regiões, tampouco está se deslocando inexoravelmente na direção de uma globalização totalizante. Hoje vemos justamente o contrário, com o acirramento dos nacionalismos, reforçados pela experiência de Donald Trump e da ascensão de governos de direita ou extrema direita por todo o mundo.

Ao tratar da questão da Agência, diz Acharya que enquanto as principais teorias de RI veem o chamado Terceiro Mundo ou as Relações Sul-Sul ou do Sul Global como marginal à “história principal” da

política mundial, algumas teorias críticas – incluindo aquelas associadas com o pós-colonialismo e escolas de dependência – na verdade prosperam nesta marginalidade presumida. Seus defensores têm razão ao criticar teorias *mainstream* para excluir o Sul global. Mas é uma luta que toma tempo. E a crise de 2008 tem feito a política e o sistema mundial caminharem para um neoliberalismo extremado na economia e um totalitarismo crescente na política, onde democracia e economia já não caminham no mesmo passo.

Vivemos um tempo histórico onde já não cabe a exclusividade do Ocidente. É necessário estabelecer programas sólidos de pesquisa que sejam capazes de descobrir novos padrões de Teorias e de Métodos a partir da História Mundial o que vem a ser um grande desafio para superar estereótipos cristalizados. Isso requer, como previu Acharya, descartar as estruturas estabelecidas a partir de Westphalia.

Hui (2004) argumenta, sobre a tendência dos teóricos de RI Ocidentais, de utilizar os conceitos de hierarquia e império, relacionados à história chinesa, após o período dos *Estados Guerreiros ou dos Reinos Combatentes*,⁴ para enquadrá-los como *aberrações* ao passo que entendem o modelo Europeu de Westphalia, descentralizado, como a norma correta do sistema internacional. Há grande desconhecimento de outros padrões estabelecidos muito antes, por chineses e indianos, com dinâmicas muito diferenciadas, e que precisam ser conhecidas e incorporadas à reflexão mais ampla das teorias de RI (COSTA LIMA, 2018; ZHAO TINGYANG, 2013).

4. Este período, antecede a unificação da China, feita por Qin Shi Huang. Ocorreu entre o século V a.C. até 221 a.C. e também fez parte da dinastia Zhou (uma das primeiras dinastias chinesas e a mais duradoura), que foi seguida pelo período das “Primaveras e Outonos” .

A título de conclusão

Penso que ficou mais clara a necessidade urgente de reconstruir a disciplina das Relações Internacionais, o que começa por trazer à luz as contribuições teóricas de todas as regiões, países e culturas. Isto só começará a existir de fato, quando as ementas das disciplinas de RI forem capazes de incluir os temas e autores que não sejam caros apenas aos centros desenvolvidos, de bibliografias internacionais que não sejam apenas as produzidas nos EUA, no Reino Unido, e nos demais países centrais. As academias da periferia, muitas delas sendo as primeiras a desvalorizar o próprio pensamento, a própria historicidade, acabam por reproduzir formas de pensar obsoletas. Findam por serem absorvidas intelectualmente pelas elites subdesenvolvidas.

Portanto, a leitura de Celso Furtado, de sua obra, de sua contribuição, não precisa ser vista ou compreendida de modo “envergonhado” por brasileiros, mas ao contrário, trata-se de uma reflexão diferenciada, que traz contribuições originais de um longo percurso histórico, com densidade analítica e teórica não apenas para aqueles da periferia, mas para toda humanidade. Na análise de muitos livros de Celso podemos observar sua riqueza de interpretação, ancorada em um lastro e bagagem histórica invejável, sua dimensão crítica, sua antecipação fenomenológica, sua abrangência multidisciplinar – História, Economia, Teoria do desenvolvimento e do Subdesenvolvimento, Epistemologia da Ciência, dinâmica do Capitalismo, Ecologia e mais do que nunca as ferramentas que utiliza no campo da Política Econômica Internacional.

Finalizo com uma passagem de Celso Furtado que diz muito de sua contribuição intelectual, de sua atualidade, muito além do apenas científico:

Que os homens hajam tomado tanto tempo para perceber que a lógica do sistema capitalista – no qual a administração dos recursos não renováveis está subordinada a interesses privados – leva a um implacável empobrecimento da vida em um de seus aspectos fundamentais, que é o das relações do homem com a natureza, ficará como o maior paradoxo de uma civilização que pretendeu ter na razão seu princípio unificador (FURTADO, 2008, p. 222).

Referências

ACHARYA A. Global International Relations and Regional Worlds. *International Studies Quarterly*, doi: 10.1111/isqu.12171 © 2014 International Studies Association, 2014.

_____. *The End of American World Order*. Cambridge: Polity Press, 2014.

_____. Advancing global IR: challenges, contentions and contributions, *International Studies Review*, 18(1): p. 4–15, 2016.

ACHARYA, A.; BUZAN, B. (eds.). Why is there no non-western international relations theory? reflections on and from Asia, *Special Issue of International Relations of Asia Pacific*, 7(3): p. 285–286, 2007.

_____. (eds.) *Non-Western International Relations Theory: Reflections on and Beyond Asia*. Oxford and New York: Routledge, 2010.

CHATTERJEE, Partha. The Nation and its Fragments. Colonial and postcolonial Histories. In: *The Partha Chatterjee Omnibus*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

CHESNAIS, F. *Finance Capital Today*. Corporations and Banks in the Last Global Slump. Leiden: Brill, 2016.

COSTA LIMA, Marcos. Robert W. Cox e a Teoria Crítica nas Relações Internacionais. In: Costa Lima, Marcos... [et al]. *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec, 2010a.

_____. Cultura e Pós-colonialidade: afinidades intelectuais entre Celso Furtado, Leopoldo Zea e os Subaltern Studies. In: D'Aguiar R. F. (Org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers, v. 1, p. 250-273, 2013a.

_____. Os Pesticidas: uma poderosa cadeia mundial, que envenena nossos alimentos e afeta a nossa saúde. In: *Jornalismo & Cidadania*, n. 27, 2018.

_____. A Nova Teoria das Relações Internacionais Chinesa e a Ascensão do País: o conceito de Tianxia. In VADELL, Javier. *A Expansão econômica e geopolítica da China no Século XXI*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

COSTA LIMA, Marcos (Ed at al). *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec. 2010.

_____. *Teóricos das Relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec, 2013.

COSTA LIMA, Marcos; BITU, Tieta Tenório; SALES, Gabriela L. Rômulo Almeida: espírito de planejador, demiurgo do estado brasileiro moderno. Texto produzido para o projeto Capes: *Memórias Brasileiras: Biografias*, 2018.

COSTA LIMA, Marcos; SOCCIO, Carolina Di Manno A. *Visões do Sul: o Marxismo e o Pensamento Crítico nos Estudos Subalternos Indianos*. Marília: Cultura Acadêmica Editora/Fapesp, p. 53-80, 2016.

COX, Robert. Universality in International Studies. In *Critical Perspectives in International Studies*, edited by Michael Brecher and Frank Harvey. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

_____. *Political economy of a plural world: Critical reflections on power, morals and civilization*. London: Routledge, 2002.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editor S.A, 1969.

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *O Brasil Pós-Milagre*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. *Cultura e desenvolvimento em período de Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras. Paz e terra, 2008.

_____. Formação Econômica do Brasil. In: *Edição Comemorativa dos 50 Anos*. Org: Rosa freire d'Aguiar Furtado, p. 49. São Paulo: Companhia das letras. 2009.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. Apresentação. In: Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Edição Comemorativa dos 50 Anos. Org: Rosa Freire d'Aguiar Furtado, p. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*, Brasília: Editora UNB, 2002.

HOFFMANN, S. An American Social Science: International Relations. *Daedalus*, v. 106, n. 3, Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary Scholarship, Volume I, p. 41-60, Summer 1977.

HUI, Victoria. Towards a Dynamic Theory of International Politics: Insights from Comparing Ancient China and Early Modern Europe. *International Organization* 58: 174–205, p. 2004.

KENNAN, George F. A Fresh Look at our China Policy. *The New York Times Magazine*, 24/11, 1964.

_____. *American Diplomacy: 1900-1950*. New York, 1951.

KLEIN, Naomi. *This Changes Everything: Capitalism vs. The Climate*. New York: Simon & Schuster, 2015.

LATOUR, Bruno. *Où Aterrir? Comment s'orienter en politique*. Paris: La Découverte, 2017.

MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite*. Luanda. Mulemba, 2014.

_____. África é a última fronteira do Capitalismo. Entrevista a Antonio Guerreiro, 9/12, 2018.

MORGENTHAU, Hans. A Reassessment of United States Foreign Policy. In: *Politics in the Twenty Century v. II*, 1958.

_____. The Revolution in the United States. *Foreign Policy*, [dados?] 1957.

MOORE, Jason. *Capitalism in the Web of Life*. London: Verso, 2015.

MOORE, Jason (Ed.) *Anthropocene or Capitalocene?* Nature, History and

the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

NAYYAR, Deepak. *A Corrida pelo Crescimento*. Países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PANNIKAR, K.N. *Culture, Ideology, Hegemony*. New Delhi: Tulika Print, 2001.

PICKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty First century*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SPIVAK, Gayatri. *Podem os Subalternos falar?* Belo Horizonte: PUC-Minas, 2010.

STENGERS, Isabelle. *Au temps des Catastrophes*. Resister à la barbarie qui vient. Paris: La Découverte, 2009.

STIGLITZ, Joseph. *The Price of Inequality*. How today's divided society endangers our future. New York: WW Norton & Company, 2014.

TINGYANG, Zhao. *The China Dream*. Harvard Yenching Institute. Working Paper Series, 2013.

_____. Rethinking Empire from a Chinese Concept 'All-under-Heaven' (Tian-xia), *Social Identities*, v. 12, n. 1, p. 29/41, January 2006.

WÆVER, Ole; TICKNER, Arlene B. Introduction: geocultural epistemologies. In: WÆVER, Ole; TICKNER, Arlene B. (Ed.). *International Relations scholarship around the world*. London: Routledge, 2009.

Resumo:

Esse artigo tem como objetivo central considerar a obra do economista brasileiro Celso Furtado como um internacionalista. Através da análise de várias de suas obras, chegamos a conclusão de que questões abordadas por Furtado – a economia política mundial, desenvolvimento e subdesenvolvimento, a dinâmica do capitalismo, a ciência e tecnologia, os investimentos militares, a financeirização e as crises, inclusive a crise ambiental – são temas pertinentes e que tratam da natureza da economia política. A segunda parte do artigo introduz uma reflexão teórica sobre o porque da não existência de teorias não-Ocidentais nas relações internacionais? Para tanto, nos valemos das reflexões de autores, a exemplo de Amitab Acharya, Achille Mbembe, Partha Chaterjee entre outros que, ao lado de Celso Furtado, representam saberes e narrativas de maior diversidade e expressão cultural global.

Palavras-chave: Celso Furtado; relações internacionais; Sul Global; pós-colonialismo; eurocentrismo.

Abstract:

This article aims to consider the work of Brazilian economist Celso Furtado as an internationalist. Through the analysis of several of his books, we come to the conclusion that the issues addressed by Furtado – the world political economy, development and underdevelopment, the dynamics of capitalism, science and technology, military investments, financialization and crises, including environmental crisis – are relevant themes that deal with the nature of political economy. The second part of the article introduces a theoretical reflection on why is there no non-Western theories in international relations? For that, we use the thought of authors of authors such as Amitab Acharya, Achille Mbembe, Partha Chatterjee, Robert Cox among others, who, along with Celso Furtado, represent a knowledge and narratives of greater diversity and global cultural expression.

Keywords: Celso Furtado; International Relations Theory; Global South; Post Colonialism; eurocentrism.

Recebido para publicação em 30/07/2019.

Aceito em 05/12/2019.

Estados Unidos, las empresas transnacionales y el subdesarrollo: Una lectura desde Furtado

Gregorio Vidal

Universidad Autónoma Metropolitana, México

 <https://orcid.org/0000-0002-6305-4247>

vidal.gregorio@gmail.com

Introducción

En la introducción del libro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Celso Furtado destaca que en los años cincuenta y principios de los sesenta del siglo pasado la ciencia económica enseñada en las universidades de Europa y de Estados Unidos difícilmente ofrecía punto de partida alguno para abordar la materia del subdesarrollo.

La teoría de los precios, cuerpo central de la ciencia económica, estructurada dentro del marco de concepción del equilibrio general, excluía toda actitud mental dirigida a problemas de dinámica social... Toda insistencia en las diferencias estructurales hacia nacer la sospecha de una asimilación insuficiente del método científico de la economía (FURTADO, 1964. p. 5).

El texto se publicó en Brasil en 1961 y reúne diversos trabajos realizados en los diez años previos con el objetivo de indagar en los problemas del subdesarrollo. A la fecha la propuesta de Furtado es plenamente vigente. El subdesarrollo permanece bajo otras formas e incluye a gran cantidad de países y territorios. Además, en las universidades, no solo de Europa y Estados Unidos, la ciencia económica que mayormente se enseña no ofrece la posibilidad para abordar los problemas de esos países y más ampliamente de la dinámica social en el conjunto de las sociedades capitalistas.

Al sintetizar el análisis realizado en diversos capítulos del libro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, en particular lo expuesto en el capítulo IV, Furtado plantea que:

el subdesarrollo no constituye una etapa necesaria del proceso de formación de las economías capitalistas modernas. Es, en sí, un proceso particular resultante de la penetración de las empresas capitalistas modernas en las estructuras arcaicas. El fenómeno de subdesarrollo se presenta en formas variadas y en distintas etapas (FURTADO, 1964, p. 176).

Hay subdesarrollo con industrialización, con empresas transnacionales y amplios procesos de apertura financiera y económica que vinculan a ciertas economías con los procesos de internacionalización en curso desde hace décadas.

La acción de las empresas capitalistas en espacios no capitalistas es un dato sustantivo de la organización de la economía internacional y en tanto ello del comercio internacional. En este punto las propuestas de Furtado, como el conjunto de la escuela estructuralista latinoamericana, son una firme crítica a la teoría del comercio internacional fundada sobre los principios de las ventajas comparativas. En un texto presentado en la VI Conférence François Perroux, realizada en el Collège de France en Paris, en junio de 1994, intitulado “Retour à la

vision globale de Perroux et Prebisch”, destaca que:

...un des corollaires de cette théorie, le commerce International n ‘est pas seulement un ‘moteur de croissance’ –il permet à tous les pays qui y participent d’utiliser plus rationnellement ses propres ressources –, mais serrait également un factor de réduction des disparités des niveaux de revenus entre pays (FURTADO, 2006, p. 18).

Sin embargo, refiriéndose a las aportaciones de Prebisch, observa que la evidencia existente permite concluir en sentido contrario, hay una concentración del ingreso engendrado por el intercambio internacional en beneficio de los países de nivel de productividad y salario real más elevado. “Prebisch déplaça la discussion du niveau des théorèmes d’avantages comparatifs à celui de l’observation des structures sociales au sein desquelles se forment les coûts et s’approprie l’excédent” (FURTADO, 2006, p. 19).

En un texto publicado en portugués en 1967, al estar explicando el papel del comercio exterior en la dinámica de la economía mundial y refiriéndose al criterio de las ventajas comparativas concluye:

Desde un punto de vista teórico, la crítica esencial a la teoría del comercio internacional es idéntica a la que se le hace a la teoría estática del equilibrio general: establece los criterios de racionalidad de los agentes económicos en una situación cualitativamente distinta de la realidad. Al despreciar el proceso de acumulación, que es no sólo la fuerza motora del desarrollo sino que también constituye el puente que liga el presente con el futuro, la teoría del comercio internacional va mucho más lejos: más que simplificar exageradamente el proceso económico, lo desnaturaliza (FURTADO, 1974, p. 204).

Para los propósitos del texto enfatizo que la comprensión del subdesarrollo y su proceso implica una forma de conceptualizar las relaciones económicas y políticas internacionales. Es parte sustantiva de una explicación del sistema mundo de la economía y sociedad capi-

talista. Como lo plantea Gerard de Bernis, en un texto que intituló: *Furtado et l'économie mondiale*, presentado en París en un coloquio internacional sobre las contribuciones de la obra de Celso Furtado:

...on restreint trop souvent la portée de l'œuvre de Celso Furtado quand on la présente simplement comme une théorie du seul développement, alors que son apport fondamental me paraît résider dans l'immersion du sous-développement dans l'univers des relations économiques internationales (DE BERNIS, 1998, p. 59).

Sin esta perspectiva la economía política internacional no cuenta con los medios para avanzar en diversos problemas sustantivos, desde la explicación del comercio internacional, hasta los desplazamientos de capital y la asimetría en las relaciones económicas y políticas entre países y sus estados nacionales, entre grandes empresas y entre algunas grandes empresas y ciertos estados nacionales. En el texto se analiza el papel de Estados Unidos, específicamente con relación a la dinámica de las sociedades en América Latina y las acciones de las empresas transnacionales en la economía mundial y en particular en América Latina, todo ello frente al problema de la creación de las condiciones del desarrollo.

Capitalismo, industria y subdesarrollo

La constitución de un núcleo industrial en la Europa del siglo XVIII modifica sustancialmente el comportamiento de la economía a nivel mundial. Dos aspectos relevantes de la nueva situación son: a) los factores causales- genéticos del crecimiento (afirma Furtado) pasan a ser endógenos del sistema económico; b) hay una relación esencial, una articulación del proceso de formación de capital con el desarrollo de la ciencia experimental. Esta economía industrial con

origen en Europa se desarrolló en tres líneas. La primera se dio en la propia Europa occidental, provocando una desorganización de la economía artesanal precapitalista. Fue un proceso largo que considero el cuadro de las divisiones políticas de la anterior etapa mercantilista (FURTADO, 1964). La segunda línea de desarrollo fue la expansión de sus fronteras. Al respecto Furtado sostiene que

...ese desplazamiento de la frontera no se diferenciaba, básicamente, del proceso de desarrollo de la propia Europa, del que formaba parte, por así decirlo: las economías australiana, canadiense o estadounidense, en esa fase, eran simples prolongaciones de la economía industrial europea (FURTADO, 1964, p. 164).

Sin embargo, al serlo su expansión marca una forma específica de organización de la economía mundial.

La tercera línea de expansión de la economía industrial capitalista europea "...se realizó en dirección de las regiones ya ocupadas, algunas de ellas densamente pobladas, con sus sistemas económicos, de diversos tipos, pero todos ellos de naturaleza precapitalista" (FURTADO, 1964, p. 165). Las economías capitalistas se relacionan con esas regiones de manera diversa, teniendo en cuenta procesos de colonización que se prolongan en tiempo diferenciado. Con este proceso se completa una forma de articulación de la economía mundial que tiene en la asimetría una de sus características más importantes. También es notable la persistencia en esas regiones de formas de organización económicas no capitalistas. Furtado se refiere a la creación de estructuras híbridas, "...una parte de las cuales tendía a comportarse como un sistema capitalista, y la otra a mantenerse dentro de la estructura preexistente" (FURTADO, 1964, p. 165). Este tipo de economía constituye específicamente el fenómeno del subdesarrollo. Sin embargo, ello no implica mantenimiento de las estructuras preexistentes. Las

empresas capitalistas están actuando en las regiones coloniales y antes coloniales; y, en ellas generan procesos de destrucción de formas no capitalistas modificando la dinámica económica en esos espacios. La acción de las empresas capitalistas en esas regiones y países generan diversos procesos que dan contenido al funcionamiento de la economía mundial.

Para el caso de las economías que reciben a las empresas capitalistas la diferencia sustancial tiene que ver con la ganancia obtenida y su lugar de realización. Furtado plantea que: "...la empresa capitalista que penetra en una región de vieja colonización y estructura económica arcaica no se vincula, dinámicamente, a esta última por el simple hecho de que la masa de ganancias generadas por ella no se integra en la economía local" (FURTADO, 1964, p. 167). En adelante las economías de estos países se modifican e incluso tienen procesos de industrialización, pero siempre se mantiene el problema de donde se realiza la ganancia obtenida y que relación hay entre los procesos que permiten alcanzar esos beneficios y el conjunto de la dinámica social. Un aspecto del problema es la relación entre las formas y el monto de los beneficios alcanzados por las empresas que operan en cada uno de esos países y el nivel de los salarios de amplios segmentos de la población y la propia incorporación de amplios grupos de la población a las formas de remuneración específicas de las economías capitalistas.

Refiriéndose al caso de Brasil, en los años en que dominaban ampliamente las actividades resultado de la producción de café y no obstante que "...la actividad monetaria era controlada, sobre todo por capitales nacionales" el resultado no era el mismo que en las economías industriales de la época. Las ganancias estaban ligadas al mercado externo y no tuvieron el mismo papel que en el caso de la economía

industrial capitalista. “El elemento dinámico de la economía del café era la demanda externa , y no el volumen de inversiones realizadas en ella.” (FURTADO, 1964, p. 171). El tema clave es que las ganancias se reinvertían, aún cuando fueran realizadas por capitales del país, en tanto hubiese disponibilidad de tierras y de mano de obra atendiendo a la demanda externa, pero en un cierto punto “la experiencia demostró que los nuevos capitales allí formados tendían más bien a expatriarse que a buscar otros campos de aplicación dentro del sistema” (FURTADO, 1964, p. 171). La economía, aún cuando hay capitales del país en las actividades más dinámicas funciona a partir de determinaciones externas. Es un dato resultado de la especialización y la carencia de un núcleo interno que propicie el crecimiento. Para los efectos del texto explica en parte la operación de una economía internacional con base en una asimetría aún cuando se ha superado el colonialismo.

En las condiciones actuales, cuando en varios países de América Latina y otras regiones subdesarrolladas se ha implantado una actividad industrial, incluso diversa, el problema subsiste en tanto el elemento dinámico principal no se encuentra ligado al mercado interno. En el capitalismo de los años cincuenta, sesenta y setenta del siglo pasado, aún en economías como la de Brasil,

el proceso normal de desarrollo del grupo industrial sigue siendo la sustitución de importaciones ; de este modo, el elemento dinámico reside todavía en la demanda preexistente –formada principalmente por inducción externa – y no en las innovaciones introducidas en los procesos productivos, como ocurre en las economías industriales totalmente desarrolladas (FURTADO, 1964, p. 175).

Conforme se desarrollan estas economías la determinación externa es mayor o por lo menos se mantiene, en tanto involucra participación de empresas extranjeras en los segmentos más dinámicos de esas economías.

Para el caso de la economía de México la investigación de Fajnzylber y Martínez Tarragó (1976) demostró que en el periodo posterior a la Segunda Guerra Mundial y hasta los años setenta las empresas extranjeras se ubicaron en los sectores más dinámicos de la economía de México, explicando en gran parte el avance de la industrialización y ocupando un lugar clave en la dinámica del mercado interno. La implantación de las empresas transnacionales se presenta con gran vitalidad después de la Segunda Guerra Mundial, destacando las firmas estadounidenses y el proceso incluye la venta de empresas manufactureras que estaban en manos de capitales del país (VIDAL, 1996).

Refiriéndose al conjunto de América Latina, en particular en el periodo que va de 1950 a los primeros años de la década del setenta concluye:

Los datos presentados ponen de manifiesto que la participación de grupos extranjeros en el desarrollo reciente de América Latina es mucho menos un fenómeno de cooperación financiera, que de control de actividades productivas por parte de grupos que ya venían abasteciendo el mercado por medio de exportaciones (FURTADO, 2001, p. 241).

Al igual que en el caso de la economía exportadora de materias primas, aún cuando hay participación de capitales del país las ganancias en parte se realizan en el extranjero. Además como destaca en *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, “la estructura de precios en el sector industrial ligado al mercado interno, tiende a asemejarse a la que prevalece en los países de elevado grado de industrialización y exportaciones manufactureras” (FURTADO, 1964, p. 176). Al operar bajo estas condiciones las empresas realizan inversiones que no necesariamente permiten una importante y rápida transformación de la estructura económica y menos aún la absorción del sector de subsistencia. Así se consolida la heterogeneidad estructural como otro de

los rasgos del subdesarrollo que en parte se explica por la relación de las economías subdesarrolladas con la economía mundial.

En años recientes, con el avance de las corporaciones transnacionales y los procesos de apertura de las economías la determinación externa de la estructura de precios es mayor, como también la realización de las ganancias afuera de las economías subdesarrolladas. En este contexto una mayor industrialización e incluso un aumento de las exportaciones manufactureras desde economías como las de México es un dato de profundización del subdesarrollo y de la heterogeneidad estructural. También es parte de la explicación de la relación de la economía de México, como la de otros países de América Latina, con la economía internacional.

Estados Unidos y América Latina

En la introducción del libro intitulado *Os ares do mundo*, publicado en 1991, Furtado destaca que inmediatamente después del golpe de Estado en Brasil en 1964, al salir del país le fue posible retomar la actividad intelectual en el ámbito de América Latina. No obstante la experiencia en Brasil le había convencido que era imprescindible "...una mejor comprensión de las transformaciones que estaban ocurriendo en los Estados Unidos, puesto que ese país había asumido plenamente el papel de centro mundial de poder" (FURTADO, 1993, p. 11). Para América Latina era un tema sustantivo, en tanto necesario para comprender la propia dinámica de la economía en los diversos países de la región. En palabras de Furtado:

La fuerza gravitacional que ese centro [Estados Unidos, gobierno, empresas transnacionales. GV] ejerce sobre los países latinoamericanos había crecido tanto, que se había vuelto imposible captar el sentido de lo que ocurría en ellos si no disponíamos de hipótesis res-

pecto al comportamiento del sistema de poder estadounidense (FURTADO, 1993, p. 11).

A partir de esta observación Furtado se plantea tener una estancia de cierto tiempo en Estados Unidos, realizando el mismo el estudio de esa sociedad.

Sus planes tuvieron que cambiar en poco tiempo atendiendo a hechos políticos producto; por un lado, de la acción de la dictadura brasileña, y, por otro del clima de la guerra fría que "...llevaría al gobierno Washington a apoyar el *status quo* social y combatir muchos movimientos cuyo objetivo era promover la simple modernización de las estructuras sociales, los cuales pasaban a ser vistos como conspiraciones tendientes a reforzar a su adversario en la guerra fría" (FURTADO, 1993, p. 115). Por ello se vio obligado a desplazarse a París sin concluir sus investigaciones. Sin embargo, años después decide publicar bajo el título del *Interregno norteamericano* lo esencial de ese material de investigación. Sus observaciones dan cuenta de un análisis de la economía y sociedad a escala mundial, considerando el papel hegemónico de Estados Unidos. Para América latina se configura un escenario particularmente negativo.

En el momento en que urgía introducir reformas sociales para evitar que una industrialización tardía viniese a agravar las tendencias estructurales a la concentración del ingreso, se reforzaba la rigidez del sistema de dominación. Esa política llevó al gobierno estadounidense a prestigiar, cuando no a fomentar, la instalación de dictaduras militares en la mayoría de los países latinoamericanos (FURTADO, 1993, p. 115-116).

La situación en América Latina debía considerar también, como analizó más adelante, la acción de las empresas extranjeras en la región y los cambios en los sectores empresariales de los diversos países

del área. Es en este escenario que se llega a los años setenta y ochenta cuando la hegemonía estadounidense presenta algunas grietas y la economía mundial penetra en un periodo de tensiones mundiales sin precedente. Furtado plantea el problema en su complejidad al referirse al proceso de globalización en el texto *O Capitalismo Global*, publicado en 1998. Señala que las tensiones estructurales “se manifestam desde o começo dos anos 80 nos países do Terceiro Mundo sob a forma de brusca elevação das taxas de juros dos mercados internacionais e de intensa drenagem de capitais para os Estados Unidos” (FURTADO, 1998a, p. 35). También existe un amplio proceso de destrucción y reconstrucción de las economías del este europeo a la vez que avanza el proyecto de integración en Europa occidental. La globalización es un momento de grandes tensiones que implica la emergencia de nuevas fuerzas sociales, a la vez que algunas otras cambian.

La transformación en curso de la economía internacional plantea el problema de la hegemonía estadounidense, su fortaleza y la emergencia de otros espacios de poder. Para América Latina es un dato relevante, dada la preeminencia del poder estadounidense en la región. Furtado destaca que por un lado “o processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica dessas forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais” (FURTADO, 1998a, p. 29). Furtado se refiere a la interacción entre la innovación técnica por un lado y por otro a la expansión del mercado que crece junto con la masa salarial, todo ello en el espacio del capitalismo desarrollado. El primero se refiere a la acción de los empresarios en la búsqueda de la maximización de sus beneficios y el segundo se vincula con la acción de diversas fuerzas sociales que luchan por la elevación de sus salarios. Es parte sustantiva del crecimiento de los años de la segunda posguerra hasta principios de la década de los años

setenta. Es parte del proceso que permite el mantenimiento de la hegemonía estadounidense y la lucha contra el adversario en el contexto de la guerra fría. Sin embargo, el desarrollo de ese sistema que implica una creciente operación a nivel global de un grupo de grandes empresas que se apoyan cada vez más en los mercados externos para crecer, desarticulan la acción sincrónica de esas fuerzas que en pasado garantizaban el dinamismo de los sistemas económicos nacionales.

El resultado en curso es que:

A estrutura internacional de poder evolui para assumir a forma de grades blocos de nações-sedes de empresas transnacionais que dispõem de rico acervo de conhecimentos e pessoal capacitado... Na dinâmica desse sistema, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento (FURTADO, 1998a, p. 38).

Después la crisis de la deuda externa, con la aplicación en la mayor parte de los países de América Latina de políticas económicas fundadas en el ajuste fiscal avanza una transformación en esas sociedades que revela la significación de Estados Unidos en la región. Al ajuste fiscal se prolonga a lo largo de los años ochenta, a la vez que se realizan diversas renegociaciones de la deuda externa que hacen parte de una transformación estructural de las economías de la región.

La gravitación de la deuda y la administración de su cumplimiento en América Latina superan el estadio financiero y de comercio exterior al que ciertos estudios sobre la crisis pretenden confinarla, y comprometen asimismo ciertas coordenadas generales del empleo interno del excedente o la acumulación de capital (LICHTENSZ-TEJN, 1990, p. 169).

Lo que se imponen son medidas de política económica formalmente ejecutadas para controlar la inflación, pero que en los hechos son

parte de una internacionalización de la dinámica económica de los países del área.

Manteniendo el ajuste fiscal se llevan a cabo otras medidas en el ámbito de la política monetaria, siempre en acuerdo con las recomendaciones del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM). Posteriormente se añade la apertura comercial y la liberalización de la cuenta de capitales de la balanza de pagos. Más reformas denominadas estructurales se agregan en materia de eliminación de límites a la inversión extranjera, desregulación en la economía, supresión de subsidios y otras disposiciones para reducir la acción estatal en algunos espacios de la economía y las privatizaciones. Ese conjunto de políticas y transformaciones en leyes e instituciones que modifican la dinámica de las economías de la región a partir de la acción de los gobiernos y el conjunto del poder público es lo que se caracterizó como la agenda del Consenso de Washington (CW). Este conjunto de políticas y reformas es impulsada por el FMI, el BM y el poder ejecutivo de Estados Unidos, pero también se suman el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y algunos miembros del Congreso de Estados Unidos con intereses en América Latina (WILLIAMSON, 1990, p. 1).

Durante los años noventa y al inicio de la década pasada las propuestas impulsadas por las fuerzas que defienden el CW, con base en la continuidad del ajuste fiscal, se siguieron aplicando y se planteó una segunda generación de reformas estructurales que implicó cambios en los mercados laborales con el objetivo de una mayor flexibilización, no obstante los altos niveles de precariedad laboral y el amplio grupo de ocupación informal que caracteriza a los países de la zona. También se mantuvieron las privatizaciones, que en los hechos permitieron la ampliación de actividades de las empresas transnacionales en la re-

gión, incluidos los servicios públicos. Un grupo de corporaciones que recién había iniciado su internacionalización avanzaron en los mercados de América Latina. Son los casos entre otras de Repsol, Endesa y Telefónica con matriz en España. Con matriz en Estados Unidos fueron MCI, Bell South, Enron y AES. Todas ellas realizaron adquisiciones de empresas privatizadas y en otros casos compraron firmas que tenían poco tiempo de haber sido vendidas por el sector público (VIDAL, 2001; VIDAL, 2009).

La ejecución de la agenda del Consenso de Washington es parte de la propuesta encabezada por el gobierno estadounidense y algunos segmentos de los grandes capitales con matriz en Estados Unidos para avanzar en la determinación de la dinámica social en la región. Furtado observa que con el avance de la globalización “as economias latino-americanas estarão submetidas a pressões crescentes para desregular os seus mercados, o que acarretará efeitos diversos em função do grau de heterogeneidade de suas estruturas sociais” (FURTADO, 1998a, p. 32).

Acompañando las reformas estructurales el gobierno estadounidense plantea diversas propuestas de organización regional de los mercados que considera acuerdos bilaterales de inversión y lo que denomina tratados de libre comercio. Es el caso del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) que incluye a México, Canadá y Estados Unidos. Sin discutir la naturaleza y el alcance del TLCAN, que ha sido objetado por el gobierno estadounidense, para los propósitos de este texto conviene tener en cuenta que es un acuerdo que además del ámbito del comercio incluye un amplio capítulo sobre inversiones y las reglas para que las empresas tengan un trato semejante en toda la zona. La transformación de la economía en México ha implicado que se acentúa la relación con la economía estadounidense,

además como analizó en otro texto junto a la eliminación de restricciones para que firmas extranjeras puedan ser propietarias en México, para una parte de ellas la localización de inversiones en el país no tiene como objetivo cubrir el mercado interno. Su objetivo es el mercado estadounidense, pero también sus medios de financiamiento se han internacionalizado; sin que por otro lado se observe la aparición de un grupo relevante de compañías con matriz en México que a partir de sus actividades en el país tenga un proceso de internacionalización (VIDAL, 2015a). La determinación estadounidense es de gran significación, constituyéndose en un dato estructural de gran alcance en la economía del país, pero también haciendo parte de los cambios en la dinámica de las grandes fortunas con base en el país. La acción por parte del gobierno estadounidense es clave para entender proyectos como el TLCAN. Al respecto Furtado señaló:

Tal situação (refiriéndose a los cambios en la economía de Estados Unidos, la internacionalización de los mercados financieros y el déficit sostenido en la balanza de pagos de ese país) está conduciendo a modificações importantes nas relações internacionais desse país, como exemplifica a recente criação da zona de livre câmbio, englobando os mercados dos Estados Unidos, Canadá e México. As indústrias norte-americanas poderão, assim, recuperar a competitividade internacional, pois os salários monetários no México não passam de uma décima parte dos que prevalecem nos Estados Unidos (FURTADO, 1998a, p. 30).

En línea con ese objetivo, para recuperar competitividad y establecer un mayor predominio de sus intereses, el gobierno de Estados Unidos presentó y desarrollo una propuesta que con base en los elementos sustantivos del TLCAN incluía al conjunto de los países de América. Fue el proyecto para crear el Área de Libre Comercio de América (ALCA). Como señaló Furtado, considerando específicamente el TLCAN, “a experiência de integração com o México, excluindo a mobili-

dade da mão-de-obra, servirá de paradigma a um prometo mais amplo, capaz de abranger todo o Hemisfério” (1998a, p. 30). El proyecto se desarrollo casi inmediatamente, hacia el final de los años noventa y en la primera mitad de la década pasada. Sin embargo, en varios países de la región habían triunfado en procesos electorales gobiernos que desde diversas posiciones y sin compartir una agenda común se distanciaran de las propuestas del FMI y el BM y más ampliamente de la agenda del Consenso de Washington. Según los términos que adoptan los propios gobiernos, son lo que se establecen en Argentina, Bolivia, Brasil, Ecuador, Venezuela y Uruguay en un periodo que va de 1999 en Venezuela, hasta 2007 en Ecuador. En ese escenario apareció en la región una disputa entre dos posiciones que ponía de manifiesto la significación de Estados Unidos en la región. Un punto relevante de la disputa fue en la IV Cumbre de las Américas efectuada en Mar del Plata, en 2005.

La iniciativa para acordar el ALCA se formalizó en la primera Cumbre de las Américas, realizada en diciembre de 1994 en Miami, contando con la participación de presidentes o jefes de gobierno de 34 naciones del continente. El calendario previa concluir las negociaciones en el año 2005. Sin embargo, en Mar de Plata se observaron dos posiciones. Un grupo de gobiernos entre los que estaban Estados Unidos, Canadá y México, reconocían los avances y la posibilidad alcanzar un Acuerdo ALCA, dirigido a la expansión de los flujos comerciales; mientras otros – incluyendo en ese grupo a los gobiernos de Argentina y Brasil – sostenían que no estaban dadas las condiciones para lograr un acuerdo de libre comercio equilibrado y equitativo, en particular que tome en cuenta los niveles de desarrollo y tamaño de las economías (IV CUMBRE DE LAS AMÉRICAS, 2005, p. 4-5). En el discurso inaugural de la IV Cumbre el Presidente de Argentina,

Néstor Kirchner, sostuvo que hay evidencia del fracaso de las propuestas del Consenso de Washington y criticó las políticas de ajuste estructural y endeudamiento externo. Sobre la propuesta del ALCA señaló:

La integración posible será aquella que reconozca las diversidades y permita los beneficios mutuos. Un acuerdo no puede ser un camino de una sola vía de prosperidad en una sola dirección. Un acuerdo no puede resultar de una imposición con base en las relativas posiciones de fuerza... ()...La integración será posible en la medida que se atiendan las asimetrías existentes y si las negociaciones satisfacen los intereses fundamentales de cada país (KIRCHNER, 2005, p. 4).

De ese momento a la fecha, en algunos países el proyecto de transformación con base en la continuidad del ajuste fiscal y la ejecución de la agenda del Consenso de Washington se mantuvo. Pero en otros el distanciamiento también tuvo continuidad. No obstante, hoy se observan algunos cambios importantes. Además de la disputa en curso en Venezuela, en Argentina y Brasil los gobiernos han cambiado y se ha producido el retorno de las propuestas de liberalización comercial y financiera, nuevas privatizaciones, reformas laborales regresivas y otras medidas que se ajustan con los intereses que defienden el FMI, el BM, el gobierno estadounidense y algunos congresistas de ese país con la mirada puesta en la región. La determinación estadounidense como la observará Furtado se mantiene y en diversos sentidos cuenta con fuertes apoyos en segmentos de los grandes capitales de la región. También se suman funcionarios del sector público, diversos círculos académicos de América Latina y medios de comunicación importantes. El hecho de la dependencia cultural se manifiesta con contundencia.

Empresas transnacionales y estructuras de poder en los países de América Latina

En 2016 las exportaciones que realizan las filiales en el extranjero de empresas transnacionales (ETN) equivalen a 33.3 % del total de exportaciones de bienes y servicios. Son varios lustros en que se alcanzan las mismas cifras. En 1990 el porcentaje fue de 32.6%. Es en la década de los años ochenta del siglo pasado cuando las exportaciones realizadas por las filiales crecen a un ritmo mayor que las exportaciones totales. En 1982, con base en datos del Informe sobre las inversiones extranjeras de UNTAD de 2009, el coeficiente fue de 26.5%. En el periodo de 1986 a 1990 el crecimiento promedio anual de las exportaciones de las filiales en el extranjero de ETN fue de 22.2%, mientras las exportaciones totales crecieron en 11.6% (UNTAD, 2009, p. 18). El mayor peso de las exportaciones de filiales de ETN en el comercio mundial es un dato entre otros de los cambios que registran en su operación estas empresas.

En los años noventa las exportaciones realizadas por las filiales en el extranjero de ETN crecen a un ritmo semejante al de las exportaciones totales, manteniéndose hasta la fecha el coeficiente en torno al 33 por ciento. Las exportaciones de las filiales se realizan a otras empresas de la misma compañía o a la matriz, por lo que deben considerarse como transacciones intra firma, que hacen parte de las nuevas formas de producción de las ETN. Son transacciones que no constituyen comercio alguno y como otras actividades de intercambio en las compañías al interior de un mismo país no participan en procesos de precios definidos a partir de métodos directos de competencia. Por tanto son un elemento constitutivo relevante de las transacciones internacionales que no está sujeto a la formación de precios en los

mercados y que tampoco es el resultado de ventajas comparativas a partir de la dotación de factores.

Otro dato que hace parte de la modificación en la inversión extranjera y propiamente en la acción de las ETN a nivel mundial es la participación de las filiales en el extranjero en el producto a nivel mundial. En la década de los años ochenta el producto o valor añadido por las filiales extranjeras de las ETN crece a tasas mayores que el PIB. Del año 2000 a la fecha, con base en información de UNCTAD, el valor añadido o producto de las filiales de ETN en el extranjero ronda el 10% del PIB mundial. Es una cifra que se distribuye muy desigualmente en el conjunto de la economía mundial y que implica una diversa influencia en esos países de la producción por cuenta de las ETN. El dato relevante es que la producción realizada en esos países no se articula necesariamente con el conjunto de cada economía y tampoco es necesariamente para ser vendida en esos mercados. Es un dato más de las formas contemporáneas de internacionalización de las actividades de las ETN, en las que la deslocalización de una parte de la producción es significativa.

A finales de los años setenta Furtado reflexionaba sobre el avance de las ETN y los cambios en el orden internacional. Se observaba una mayor concentración del ingreso en los países ricos, pero también “el control creciente de las actividades económicas en los países pobres por empresas que operan a partir de los países ricos” (FURTADO, 1993, p. 294-295). Furtado agrega dos elementos que completan la acción de estas empresas: a) la canasta de productos que ofrecen refleja el grado de acumulación y nivel de ingreso de los países ricos; y, b) su crecimiento procura homogenizar los mercados y con ello ignoran las disparidades del poder adquisitivo de las poblaciones. En los años siguientes el avance de las ETN refuerza estos hechos pero tam-

bién da origen a otras formas de control creciente de las actividades económicas y de fragmentación en las economías subdesarrolladas en las que actúan.

La dimensión del avance de las ETN se puede observar al considerar el crecimiento de los activos de las filiales en el extranjero. Comparado con el PIB los activos de las filiales equivalen en 1982 al 17.02 %. Al terminar esa década en el año 1990 representan 19.6%. Durante esa década hay un notable incremento alcanzando la cifra de 66.2% del PIB global. En los años siguientes siguen creciendo y la crisis financiera y del crédito y la gran recesión no implica que cesen las inversiones en el extranjero de las ETN. En el año 2010 estos activos son equivalentes a 123.9% del PIB y en 2016 alcanzan la cifra de 149.9% (UNCTAD, 2001, 2009, 2013 y 2017). Furtado destaca que desde los años setenta se apreciaba que en América Latina había avanzado con fuerza la implantación de un notable grupo de conglomerados estadounidenses. Estos conglomerados se ubican en las industrias dinámicas.

Aun cuando los estudios son introductorios, existe evidencia de que las empresas extranjeras –en su mayoría conglomerados americanos – controlan de un 50 a un 75 por 100 de la industrias dinámicas, esto es, de las industrias líderes en el proceso de desarrollo de América Latina (FURTADO, 1971, p. 57)

Controlando las actividades de más rápida expansión y, en tanto ello, orientando el proceso de acumulación Furtado señala “es menester preguntarse hasta qué punto es adecuado utilizar el concepto de sistema económico nacional en el análisis de tales economías” (FURTADO, 1971, p. 57).

En la primera parte del texto de Fajnzylber y Martínez Tarragó se analiza la expansión de las ETN después de la Segunda Guerra Mun-

dial y hasta comienzos de los años setenta. Se destaca la preponderancia de las empresas con matriz en Estados Unidos, el peso creciente en el comercio internacional, con lo que los autores denominan comercio cautivo o comercio intrafirma. También se destaca el comercio cautivo de tecnología proporcionalmente más importante que el de bienes. En línea con los planteamientos de Furtado, los autores destacan que

la concentración creciente del flujo de bienes de capital, en los cuales se incorpora una proporción importante de progreso técnico, entre el grupo de países proveedores de tecnología, conduce a prever que cada vez en mayor medida serán las condiciones técnico-económicas que prevalecen en esos mercados, las que orienten y estimulen el esfuerzo de innovaciones y progreso técnico que se genera en esos países (FAJNZYLBER Y MARTÍNEZ TARRAGÓ, 1976, p. 135)

Cambios tecnológicos, innovaciones que se requieran en los países en que actúan las filiales no han sido promovidos ni lo serán por estas firmas.

La investigación de Fajnzylber y Martínez Tarragó demuestra que en la economía de México de los años setenta hay un alto nivel de concentración económica en el conjunto de la industria, incluso ligeramente superior a la Estados Unidos en esa época. Las ETN se ubican preferentemente en los sectores de mayor concentración y generan una proporción mayoritaria en esos sectores. Las filiales de las ETN son de un tamaño medio mayor que las grandes firmas del país; además estas filiales son las más dinámicas. Ellas están definiendo las características principales del sistema industrial en el país (FAJNZYLBER Y MARTÍNEZ TARRAGÓ, 1976, p. 354-371).

Considerando la situación de Brasil a finales de los años sesenta y principios de los setenta, pero teniendo en cuenta los elementos comunes con otras economías de América Latina, Furtado avanza en la caracterización del capitalismo de esos años, en particular del capi-

talismo del subdesarrollo. Un elemento clave se refiere al sistema de decisiones en el capitalismo de grandes unidades. El análisis de la economía internacional debe considerar ese hecho. La competencia entre las firmas se ha desplazado del espacio de los precios. Aparece el tema de la innovación y la creación de demanda. Son esas grandes unidades económicas las que encabezan la internacionalización y explican gran parte de las transacciones de bienes entre países, como lo destacó líneas antes. Furtado tiene presente el análisis de Galbraith (1967) a propósito del papel de las grandes empresas en el comportamiento de conjunto de la economía de Estados Unidos. Antes señalé que estas grandes unidades económicas están en los países de América Latina ocupando un espacio sustancial en la dinámica de sus economías. El punto es:

Si las grandes empresas lideran los mercados y planifican a medio y largo plazo importantes sectores de la actividad económica, es evidente que los beneficios que ellas obtienen son, *grosso modo*, determinados por ellas mismas, lo que es hecho dentro de ciertas reglas, teniendo en cuenta la presión salarial, la política fiscal y los planes de expansión de la empresa en cuestión (FURTADO, 1971, p. 158)

Esto es rigurosamente cierto para un reducido grupo compañías. Al hacer esto condicionan a otras empresas y generan elementos clave de la dinámica de la economía. Para el caso de los países de América Latina el tema sensible es que estas firmas actúan desde el exterior y en años recientes, con los procesos de apertura económica y la propia internacionalización, los planes de expansión y las decisiones de inversión de esas firmas son un hecho externo. Pero también, la incorporación del avance tecnológico, el tipo y características de las innovaciones añadidas son un resultado de las decisiones de las ETN, por lo menos en el núcleo dinámico de la acumulación de capital. Teniendo en cuenta que hay retención por la gran corporación de los frutos

del progreso tecnológico y control por grupos extranjeros de las empresas que actúan en los sectores de vanguardia, Furtado sostiene que "...se impone la conclusión de que tanto la industrialización como la asimilación del progreso tecnológico favorecen el control del sistema por grupos no nacionales" (FURTADO, 1971, p. 163).

Desde finales de la década de los años ochenta a la fecha la economía en México tiene una significativa transformación. Un dato del cambio es el notable incremento del comercio exterior como proporción del PIB y la composición mayoritaria del mismo por productos de la industria manufacturera. Como analizó en otro texto (VIDAL, 2015b), gran parte del comercio tiene como destino el mercado estadounidense, pero también se trata de exportaciones con alto contenido importado. Además, aumenta la cantidad de maquinaria y equipo importado en el total de la inversión bruta fija. Desde comienzos de la década pasada la inversión en maquinaria y equipo manufacturada en el país equivale entre 2.3 y 2.7 % del PIB, mientras la importada es superior al 4.5% en gran cantidad de años de ese periodo (VIDAL, 2015b). Se establece una plataforma exportadora en algunas industrias manufactureras que es realizada en su mayor parte por un reducido grupo de ETN. El destino es la economía de Estados Unidos. Como concluyó en el texto sobre las transformaciones de la economía en México:

Many have argued that one of the positive results of the economy's transformation is the integration of international trade and investment flows, and that this incorporation would enhance the well-being of the national population. However, as discussed above, there is no integration of the economy into international trade or investment flows. Linkages are only created within a small group of activities, all led by transnational firms, which only consider the conditions of the U.S. market in making investment decisions. These firms have shifted part of their production to Mexico in order to compete in the U.S. market, and products made in Mexico do not pri-

marily target the domestic market. There is no relationship between the expansion of these activities and the composition of aggregate demand and, therefore, the expansion of the domestic market is hindered (VIDAL, 2015b, p. 80).

El desarrollo de la industria, la implantación de una plataforma exportadora en algunas actividades manufactureras y la incorporación de nuevas tecnologías no está vinculado con el desempeño del mercado interno y menos aún propicia un amplio crecimiento de la economía en México. La implantación de este segmento dinámico en la economía del país implica una fragmentación mayor en el conjunto de la economía. Crece la desarticulación en el sistema económico, al punto que se crea infraestructura para realizar la conexión con el exterior aún cuando esto contribuya a mantener o aumentar la dislocación en diversas partes del territorio del país.

En el texto *Criatividade e dependência na civilização industrial*, después de explicar cómo se modifica el ejercicio del poder en una sociedad que se globaliza y el papel de las grandes empresas en ese contexto, señala algunos cambios relevantes para explicar la situación de las economías de América Latina. Por ejemplo, el valor o precio al que se remunera la mano de obra es un fenómeno social que se define en el ámbito de los sistemas económicos nacionales, lo que es válido incluso en la Unión Europea. “Se comparamos sistemas econômicos contemporâneos, constatamos que o valor da mão-de-obra varia em função da estrutura interna de dominação (a forma como é apropriado e utilizado o excedente social) e do nível de acumulação” (FURTADO, 2008, p. 51-52). Con la producción por empresas transnacionales, como la que realizan firmas de Estados Unidos en varios países, se integran en un mismo proceso productivo recursos que pertenecen a sistemas económicos diferentes. Pero no hay homogenización entre los recursos utilizados, menos en el caso de las remuneraciones

a los asalariados. También la empresa que tiene una actividad transnacional, con filiales y compañías en diversos países “administra un sistema de preços que enquadra uma série de transações internacionais efetuadas dentro do grupo” (FURTADO, 2008, p. 48). Actuando en un espacio multinacional se abre la posibilidad que por medio de la administración de precios se transfieran recursos a la matriz. Todo ello es expresión de lo que significa para los países de América Latina el avance de una economía en la que las relaciones internacionales están gobernadas por un grupo de empresas transnacionales con matriz en algunos países desarrollados, significativamente Estados Unidos, y que actúan con el apoyo de sus respectivos Estados.

A manera de conclusión: Las transnacionales y la continuidad del subdesarrollo

La explicación del subdesarrollo es un aporte relevante en los estudios de Celso Furtado. Pero lo específicamente significativo es que la explicación del subdesarrollo se da en el espacio de las relaciones económicas y políticas internacionales. En Furtado hay una teoría, una economía política de las relaciones económicas internacionales. Es, como se analiza en el texto, el resultado de una crítica sustancial a la teoría del comercio internacional de las ventajas comparativas. Al explicar la aparición del subdesarrollo y su avance, la acción de las empresas capitalistas es un aspecto imprescindible, desde la propia difusión de la industrialización.

Se considera el subdesarrollo como una creación del desarrollo, esto es, como consecuencia del impacto, en un gran número de sociedades, de procesos técnicos y de formas de división del trabajo irradiados por un número reducido de sociedades ya insertadas en la revolución industrial en la fase inicial de ésta, o sea, hacia fines del

siglo pasado (FURTADO, 1971, p. 15).

Para diversos países de América Latina, el avance del subdesarrollo implicó en gran parte del siglo XX industrialización. Sin embargo, las formas de la industrialización y los actores sociales que condujeron el proceso implicaron el mantenimiento del subdesarrollo. Bajo esas condiciones el estudio de la economía y la sociedad estadounidense se tornaron relevantes, dada la determinación que gobierno y empresas de ese país tuvieron en la dinámica de América Latina. Como se plantea en el texto, el estudio de Estados Unidos era imprescindible dado "...que ese país había asumido plenamente el papel de centro mundial de poder" (FURTADO, 1993, p. 11). Las hipótesis y sus comprobaciones, sobre el comportamiento del sistema de poder estadounidense eran necesarias para explicar lo que estaba sucediendo en América Latina. De nuevo, es una lectura de la economía mundial y de las relaciones de fuerza que la atraviesan que hace parte de la explicación de la dinámica económica y social en América Latina.

En años recientes, con el avance de la globalización y la internacionalización de un reducido grupo de grandes empresas, el subdesarrollo conoce nuevas formas.

...les entreprises se globalisent, plus elles échappent à l'action régulatrice de l'Etat et plus elles tendent à s'appuyer sur les marchés extérieurs pour croître. En même temps, les initiatives des entrepreneurs tendent à échapper au contrôle des instances politiques. On revient ainsi au modèle du capitalisme original, dont la dynamique se fonde sur les exportations et sur les investissements à l'étranger" (FURTADO, 1998b, p. 171)

Esas grandes empresas toman sus decisiones de inversión y organizan sus actividades desde sus matrices, por lo que en el caso de gran

cantidad de países son un elemento externo. Como se analiza en el texto, en los países de América Latina hay una creciente desarticulación en tanto el sistema económico depende de decisiones tomadas en el extranjero en aspectos fundamentales. En esas economías se profundiza la heterogeneidad social, la concentración del ingreso y la riqueza y las desigualdades sociales. Se mantiene bajo nuevas formas el subdesarrollo y bajo estas condiciones opera la economía mundial. Furtado concluye que es posible que durante un cierto tiempo el sistema capitalista no recupere su dinamismo no logre las tasas de creación de empleo de los años 1940-1970 y reanude la tarea de reducción de las desigualdades sociales, en particular en las economías periféricas o en las economías subdesarrolladas.

En años pasados, en varios países de América del Sur gobiernos resultado de procesos electorales en un cuadro de avances democráticos realizaron cambios en materia de política económica, se alejaron de la agenda de propuestas de los actores sociales que defienden el Consenso de Washington y avanzaron en la creación de instituciones para reducir la desigualdad social. La recuperación del espacio nacional en la toma de decisiones y en la conducción de la dinámica económica ha sido parte de los cambios propuestos. Se estaba creando una situación diferente en el ámbito de la economía internacional. Sin embargo, no necesariamente con métodos democráticos, se impidió la continuidad de esos gobiernos en varios países de la región. Las políticas ejecutadas inmediatamente por los nuevos gobiernos han sido favorables a las grandes empresas, en particular a la plena recuperación de la dinámica económica por empresas con matriz en el exterior. En el texto intitulado *L'impératif technologique et les inégalités sociales*, Furtado (1998b, p. 171) concluye: “Reste à savoir comment se présentera le découpage politique d’un monde où les grandes entreprises qui con-

trôlent la création de nouvelles techniques sont la force dominante”

Referencias

DE BERNIS, Gerard. Furtado et l'économie mondiale. *Cahiers du Brésil contemporain*, Paris : Maison des Sciences de l'Homme, Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain et Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine, no. 33/34, p. 59-67, 1998.

IV CUMBRE DE LAS AMERICAS. *Declaración de Mar de Plata 2005*. Mar de Plata, Argentina, diciembre, 2005. Disponible en: www.summit-americas.org. Accedido: 16 de mayo 2018.

FAJNZYLBER, Fernando y MARTÍNEZ TARRAGÓ. Trinidad, *Las empresas transnacionales*. México: Fondo de Cultura Económica. 1976.

FURTADO, Celso. *Desarrollo y Subdesarrollo*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1964 [Edición original: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961].

_____. *La hegemonía de los USA y América Latina*. Madrid: Editorial Cuadernos para el Diálogo, 1971.

_____. *Teoría y política del desarrollo económico* (quinta edición en español, corregida y aumentada). México: Siglo XXI Editores, 1974 [Edición original: *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967].

_____. *Los vientos del cambio*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. [Edición original: *Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991].

_____. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998a.

_____. L'impératif technologique et les inégalités sociales. *Cahiers du Brésil contemporain*. Paris : Maison des Sciences de l'Homme, Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain et Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine, no. 33/34p. 169-171, 1998b.

_____. *La economía latinoamericana. Formación histórica y problemas contemporáneos* (vigésimo cuarta edición en español con base en la octava edición en español, corregida y aumentada, 1976). México: Siglo XXI Editores, 2001. [Edición original: *Formação econômica da América Latina* (edición

revisada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976].

_____. Retour à la vision globale de Perroux et Prebisch, *Économie appliquée*. Paris: Tome LIX, No 3, les Presses de l' ISMÉA, p. 13-22. septembre, 2006.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Edição definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [Edición original: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978].

KIRCHNER, Néstor. Palabras en la inauguración de la IV Cumbre de las Américas. Mar de Plata, Argentina, noviembre, 2005. Disponible en: www.oas.org. Accedido: 16 de mayo 2018.

LICHTENSZTEJN, Samuel. La deuda externa, la disponibilidad del excedente y los proyectos democráticos actuales de América Latina, en: GONZÁLEZ CASANOVA, P. (coordinador). *El Estado en América Latina. Teoría y Práctica*. México: Siglo XXI Editores, 1990. p. 161-185.

UNCTAD. *World Investment Report 2001. Promoting Linkages*. New York and Geneva: United Nations, 2001.

_____. *World Investment Report 2009. Transnational Corporations, Agricultural Production and Development*. New York and Geneva: United Nations, 2009.

_____. *World Investment Report 2013. Global Value Chains: Investment and trade for development*. New York and Geneva: United Nations, 2013.

_____. *World Investment Report 2017. Investment and the digital economy*, New York and Geneva, United Nations, 2017.

VIDAL, Gregorio. Estado, crecimiento y desarrollo: algunos elementos sobre la experiencia mexicana. *Iztapalapa Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, México, núm. 38, año 16, p. 57-76, 1996.

_____. *Privatizaciones, fusiones y adquisiciones. Las grandes empresas en América Latina*. Barcelona: Anthropos Editorial. 2001.

_____. Privatizations in Latin America. In: ARESTIS, P.; SAWYER M. (editors). *Critical Essays on the Privatization Experience*. Hampshire, England: Palgrave Macmillan, 2009. p. 202-245.

_____. Economía y grandes empresas en México: ¿Qué cambió con el TLCAN?. In: CORREA E. y GAZOL A. (coordinadores). *A 20 años del TLC*.

México: UNAM, 2015a, p. 265-293.

_____. Manufacturing, Industry and Growth in Mexico. *International Journal of Political Economy*, Philadelphia, Vol. 43. No. 4, Winter 2014-2015. p. 63-81, 2015b.

WILLIAMSON, John. *Latin American Adjustment. How much has happened?* Washington: Institute for International Economics, April. 1990.

Abstract:

This paper analyzes the role of the United States, specifically in relation to the dynamics of societies in Latin America and the actions of transnational corporations in the world economy. The above, framed by different problems that conditioned development. This paper highlights that the ideas of underdevelopment are a relevant contribution of Celso Furtado's studies, as they are presented within international economic and political relations. These are a critique of conventional theories of international trade. This perspective, it is argued, is still in force today, even taking into account globalization, the advancement of productive and financial internationalization and the deployment of transnational corporations.

Keywords: Underdevelopment; transnational corporations; international economy.

Resumen:

En el texto se analiza el papel de Estados Unidos, específicamente con relación a la dinámica de las sociedades en América Latina y las acciones de las empresas transnacionales en la economía mundial en particular en América Latina, frente al problema de la creación de las condiciones del desarrollo. Se destaca que la explicación del subdesarrollo es un aporte relevante en los estudios de Celso Furtado en tanto se presenta en el espacio de las relaciones económicas y políticas internacionales, como una crítica a las teorías convencionales del comercio internacional. Esa perspectiva conserva en la actualidad su plena vigencia, incluso teniendo en cuenta la globalización, el avance de la internacionalización productiva y financiera y el despliegue de las transnacionales.

Palabras-clave: Subdesarrollo; empresas transnacionales; economía internacional.

Recebido para publicação em 25/07/2019.

Aceito em 09/11/2019.

Celso Furtado: intelectual reformista a serviço da (n)ação

Renato Nataniel Wasques

Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4846-7227>

renatowasques@gmail.com

Nós, intelectuais, que lidamos com ideias, não desconhecemos a importância da ação. Não fui outra coisa na vida senão um intelectual, mas sempre consciente de que os problemas maiores da sociedade exigem um compromisso com a ação. [...]. Nós, intelectuais, agimos porque temos um projeto que nos obriga a explicitar nossos propósitos últimos. Fora disso, estaremos cometendo uma traição a nós mesmos, pois teremos negado a função social que nos cabe desempenhar. (Celso Furtado, 1995a, p. 39).

Introdução

Celso Furtado é um dos economistas latino-americanos mais influentes de todo o século XX (BIELSCHOWSKY, 2004; BRESSER-PEREIRA, 2007; OLIVEIRA, 2001; SZMRECSÁNYI, 2001). Já há algum tempo passou à categoria de clássico, sendo considerado um autor indispensável para compreender o Brasil e para pensar o binômio

desenvolvimento-subdesenvolvimento (GUIMARÃES, 2000; OLIVEIRA, 1983; TAVARES, 2000). Sua vasta e profícua obra, forjada ao longo de seis décadas, compreende quase quatro dezenas de livros e mais de uma centena de ensaios e artigos acadêmicos. Os seus livros foram traduzidos para onze línguas, o que certamente faz de Celso Furtado o intelectual brasileiro que mais editou livros de não-ficção no exterior na segunda metade do século passado. *Formação Econômica do Brasil* ilustra bem a influência deste economista político brasileiro. Tendo completado sessenta anos de existência, essa obra-prima do estruturalismo latino-americano¹ encontra-se na sua 34ª edição, foi traduzida para nove idiomas e teve no Brasil cerca de 400 mil exemplares vendidos².

Assim, em face do importante legado de Celso Furtado para o pensamento social brasileiro, e considerando a oportunidade da comemoração do centenário do seu nascimento, este artigo tem como objetivo apresentar sua trajetória intelectual e política, reunindo os elementos que permitem retratá-lo como teórico independente, intelectual reformista e homem público voltado à ação e a serviço da nação. Concomitantemente, busca-se desvelar as principais bases teóricas e as influências intelectuais que moldaram o sistema de pensamento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado, em especial, aquelas que contribuíram para moldar sua maneira de pensar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Para alcançar esse objetivo, o artigo foi organizado em seis seções. A primeira traz uma discussão sobre o papel social do intelectual, tendo como fundamento teórico as ideias furtadianas e a Sociologia do Conhecimento mannheimiana. A segunda apresenta os anos

1. Ver Bielschowsky (1989).

2. Estimativa baseada em Freire d'Aguiar (2009).

de formação do autor. A terceira, por sua vez, abrange o período dedicado à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A quarta sintetiza a atuação de Celso Furtado junto a diferentes governos brasileiros. A quinta aborda os quinze anos que se seguiram ao golpe de Estado de 1964, referentes ao exílio político de Celso Furtado. Por fim, a sexta seção expõe a trajetória do autor entre o início dos anos de 1980, quando regressou efetivamente ao Brasil, e o seu falecimento, ocorrido em 20 de novembro de 2004.

A função social do intelectual

Qual o papel do intelectual na sociedade? No primeiro livro de memórias de Celso Furtado – *A fantasia Organizada* –, publicado, originalmente, em 1985, há uma passagem que ajuda a clarear essa questão: “estudei economia, sociologia, filosofia na busca de subsídios para *entender* o mundo, convencido de que também essa é uma maneira de sobre ele *agir*.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 102, grifos nossos). Esse trecho permite elucidar um determinado papel dos homens de ciência, qual seja o de fornecer elementos à compreensão da realidade, para, em seguida, propor ações voltadas a transformação qualitativa da sociedade.

Pode-se notar que o exercício da atividade intelectual se ancora em dois planos interdependentes: o do pensamento e o da ação. Assim, “é indispensável não esquecer que uma teoria só se justifica quando nos arma para conhecer a realidade e atuar sobre ela.” (FURTADO, 1961, p. 108). Esse binômio – ciência e ação –, presente no conjunto da obra de Celso Furtado, relaciona-se estreitamente com o pensamento de Karl Mannheim, segundo o qual “[...] pensar significa cada vez mais a unidade do diagnóstico com a terapia”, levando o intelectual

a transformar-se “[...] num estrategista político e social que procura compreender, a fim de que outros sejam capazes de agir.” (BRAMSTEDT; GERTH, 1972, p. 13). Em Mannheim, assim como em Furtado, “[...] ação e conhecimento não são polos antitéticos de um mesmo processo, mas etapas concomitantes e integradas do mesmo [...]” (FORACCHI, 1982, p. 14).

Em *A Fantasia Desfeita*, publicado, pela primeira vez, em 1989, defende-se que, ao intelectual, cabe “[...] difundir a consciência crítica, precondição para que uma sociedade saia do imobilismo [...]” (FURTADO, 1997, t. II, p. 155). Esse raciocínio leva a conceber o intelectual como um elemento capaz de contribuir efetivamente para a abertura de novos horizontes no desenvolvimento da sociedade. É o que está no texto *A responsabilidade dos cientistas*, onde se lê que, “cabe a nós, intelectuais e cientistas, balizar os caminhos que percorrerão as gerações futuras.” (FURTADO, 2003, p. 3). Em livro publicado em 2002 – *Em Busca de Novo Modelo* –, o autor reitera esse papel dos trabalhadores intelectuais, dizendo:

Cabe a estes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história, onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão. (FURTADO, 2002a, p. 37).

Em resumo, tem-se que conhecimento e ação são elementos indissociáveis, ou seja, “[...] o próprio da ciência é produzir vias para a ação prática.” (FURTADO, 1997, t. II p. 279). Nesse particular, reconhece-se que o intelectual comprometido com a esfera social, além de esforçar-se para captar o sentido do processo social em curso, deve produzir vias para a ação política modificadora. Essa maneira de conceber o

papel social do intelectual, como alguém capaz de estabelecer canais de interlocução entre o pensamento e a ação, com o fim de reformar³ as estruturas inibidoras da dinâmica social, reflete as influências recebidas da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim⁴. Para Re-

3. Nesse sentido, apresenta-se o ponto essencial da proposta de Celso Furtado, a saber, a vocação intelectual reformadora. Essa convicção reformadora somada ao ideário intervencionista do autor encontra respaldo nas matrizes teóricas cepalino-keynesiana e perrouxiana, e nas proposições mannheimianas acerca da noção de planejamento democrático. No livro *A Fantasia Desfeita*, o autor não deixa dúvidas quanto à sua opção pela via reformista, afirmando ser “evidente que ‘reformar’ a escravidão é uma indecência, mas foi eficaz, pelos resultados que produziu, reformar as sociedades europeias que se industrializaram a partir da metade do século XIX. Se o reformismo é de curto alcance, que dizer dos riscos a que se expõe uma sociedade que se embrenha pela via revolucionária?” (FURTADO, 1997, t. II, p. 154). No mesmo livro, após relatar a visita que fizera a Che Guevara, em 1961, descreve a sensação que sentira ao despedir-se do herói da revolução cubana: “ficou-me, como um travo amargo, a sensação de que havia querido explicar-me, justificar-me. *Por que não dissera claramente que não aceito a revolução como opção, exceto para enfrentar uma ditadura?* Tentar mudanças sociais por meios violentos em uma sociedade aberta, com governo representativo e legítimo, é meter-se por um túnel sem saber onde vai dar. (FURTADO, 1997, t. II, p. 190, grifo nosso). Essa convicção reformadora perpassa toda a sua obra, podendo ser identificada, principalmente, na defesa incansável do autor sobre a possibilidade de superação da barreira do subdesenvolvimento nos marcos do próprio capitalismo.

4. Karl Mannheim desenvolveu o que veio a ser conhecido como “Sociologia do Conhecimento”. A hipótese central dessa abordagem sociológica pode ser assim apresentada: o pensamento social emerge, desenvolve-se e é condicionado pelo contexto sócio-histórico em que se encontram os grupos intelectuais mais experimentados. Através dessa abordagem, Mannheim mostra que “as categorias básicas que esclarecem a nossa perspectiva da realidade social, a visão do passado e do futuro, especialmente o conceito de liberdade humana, demonstram estar ligados à posição política básica e ao grupo com o qual o pensador se identifica.” (BRAMSTEDT; GERTH, 1972, p. 9). Tem-se, por conseguinte, que o pensamento social é um “pensamento perspectivista”, derivado “[...] de um ponto de observação localizado no contexto histórico e social.” (BRAMSTEDT; GERTH, 1972, p. 10). Em outros termos, a Sociologia do Conhecimento expõe que cada grupo ou estrato social possui uma ideologia própria, melhor dizendo, uma maneira própria de interpretar a realidade social. Cada “visão da realidade” é apenas parcial, ou seja, parte da verdade. Deduz-se, então, que o papel do intelectual para Mannheim é tentar, por meio do debate político racional, uma síntese das várias perspectivas ou ideologias, contribuindo, assim, para encontrar o melhor caminho a ser seguido.

zende (2004), Furtado partilha com Mannheim “[...] da convicção de que há uma parte, mesmo que minoritária, de intelectuais, socialmente voltada para os interesses da sociedade como um todo.” (REZENDE, 2004, p. 240). Nesse sentido, o próximo trecho transcrito é bastante revelador:

A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente. [...] o cientista social [...] é o grande omissor da época presente, por comodismo ou covardia. Não se pretende que exista uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estão necessariamente inseridas nalgum contexto social. Mas, não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve, sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. [...]. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar a ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações de cultura. (FURTADO, 1964, p. 9-10).

Sem dúvida, o que se vislumbra é o recurso à noção de “*intelligentia* socialmente desvinculada”, também presente na obra de Karl Mannheim. “Dotados de alta mobilidade mental e social, [...], esses elementos representavam para Mannheim ‘os advogados predestinados dos interesses intelectuais da sociedade em seu todo’.” (BRAMSTEDT, GERTH, 1972, p. 11). Em *Os Ares do Mundo*, publicado, originalmente, em 1991, Celso Furtado define esses “elementos” como um estrato social diverso “[...] capaz de desempenhar um papel autônomo no processo de tomada de consciência dos problemas mais cruciais que se apresentam a um povo.” (FURTADO, 1997, t. III, p. 295). Essa “tomada de consciência” é entendida pelo autor como pré-requisito à intervenção racional no processo econômico capitalista, cujo objetivo é superar os dilemas e tensões típicos das economias e sociedades de mercado. Ou seja, “ele partia da convicção de que fazia

parte de uma elite intelectual, de uma *intelligentsia*, que seria capaz de reformar o mundo.” (BRESSER-PEREIRA, 2001, p 23). Ademais, a autonomia do intelectual diante das organizações e das associações políticas é, para o economista brasileiro, uma condição fundamental para preservar a liberdade criativa e a independência teórica, atributos indispensáveis à excelência das atividades desempenhadas pelo homem de ciência.

Mas como atuar racionalmente sobre as esferas da vida social? Não há dúvida, segundo pensam Celso Furtado e Karl Mannheim, que essa intervenção no processo social terá no planejamento a sua melhor solução. E quando Mannheim argumenta que “nossa tarefa consiste em construir um sistema social mediante o planejamento, mas planejamento de tipo especial: [...] planejamento para a liberdade, sujeito ao controle democrático” (MANNHEIM, 1972, p. 49), pode-se sentir a importância que essas formulações tiveram na construção das ideias furtadianas.

Delineia-se, pois, certa concepção de intelectual, referindo-se ao “[...] intelectual reformador, dotado de razão e ciência, em condições de intervir na história através do planejamento [...]” (VIEIRA, 2001, p. 158). Em outras palavras, vislumbra-se um tipo especial de intelectual, cujo pensamento visa não apenas descortinar as múltiplas dimensões da realidade, mas, principalmente, transformá-la, através de intervenções mediante o planejamento; elemento que, conforme a ideia de *intelligentzia* socialmente desligada, se encontra acima dos particularismos das classes e das associações e partidos políticos. Em suma, o que se observa é o perfil de homem de ciência voltado para os interesses da sociedade em seu todo, com a função de preparar a ação consistente no plano político, cimentado no compromisso ético-moral com valores universais.

A produção intelectual furtadiana encaixa-se nesse perfil, uma vez que, além de disseminar a consciência crítica, contribuindo para deslindar as razões do atraso econômico brasileiro e latino-americano, produziu meios para a ação política transformadora. Para ele, como já se mencionou, “[...] agir sobre a realidade [é], [...], a razão de ser do conhecimento.” (FREIRE d’AGUIAR, 2013, p. 14). Os seus escritos trazem, implícita ou explicitamente, um forte viés político-reformador, no sentido de que visa preparar a ação transformadora, dele ou de outros. Nessa perspectiva, sua obra deve ser concebida não como um fim em si mesma, mas como um meio para se alcançar um objetivo maior, qual seja a ação política reformadora das estruturas anacrônicas, responsáveis pela reprodução da situação de subdesenvolvimento.

A infância, a formação e o serviço público

Celso Furtado nasceu em Pombal, estado da Paraíba, em 26 de julho de 1920. Sua primeira infância, vivida no sertão paraibano, foi povoada de histórias envolvendo cangaceiros e milagreiros, além do icônico Padre Cícero. Um ambiente marcado pela violência, por rivalidades, conflitos, incertezas, além da arbitrariedade dos homens. No texto intitulado *Aventuras de um Economista Brasileiro*, o autor rememora esses seus primeiros anos de vida, narrando que “as histórias de violências, relacionadas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram a [sua] infância. Essas violências referiam-se mais a atos de arbitrariedade, prepotência e crueldade que a gestos de heroísmo à *western*.” (FURTADO, 2013a, p. 36).

A vivência sertaneja deixou marcas profundas no autor, condicionando a formação de sua personalidade pública. Essa vivência, como reconhece Celso Furtado, foi responsável pela “[...] formação

em [seu] espírito de certos elementos que consider[a] como invariantes [...]. [...], que enquadram o [seu] comportamento na ação e também [sua] atividade intelectual criadora.” (FURTADO, 2013a, p. 37-38). Esses elementos invariantes, responsáveis por emoldurar seu comportamento na ação, manifestaram-se sob a forma de três ideias-força, a saber: i) poder, arbitrariedade e violência tendem a dominar no mundo dos homens; ii) a luta pela transformação desse “estado de coisas” requer algo mais que simples esquemas racionais; e iii) “[...] essa luta é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva.” (FURTADO, 2013a, p. 38). Essas ideias-força trazem em gestação o perfil de intelectual comprometido com a transformação social, que singularizará a trajetória acadêmica e política de Celso Furtado.

Aos catorze anos, na capital paraibana, além de perceber “[...] que a vida de cada homem era uma obra a ser realizada em função de um fim.” (FURTADO, 2014, p. 247), o jovem Furtado descobriu, por influência paterna, sua primeira paixão intelectual, que foi a História. A propósito, afirmou: “minha paixão era a História, era entender a vida dos homens, dos homens vivendo, criando, inventando.” (FURTADO, 2004, p. 36). Vê-se, pois, que a História veio antes da Economia, e seu interesse por ela será perene. Aos dezoito anos, Celso Furtado manifestou nas páginas de um diário o desejo de “[...] escrever uma História da Civilização Brasileira.” (FURTADO, 2019, p. 48). Mais tarde, como se verá adiante, sua tese de doutorado, preparada sob a supervisão de Maurice Byé, trará o duplo enfoque da História e da Economia. O interesse do autor pela História culminará na obra intitulada *Formação Econômica do Brasil*, seu livro mais conhecido, publicado em 1959.

Além de apreciar o estudo da História, o jovem paraibano reve-

lou forte interesse pela literatura. Esse interesse explica a sua dedicação ao estudo do latim durante os anos do curso secundário. A respeito disso, escreveu: “[...] o latim se me afigurava como a chave que me permitiria o acesso a uma cultura superior.” (FURTADO, 2013a, p. 39). O seu interesse pela literatura será duradouro, levando-o a pensar em ser “um novelista”, escritor de obra de ficção, ou seja, romancista. Aos trinta anos, ainda acreditava que sua forma de expressão natural seria a ficção literária.⁵ É importante registrar que o seu primeiro livro foi uma coleção de contos⁶, que representa “[...] o deslumbramento de um jovem saído do interior do Nordeste brasileiro face à riqueza de uma velha civilização que parece desmoronar.” (FURTADO, 1997, p. 15).

Nos anos de estudos secundários, no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano do Recife, onde cursou o que se chamava de pré-

5. Leitor de Thomas Mann, Proust e Robert Musil, Celso Furtado alimentava o desejo de escrever romance de maturidade, pois acreditava que o “[...] romance de ficção era a melhor forma de pintar o homem.” No entanto, pensava ele, “para pintar uma sociedade, como romancista, como fez Proust é preciso um talento ou um gênio, natureza que eu não tinha. Se eu tivesse, não tinha ido para a economia.” (FURTADO, 1992, p. 5-6). Furtado chegou a desenvolver alguns projetos de romances, como observa Freire d’Aguiar (2015, p. 122): “há nos cadernos de Celso fragmentos e rascunhos de contos, esquemas e esboços de romances que indicam uma forte vertente literária”. Em uma entrevista concedida a Gabriela Marinho, em junho de 1986, o autor relata que a influência da vertente literária esteve sempre presente no seu trabalho intelectual, moldando, inclusive, seu método de análise. Diz ele: “queria inicialmente ser romancista, ficcionista. A minha grande leitura até hoje é literária. A descoberta que faço do homem é através da literatura, nunca pela ciência. As ciências sociais são métodos de reduzir, e o homem só se capta totalmente. [...] Tudo que é global depende muito da imaginação. [...] Quando penso uma realidade, penso primeiro pela imaginação, depois pela análise”. E acrescenta, concluindo: “meu método sempre foi este, globalizar pela imaginação.” (FURTADO, 2012b, p. 198).

6. Seu primeiro livro, publicado em 1946, não tinha nenhuma relação com Administração, Economia ou História. Foi um volume de contos, registro que deixou da experiência brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, intitulado *De Nápoles a Paris. Contos da Vida Expedicionária*.

jurídico, Celso Furtado assimilou as primeiras influências intelectuais, classificadas sob três correntes principais. Em primeiro lugar, está a corrente positivista, a qual teve acesso precocemente, desde os quinze anos. Nesse sentido, “a primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como *conhecimento científico*, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso se impregnou em mim como evidente.” (FURTADO, 2013a, p. 40, grifo do autor).

Em seguida manifesta-se a influência de Karl Marx, como subproduto do interesse de Furtado pela História, recebida, indiretamente, por meio da leitura de Max Beer, especialmente de seu livro intitulado *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. Nesse particular, afirmou: “Marx não me influenciou como economista. [...]. Tampouco me interessou o debate da lei do valor em Marx. [...]. O que me impressionou foi a dimensão histórica valorizada por Marx.” (FURTADO, 1995a, p. 137). Através do marxismo, Furtado absorveu o princípio segundo o qual “[...] as formas sociais são *históricas*, portanto, podem ser superadas [...].” (FURTADO, 1997, t. II, p. 15, grifo do autor). A ideia de que era possível superar o fatalismo imobilizador causou profunda impressão sobre ele, haja vista o ambiente sociopolítico em que passou a sua infância, “[...] marcado por extrema rigidez das estruturas sociais, ‘irracionalidade’, mandonismo, obediência ‘irrefletida’, perfilhamento automático, resignação, total arbitrariedade do poder oligárquico [...].” (BRANDÃO, 2008, p. 31).

A terceira corrente de pensamento é a sociologia norte-americana, em específico, a antropologia cultural de Franz Uri Boas, com a qual tomou contato pela primeira vez aos dezessete anos, por intermédio de Gilberto Freyre. Em *A Longa Marcha da Utopia*, Celso Furtado faz a seguinte declaração: “*Casa-grande e senzala* revelou-me a dimensão cultural do processo histórico. O contato com a sociologia

norte-americana corrigiu os excessos de meu historicismo.” (FURTADO, 1999a, p. 9). Em outra ocasião, afirma que o livro clássico de Freyre o ajudou a pensar a sociedade brasileira, “[...] libertando-nos do enfoque racista que até então dominava o pensamento brasileiro.” (FURTADO, 2004, p. 24).

Após concluir os estudos secundários, o jovem Furtado seguiu para a então capital nacional, Rio de Janeiro. Em março de 1940, depois de quinze dias de provas escritas e orais, foi classificado para a Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil (atual UFRJ), numa época em que o ensino de Ciências Sociais dava os primeiros passos no país. Ainda não havia no Brasil um curso superior de Economia. “As grandes obras de Economia começavam a ser publicadas em espanhol pelo *Fondo de Cultura Económica*, do México.” (FURTADO, 1996, p. 63). Neste período de formação universitária, as três linhas de influência (positivismo, marxismo e Sociologia norte-americana) permaneceram e se entrecruzaram. A influência de Marx ampliou-se, através da leitura dos livros de Karl Mannheim, cuja Sociologia do Conhecimento permitiu a Furtado ligar a atividade intelectual à ação transformadora da realidade social. “Já não se tratava de ler livros de ciências sociais, e sim de buscar neles meios para atuar.” (FURTADO, 2013a, p. 41, grifo do autor).

Nessa época, o jovem universitário ampliou suas leituras nos campos da Sociologia, História Econômica e Economia. No campo da Sociologia, dedicou-se aos autores alemães: Ferdinand Tönnies, Georg Simmel, Hans Freyer e Max Weber. No plano da História Econômica, foi influenciado pelas obras de Antônio Sérgio, Camille Sée, Henri Pirenne e Werner Sombart. Também leu Max Scheler e Alfred Weber, especialmente, seu *História da Cultura*, além de obras específicas de Economia, de autores de língua inglesa. Isso leva a sugerir que o enfo-

que pluridisciplinar que atravessará a ampla e profícua obra de Celso Furtado tem nesse período suas raízes fundadoras.

No terceiro ano do curso universitário, “delineia-se o perfil do técnico de administração, que se desdobrará mais tarde no teórico do planejamento, e no primeiro ministro de Planejamento do país.” (FREIRE d’AGUIAR, 2014, p. 15). Foi por essa época que os estudos de Celso Furtado se afastaram do Direito para a Administração. Os problemas de administração e de organização despertaram grande interesse no jovem estudante de Direito, conduzindo-o à “[...] literatura americana sobre organização, tanto no que respeita a atividades estatais como empresariais.” (FURTADO, 2013a, p. 42).

O interesse por administração, organização, finanças públicas e planejamento foi decisivo para convencê-lo a prestar o concurso do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para o cargo de assistente de organização, e para técnico de administração do Departamento do Serviço Público (DSP). Após ser aprovado em primeiro lugar em ambos os processos seletivos, foi trabalhar em Niterói, na Divisão de Organização e Orçamento do DSP. Iniciava-se sua carreira política de administrador público. *A res publica* revelará para Furtado “[...] uma problemática nova” e o encaminhará “para o estudo dos problemas sociais.” (FURTADO, 2013a, p. 39). Os seus primeiros textos acadêmicos, publicados nos anos 1940, relacionar-se-ão à área de atuação do autor no serviço público, isto é, aos campos da administração, organização, planejamento e orçamento.

Os estudos de organização levaram-no a pensar em planejamento, visto, primeiramente, num plano estritamente operacional, ou seja, no de estudar as técnicas de planejamento com vistas à elaboração do orçamento. Como ele mesmo diz: “nessa época, comecei a estudar os problemas do planejamento, por influência de autores norte-

americanos. Fordismo, taylorismo, organização racional do trabalho: tudo ia me levando ao planejamento.” (FURTADO, 2004, p. 27). Sua visão de planejamento, originalmente vinculada ao âmbito tecnicista, ampliar-se-ia por meio da leitura dos livros de Mannheim. Através das ideias de Mannheim, Furtado pôde aproximar-se da cultura humanística, percebendo “[...] que há valores, que o planejamento não decorre apenas de uma boa estratégia. Há que estar iluminado por valores, para ser democrático. Mannheim me ensinou a ver a sociedade como um sistema de valores, antes de tudo.” (FURTADO, 2004, p. 33).

O planejamento emerge, então, como instrumento de ação reformadora, orientado para a reconstrução estrutural, que, no pensamento de Furtado, significará condição básica para a edificação de uma nova sociedade, democrática em sua totalidade, além de novas instituições, homens novos, valores novos. A Economia complementarará essa visão de mundo. O autor chegou a ela “[...] por dois caminhos distintos: a história e a organização. Os dois enfoques levavam a uma visão global, a macroeconômica.” (FURTADO, 2013a, p. 45). Sobre seu interesse pela Economia, escreveu: “meti-me na Economia quando me convenci de que ela era a ciência social mais operacional, de maior importância para o mundo de hoje, e com maior capacidade para mudar o mundo.” (FURTADO, 2007, p. 77-78). A pesquisa econômica será para ele um meio de preparar a ação.

No mesmo mês em que concluiu o curso universitário (dezembro de 1944), Furtado foi convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Meses depois, em sua primeira viagem para o exterior, embarcaria para o *front*, junto com seis mil soldados, a bordo do navio *General Meigs*. Serviu na Toscana, como oficial de ligação, junto ao V Exército norte-americano. Foi na Itália que ele começou a ver o mundo, tendo a oportunidade de observar “[...] na prática a

importância da organização e do planejamento para um exército em tempos de guerra. [...]. Percebeu também o perigo de se transplantar o modelo de organização militar para uma sociedade democrática.” (FREIRE d’AGUIAR, 2014, p. 17). Ademais, a experiência da guerra demonstrou “[...] que uma adequada regulação do sistema econômico podia assegurar o pleno emprego, aspiração maior de povos que haviam sido vitimados por uma depressão sem precedentes.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 98).

De volta ao Brasil, manifestou a convicção de que não advogaria nem seguiria a magistratura. Seu desejo “é ser um escritor”, ou seja, dedicar-se “ao estudo de certos assuntos – política, administração, ciências sociais – e sobre eles escrever. Tenho vontade também de escrever obras de ficção.” (FURTADO, 2019, p. 88). Retomou suas atividades no DSP, como chefe da Divisão de Organização, e dedicou-se ao estudo – em traduções da *Fondo de Cultura Económica* – dos volumes de *O Capital*, de Karl Marx; *Economia e Sociedade*, de Max Weber; *História do Pensamento Social*, de Howard Becker e Harry Barnes.

O processo de reconstrução europeia estava em curso, o que despertou em Celso Furtado o desejo de retornar àquele continente para observar de perto as transformações que moldariam o quadro político-econômico internacional do pós-guerra. Afinal, “não é sempre que se pode testemunhar a gestação do futuro de toda uma geração.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 96). Os estudos de teoria de organização e a leitura da obra de Mannheim prepararam-no para o desafio que era apreender “[...] as opções com que se defrontava a Europa em reconstrução.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 100).

O plano inicial era fixar-se em Londres e frequentar a *London School of Economics*, “[...] uma escola de economia que se dava ao

luxo de ter Karl Mannheim, o criador da sociologia do conhecimento, no seu quadro de professores.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 96). Esse plano, porém, foi malogrado. Seguiu, então, para a França, imbuído do “[...] desejo de conhecer o mundo, o vasto mundo, convencido de que os reformadores são movidos por ideias de pensadores que a eles se antecipam.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 102). Terá a oportunidade de viajar pela Europa, de observar o esforço de reconstrução europeia, o que lhe permitirá “[...] imaginar que [no Brasil] se podiam fazer coisas [...].” (FURTADO, 2011a, p. 395).

Em fevereiro de 1947, matriculou-se no Instituto de Ciências Políticas, em Paris, onde teve a oportunidade de frequentar os cursos de História do Socialismo, ministrado por Jean Baby; Marxismo, dado por Auguste Cornu; História das Ideias Políticas, oferecido por Jean-Jacques Chevallier; História dos Fatos Econômicos, ministrado por Charles Morazé; História Contemporânea e Princípios Econômicos e Políticos, dado por Jacques Rueff. Sobre esses cursos, declarou: “fascinava-me estudar a história das ideias, da técnica e da política do século XIX, pois estava a pensar que o descarrilamento da humanidade aí tivera início.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 102). Em outubro, começo de novo ano letivo, iniciou o doutorado em economia na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, da Universidade de Paris. Seguindo as recomendações de seu orientador, Maurice Byé, se concentrou em quatro disciplinas: Economia Política, História do Pensamento Econômico, Economia Social Comparada e Estatística Econômica. É nesse período que o autor, então com vinte e seis anos, começa a estudar Economia de modo sistemático. A essa altura, sua visão do mundo e suas convicções, no fundamental, estavam definidas. Desse modo, escreveu: “[...] a economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficá-

cia, *tratar* problemas que [...] vinham da observação da História [...]. Pouca influência teve na conformação do meu espírito.” (FURTADO, 2013a, p. 45, grifo do autor).

Além desses cursos, Furtado seguiu as aulas de Economia Industrial, ministradas por François Perroux, que desenvolvia pesquisas em torno da ideia de “polo de crescimento” e sobre as “unidades interterritoriais”, que, anos depois, viriam a ser conhecidas como “empresas transnacionais”. “Essa linha de pesquisa, em que conjuntamente com Byé ele foi pioneiro, contribuiria mais do que qualquer outra para modificar a visão das relações econômicas internacionais.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 121). Em suas aulas, o economista francês buscava relacionar o desenvolvimento à ideia de poder, em contraposição às ideias de mecanismos ou automatismos, isto é, “[...] privilegiava o estudo das estruturas de poder. [...] a importância daquilo que ele chamou de ‘efeito de dominação’ nas relações econômicas em geral [...].” (FURTADO, 1996, p. 63). Numa entrevista concedida a Carlos Mallorquin, em abril de 1994, Furtado reconhece que Perroux o levou a pensar, prematuramente, na articulação entre “[...] economia e poder, com uma dimensão internacional.” (FURTADO, 1995b, p. 100).

Perroux transformou-se num dos principais mestres de Celso Furtado. No texto *Retorno à Visão Global de Perroux e Prebisch*, escrito em 1994, o autor destaca os elementos centrais da obra do economista francês, cujas formulações teórico-conceituais representam um esforço pioneiro para explicar as realidades de um mundo que se globalizava. O teórico dos polos de crescimento buscou elaborar uma “nova Economia Política”, tendo como referência um aparato conceitual ancorado nas noções de poder, estrutura, hierarquia e decisão, noções que o pensamento econômico convencional (neoclássico) insistia em ignorar por completo. Essas formulações exerceram forte

influência sobre os cientistas sociais latino-americanos, incluindo aí, indubitavelmente, o próprio Furtado.

Outra ideia seminal, trazida pelo esquema interpretativo de Perroux, concerne ao conceito de macrodecisão, fenômeno que tem sua origem nas unidades dominantes, sejam elas o Estado, as economias centrais ou as empresas transnacionais. Esse tipo de decisão, que comanda os destinos de qualquer país, “[...] se funda em uma previsão global, isto é, numa avaliação antecipada do resultado final da cadeia de reações. Ela só é possível porque certos agentes estão em condições de exercer um efeito de dominação sobre os demais.” (FURTADO, 2000, p. 120). A noção de macrodecisão é importante, tanto para Perroux quanto para Furtado, porque é a partir dela que se torna possível unir, estreitamente, o desenvolvimento à ideia de poder, colocando em primeiro plano a relação entre poder, decisão e Estado, tríade conceitual que ocupará posição de destaque na vasta obra do economista brasileiro.

Os *insights* de Perroux contribuíram decisivamente para moldar a visão de Estado de Celso Furtado. Em entrevista concedida a Maria Rosa Vieira, em agosto de 2001, encontra-se a seguinte declaração: “o pensamento de François Perroux foi seguramente o que mais me influenciou, pela importância de sua teoria do ‘polo de crescimento’, que permite compreender que o crescimento econômico resulta de uma vontade política. Perroux me orientou para pensar o papel do Estado.” (FURTADO, 2004, p. 31). As aulas do economista francês levaram Celso Furtado a aprimorar sua visão sobre o papel do Estado na economia e sociedade capitalistas. Na mesma entrevista, Furtado afirma que o pensamento de Perroux foi o que mais lhe influenciou acerca da importância do Estado como promotor do desenvolvimento capitalista, mais ainda que as ideias do economista inglês John Maynard

Keynes. Acompanhemos o diálogo:

Rosa Maria Vieira: Professor, o seu caminho para a descoberta do papel do Estado é um caminho que foi sedimentado pelo Keynes ou pelo Perroux?

Celso Furtado: Por Perroux. Keynes, em relação à questão do Estado, dá, digamos assim, a sinalização do ponto de vista econômico. É o teórico da dinâmica macroeconômica. Na verdade, ele criou a necessidade de uma dinâmica. O modelo keynesiano é um modelo estático, mas é claro que na sua época representou um tremendo avanço. Keynes valorizou o papel do Estado. A partir dele cabia pensar em política econômica e não mais, simplesmente, no mercado para regular a economia. Foi um salto enorme. [...]. A ruptura qualitativa na minha visão do mundo deu-se aí: compreender o papel do Estado, perceber que o desenvolvimento, no fundo, é obra de uma ação política, e que essa ação política poderia ter sido facilitada por uma certa estrutura social, uma classe burguesa, como houve na Europa. (FURTADO, 2004, p. 32).

A influência de Keynes sobre o pensamento furtadiano também foi importante, pois veio reforçar a ideia, absorvida precocemente, segundo a qual não há organização sem coordenação e controle. Os ensinamentos do economista inglês vieram, portanto, complementar as influências de Mannheim e de Perroux. Por meio da obra de Keynes, o autor chegou à conclusão de que “[...] todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado [...]” (FURTADO, 2013a, p. 46). Isso significa que, para funcionar, o sistema capitalista não pode prescindir totalmente de certo grau de centralização, coordenação e controle de decisões. Cristalizava-se, assim, a ideia de que, na Economia Capitalista, os centros de decisão mais importantes estão no Estado.

A influência da obra de Keynes foi igualmente decisiva para mim. Compreendo que toda decisão econômica envolve o exercício de uma forma de poder [...]. A isso devo que a visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos, marca do pensamento ne-

oclássico, me haja sido totalmente estranha. Nada é tão esterilizante, para o economista que se interessa pelos problemas do subdesenvolvimento, quanto essa visão. Contudo, não basta a ideia de poder, tal qual o exerce compulsivamente o capitalista. O poder também deve existir como um sistema. E, na economia capitalista, os centros de decisão mais importantes desse sistema se situam no Estado. Essa ideia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de Keynes. Graças a ela, pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural. (FURTADO, 2013a, p. 46).

Uma contribuição central de Keynes foi conceber a política econômica como um importante esforço de coordenação de decisões, rompendo, assim, com a visão otimista referente à eficácia do mercado como mecanismo diretor do processo econômico. Furtado (2012a) chama a atenção para esse importante legado do economista inglês: “ao pôr no primeiro plano a visão sistêmica das decisões econômicas, cuja disposição insuficiente seria a causa primária do subemprego dos fatores, lord Keynes restabelecera a primazia do político sobre o econômico.” (FURTADO, 2012a, p. 299). A visão de Keynes, “permitia, digamos, captar a importância da política econômica e da política como algo de Estado, não como algo que surge nas instituições internacionais tão dominantes hoje em dia.” (FURTADO, 1995b, p. 100).

A macroeconomia de Keynes valorizou os centros de decisão em nível nacional. Essa visão, destaca Furtado (1981), permitiu visualizar a superação do subdesenvolvimento no quadro de um projeto político. “Tem aí sua origem a ideia de que sem uma ação de choque do Estado visando à reconstruções de estruturas, a determinar em cada caso, tenderia a perpetuar-se um ‘equilíbrio de subdesenvolvimento’.” (FURTADO, 1981, p. 30). Fica, pois, evidente o papel de relevo a ser desempenhado pelo Estado na superação do subdesenvolvimento.

No curso de doutorado, Celso Furtado também frequentou um seminário de leitura sistemática de Marx. Sobre as influências de Marx, tem-se a seguinte afirmação do autor: “[...] o marxismo nunca me seduziu, propriamente, como uma doutrina. A grande sedução do marxismo estava na sua macroeconomia, que era pioneira: poder olhar a sociedade como um todo. Mas, quando eu cheguei a ela, já tinha passado por Keynes, cuja macroeconomia era mais sofisticada.” (FURTADO, 2004, p. 39). Conforme o autor, suas leituras atentas de *O Capital* ocorreram “[...] quando [seus] conhecimentos de economia clássica [economia ricardiana] já eram avançados e quando a macroeconomia [keynesiana] já se havia imposto.” (FURTADO, 2013a, p. 45). Das leituras de *O Capital*, Furtado absorveu duas ideias-chave, cujo sentido passaria a condicionar sua forma de apreender os processos sociais e econômicos. A primeira diz respeito à importância decisiva do progresso técnico no processo de desenvolvimento econômico. “A outra é que os capitalistas tendem *compulsivamente* a acumular capital, ou seja, tentará romper todos os obstáculos que se lhes oponham nesse caminho.” (FURTADO, 2013a, p. 46, grifo do autor). Essa segunda ideia permitiu ao autor afastar-se da noção de estado estacionário, presente nos arcabouços teóricos clássico e neoclássico.

Após a defesa de sua tese – *“L’Économie Coloniale Brésilienne – XVI^e et XVII^e Siècle”* –, que mereceu a *mention très bien*, o autor retornou ao Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro em 25 de julho de 1948. Reassumiu o posto no DSP, chefiando a seção de Seleção e Aperfeiçoamento. Em setembro, após decidir abandonar a carreira na administração pública, passou a colaborar na revista *Conjuntura Econômica*, editada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), e cujo chefe de redação era Américo Barbosa de Oliveira. Permaneceu, porém, pouco tempo como pesquisador econômico nesta instituição.

Interregno cepalino

No início de 1949, visando ganhar um horizonte aberto, Celso Furtado seguiu para Santiago do Chile. Na capital chilena, integrou o *staff* técnico da recém-inaugurada CEPAL, agência das Nações Unidas que se transformaria na primeira escola de pensamento econômico surgida na América Latina, e mesmo no Terceiro Mundo, cujas ideias terão ressonância inclusive na Europa e nos Estados Unidos da América. Iniciava-se, aos vinte e oito anos, o primeiro período de suas atividades como economista.

Na CEPAL, entrou em contato direto com os problemas do desenvolvimento dos países latino-americanos. Isso o levou a “[...] compreender a necessidade de ver as coisas globalmente, evitando o horizonte estreito do regionalismo.” (FURTADO, 2002b, p. 24-25). As suas atividades iniciais foram desenvolvidas no âmbito do grupo de estudos de Economia Industrial, sob a supervisão do economista norte-americano Milic Kybal. Para a Conferência da CEPAL realizada em Havana, em maio de 1949, o autor traçou uma análise da situação habitacional e de saneamento básico prevalecente na América Latina, constatando “[...] o quadro de extrema precariedade em que viviam as massas urbanas latino-americanas.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 147). Além dessa tarefa inicial, o economista brasileiro foi incumbido da preparação de um estudo que versava sobre o comportamento da indústria manufatureira latino-americana, que também integrou o primeiro *Estudio Económico de America Latina*.

Ao lançar mão do método histórico-comparativo, o autor pôde descobrir que o Brasil era uma economia atrasada na área latino-americana. “Foi um choque, mas também um desafio”, comenta Furtado (2002a, p. 71). Essa descoberta lhe impôs uma questão: “que razões

haverá para esse atraso?” (FURTADO, 1997, t. I, p. 149). Essa questão fundamental apresentar-se-ia para ele como uma obsessão e, por muitos anos, pesaria em suas reflexões, levando-o, inclusive, a estabelecer como missão de vida o desafio de explicar as razões do atraso social e econômico do país.

Assim, empregando o enfoque histórico, o autor pôs-se a investigar as razões do atraso brasileiro à luz das particularidades do processo formativo do Brasil. Esse enfoque resultou numa visão essencialmente diacrônica da realidade social, ou seja, permitiu que Celso Furtado apreendesse “[...] o desenrolar dos acontecimentos no tempo, o encadeamento dos fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira. [...]” (FURTADO, 1997, t. I, p. 163). As pesquisas para compreender as causas desse atraso levaram-no a refletir sobre a especificidade do subdesenvolvimento e a teorizar sobre o capitalismo periférico. “Que caminhos nos havia trazido ao subdesenvolvimento? [...]. Tratava-se, então, de um estágio evolutivo ou de uma conformação estrutural que tende a reproduzir-se?” (FURTADO, 2002a, p. 72-73).

Essas questões levaram-no a publicar alguns livros ao longo dos anos 1950, os quais traduzem o esforço intelectual do autor para compreender as determinantes da situação de subdesenvolvimento da economia brasileira. Tal esforço, porém, não se esgota em si mesmo, isto é, não é o fim pretendido. Na verdade, é o meio utilizado pelo autor para descortinar a realidade, condição fundamental para intervir sobre ela, transformando-a. A esse respeito, escreveu: “[...] a opção que fizera de dedicar-me ao estudo das ciências sociais, em particular da economia, fora fruto de meu desejo de entender o Brasil e também de tentar contribuir para dar um sentido de justiça social à ação de seu governo.” (FURTADO, 1997, t. III, p. 95). Celso Furtado con-

cluiu, a partir de suas pesquisas, que as causas do atraso relativo do Brasil tinham raízes históricas, portanto, passíveis de serem removidas pela sociedade, que encontraria no planejamento o seu principal instrumento de luta contra o atraso acumulado em um período multissecular.

Raúl Prebisch, criador e diretor geral do Banco Central da Argentina de 1935 a 1943, além de “[...] único economista latino-americano de renome internacional” (FURTADO, 1997, t. I, p. 151), ingressou na CEPAL, como consultor temporário, em fins do mês de fevereiro de 1949, com a missão de elaborar um estudo sobre a situação econômica da América Latina. Esse estudo, conhecido como “Manifesto da CEPAL”, foi concluído às vésperas da Conferência de Havana. Celso Furtado, após perceber o valor seminal das contribuições teóricas do estudo, decidiu traduzi-lo para o português e publicá-lo na *Revista Brasileira de Economia*, cujo editor era Eugênio Gudín. “Essa a razão pela qual foi na versão em língua portuguesa que o famoso ‘manifesto’ [...] teve sua primeira ampla difusão.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 157).

Os debates suscitados pelos estudos preparados pela CEPAL permitiram a Celso Furtado “[...] perceber que o subdesenvolvimento configurava um quadro histórico qualitativamente distinto [...]. Não se tratava de uma *fase*, e sim de algo diferente, cuja especificidade cumpria captar.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 190, grifo do autor). Assim, tendo como objetivo apreender melhor a problemática do subdesenvolvimento, Celso Furtado, em 1951, seguiu para os Estados Unidos da América. Neste país, o autor visitou alguns centros de pesquisa e entrou em contato com proeminentes intelectuais, entre eles economistas, historiadores e antropólogos, tais como Bert Hoselitz, Charles Kindleberger, Earl J. Hamilton, Melville Herskovits, Theo-

dore Schultz, Walt Whitman Rostow, Wassily Leontieff. Após esses contatos rápidos em alguns centros universitários, Celso Furtado retornou ao Chile convicto da relevância dos trabalhos preparados pela CEPAL. Pela primeira vez, surgia no Terceiro Mundo um arcabouço teórico que permitia pensar a realidade da periferia capitalista a partir dela mesma, sem o recurso a ideias elaboradas alhures. A esse respeito, escreveu: “estava convencido de que na CEPAL havíamos avançado em terra ignota, e que ocupávamos posições de vanguarda.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 197).

Após a Conferência do México, realizada em maio de 1951, Raúl Prebisch, agora Secretário Executivo da CEPAL, criou a Divisão de Desenvolvimento Econômico, cuja direção ficou a cargo do economista brasileiro. No centro da agenda de trabalho dessa nova divisão estava a seguinte questão: o que é um plano de desenvolvimento? Essa preocupação metodológica permitiu a Celso Furtado retomar e aprofundar os temas que lhe eram caros: administração, organização e programação em empresas privadas e estatais; Estado e democracia; necessidade de criação e implementação do planejamento. Sem embargo, penetrar nesta esfera não constituía tarefa fácil, haja vista a quase inexistência de literatura disponível sobre técnicas de programação econômica.

O desafio a ser enfrentado foi assim resumido pelo autor: “tratava-se de inventar técnicas que permitissem colocar diante da sociedade o horizonte de opções permitido pela estrutura existente e pelo esforço de mudança consentido⁷.” (FURTADO, 2013b, p. 96). Em síntese,

7. O trecho transcrito permite abordar uma questão importante, qual seja a dos limites à mudança colocados por estruturas tradicionais de poder que prezam pela reprodução do *status quo*; por forças, nacionais e estrangeiras, contrárias à transformação das estruturas sociais e econômicas, condição *sine qua non* à superação do subdesenvolvimento. Esses limites à ação política transformadora ficam patentes nas expressões “horizonte de opções permitido pela estrutura existente” e “esforço

impunha-se a necessidade de elaborar técnicas de planificação que permitissem desvendar o rol de possibilidades, bem como os custos de oportunidade envolvidos. Os resultados desse esforço intelectual foram reunidos no *Estudo Preliminar Sobre A Técnica De Programação Do Desenvolvimento Econômico*, um tipo de manual de técnica de planejamento.⁸

Em 1953, o economista brasileiro, que já acumulava larga experiência na administração pública, foi designado presidente do Grupo Misto de Estudos CEPAL-BNDE, com a missão de elaborar um estudo de projeções da economia brasileira. Essa tarefa permitiu a Furtado “[...] seguir de perto os acontecimentos em uma das fases mais convulsivas e decisivas da [história brasileira].” (FURTADO, 1997, t. I, p. 268). Era a oportunidade de ir além da discussão teórico-concei-

de mudança consentido”, empregadas pelo autor. Mesmo consciente da existência dessas barreiras que aparentam intransponíveis, Celso Furtado, no conjunto de sua obra, preserva uma obstinada defesa da viabilidade da luta contra o círculo vicioso do subdesenvolvimento nos marcos do regime capitalista. Não há nessa defesa, conforme demonstra Sampaio Jr. (2008), nenhuma contradição entre diagnóstico e receituário, nem inconsistência metodológica. Há, na verdade, perfeita coerência com respeito às bases teóricas e metodológicas que sustentam o esquema interpretativo de Furtado: “a coerência analítica entre diagnóstico e receituário é dada pelo seu modo de interpretar a realidade como uma contingência histórica, maleável a diferentes configurações, e não como uma necessidade histórica com sentido imanente, decorrente de contradições irreduzíveis que regem o movimento do capitalismo.” (SAMPAIO JR., 2008, p. 87). Sampaio Jr. (2008, p. 88) argumenta que “[...] o nexo entre diagnóstico e receituário, perfeitamente coerente quando avaliado em seus próprios termos, põe em evidência o limite [da] crítica do subdesenvolvimento [de Furtado] e o horizonte ‘reformista’ que orienta a sua utopia de um desenvolvimento capitalista civilizado na periferia da economia mundial”.

8. Apresentado na Conferência da CEPAL de 1953, realizada no Brasil, esse estudo suscitou debates e reações. Logo em seguida à conferência, Eugênio Gudín publicou no *Correio da Manhã* uma série de artigos, intitulada *A Mística do Planejamento*. “Já não se tratava de um debate confinado a páginas de revistas especializadas. Pretendia-se chamar a atenção de setores mais amplos para a ameaça que constituía a doutrina industrialista da CEPAL.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 274). Prebisch respondeu às críticas de Gudín com outro conjunto de artigos, publicado no *Diário de Notícias*, com o título *A Mística do Equilíbrio Espontâneo da Economia*.

tual em torno da natureza do planejamento. Havia chegado o momento de demonstrar a “[...] viabilidade de sua utilização a partir da informação disponível, e de seu alcance prático como instrumento de política de desenvolvimento.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 288). Em outras palavras, apresentava-se a oportunidade de transitar do pensamento à ação. “O trabalho do Grupo Misto Cepal-BNDE foi fundamental para estudar os anos de 1950 no Brasil. Ali tínhamos a chance de aplicar uma metodologia que era recente e que se aplicou pela primeira vez no Brasil.” (FURTADO, 2009, p. 108). O primeiro relatório do Grupo Misto foi divulgado em 1955 com o título *Estudo de um Programa de Desenvolvimento para o Brasil*, e serviu de base para o Programa de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). “Na época, foi uma pesquisa de vanguarda, pois não se conheciam técnicas de planejamento de base macroeconômica.” (FURTADO, 1999a, p. 13).

Nos quatro anos seguintes, entre outras atividades, Celso Furtado dirigiu um grupo de trabalho sobre a situação econômica do México, com equipe integrada pelos mexicanos Juan Noyola Vázquez e Oscar Soberón Martínez, e pelo chileno Osvaldo Sunkel; cumpriu, em 1957, uma missão de assistência técnica na Venezuela; e, além disso, apresentou uma série de dez conferências no Rio de Janeiro. Após esse quadriênio, tomou a decisão de afastar-se da CEPAL, sem vencimentos, por um ano. Assim, depois de nove anos como economista daquela instituição, o autor seguiu, em outubro de 1957, para o *King's College*, onde estagiou, sob a orientação de Nicholas Kaldor. Na Inglaterra, como bolsista da Fundação Rockefeller, passou o ano letivo de 1957-1958.

Nesse ano sabático, Celso Furtado frequentou seminários semanais sobre análise comparativa dos processos históricos do desenvolvimento econômico, comércio internacional e sobre taxas de juros.

Em Cambridge, entrou em contato com James Meade, Joan Robinson, Nicholas Kaldor, Piero Sraffa e Richard Kahn. Entre seus colegas de seminários estavam o economista italiano Pierangelo Garegnani e o economista indiano Amartya Sen, cujo doutorado foi dirigido por Joan Robinson, que “[...] acabava de publicar sua grande obra *Accumulation of Capital*, possivelmente o maior esforço, desde Marx, para penetrar na lógica da acumulação nas economias capitalistas.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 328). Após refletir sobre esse período, o economista brasileiro deixou o seguinte depoimento: “tenho a impressão de que Cambridge me permitiu conferir certas coisas, dar maior precisão à minha linguagem, ser mais rigoroso na análise econômica.” (FURTADO, 2004, p. 37).

No *King's College*, além dos estudos de natureza teórica, Celso Furtado se concentrou em ordenar e depurar suas ideias em torno dos elementos significativos na formação econômica do Brasil. O resultado disso foi a publicação de *Formação Econômica do Brasil*, seu livro mais conhecido e considerado um clássico do pensamento social brasileiro (BIELSCHOWSKY, 2004; IGLÉSIAS, 1971; MALLORQUIN, 2005). A novidade metodológica do livro, elogiada por historiadores como Fernand Braudel, estava em lançar mão de uma visão global, derivada da história e da macroeconomia. Sobre esse aspecto de sua obra, escreveu que “o método era o mesmo que utilizara em trabalhos anteriores: aproximar a História (visão global) da análise econômica, extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História.” (FURTADO, 1997, t. I, p. 331).

De volta ao Brasil, em setembro de 1958, o autor encontrou “[...] um país em extraordinária efervescência [...], com uma enorme vaga de confiança.” (FURTADO, 1997, t. II, p. 63). Eram os anos do governo JK, cujo Programa de Metas contribuiu para despertar sentimen-

tos de otimismo e confiança. “Abriam-se horizontes, falava-se de um continente novo a ser conquistado.” (FURTADO, 1997, t. II, p, 63). É sob esse clima de euforia, entusiasmo e esperança que tem início a segunda fase da atividade de Celso Furtado como economista, a qual o levará a abordar a fundo os problemas da região nordestina, além de indicar linhas de luta e de trabalho para erradicá-los. “É quando o ‘saber’ se torna ‘poder’”. (FREIRE d’AGUIAR, 2015, p. 125).

Interlúdio nordestino

Após desligar-se de seu cargo nas Nações Unidas, Celso Furtado assumiu uma diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), dedicando-se, com exclusividade, à região nordestina. Nessa época, seu percurso intelectual e político ganhou dimensões prioritariamente nacionais. Sua primeira tarefa foi intervir no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que vinha sendo presidido pelo advogado e político paraibano Aluízio Campos, e cujos trabalhos “[...] marchavam em ritmo lento [...]” (FURTADO, 1997, t. II, p. 68). Paralelamente, e de maneira independente do GTDN, Furtado constituiu, ele mesmo, um grupo de trabalho com técnicos do BNDE, para realizar uma pesquisa que tinha como objetivo explicar o “[...] subdesenvolvimento do Nordeste visto como região de um país, o Brasil, subdesenvolvido.” (FURTADO, 1997, t. II, p. 73). A ideia era produzir um documento que comportasse duas partes: um “diagnóstico da problemática regional” e uma estratégia de ação, “[...] cujo objetivo último era deter a degradação da economia e incorporar a região ao processo de desenvolvimento então em curso no Centro-Sul do país.” (FURTADO, 1997, t. II, p. 73).

A oportunidade de “[...] contribuir de forma decisiva para ‘mudar

o Nordeste' [...]” (FURTADO, 1997, t. II, p. 78), cujo desenvolvimento passaria a contar com projeto próprio, concretizou-se no início de 1959, numa reunião convocada pelo presidente Juscelino Kubitschek, que objetivava promover um amplo debate sobre a questão nordestina. Juscelino, após ouvir as ideias apresentadas por Furtado, decidiu lançar uma nova política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, batizada de Operação Nordeste (OPENO). A condução dessa Operação, cujo comando foi assumido por Celso Furtado, estaria, contudo, condicionada à criação de um novo órgão de planejamento. A proposta de criação do novo ente autárquico, denominado Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi anunciada pelo presidente em fevereiro de 1959. Enquanto o projeto de lei estivesse tramitando no Congresso, seria instituído, mediante decreto executivo, com sede no Recife, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), “[...] o qual poria em andamento tudo aquilo que fosse possível ao governo realizar no âmbito da competência que lhe dava a legislação vigente.” (FURTADO, 1997, t. II, p. 84).

Não obstante a forte oposição e as incontáveis barreiras colocadas pelos defensores dos interesses ligados ao latifundismo, clientelismo e à “indústria da seca”, a Lei n. 3.692, instituindo a SUDENE, foi aprovada em 15 de dezembro de 1959. Sobre a aprovação da SUDENE, escreveu: “Eu bem me lembro de que quando conseguimos aprovar a lei da SUDENE foi *contra* a maioria dos deputados nordestinos. Portanto, só foi possível a SUDENE porque o Sul do Brasil tomou consciência do perigo que é para todo o país a miséria do Nordeste.” (FURTADO, 2008, p. 13, grifo do autor).

Furtado, nomeado superintendente da SUDENE, cargo que também ocupará nos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), pôde avançar o projeto de construção do “novo Nor-

deste”, levando adiante as reformas necessárias para superar o imobilismo social e mitigar as estruturas de privilégios que contribuíam para perpetuar a situação de subdesenvolvimento da região. Segundo Iglésias (1997), “a gestão de Celso Furtado na SUDENE é talvez a página mais expressiva, fecunda e brilhante de um organismo administrativo entre nós.” (IGLÉSIAS, 1997, p. 8). Em 2001, fazendo um balanço dos anos em que ficou à frente da SUDENE, afirmou: “O Nordeste cresceu mais do que o resto do Brasil, o que era coisa nova em nossa história.” (FURTADO, 2001, p. 54). Apesar disso, pondera que a mudança foi apenas parcial, pois a dimensão social não se transformou a contento.

Nesses anos, as ações político-institucionais de Celso Furtado não se circunscreveram somente à dimensão regional, ao Nordeste. Em 1962, com a criação do Ministério do Planejamento pelo presidente João Goulart, ele foi nomeado seu primeiro titular, com a difícil missão de elaborar um plano de governo que seria apresentado à nação por ocasião do plebiscito, realizado nos primeiros dias de 1963, que restauraria o regime presidencialista no Brasil. Na cerimônia de posse, diante do primeiro-ministro, Hermes Lima, o autor resumiu numa questão o cerne do problema que teria que atacar: “como conservar o dinamismo e mesmo intensificar o crescimento, devolvendo à economia uma adequada estabilidade? Esse é o nosso problema central.” (FURTADO, 2011b, p. 33). A solução desse imbróglio passaria pelo planejamento, técnica que vinha aprimorando desde os anos dedicados ao DSP, em Niterói, e que, agora, teria a oportunidade de aplicá-la ao conjunto do sistema econômico brasileiro.

Essa difícil tarefa, realizada em poucos meses, resultou no documento intitulado *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965*, que, além de prever medidas de estabilização, volta-

das para a restauração dos equilíbrios interno e externo, comportava uma política global, que continha um conjunto de diretrizes das reformas estruturais mais prementes (administrativa, fiscal, bancária e agrária). O Plano visava demonstrar “[...] que era possível [por meio de] terapêutica gradualista[.]” conduzir a economia a relativa estabilidade sem impor-lhe a purga recessiva.” (FURTADO, 1997, t. II, p. 244).

Após desligar-se da função ministerial, Celso Furtado reassumiu plenamente o comando da SUDENE, que entrava numa fase de intensa atividade e cujas realizações já eram notáveis. Porém, o seu projeto de transformação da região Nordeste não duraria mais que alguns meses, sendo obstado em 01 de abril de 1964, por ocasião do Golpe Militar no Brasil. “Esses seis anos, encerrados com o Golpe Militar [...], dão a Celso a rara oportunidade, como ele reconhecia, de conjugar teoria e prática, de conciliar pensamento e ação, de intervir diretamente na realidade antes só vislumbrada no plano teórico.” (FREIRE d’AGUIAR, 2015, p. 125).

O Ato Institucional n. 1, de 09 de abril de 1964, cassou seus direitos políticos por dez anos. A esse respeito, escreveu: “fora expulso de meu próprio país, que deixara de ser para mim a pátria que nos protege para transformar-se em ameaça.” (FURTADO, 1997, t. III, p. 143). Nas últimas páginas de *A Fantasia Desfeita*, o autor revela ao seu leitor a frustração que dominou seu espírito, dizendo que: “dedicava anos a organizar minha fantasia, na esperança de um dia transformá-la em instrumento de ação a serviço de meu pobre e desvalido Nordeste. Agora, essa fantasia estava desfeita [...]” (FURTADO, 1997, t. II, p. 305). Em outra ocasião, revelou: “sabia que meu exílio seria longo e que as condições tão particulares que me haviam permitido tentar ir além da esfera intelectual no empenho de realizar algo

para minorar aflições de meu povo já não se repetiriam.” (FURTADO, 1997, t. III, p. 143).

Cessava-se, ali, sua contribuição de ordem político-administrativa para o desenvolvimento da região Nordeste. Interrompia-se, outrossim, a ação de Furtado como homem de Estado a serviço da nação brasileira. A luta contra as estruturas anacrônicas, responsáveis pela perpetuação da pobreza e do subdesenvolvimento, continuaria a ser travada, mas, agora, em outro plano, qual seja, o do pensamento e da cultura. Assim, seguiu em frente, tendo a certeza de que atuaria sobre o mundo por meio do pensamento, afinal “[...] a luta no plano das ideias [é], de todas, a mais importante [...].” (FURTADO, 1997, t. III, p. 187). “Que influência teria sido maior? A de Alexandre ou a de Platão?” (FURTADO, 1997, t. I, p. 102).

O exílio

Iniciavam-se os anos de exílio e, concomitantemente, o terceiro momento de Celso Furtado como economista: o da vida universitária, que para ele representou “[...] uma imposição da história”, melhor dizendo, ele só se tornou professor “quando [foi] cassado, em 64.” (FURTADO, 1992, p. 5). No começo, o autor tomou o caminho dos Andes, instalando-se mais uma vez na capital chilena, onde vinculou-se ao Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Alguns meses depois, decidiu deixar a América Latina, e seguiu para os Estados Unidos da América, fixando-se em New Haven, como pesquisador visitante na Universidade de Yale, que possuía um importante centro de pesquisas voltado à problemática do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Na Universidade de Yale, Celso Furtado entrou em contato com James Tobin, Martin Shubik,

Robert Triffin, Stephen Hymer e Werner Baer. Com Hymer, o pensador brasileiro teve a oportunidade de manter longos diálogos sobre a emergência da empresa transnacional, temática que ocupará posição de destaque em sua produção intelectual a partir dos anos 1960.

Em New Haven, além de aprofundar seus estudos sobre o subdesenvolvimento, pôs-se a analisar a economia e a sociedade norte-americanas, visando contribuir para que o povo latino-americano tivesse um melhor entendimento dos Estados Unidos, pois, para ele, “[...] era evidente que, sem uma clara percepção do que estava acontecendo [na economia e sociedade estadunidenses], o próprio sentido das transformações em curso em escala planetária nos escaparia.” (FURTADO, 1997, t. III, p. 100).

Após curta estada nos Estados Unidos, mudou-se para a França, que se encontrava sob a liderança do general Charles de Gaulle. A convite da Universidade de Paris, assumiu a cátedra de Teoria do Desenvolvimento Econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, sendo o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, por decreto presidencial assinado pelo general De Gaulle. Seu vínculo com a Universidade de Paris foi duradouro, permanecendo nos quadros desta instituição por vinte anos. Nesse período, suas pesquisas concentraram-se em torno de três eixos: i) a expansão do capitalismo; ii) a teoria do subdesenvolvimento; e iii) a formação histórica da América Latina vista do ângulo econômico.

Na década de 1970, além de suas atividades na Universidade de Paris, o autor estendeu sua prática docente a várias outras universidades. Além de *Columbia University* (Nova York), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade das Nações Unidas (Tóquio), lecionou na *American University*, em Washington D. C., em 1972, e na Universidade de Cambridge, Inglaterra, no ano letivo de 1973-

1974. Em 1974, foi o primeiro ocupante da cátedra Simon Bolívar na Universidade de Cambridge, voltada para o estudo das economias subdesenvolvidas, onde ministrou um curso sobre a problemática do desenvolvimento, baseado nas ideias que vinha elaborando desde os anos de 1950. Fez, também, várias viagens a países da América Latina, América do Norte, África, Europa e Ásia, em missão de agências das Nações Unidas, tendo a oportunidade de disseminar amplamente as suas ideias. Transformou-se num verdadeiro cidadão do mundo; “*corazón, cabeza, en el aire del mundo*”, como registra a epígrafe⁹ do livro *Os Ares do Mundo*, publicado em 1991.

O retorno ao Brasil

Com a Lei de Anistia (1979), Celso Furtado passou a visitar periodicamente o país, inaugurando, assim, o que pode ser chamado de quarto e último momento de suas atividades como economista: uma fase de reflexões, balanços¹⁰, dedicada à organização de suas memórias intelectuais. É, essa, uma época de novas esperanças, em que se busca reorganizar as fantasias com vistas a retomar a construção interrompida. No ensaio-síntese intitulado *Entre Inconformismo e Reformismo*, publicado em 1987 por solicitação do Banco Mundial, o autor deixa transparecer esse estado de otimismo e confiança, ao afirmar que “há exemplos, [...], de avanços rápidos no plano político após o

9. A frase – “*Pie en la Patria, casual o elegida; corazón, cabeza, en el aire del mundo*” – é de autoria do poeta espanhol Juan Ramón Jiménez, Prêmio Nobel de Literatura (1956), e que Furtado tanto apreciava.

10. Em um desses balanços, o autor expõe o que considerava ser a ideia sintetizadora de suas reflexões teóricas: “se tivesse que singularizar uma ideia sintetizadora de minhas reflexões de economista sobre a história, diria que ela se traduz na dicotomia *desenvolvimento-subdesenvolvimento*, que utilizei como título do livro em que reuni meus primeiros ensaios de teoria econômica.” (FURTADO, 2002a, p. 78, grifo do autor).

despertar de uma longa noite de imobilismo [...]. [...] a rica fermentação de ideias e iniciativas políticas que se observa no Brasil neste fim de 1984 parece traduzir uma ânsia de recuperação do tempo perdido.” (FURTADO, 1997, t. III, p. 38). A recuperação do tempo perdido, porém, não se verifica, o que o leva a afirmar, no apagar das luzes do século XX, que “em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser.” (FURTADO, 1999b, p. 26).

Nessa década de renovação das esperanças, o economista brasileiro retomou suas atividades de homem público, sendo, em 1985, convidado pelo recém-eleito presidente Tancredo Neves para participar da Comissão do Plano de Ação do Governo. Em setembro de 1985, assumiu o posto de embaixador do Brasil junto à então Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas. No ano seguinte, após mais de duas décadas sem desempenhar um cargo político, foi nomeado pelo presidente José Sarney para exercer o Ministério da Cultura, cargo que ocupou até julho de 1988.¹¹ “Mais de cem intelectuais se reuniram e fizeram um abaixo-assinado, pedindo que eu aceitasse o cargo”, diz Furtado (2002b, p. 35). Essa é uma prova de que Celso Furtado foi mais que um economista, apresentando-se como cientista social, pensador criativo e intelectual detentor de uma visão holística do mundo. Em grande parte de suas reflexões teóricas, em especial, nos escritos publicados a partir dos anos 1970, sempre destacou a dimensão cul-

11. Entre as realizações do autor no Ministério da Cultura, a mais inovadora foi a elaboração e implementação da primeira legislação brasileira de incentivos fiscais à cultura, conhecida como Lei Sarney. “A lei apelava para a parceria com o empresariado no financiamento de projetos culturais, e em troca o governo abria mão de parcelas do imposto de renda devido. [...]. Mas a lei ia mais longe, apelando também para o contribuinte individual, pois as pessoas físicas podiam dedicar à cultura parte de seu imposto de renda. Ou seja, a ideia era que a sociedade civil assumisse as propostas culturais da própria comunidade, arcando com o financiamento dos recursos.” (FREIRE d’AGUIAR, 2012, p. 13-14).

tural do processo de desenvolvimento, ou melhor, buscou relacionar, em todo o tempo, o desenvolvimento à ideia de criatividade e inventividade do Homem.

O interesse do autor pela questão cultural vinha de longe, pelo menos desde a publicação de *Dialética do Desenvolvimento*, obra de 1964, que traz uma análise do desenvolvimento econômico no contexto de mudança cultural. A ênfase na dimensão cultural do desenvolvimento atingiu seu clímax com a publicação de *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, de 1978. O elemento cultural reaparece em primeiro plano no livro *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, de 1984. Além disso, cumpre observar, Celso Furtado foi “[...] singularizado como o único pensador do estruturalismo a enfatizar o conceito de cultura e sua importância na teorização sobre o desenvolvimento.” (FREIRE d’AGUIAR, 2015, p. 126).

Nesses anos, além de lutar pela redemocratização, ao lado do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Celso Furtado lançou um conjunto de livros em tom combativo, de denúncia, sobre a política econômica, a crise da dívida externa, a inflação, os desequilíbrios regionais, a recessão e o desemprego, questões que, de imediato, mais afligiam a economia brasileira no fim do regime militar.

Ao longo da década de 1990, integrou várias comissões da ONU/UNESCO, com destaque especial para a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (1992 a 1995), presidida pelo diplomata e político peruano Javier Pérez de Cuéllar, e a Comissão Internacional de Bioética (1996). Na entrevista concedida a Carlos Mallorquin, o autor resumiu o seu horizonte de preocupações, dizendo: “atualmente, me preocupam dois temas. Um, [é] a ideia de que a lei do mercado e sua lógica é a medida de todas as coisas, convertendo-se em ‘ética’. Tam-

bém reflito muito sobre os sistemas monetários latino-americanos, que é a segunda problemática que me preocupa.” (FURTADO, 1995b, p. 109). Em 1997, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, na cadeira número 11, ocupada, anteriormente, pelo antropólogo Darcy Ribeiro. No mesmo ano, a Academia de Ciências do Terceiro Mundo criou o Prêmio Internacional Celso Furtado, que seria conferido a cada dois anos ao melhor trabalho de um pesquisador do Terceiro Mundo no campo da Economia Política. Em 2003, economistas da América Latina e outras personalidades encaminharam seu nome ao Comitê do Prêmio Nobel de Economia, em Estocolmo.

Nesse período, Celso Furtado retomou os temas que lhe eram caros: a inserção nacional e latino-americana no “mundo globalizado”, a teorização do subdesenvolvimento e a discussão do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. Ao retomar esses temas, o autor incorporou novos conceitos e ideias ao seu sistema de pensamento, numa clara demonstração de sua ampla capacidade para renovar permanentemente seu pensamento, de modo a adaptá-lo aos novos contextos históricos. Assim, tendo em vista captar o essencial das transformações no curso do capitalismo mundial, o autor passou a operar um conjunto de novas expressões e categorias analíticas: “novo capitalismo”, “capitalismo global”, “primazia financeira”, “ingovernabilidade”, “capital financeiro”, “identidade nacional”.

Em 20 de novembro de 2004, vítima de parada cardíaca, faleceu em casa, no Rio de Janeiro.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, realizou-se um esforço de sistematização da trajetória intelectual e política de Celso Monteiro Furtado (1920-

2004), reunindo os elementos necessários para retratá-lo como teórico independente, intelectual reformista e homem público voltado à ação e a serviço da nação. Paralelamente, buscou-se desvelar as principais bases teóricas e as influências intelectuais que moldaram o sistema de pensamento e o projeto desenvolvimentista deste economista brasileiro, em especial, aquelas que contribuíram para moldar sua maneira de pensar o binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento.

As ideias aqui reunidas permitiram demonstrar que, por mais de meio século, Celso Furtado foi um intelectual criativo de vocação reformista, cujo pensamento contribuiu não apenas para descortinar as múltiplas dimensões da realidade, mas, também, para produzir meios de intervenção racional nas esferas social e econômica, tendo em vista a superação dos dilemas e tensões típicos das economias e sociedades capitalistas subdesenvolvidas, sem, contudo, colocar em xeque a ordem social burguesa.

Nesse sentido, apresenta-se o ponto essencial da proposta de Celso Furtado, a saber, a vocação intelectual reformadora. Esse horizonte reformista, somado ao ideário intervencionista do autor, encontra respaldo nas matrizes teóricas cepalino-keynesiana e perrouxiana, e nas proposições mannheimianas acerca da noção de planejamento democrático. Essa convicção reformista perpassa toda a sua obra, podendo ser identificada, principalmente, na defesa incansável do autor sobre a possibilidade de superação da barreira do subdesenvolvimento nos marcos do próprio capitalismo. Tem-se, pois, que sua obra deve ser concebida não como um fim em si mesma, mas como um meio para se alcançar um objetivo maior, qual seja a ação política reformadora das estruturas sociais e econômicas anacrônicas, responsáveis pela reprodução da armadilha histórica do subdesenvolvimento.

Conforme demonstrado, sua trajetória intelectual e política foi for-

temente marcada pela indissociabilidade entre pensamento e ação. Isso significa que, além de teorizar o capitalismo periférico, ele teve a oportunidade de agir. E foram vários os espaços de ação, incluindo o Grupo Misto de Estudos CEPAL-BNDE, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Cultura. Em síntese, uma luta incansável em prol da (re)construção social e econômica da nação.

No que diz respeito às influências intelectuais, pode-se afirmar que o autor, em seu esforço autônomo de teorização, com vistas a deslindar as especificidades do subdesenvolvimento, serviu-se de uma profusão de ideias, coordenando e assimilando, criativamente, as mais diversas bases teóricas. Sua formação intelectual deu-se sob uma tríplice influência: o positivismo, o marxismo e a sociologia norte-americana. À essas primeiras influências, soma-se uma miríade de correntes de pensamento, quais sejam: a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, que permitiu a Celso Furtado perceber que *pensamento* e *ação* são elementos indissociáveis; a teoria sociológica alemã (Alfred Weber, Ferdinand Tönnies, Georg Simmel, Hans Freyer, Max Weber e Max Scheler); a história econômica de Antônio Sérgio, Camille Sée, Henri Pirenne e Werner Sombart, que mostrou para o economista brasileiro a importância da Economia para melhor compreender a História; a teoria geral da administração (Henri Fayol, Frederick Taylor e William Willoughby), que revelou para Celso Furtado a importância do planejamento como técnica para a ação racional; a economia clássica, especialmente em sua vertente ricardiana; as contribuições de Perroux à compreensão do processo de desenvolvimento capitalista; a macroeconomia de Keynes; o pensamento de Karl Marx, em especial, sua macroeconomia, que era pioneira e permitia olhar a so-

cidade como um todo, ou seja, globalmente; a teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter, em particular, a ênfase na centralidade do progresso técnico na dinâmica da economia capitalista; o pensamento de Prebisch e da CEPAL, cuja ênfase nas reformas estruturais e na necessidade de programação do desenvolvimento veio reforçar a ideia de que não pode haver desenvolvimento autêntico sem a ação efetiva do Estado; os aportes teóricos dos economistas de Cambridge (James Meade, Joan Robinson, Nicholas Kaldor, Piero Sraffa e Richard Kahn); e um conjunto de pensadores econômicos, que de uma ou outra forma exerceu alguma influência sobre o esquema teórico-analítico de Celso Furtado (Albert Hirschman, Arthur Lewis, Friedrich List, Gunnar Myrdal, Mihail Manoilescu, Paul Baran, Ragnar Nurkse e Stephen Hymer).

Referências

BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 38-55, out./dez. 1989.

_____. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRAMSTEDT, E. K.; GERTH, H. Nota sobre a obra de Karl Mannheim. In: MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972. p. 9-16.

BRANDÃO, C. O compromisso com a (n)ação em Celso Furtado: notas sobre seu sistema teórico-analítico. *Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 29-49, jan./jul. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 19-43.

_____. Celso Furtado: o desenvolvimento como missão. In: SABOIA, J.;

CARVALHO, F. J. C. (Orgs). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri, SP: Manole, 2007. p. 63-80.

FORACCHI, M. M. Aspectos da contribuição de K. Mannheim para a análise sociológica da educação. In: FORACCHI, M. M. (Org.). *Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. p. 9-48.

FREIRE d'AGUIAR, R. (Org.). *O Nordeste e a saga da SUDENE 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

_____. *Anos de formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2014.

_____. Pensando a cultura. In: FREIRE d'AGUIAR, R. (Org.). *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 7-18.

_____. Apresentação. In: FREIRE d'AGUIAR, R. (Org.). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013, p. 7-18.

_____. Celso Furtado: um retrato intelectual. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p. 122-127, jul./dez. 2015.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1981.

_____. Celso Furtado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 jul. 1992. Caderno 6. Entrevista concedida a Amir Labaki e Gilson Schwartz.

_____. Comentários de Celso Furtado. In: GAUDÊNCIO, F. S.; FORMIGA, M. (Coords.). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.

_____. O pensamento econômico latino-americano. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 41, p. 96-110, mar. 1995b. Entrevista concedida a Carlos Mallorquin.

_____. Celso Monteiro Furtado. In: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 61-87. Entrevista concedida aos autores do livro.

_____. *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 v.

_____. A fantasia organizada. In: FREIRE D'AGUIAR, R. (Ed.). *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, t. I, 1997. p. 87-367.

_____. A fantasia desfeita. In: FREIRE D'AGUIAR, R. (Ed.). *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, t. II, 1997. p. 27-312.

_____. Os ares do mundo. In: FREIRE D'AGUIAR, R. (Ed.). *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, t. III, 1997. p. 41-376.

_____. A longa marcha da utopia. In: FURTADO, C. *O capitalismo global*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. cap. 1, p. 9-23.

_____. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999b.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Trabalhei como um condenado. In: QUEIROZ, R. (Coord.). *Celso Furtado 80 anos: homenagem da Paraíba*. João Pessoa: SEBRAE/PB, 2001. p. 50-55.

_____. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.

_____. *Celso Furtado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002b. Entrevista concedida a Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola.

_____. A responsabilidade dos cientistas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jun. 2003. Caderno 1, p. 3.

_____. Entrevista com Celso Furtado. *História Oral*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 21-40, 2004. Entrevista concedida a Rosa Maria Vieira.

_____. *Foto de uma conversa*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. Entrevista concedida a Cristovam Buarque.

_____. Entrevista com o Professor Celso Furtado. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 9-27, jan./jul. 2008.

_____. Celso Furtado. *Memórias do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, p. 101-121, out. 2009.

_____. Entrevista a Eduardo Kugelmas. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 8, p. 379-415, maio 2011a.

_____. Discurso de posse. In: FREIRE d'AGUIAR, R. (Org.). *O plano trienal e o ministério do planejamento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011b. p. 33-34.

_____. Retorno à visão global de Perroux e Prebisch. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 296-304, jan./jun. 2012a.

_____. A síntese segundo Celso Furtado. In: FREIRE d'AGUIAR, R. (Org.). *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012b, p. 191-198.

_____. Aventuras de um economista brasileiro. In: FREIRE d'AGUIAR, R. (Org.). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013a. p. 35-52.

_____. A Comissão Econômica para a América Latina. In: FREIRE d'AGUIAR, R. (Org.). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013b. p. 84-106.

_____. Notas de um diário. In: FREIRE d'AGUIAR, R. (Org.). *Anos de formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2014. p. 247-250.

_____. *Diários intermitentes: 1937-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GUIMARÃES, J. A trajetória intelectual de celso furtado. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 15-32.

IGLÉSIAS, F. Celso Furtado, pensamento e ação. In: IGLÉSIAS, F. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 159-234.

_____. Apresentação. In: FURTADO, C. *Obras Autobiográficas de Celso Furtado*. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 1-9.

MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática* [1951]. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

OLIVEIRA, F. (Org.). A navegação venturosa. In: OLIVEIRA, F. (Org.). *Celso Furtado: Economia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-27.

_____. Um republicano exemplar. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 157-165.

REZENDE, M. J. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, PR, v. 26, n. 2, p. 239-250, 2004.

SAMPAIO JR., P. A. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. *Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 69-98, jan./jul. 2008.

SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 347-362, set./dez. 2001.

TAVARES, M. C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 129-154.

VIEIRA, R. M. Celso Furtado: autorretrato e retórica. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 157-165.

Resumo:

Celso Monteiro Furtado (1920-2004) é um dos economistas e cientistas sociais latino-americanos mais influentes de todo o século XX. Já há algum tempo passou à categoria de clássico, sendo considerado um autor indispensável para compreender o Brasil e para pensar a problemática do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Sua vasta e profícua obra, forjada ao longo de seis décadas, compreende quase quatro dezenas de livros, mais de uma centena de ensaios e artigos acadêmicos, além de folhetos, prefácios, apresentações, resenhas, entrevistas, conferências, relatórios e planos. Assim, no momento em que se comemora o centenário do nascimento deste economista político brasileiro, faz-se necessário *retomar e refletir sua* trajetória intelectual e política, reunindo os elementos que permitem retratá-lo como teórico independente, intelectual reformista e homem público voltado à ação e a serviço da nação. Este é exatamente o propósito deste artigo. Para alcançá-lo, recorreu-se às memórias intelectuais do autor, às entrevistas que ele concedeu a várias personalidades e aos trabalhos de inúmeros intérpretes que escreveram sobre a vida e a obra de Celso Furtado. A pesquisa permitiu concluir que a trajetória intelectual de Celso Furtado traduz o sentido que ele sempre atribuiu ao exercício da atividade intelectual, a saber, uma luta frequente em prol da (re)construção social e econômica da nação.

Palavras-chave: Celso Furtado; Reformismo; Desenvolvimento; Subdesenvolvimento.

Abstract:

Celso Monteiro Furtado (1920-2004) is one of the most influential Latin American economists and social scientists of the entire 20th century. For some time now, he has been in the classic category, being considered an indispensable author to understand Brazil and to reflect on the development-underdevelopment problematic. His vast and fruitful work, forged over six decades, consists of almost forty books, more than one hundred essays and academic articles, in addition to leaflets, prefaces, presentations, reviews, interviews, conferences, reports and plans. Thus, as we celebrate the hundredth anniversary of the birth of this Brazilian political economist, it is necessary to resume and reflect on his intellectual and political trajectory, bringing together the elements that allow us to portray him as an independent theorist, reformist intellectual and public man focused on action and in the service of the nation. This is exactly the intention of this article. In order to achieve it, the author's intellectual memories, the interviews he gave to various personalities and the works of numerous interpreters who wrote about the author's life and work were used. The research allowed us to conclude that the intellectual trajectory of Celso Furtado translates the meaning that he always attributed to the exercise of intellectual activity, that is, a frequent struggle in favor of the social and economic (re)construction of the nation.

Keywords: Celso Furtado; Reformism; Development; Underdevelopment.

Recebido para publicação em 16/07/2019.

Aceito em 27/11/2019.

A interlocução teórica entre Francisco de Oliveira e Celso Furtado: pensamento crítico e ação reformadora

Alex Hotz Moret

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-6194-2320>

alexhmoret@gmail.com

Introdução

Neste trabalho pretendemos analisar a interlocução crítica feita por Francisco de Oliveira ao pensamento dualista cepalino, que teve Celso Furtado como o maior expoente. Essa crítica formulada por Oliveira marca sua produção teórica e foi responsável por lançar o autor na discussão da realidade econômica nacional, tornando-se bibliografia obrigatória no estudo do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Mostraremos que o debate teórico feito por Francisco de Oliveira ao pensamento furtadiano não está somente no ensaio de 1972, *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, futuramente transformado no livro *Crítica à razão dualista* (2003) como também na obra *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes* (1977). Neste último trabalho, Francisco de Oliveira

fez uma discussão diretamente relacionada às propostas de reforma do Nordeste brasileiro apresentadas por Celso Furtado e dialogou com a produção furtadiana para o Nordeste, que tinha em sua essência a regionalização e aplicação das teses cepalinas para o contexto da economia brasileira.

Será demonstrado que Francisco de Oliveira, ao elaborar sua crítica ao pensamento cepalino furtadiano, apresentou nova forma de compreensão do processo de expansão capitalista nacional, principalmente por produzir uma análise que inseriu elementos relacionados a fatores sociais, políticos e econômicos internos.

Por fim, pretendemos relatar que a interlocução teórica elaborada por Oliveira não nega completamente os argumentos apresentados na obra furtadiana. De fato, trata-se de uma tentativa de inserir novos elementos para a compreensão da realidade nacional. Vale dizer que a análise de Oliveira complementava lacunas teóricas que se apresentavam nas formulações furtadiana. Além disso, é importante enfatizar que Francisco de Oliveira sempre considerou o professor Celso Furtado com um dos mais importantes intelectuais brasileiros – cuja obra é bibliografia obrigatória para a compreensão da realidade nacional – e justamente por isso, será constantemente merecedora de análises criteriosas. O debate teórico que será apresentado neste trabalho é, na realidade, um encontro entre dois importantes pensadores brasileiros que deve ser memorado, compreendido e servir como ferramenta capaz de contribuir para a formação dos cientistas sociais brasileiros.

Antes de apresentarmos a interlocução crítica produzida por Francisco de Oliveira, iremos expor as principais ideias do pensamento cepalino furtadiano, que serão discutidas por Oliveira na primeira fase de sua produção teórica, assim como contextualizar o momento histórico no qual o debate teórico foi construído.

É importante ressaltar que a partir da década de 1950, o pensamento econômico brasileiro passa a ser elaborado no bojo de tendências e ideologias distintas que disputam espaço no cenário teórico intelectual brasileiro. Essa discussão desenvolve-se concomitantemente com a fase de consolidação do Brasil como um país urbano-industrial e traz um debate que reflete os interesses das classes dominantes e projetos distintos de transformação nacional.

Nesse contexto, surgem no Brasil pensadores econômicos de diversas correntes que passam a contribuir para a construção de uma literatura socioeconômica nacional. É assim que trabalhos de grande valor teórico são produzidos e discutidos, compondo um novo campo intelectual dentro do pensamento social brasileiro. Dentre esses pensadores podemos citar, por exemplo, Roberto Campos, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Fernando Henrique Cardoso etc. A maioria desses trabalhos sofreu grande influência inicial do pensamento cepalino-estruturalista, que trouxe uma análise do processo de desenvolvimento específico da formação capitalista dos países atrasados da América Latina.

Dentre esses autores destaca-se Celso Furtado como o mais brilhante economista da primeira geração da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que constrói uma vasta obra em que dá uma formulação refinada à concepção de Raúl Prebisch sobre as relações centro-periferia e que explica o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos da América Latina em termos do modelo de industrialização por substituição de importação, tendo sempre como referência o processo brasileiro.

No decorrer da década de 1960, há o surgimento de críticas ao pensamento cepalino motivadas, em grande medida, pela crise do modelo de industrialização por substituição de importação na América

Latina e no Brasil, que não havia solucionado problemas históricos, tais como dependência externa, concentração de renda, desemprego, exclusão social, agravados pela inflação e estrangulamentos na infraestrutura. Parte dessas críticas surge no âmbito do próprio pensamento estruturalista – contestando as teses estagnacionistas – e tem como alguns de seus principais pensadores Maria da Conceição Tavares e José Serra, que são intelectuais brasileiros da segunda geração da CEPAL. Temos também, neste período, o surgimento de teses que serão a base para a construção do que virá a ser a Teoria da Dependência, cujos maiores expoentes são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Além dessas duas vertentes, ganham expressão as análises de alguns pensadores influenciados pelas formulações marxistas, dentre os quais podemos citar Ignácio Rangel, Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini.

Em meio a esse complexo processo, surge na década de 1970, a produção teórica de um membro do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) que, ao longo de sua formação, sofreu influências do estruturalismo-cepalino e do pensamento marxista. Trata-se de Francisco de Oliveira que apresenta uma nova leitura das formas de acumulação capitalista no Brasil sob uma vertente marxista, fazendo crítica ao pensamento dualista da CEPAL e tornando-se um importante interlocutor das análises cepalinas e furtadianas no Brasil.

A forma de interpretação utilizada por Francisco de Oliveira foi fortemente influenciada pelas teses da teoria da dependência que também não isolavam os fatores sociais, políticos e econômicos. Na realidade, Francisco de Oliveira, para construir sua análise da economia brasileira, apropriou-se de algumas formulações dos teóricos da dependência somando-as com suas interpretações de origem marxista.

Breve introdução ao pensamento cepalino Furtadiano

A CEPAL foi uma instituição criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) no ano de 1948, com o objetivo de analisar especificamente as tendências econômicas e sociais do desenvolvimento capitalista latino-americano, além de propor políticas de superação do subdesenvolvimento.

Composta por economistas latino-americanos, a CEPAL contribuiu significativamente para o entendimento do sistema capitalista na região “periférica”. Seu principal teórico foi Raúl Prebisch, formulador das diretrizes básicas do pensamento cepalino, auxiliado por outros intelectuais, dentre os quais se destacaram: Celso Furtado, José Medina Echavarría, Aníbal Pinto, entre outros. (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 39).

A CEPAL teorizou sobre o subdesenvolvimento latino-americano, afirmando que esse não era uma etapa necessária no processo de evolução das economias capitalistas e, analisando as estruturas econômicas dos países periféricos, afirmava que essas estruturas eram um entrave ao desenvolvimento industrial e impediam que os países latino-americanos superassem a condição de países atrasados e subordinados no cenário capitalista mundial.

Segundo a teoria cepalina, a geração de desigualdade era inerente ao processo de desenvolvimento capitalista mundial, pois os países centrais absorviam parte dos frutos do progresso técnico gerado nos países periféricos. Com isso, estes últimos se perpetuavam em uma condição atrasada e subordinada no cenário capitalista global. (Prebisch, 1998, p. 83).

[...] Na CEPAL a “condição periférica” era interpretada como de-

terminante de problemas a serem superados por políticas econômicas e sociais bem orquestradas, a nível nacional e internacional, ou seja, não significava fonte de exploração insuperável que implicasse necessidade de ruptura como o capitalismo. (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 39).

Como relata Ricardo Bielschowsky, a “condição periférica” poderia ser superada, com um projeto de reforma executado pelo Estado, mesmo dentro da lógica de reprodução do sistema capitalista, logo, não se tratava de propor uma ruptura com o capitalismo.

Como forma de superação dessa condição, os teóricos cepalinos afirmavam que os países periféricos deveriam executar profundas reformas – agrária, tributária, financeira – com o objetivo de transformar sua estrutura econômica com o objetivo de incentivar o processo de industrialização. Isto é, para os cepalinos, a industrialização era uma ferramenta de superação do subdesenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 43).

Dentre os pensadores cepalinos no Brasil, podemos dizer que Celso Furtado foi o maior expoente, uma vez que aplicou o arsenal teórico cepalino para compreender a realidade econômica brasileira e propor um projeto de desenvolvimento nacional (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 22).

Celso Furtado afirmava que as características estruturais internas brasileiras eram antagônicas ao desenvolvimento econômico nacional e, para superar a condição de economia subdesenvolvida, o Estado deveria formular políticas de incentivo à industrialização no Brasil (FURTADO, 1972, p. 241).

Segundo Furtado, o Estado deveria manter uma política contrária à concentração de terras e à criação de latifúndios, uma vez que a existência desses fatores prejudicava o aumento da produtividade, além de serem um dos maiores empecilhos à permanência do trabalhador ru-

ral no campo. Para o autor, estes trabalhadores estavam presos a uma lógica produtiva que não lhes permitia progredir, fazendo com que migrassem para os centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Esse excesso de mão de obra ociosa nos centros urbanos barateava a remuneração dos trabalhadores, pressionando os salários negativamente (FURTADO, 1972, p. 242).

Celso Furtado afirmava que essa tendência ao rebaixamento dos salários tornava-se um dos principais fatores que impedia o Brasil de conservar os frutos de seu próprio progresso técnico, pois ao reduzir os salários pagos para a população, além de dificultar que essa população absorva o excedente produtivo dos demais países, barateava os preços dos produtos primários em relação aos produtos industriais. Isto é, para Furtado, a coexistência de setores com estruturas arcaicas e modernas dificultavam o desenvolvimento capitalista brasileiro.

Quando descreveu o processo de industrialização brasileiro, Furtado afirmava que este ocorreu através do chamado modelo de *industrialização por substituição de importações*. Segundo ele, em linhas gerais, a atividade industrial brasileira iniciou-se produzindo bens que anteriormente eram importados. O estímulo a essa produção interna ocorreu devido a dificuldades externas para importação. Assim sendo, os choques externos incentivaram os setores internos da economia brasileira a substituírem os produtos antes importados. Furtado afirmava que esse movimento deslocou o centro dinâmico da economia, até então agrário e exportador, para o urbano e industrial, baseado no desenvolvimento das atividades ligadas ao mercado interno (FURTADO, 1972, p. 222).

Segundo o autor, o processo de desenvolvimento industrial brasileiro foi espontâneo, estimulado por adversidades externas, sem participação ativa do Estado. Segundo Furtado, a implantação da política

de desvalorização cambial atendeu ao setor cafeeiro, porém, essa desvalorização do câmbio somada com as dificuldades de importação, teve como consequência involuntária o desenvolvimento do processo de industrialização brasileiro (FURTADO, 1972, p. 193).

Para Celso Furtado, o modelo de industrialização substitutiva possuía limitações e uma tendência à estagnação. Segundo o autor, após a primeira fase deste processo em que as atividades industriais substituíam os bens de consumo não duráveis, viria uma segunda fase em que seria necessário a substituição de bens de consumo duráveis e de bens de capital (FURTADO, 1968).

Nessa segunda fase do processo substitutivo, as empresas de bens de capital, por possuírem um mercado relativamente restrito, somente teriam condições de desenvolverem suas atividades com os preços em níveis extremamente elevados. Essa elevação nos preços dos equipamentos tenderia a reduzir a taxa de lucro dos demais setores e, para anular essa tendência, foram utilizadas tecnologias importadas poupadoras de mão de obra. Essas tecnologias geraram uma maior concentração de renda ao passo que reduziram o nível de emprego da economia (FURTADO, 1968).

Segundo Celso Furtado, o desencadeamento desse processo levaria à estagnação econômica, uma vez que, ocorrendo uma elevação nos preços dos equipamentos que poupam mão de obra, a quantidade necessária de capital despendido para aquisição dos mesmos aumentaria. Portanto, para manter a taxa de lucro, os industriais necessitariam repassar os novos custos. Na medida em que esses equipamentos geravam uma redução no nível de emprego e conseqüentemente da renda, existiria uma redução no consumo, o que não permitia um repasse de custo ainda maior por parte dos industriais. Isto é, para Furtado, a tendência à estagnação surge através da incapacidade de consumo

dos bens industriais devido à pressão exercida na renda por meio dos equipamentos poupadores de mão de obra (FURTADO, 1968).

Francisco de Oliveira e a crítica ao pensamento cepalino Furtadiano

O trabalho de Francisco de Oliveira intitulado *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista* foi publicado pela primeira vez em *Estudos Cebrap*, nº 2 no ano de 1972. Somente em 1981 foi transformado em livro. Vivíamos em plena ditadura militar comandada pelo General Médici, período conhecido como “os anos de chumbo da ditadura”. A repressão e a censura se intensificavam, dificultando a publicação de trabalhos que tinham por objetivo analisar a realidade brasileira. Em meio a esse processo, o ensaio de Oliveira teve considerável importância quando, escapando da censura, se transformou em mais um importante trabalho produzido no CEBRAP. Influenciou diversos estudantes e intelectuais que, desde logo, passaram a discutir as teses levantadas por Francisco de Oliveira.

Embora tenha a teoria cepalina como principal objeto de discussão, o autor também se opôs de maneira arriscada às políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo militar. Francisco de Oliveira, neste momento já apresentava ao público seu “perfil quixotesco” – expressão utilizada por Roberto Schwarz (2003) – e se refere aos economistas do governo militar como os “sem razão”, atribuindo a eles grande parte dos problemas brasileiros.

É absolutamente necessário notar que, mesmo contestando os principais argumentos cepalinos, esta análise não pretendia negar as contribuições teóricas da CEPAL para o desenvolvimento da Ciência Econômica latino-americana. Segundo Francisco de Oliveira, as teorias

oriundas do “modelo CEPAL” eram as únicas que permitiam uma interlocução. Dessa forma, o autor fazia uma dura crítica aos economistas conservadores brasileiros, que mesmo não tendo produzido nenhuma teoria plausível, faziam oposição às análises construídas pela CEPAL.

O esforço reinterpretaivo que se tenta neste trabalho suporta-se teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual-estruturalismo: não se trata, em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimento bebido diretamente ou inspirado no “modelo CEPAL”, mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e latino-americana. Mesmo porque a oposição ao “modelo CEPAL”, no período assinalado, não se fez nem se deu em nome de uma postura teórica mais adequada [...] Como pobres papagaios, limitaram-se durante décadas a repetir os esquemas aprendidos nas universidades anglo-saxônicas sem nenhuma perspectiva crítica, sendo rigorosamente nulos seus aportes à teoria da sociedade latino-americana. Assim, ao tentar-se uma “crítica à razão dualista”, reconhece-se a impossibilidade de uma crítica semelhante aos “sem razão”. (OLIVEIRA, 2003a, p. 32)

Podemos dizer que Francisco de Oliveira, para produzir sua crítica ao pensamento dualista cepalino, se apegou a três elementos fundamentais: primeiro, a importância que os setores atrasados desempenhavam para a expansão dos setores modernos, dentro da dinâmica de evolução do sistema capitalista; segundo, a função exercida pelo Estado no processo de industrialização brasileiro; terceiro, a importância que as relações sociais e econômicas internas tiveram para facilitar o processo de acumulação capitalista nacional.

[...] Ao fazer a “*crítica à razão dualista*”, ao mostrar a simbiose do “arcaico” e “moderno” do formal e do informal e o modo como essas relações eram tecidas, postas e repostas na lógica mesma da acumu-

lação capitalista, Chico definia um outro plano de referência que projetava as figuras do “atraso” – a urbanização caótica, o terciário inchado, a economia de subsistência e o cada vez mais amplificado universo do trabalho informal, a pobreza que se espalha por todos os lados – no centro da mesma moderna economia urbana. [...]. (BAVA, 2006, p. 184).

Francisco de Oliveira afirmava que o modo de produção subdesenvolvido, que pressupõe a existência de setores atrasados e modernos, tal como os teóricos dualistas formulavam, sempre existiu em diversos sistemas e em quase todos os períodos de desenvolvimento. Para o autor, o subdesenvolvimento latino-americano era uma produção do próprio sistema capitalista que se utilizou das economias pré-industriais da América Latina como reserva de acumulação primitiva (OLIVEIRA, 2003a, p. 32).

Segundo Oliveira, os teóricos do subdesenvolvimento não analisavam as relações sociais e econômicas internas, tratando o problema do subdesenvolvimento apenas sob a ótica das relações externas. Assim, para o autor, o arsenal teórico cepalino contribuiu para a ausência de teorias mais complexas referentes ao capitalismo brasileiro. Segundo ele, todas as análises subsequentes não conseguiram superar as conclusões cepalinas e, para que essa superação fosse possível, se fazia necessário uma crítica radical ao processo de expansão capitalista em curso, assim como às teorias que pretendiam descrever este processo (OLIVEIRA, 2003a, p. 34).

Arcaicos e modernos: dualidade ou dialética?

Uma das principais críticas que Francisco de Oliveira fez ao pensamento cepalino furtadiano refere-se à função que os setores arcaicos desempenharam para a expansão do sistema capitalista brasileiro,

principalmente com relação ao setor agrário e ao setor terciário.

No que se refere ao setor agrário, Oliveira afirmava que a agricultura manteve sua característica primitiva e concentradora de renda e embora tenha deixado de ser o setor prioritário no cenário de desenvolvimento nacional, teve grande importância no desencadear do processo industrial. Uma estrutura agrária primitiva, na sua visão, facilitava a acumulação capitalista de duas formas: primeiro por fornecer mão de obra excedente, que gerava um exército industrial de reserva e auxiliava no rebaixamento dos níveis salariais, segundo, por baratear os produtos que compunham a cesta do trabalhador, reduzindo os custos da reprodução da força de trabalho e facilitando a acumulação capitalista (OLIVEIRA, 2003a, p. 42).

Assim, não é simples o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção de um modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. (OLIVEIRA, 2003a, p. 47).

Como mostra o fragmento acima, para Francisco de Oliveira não havia uma relação oposta entre o polo “moderno” e o “arcaico”. Na lógica do desenvolvimento capitalista, esses polos interagiam e permitiam o avanço do sistema. Dessa forma, Oliveira se contrapõe ao pensamento furtadiano, que afirmava que a coexistência de setores “modernos” e “arcaicos” era antagônica ao processo de desenvolvimento capitalista nacional.

Quando descrevia o processo de industrialização brasileiro, o autor mais uma vez contestava a tese furtadiana quando contrariava a ideia de que a industrialização brasileira era restringida pela falta do mercado consumidor rural. Segundo Oliveira, a industrialização nunca precisou do mercado rural para se desenvolver. A indústria sempre

focou seu desenvolvimento no plano urbano.

Francisco de Oliveira ressaltava que embora a agricultura tenha sofrido com as políticas de mudança para o “novo” modelo, foi recompensada pela permissão em manter sua característica “primitiva” de grande exploração da força de trabalho rural.

Quando trabalhou a questão do setor terciário, o autor foi incisivo em contrariar a teoria cepalina-furtadiana que afirmava que o setor terciário era “inchado”. Para o autor, o crescimento do setor terciário fazia parte da expansão capitalista brasileira na medida em que absorvia cada vez mais a força de trabalho. Este setor estava inserido de maneira dinâmica na lógica de acumulação capitalista e contribuiu para acentuar a má distribuição de renda no Brasil. Vale dizer que no setor terciário, os níveis salariais baixíssimos permitiam a transferência de parte da mais-valia ao setor produtivo.

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2003a, p. 60).

Ainda com relação ao setor terciário, Francisco de Oliveira dizia que era possível perceber uma evolução dos serviços com um grau de capitalização muito pequeno, que na verdade, utilizava-se da grande oferta de força de trabalho a preços demasiadamente baixos. Esses serviços fornecidos à população de baixa renda beneficiavam, no limite, as grandes unidades capitalistas. Segundo Oliveira, essa foi mais uma forma que a evolução do capitalismo no Brasil utilizou, aumentando ainda mais a acumulação e a concentração de renda. Isto é, o capita-

lismo no Brasil se utilizou de uma periferia não capitalista para seu desenvolvimento.

Francisco de Oliveira afirmava que o crescimento econômico brasileiro é consequência da expansão capitalista, porém, esse desenvolvimento possuía algumas características específicas que certamente se diferenciavam do modo clássico de desenvolvimento capitalista.

[...] A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estrategicamente nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema. (OLIVEIRA, 2003a, p. 69).

A citada “especificidade particular” do desenvolvimento brasileiro é, portanto, justamente a coexistência de dois modos de acumulação aparentemente opostos, isto é, o modo “primitivo”, baseado na estrutura primário-exportadora; e o modo “moderno”, baseado na acumulação capitalista pela ótica da industrialização. Ao contrário do modelo clássico, onde o antigo modo de produção era um obstáculo para o desenvolvimento do “moderno”, e logo precisava ser destruído, no caso brasileiro, segundo Oliveira, não havia a exigência da destruição do antigo modo de acumulação e sim uma coexistência entre esses dois polos:

Ao contrário do modelo “clássico”, que necessitava absorver sua “periferia” de relações de produção, o esquema num país como o Brasil necessitava criar sua “periferia”. (OLIVEIRA, 2003a, p. 66).

Percebemos que Francisco de Oliveira se utiliza da teoria marxista de desenvolvimento *desigual e combinado* para explicar o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Na realidade, Oliveira se apropria, em parte, das formulações marxistas desenvolvidas por Leon

Trotsky – que teoriza esse processo considerando a história da Rússia (TROTSKY, 1967). Na leitura de Oliveira, o sistema capitalista gerava desigualdades que eram necessárias para a sua própria expansão. O autor nega uma dualidade entre os setores atrasados e modernos e procura elucidar suas verdadeiras funções no processo do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Na verdade, o cerne da crítica de Oliveira ao pensamento cepalino encontrava-se na forma como se concebia o processo de desenvolvimento capitalista mundial. Para os cepalinos o desenvolvimento capitalista gera desigualdades que devem ser superadas. O autor demonstra que essas desigualdades fazem parte do movimento de expansão capitalista e que ela é utilizada como ferramenta para permitir a acumulação de capital. Assim, enquanto para os cepalinos esse movimento era somente desigual, para Oliveira, o desenvolvimento capitalista era desigual e combinado.

Industrialização substitutiva: espontânea ou induzida?

Outra crítica feita por Francisco de Oliveira ao pensamento furtadiano está relacionada ao modo como estes autores descreviam o processo de industrialização no Brasil. Segundo Oliveira, os teóricos cepalinos não consideraram a participação que o Estado exerceu neste processo e explicaram o desencadeamento da industrialização considerando somente as mudanças nas relações externas.

Com o intuito de desenvolver a sua interpretação do processo de industrialização brasileiro, Oliveira inicia sua análise destacando a importância que a Revolução de 1930 teve para no processo de alteração da estrutura econômica brasileira de agrário-exportadora para urbano-

industrial. Segundo Oliveira, no centro das transformações econômicas, tínhamos o Estado como um fator fundamental no desenvolvimento capitalista, estabelecendo políticas de desenvolvimento e regulamentando as relações internas de produção.

Segundo Oliveira (2003a, p. 38), a legislação trabalhista criada por Getúlio Vargas regulamentou a relação capital-trabalho, gerando condições para o desenvolvimento capitalista brasileiro, uma vez que nivelou pela base o nível de salários da economia. Esse salário mínimo igualava a remuneração dos trabalhadores das mais diversas categorias a um fator comum, o que facilitava a acumulação capitalista. Dessa forma, podemos dizer que, na sua interpretação, os salários foram equalizados pela base e o resultado dessa equalização foi a intensificação da acumulação capitalista no Brasil.

Como Oliveira discutiui de forma inovadora, a criação da CLT resultou na estruturação do mercado de trabalho no Brasil, ao estipular os padrões que viabilizaram o cálculo empresarial e ao fomentar a formação de um amplo exército industrial de reserva. (BELLO, 2006, p. 80).

Para Oliveira (2003, p. 38), outra considerável influência exercida pelo Estado foi, além de regulamentar a relação capital-trabalho, intervir na economia com uma política de planejamento que tinha como objetivo permitir a mudança do padrão de acumulação capitalista brasileiro. Assim, o Estado passava a investir em infraestrutura e implantar políticas cambiais que facilitavam as importações de equipamentos utilizados pelas indústrias e, conseqüentemente, impulsionavam a industrialização brasileira.

Assim, Oliveira era crítico no que concerne à afirmação furtadiana de que os choques externos geravam as condições internas necessárias para o surgimento da industrialização. Para ele, embora essa conclu-

são fosse parcialmente correta, já que a crise nas relações externas realmente incentivava a produção interna, não poderíamos considerar essa característica como o único fator motivador. Para Francisco de Oliveira, o desenvolvimento capitalista brasileiro não poderia ser explicado somente do ponto de vista das relações externas. Segundo o autor, deveríamos considerar também, e principalmente, as condições internas criadas pelo populismo, que teria sido a forma política que permitiu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (OLIVEIRA, 2003a, p. 64).

Francisco de Oliveira (2003a, p. 65) dizia que foi esse “pacto estrutural”, permitido pelas políticas populistas, que facilitou a acumulação capitalista brasileira. Segundo o autor, as políticas populistas não transformaram as estruturas agrárias – utilizando-as de ferramenta de acumulação primitiva – além de incentivarem a industrialização através da regulamentação das relações capital-trabalho mantendo os salários a níveis baixos.

Dessa forma, Francisco de Oliveira contrariava o “espontaneísmo” apresentado nas obras clássicas de Celso Furtado, que interpretavam a industrialização brasileira através do modelo de industrialização por substituição de importações. Segundo o autor, esse processo de desenvolvimento capitalista brasileiro não foi espontâneo como afirmava Furtado e contou com forte presença de um Estado atuante que tinha a industrialização como o objetivo principal. Vale dizer que, no cenário capitalista internacional, o Brasil ainda era visto como um país subordinado na divisão internacional do trabalho e que o interesse por parte dos países centrais em desenvolver a industrialização no Brasil era irrisório (OLIVEIRA, 2003a, p. 72).

Oliveira afirmava, ao descrever o processo de industrialização intensificado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960),

que o Estado brasileiro não se preocupou em implementar políticas tecnológicas nacionais conjuntamente ao capital industrial nacional. Houve importação de tecnologia avançada utilizando o capital externo, o que produziu um grande salto de produtividade. A internacionalização de tecnologia e de capital externo intensificou a acumulação capitalista e permitiu o desenvolvimento da industrialização brasileira (OLIVEIRA, 2003a, p. 75).

Francisco de Oliveira contestava incisivamente os economistas brasileiros que não percebiam que o insistente aumento na taxa de exploração da força de trabalho foi outro fator que permitiu acumulação capitalista. Esse fato fica claro, segundo ele, quando analisamos o comportamento do salário mínimo real, que se desvalorizava ao longo das décadas de 1940, 50 e 60:

[...] a conclusão de que a característica geral do período é a de aumento da taxa de exploração do trabalho, a qual foi contra-arrestada apenas quando o poder político dos trabalhadores pesou decisivamente. Em outras palavras, seria ingênuo pensar, como o fazem os adeptos da “teoria do bolo”, que os trabalhadores devem primeiro esperar que o “bolo” cresça para reivindicar melhor fatia: nos 25 anos decorridos o “bolo”, isto é, o produto bruto, cresceu sempre, interrompido apenas pela recessão 1962-1966, enquanto a fatia dos trabalhadores decrescia. (OLIVEIRA, 2003a, p. 80).

Demonstrando empiricamente seu argumento, Oliveira relata que em torno de 33% dos trabalhadores urbanos brasileiros recebiam remuneração de aproximadamente um salário mínimo. Esse número ficava ainda mais assustador quando verificávamos que em torno de 75% dos empregados brasileiros recebiam até dois salários mínimos (OLIVEIRA, 2003a, p. 80).

Dessa forma, fica evidente a demonstração de que a institucionalização do salário mínimo facilitou a acumulação capitalista, uma vez

que, previamente determinado, tornou-se a “obrigação máxima” das empresas.

Outro argumento que Oliveira utilizava para justificar sua tese era o fato de que, enquanto os salários reais declinavam e o custo da reprodução da força de trabalho aumentava, a industrialização brasileira encontrava-se em crescente expansão. Ou seja, o aumento da taxa de crescimento da indústria ocorria ao mesmo tempo em que a taxa de exploração da força de trabalho aumentava, intensificando a acumulação capitalista (OLIVEIRA, 2003a, p. 83).

[...] Oliveira nos brindou com alguns brilhantes “insights” sobre aquele processo, como por exemplo aqueles relacionados à importância crucial da fixação do salário mínimo para a acumulação urbana industrial, sobre os efeitos desta última em termos da estrutura de emprego urbana e, principalmente, sobre a ênfase analítica, ao menos na primeira parte de seu trabalho, não do lado da demanda mas no da oferta [...]. (MALAN e PEREIRA, 1973, p. 143).

Conforme relatado por Pedro Malan e José Pereira, a constatação feita por Francisco de Oliveira da importância que a fixação dos salários teve para o processo de acumulação capitalista brasileiro foi uma brilhante contribuição. Vale dizer que, neste ponto, se evidencia uma diferença crucial entre a análise de Oliveira e a análise de origem cepalina. Isto é, enquanto os teóricos cepalinos, inclusive Furtado, analisavam o processo de industrialização prioritariamente pela *ótica do consumo*, considerando os níveis de renda e a capacidade de realização do consumo; a análise produzida por Francisco de Oliveira se orienta pela *ótica da produção*, enfatizando os aspectos da acumulação e reprodução do capital dentro da esfera produtiva.

Como vimos, para Oliveira, a passagem de um modelo capitalista primitivo para um modelo capitalista moderno, baseado na acumulação sobre a empresa industrial, utilizou-se de vários fatores internos

com forte influência do Estado. Assim, a descrição desse processo não poderia se restringir à análise simplista de cunho cepalino, como é o caso do modelo de industrialização por substituição de importação.

Industrialização substitutiva e o estagnacionismo

A terceira crítica importante produzida por Oliveira aos argumentos cepalinos-furtadiano está relacionada à tese de que a industrialização substitutiva tenderia à estagnação. Conforme demonstrado no início deste trabalho, com a evolução do processo de industrialização, as empresas capitalistas, com o objetivo de manter suas taxas de lucro, aumentariam a quantidade de equipamentos poupadores de mão de obra. Com isso, se reduziria o nível geral de emprego e renda na economia, dificultando o consumo e reduzindo a atividade econômica no mercado interno.

Segundo Oliveira (2003a, p. 49), o equívoco da conclusão furtadiana, mesmo descrevendo o processo corretamente, foi não considerar o processo de formação de mais-valia, isto é, o comportamento do sistema permitia o aumento da mais-valia relativa e até mesmo da mais-valia absoluta, o que garantia a acumulação através da exploração da força de trabalho.

Percebemos que Francisco de Oliveira novamente se apropria da teoria marxista para analisar criticamente a tese de *estagnacionismo*, desenvolvida por Celso Furtado. Na realidade, uma crítica a essa tese já tinha sido feita por Maria da Conceição Tavares e José Serra, porém, essa crítica ainda se situava dentro do terreno cepalino.

Francisco de Oliveira também contestou a tese defendida por Tavares e Serra, que afirmavam que a crise pré-64 foi consequência da re-

dução das inversões que eram dificultadas pela falta de financiamento e pelo aumento dos salários (TAVARES e SERRA, 2000, p. 589). Oliveira discordava dessa afirmação usando como referência as condições políticas que desencadearam o golpe de 64. Segundo o autor, a análise de Tavares e Serra era “economicista”, ou seja, ignorava os fatos políticos e sociais existentes no início da década de 1960. Na sua interpretação, “a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente, mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente.” (OLIVEIRA, 2003a, p. 92). Isto é, considerando as mudanças no cenário político brasileiro, em que os trabalhadores passaram a intervir na política de maneira mais ativa, percebia-se uma ineficácia do Estado como mediador dos conflitos políticos, diminuindo seu poder de intervir e institucionalizar as relações de produção.

Oliveira afirmava, ao contrário do que dizia Celso Furtado e os demais teóricos cepalinos, que a concentração de renda não era obstáculo ao crescimento da economia. Na verdade, conforme mostrava a pesquisa de João Carlos Duarte (1971), citada por Oliveira, a economia continuava crescendo, apoiando-se propriamente na desigual distribuição de renda. Essa observação contestava firmemente os argumentos de Tavares e Serra intitulada “redistribuição intermediária”.

[...] o mercado para os produtos industriais dos novos ramos assentava-se exatamente numa distribuição extremamente desigualitária da renda, a qual estava muito longe de constituir-se em obstáculo ao crescimento, como supõe Furtado e todos os seguidores do dual-estruturalismo cepalino. (OLIVEIRA, 2003a, p. 96).

Estes autores, definindo o processo de redistribuição intermediária, afirmavam que houve um acréscimo de renda da classe média e uma correspondente redução nos salários da classe de renda baixa, o que aumentaria o poder de compra da classe média tornando-a capaz

de adquirir bens de consumo duráveis (TAVARES & SERRA, 2000, p. 589).

Em entrevista concedida aos organizadores do livro *Conversas com Economistas Brasileiros II* (1999), Francisco de Oliveira comenta a esse respeito:

[...] A Maria da Conceição e José Serra, no “Além da Estagnação”, no meu modo de ver, incorrem no equívoco de pensar que a distribuição de renda orientou o consumo. Sem pensar que a distribuição de renda é produzida pelo processo de acumulação de capital. (OLIVEIRA, In: MANTEGA e REGO, 1999, p. 108).

Francisco de Oliveira não discordava de que a classe média tivesse se beneficiado do crescimento ocorrido no início da década de 1960, porém, afirmava que a redistribuição intermediária não era possível, uma vez que não havia relações de produção entre a classe baixa e a classe média. Além disso, aumentar a renda da classe média significava reduzir a taxa de lucro e, conseqüentemente, dificultaria a acumulação e a expansão capitalista. O que se mostrou na prática, segundo o autor, foi a intensificação da concentração de renda e a expansão considerável da acumulação capitalista (OLIVEIRA, 2003a, p. 100).

Para Oliveira, o governo passou a executar políticas de condução econômica como, por exemplo, subsídios às exportações de excedentes não consumidos e os incentivos aos investimentos industriais, com o claro objetivo de manter as altas taxas de lucro. Dessa forma, Francisco de Oliveira dizia que no pós-64 o sistema permanecia caminhando no sentido de concentrar renda e utilizando-se da exploração do trabalho como ferramenta para a sustentação da acumulação, permitindo assim, a manutenção da taxa de lucro capitalista (OLIVEIRA, 2003a, p. 104).

Segundo Oliveira, as conseqüências da concentração de renda

para o desenvolvimento brasileiro eram pouco debatidas, sendo que as discussões existentes tinham um caráter ideológico muito intenso, não trazendo resultados consideráveis¹ (OLIVEIRA, 2003a, p. 107).

Como a produção de desigualdade é intrínseca ao sistema capitalista, segundo Oliveira, só existiam dois meios pelos quais essa tendência poderia ser revertida. A primeira delas seria a escassez de mão de obra e a segunda seria a organização das classes trabalhadoras. No Brasil, não existiam nenhuma dessas condições, possuíamos uma larga oferta de força de trabalho, que foi intensificada pela própria *especificidade particular* do capitalismo brasileiro – ao utilizar tecnologias poupadoras de mão de obra (OLIVEIRA, 2003a, p. 112).

Quanto à organização das classes trabalhadoras, era evidente que no período pós-64 as entidades que representavam os trabalhadores, isto é, os sindicatos, possuíam um insignificante poder de barganha e praticamente nenhuma autonomia política, uma vez que ficavam subordinados a decisões da política econômica do governo, que estabelecia, de acordo com seus interesses, os índices de reajuste salarial (OLIVEIRA, 2003a, p. 113).

No entanto, mesmo demonstrando que a concentração de renda no processo de acumulação capitalista brasileiro não foi um empecilho para sua expansão, Oliveira concordava que essa concentração

1. Francisco de Oliveira cita um estudo feito por Simon Kuznets que analisou o processo de expansão capitalista nos países centrais. Kuznets afirmava que inicialmente esse processo gerou desigualdades, porém, a partir de um determinado estágio de evolução, começou a existir um processo de diminuição das desigualdades que propiciou maior dinamismo ao sistema. Segundo o próprio Kuznets, o sistema capitalista não possuía propriamente nenhum mecanismo automático que permitia esse processo de distribuição e a permanente tendência à concentração de renda era intrínseca ao sistema capitalista. Kuznets explica que o processo de redistribuição historicamente só foi possível, através da organização da classe trabalhadora que coibia o excesso de exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003a, p. 109). Para maiores detalhes desse trabalho, ver Kuznets (1970).

prejudicava os setores “tradicionais” que dependiam do consumo dos estratos de baixa renda. A sobrevivência desse setor só foi possível, no seu entender, devido às políticas de subsídio à exportação, implementadas pelo governo pós-64. Dessa forma, todo o excedente não consumido internamente seria exportado, processo denominado por Oliveira de *esterilização de excedente* (OLIVEIRA, 2003a, p. 114).

Dessa forma, Oliveira afirmava que a manutenção do processo de concentração de renda, que gerava desigualdades, só prejudicava a expansão do sistema capitalista nos casos clássicos. No caso brasileiro, essa exclusão, que intensificou no período pós-64, reafirmou-se como característica essencial para o dinamismo do sistema (OLIVEIRA, 2003a, p. 118).

Uma leitura mais atenta da *Crítica*, no entanto, mostra que sua tese é que as contradições fundamentais do Brasil não foram superadas em 1964. Esta, para o autor, não é uma nova revolução burguesa como a de 1930. Mas uma contra-revolução, cujos horizontes históricos estavam, já no início dos anos 1970, saturados de contradições e limites. (GUIMARÃES, 2006, p. 130).

Para Oliveira, a superação dessa tendência era um processo dialético, uma vez que havia uma contradição de interesses entre as classes trabalhadoras e a burguesia capitalista. Considerando a situação política em que o Brasil se encontrava, toda contestação feita a esse processo, tendo por objetivo distribuir os ganhos de produtividade para as classes menos favorecidas, transformava-se em uma contestação ao regime e conseqüentemente eram repreendidas (OLIVEIRA, 2003a, p. 119).

Nordeste: uma aplicação regional da dualidade cepalina

Como vimos acima, Francisco de Oliveira produziu uma crítica à teoria furtadiana no que se refere ao desenvolvimento da economia brasileira. Porém, da mesma forma que Celso Furtado regionalizou os conceitos cepalinos para propor um projeto de desenvolvimento do Nordeste, Oliveira também regionalizou sua crítica à proposta furtadiana. Desta forma, temos uma aplicação prática do debate nacional deslocado para o plano regional. Veremos a seguir detalhes deste instigante debate teórico envolvendo estes dois grandes intelectuais brasileiros.

Quando se propôs a analisar as relações inter-regionais brasileiras, Celso Furtado valeu-se mais uma vez de sua análise dualista de origem cepalina. Furtado dividiu o cenário nacional em dois polos, as regiões centrais e periféricas. Para o autor, a região Centro-Sul era a maior beneficiada nas relações de troca mantida com as demais regiões brasileiras, principalmente com a região Nordeste, local em que se verificava maior existência de desigualdade social e econômica (FURTADO, 1979).

Dessa forma, Celso Furtado defendia um plano de desenvolvimento industrial no Nordeste que permitiria a superação dos problemas estruturais daquela região. Segundo ele, para que isso fosse possível, seria necessária uma ação planejada do Estado (FURTADO, 1979).

Francisco de Oliveira também produziu trabalhos que se relacionam com a questão nordestina e que foram de grande importância para o desenvolvimento da produção teórica que tinha como tema a questão regional brasileira. Ainda durante a década de 1970, esses trabalhos

colocaram em discussão as interpretações correntes em relação às desigualdades regionais brasileiras e, a partir de então, abriram caminho para um novo modo de interpretação da realidade regional nacional. Como coloca Vieira:

É importante que se lembre, agora, que foi Francisco de Oliveira que, em meados dos anos 70, abriu caminho para essa leitura das questões regionais no Brasil, em termos de divisão regional do trabalho sob controle hegemônico da produção capitalista. (VIEIRA, 2007, p. 258).

O principal trabalho de Oliveira que trata da temática nordestina é o livro *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes* (1977). Nesse trabalho, o autor traz uma nova interpretação do Nordeste brasileiro, considerando conjuntamente os fatores históricos, econômicos, sociais e políticos que teriam influenciado como um todo o processo de construção do sistema capitalista nacional. Assim sendo, Francisco de Oliveira, mais uma vez recusa a análise econômica isolada, assim como fez na *Crítica à Razão Dualista*, e trata a questão Nordeste de maneira ampla, considerando toda a sua complexidade.

[...] Francisco de Oliveira tornou-se, seguramente, o mais consistente interlocutor crítico das teses dualistas de Furtado, que, seguindo a tradição do pensamento cepalino, trata a questão regional sob o enfoque dos “desequilíbrios regionais” e a intervenção planificadora do Estado em termos da realocação dos “fatores de produção”, para um nível ótimo, com vistas ao desenvolvimento econômico regional. (VIEIRA, 2007, p. 258).

O método de interpretação utilizado por Francisco de Oliveira difere da ótica utilizada por Celso Furtado que, como mencionado, se baseava nas formulações de origem estruturalista cepalina. Conforme

relata Vieira, os teóricos cepalinos interpretavam a questão do desenvolvimento regional nordestino através da ótica dos “desequilíbrios regionais”, e isso pressupunha a existência de uma dualidade entre as “regiões” brasileiras. Nas palavras do próprio Celso Furtado:

Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração. (FURTADO, 1959, p. 16).

Francisco de Oliveira discorda deste modo de interpretação, dando início a uma análise da questão do Nordeste utilizando o conceito de divisão regional do trabalho e considerando o padrão de acumulação capitalista nacional. O autor insere em sua análise os conflitos sociais e as contradições geradas pela expansão do capitalismo no Brasil que, inevitavelmente, desencadeavam um desenvolvimento inter-regional desigual. Mais uma vez Francisco de Oliveira se vale do pensamento marxista para entender a realidade socioeconômica nacional e produzir uma crítica ao projeto de desenvolvimento do Nordeste proposto pela SUDENE (OLIVEIRA, 1977, p. 25).

Segundo Oliveira, o projeto de planejamento da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste surge tomando como ponto de partida o aparente desequilíbrio existente entre as “regiões” Centro-Sul e Nordeste. É de fácil percepção que as formulações defendidas pela SUDENE demonstravam uma grande influência do pensamento cepalino.

Pode-se dizer que a SUDENE “regionalizou” os conceitos cepalinos e os aplicou ao plano nacional. O Centro-Sul era visto como o polo central e o Nordeste como polo periférico; as relações de troca entre esses polos seriam desiguais e beneficiavam a “região” Centro-Sul,

fazendo com que o Nordeste se perpetuasse na condição atrasada. Em recente entrevista a Guido Mantega e José Marcio Rego, Francisco de Oliveira comenta que:

[...] A SUDENE era toda estruturada sobre o modelo da CEPAL. No Nordeste, a sua proposta de industrialização fazia as vezes da proposta de industrialização que a CEPAL fez para modificar a relação desfavorável dos termos do intercâmbio. A SUDENE é uma cópia disso [...] (OLIVEIRA In: MANTEGA e REGO, 1999, p. 100).

O projeto de desenvolvimento da SUDENE pretendia alavancar o processo de crescimento capitalista nos estados nordestinos, com o intuito de superar as desigualdades regionais existentes entre as regiões Centro-Sul e Nordeste. Para atingir esse objetivo a SUDENE procurou inserir uma política de planejamento no Nordeste acreditando que um processo de desenvolvimento, pautado sobre um projeto de industrialização, poderia trazer os melhores resultados para o desenvolvimento da “região” nordestina.

Dialogando com as formulações furtadianas adotadas pela SUDENE, Francisco de Oliveira afirmava que o planejamento não poderia ser entendido somente como na concepção estruturalista cepalina (OLIVEIRA, 1977, p. 29). Na realidade, a política de planejamento teria sido a ferramenta utilizada pelo Estado para permitir o avanço do sistema capitalista nacional. O Nordeste teria sido utilizado como área de acumulação primitiva de capital que permitiu o desenvolvimento capitalista brasileiro encabeçado pela “região” Centro-Sul. Assim sendo,

O planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo

da “integração nacional”. (OLIVEIRA, 1977, p. 30).

Ao contrário das teses dualistas cepalinas que viam as diversas “regiões” em um mesmo espaço nacional com características opostas e antagônicas, Francisco de Oliveira afirmava que, mesmo possuindo um diferente modo de reprodução capitalista e uma estrutura de classe distinta, estas “regiões” estavam inclusas em um mesmo processo de desenvolvimento capitalista.

Novamente nutrindo-se da concepção marxista de desenvolvimento *desigual e combinado*, Oliveira defendia que a aparente contradição existente entre as regiões Centro-Sul e Nordeste faziam parte da lógica de reprodução e desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro. Para ele havia uma divisão regional do trabalho no espaço nacional brasileiro na qual o Nordeste possuía uma função subordinada como fornecedor de mão de obra barata advinda dos migrantes nordestinos que se dirigiam para a “região” Centro-Sul (OLIVEIRA, 1977, p. 37). Esses migrantes formavam o exército industrial de reserva, isto é, geravam um excedente de força de trabalho ociosa que mantinha os salários baixos permitindo a acumulação capitalista no Centro-Sul.

A soma das condições favoráveis ao desenvolvimento da “região” Centro-Sul permitiu o surgimento de um centro do sistema capitalista nacional. A “região” Centro-Sul, beneficiando-se da regulamentação da relação capital-trabalho e do excedente de mão de obra gerado pelas migrações de trabalhadores nordestinos, assumiu a dianteira do sistema capitalista brasileiro, passando a concentrar e a centralizar capital. Esse processo de expansão capitalista fez com que as economias regionais comesçassem a ser destruídas, criando de fato um sistema capitalista em escala nacional.

Segundo Francisco de Oliveira, a disparidade existente entre a “região” Centro-Sul e o Nordeste brasileiro era visível, com total predo-

mínio da primeira. As empresas nordestinas não conseguiam competir em preço nem em qualidade com as empresas localizadas na “região” Centro-Sul. Enfim, o processo de nacionalização do capital teria se realizado integrando as diversas regiões à lógica de reprodução do capital e teria utilizado as desigualdades geradas pelo processo de evolução capitalista para permitir a sua própria reprodução (OLIVEIRA, 1977, p. 37).

Para Oliveira, processo de nacionalização do capital referido acima teve forte presença do Estado e o “populismo” foi a forma política que o executou. Através deste processo de nacionalização, verificou-se a formação de uma burguesia industrial e a conseqüente redefinição das relações entre a burguesia industrial e a oligarquia do café. A partir de então, o Brasil se firma como um país capitalista que tem sua acumulação sustentada pela atividade industrial.

Podemos dizer que a grande diferença entre o que foi proposto por Celso Furtado e a crítica produzida por Francisco de Oliveira está no fato de que, enquanto Furtado tinha pretensões de intensificar o processo de acumulação capitalista no Nordeste, acreditando que assim seria possível desenvolver aquela região, Francisco de Oliveira afirmava que o atraso da região Nordeste fazia parte do processo pelo qual se expandia a atividade capitalista em todo o Brasil. Para Oliveira, a coexistência de regiões aparentemente opostas eram ferramenta para a própria expansão capitalista em escala nacional.

Considerações finais

Como foi observado acima, a interlocução crítica produzida por Francisco de Oliveira em relação a obra de Celso Furtado inseriu novos elementos teóricos que contribuíram para a interpretação do de-

envolvimento capitalista brasileiro. Em meio a um debate teórico intenso iniciado no final da década de 1960, Oliveira passou a discordar das teorias ortodoxas ao mesmo tempo em que começava a se despreparar das análises cepalinas predominantes entre os teóricos que se opunham à teoria clássica.

Francisco de Oliveira não negava as contribuições da CEPAL e principalmente de Celso Furtado para o entendimento da realidade latino-americana, porém, demonstrava as lacunas existentes em sua interpretação. Seu objetivo maior era inserir novos elementos que pudessem complementar a interpretação de origem cepalina furtadiana no que se referia ao entendimento do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Oliveira abordou esse tema de modo complexo cujo resultado foi realmente significativo, seja em termos da compreensão do processo de acumulação capitalista no Brasil, seja em termos de abertura de linhas teóricas de investigação.

Oliveira demonstrou que o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro possuía algumas “especificidades” e que essas não poderiam deixar de ser consideradas. Discordava do “espontaneísmo” existente nas formulações furtadianas, como se o processo de industrialização tivesse ocorrido de maneira ocasional, sem a participação ativa do Estado. Oliveira evidenciou que o Estado sempre esteve presente desde o início no processo de expansão capitalista brasileiro, intervindo e planejando ao mesmo tempo em que regulamentava as relações entre capital e trabalho.

Francisco de Oliveira, utilizando-se da teoria marxista, voltou-se à análise das relações internas de produção, concluindo que a industrialização não foi permitida por fatores externos, como sustentada por Furtado, mas principalmente pelas condições internas. Dentre esses fatores, podemos citar o baixo custo da remuneração da força de tra-

balho permitido através da estrutura agrária brasileira e do excedente de mão de obra gerado pelas migrações de retirantes nordestinos.

Essas inter-relações existentes entre as regiões “modernas” e “arcaicas” dentro do próprio espaço nacional, ao invés de serem antagônicas ao desenvolvimento capitalista nacional, como apresentado por Celso Furtado, eram a base para a expansão do sistema, que utilizava a desigualdade para se reproduzir. Tratava-se de uma coexistência entre setores aparentemente contraditórios, mas que serviam como ferramenta para a sua reprodução.

Francisco de Oliveira concluiu que o modo como o sistema capitalista brasileiro evoluía, alimentando-se da desigualdade, gerava uma intensa concentração de capital em poder de uma minoria burguesa. Porém, ao contrário do que Furtado afirmava, essa concentração não colocava em risco o processo de acumulação de capital, uma vez que era a própria desigualdade que alimentava todo o processo de reprodução ampliada do capital no brasileiro naquele período.

No que se refere à discussão com relação ao Nordeste brasileiro, podemos dizer que a interpretação que Francisco de Oliveira desenvolveu, dialogando com as teses furtadianas, contribuiu intensamente para a construção da “‘economia política’ do planejamento regional para o Nordeste do Brasil” (OLIVEIRA, 1983) como o próprio autor ambicionava. Sua produção é um divisor de águas na literatura regional brasileira e embora não desconheça as contribuições da SUDENE para o desenvolvimento nordestino, Oliveira fez uma crítica contundente às suas formulações. O seu grande mérito foi inserir em sua análise os fatores sociais, políticos e históricos que fizeram parte do nosso processo de evolução econômica e social. Dessa forma, contribuiu para a interpretação da realidade regional brasileira e ampliou a discussão inicialmente apresentada por Celso Furtado.

As contribuições de Francisco de Oliveira, navegando nas águas da *teoria da dependência* e utilizando-se das formulações e categorias marxistas, produziu uma análise não-cepalina, forjando uma interpretação ampliada da realidade brasileira e se constituindo num interlocutor à altura das teses furtadianas.

A interlocução crítica produzida por Francisco de Oliveira à obra cepalina-furtadiana não deixou de considerar a importância que Celso Furtado exerceu e ainda exerce, sobre a produção teórica nacional. Podemos dizer que, embora a análise de Oliveira e a teoria furtadiana estejam em campos teóricos distintos, ambas confluem quanto ao objetivo de romper com as desigualdades existentes em nossa sociedade. No caso furtadiano, acreditava-se que uma política de planejamento, coordenada pelo Estado com objetivo de expandir a própria economia capitalista seria capaz de reduzir as mazelas geradas pelo capital, isto é, o pensamento furtadiano tem vocação para a ação e defende um capitalismo autônomo e reformado na periferia. Para Francisco de Oliveira, o capitalismo é, desde logo, um sistema injusto e desigual, sendo que as desigualdades não são contraditórias para sua própria forma de expansão.

Foi utilizando a crítica como sua maior ferramenta, que Francisco de Oliveira se transformou em um dos maiores interlocutores da obra de Celso Furtado. Citando sua própria análise a respeito da obra de Celso Furtado, Francisco de Oliveira considera que:

Elas talvez pareçam mais críticas do que deveriam ser. A obra de Furtado é, ela mesma, uma recusa ao ‘jeitinho’ brasileiro; a crítica de sua obra também deve recusar essa ‘ação entre amigos’ em que se desenvolve boa parte da produção intelectual nacional. De mais a mais, não se conhece nenhum outro autor contemporâneo cuja influência no Brasil tenha alcançado os níveis que a obra de Furtado alcançou. (OLIVEIRA, 2003b).

Podemos perceber também que Francisco de Oliveira considera que a obra furtadiana sempre foi digna de um debate, uma vez que considerava as especificidades do desenvolvimento capitalista nos países periféricos e recusou-se a interpretações convencionais defendidas historicamente pelo pensamento dominante.

Francisco de Oliveira sempre nutriu grande admiração por Celso Furtado, chegando a afirmar que ele era “um republicano exemplar” na medida em que sempre foi um cidadão íntegro, que dedicou grande parte de sua vida na busca de propostas factíveis para o Brasil.

Na verdade, Celso Furtado foi um grande intelectual brasileiro que influenciou várias gerações de cientistas sociais que surgiriam posteriormente, uma vez que sua obra foi, e ainda continua sendo, leitura obrigatória nos cursos de qualquer ciência social brasileira. Francisco de Oliveira o considera o “demiurgo do Brasil”, pela sua teorização e importante descrição da história econômica brasileira (OLIVEIRA, 2003b, p. 18).

Recuperar o pensamento de Celso Furtado, que sempre foi produzido para a ação, não é uma tarefa simples. Faze-lo passar pela prova da História, isto é, transformá-lo em agenda da política e de novo em ação é ainda mais difícil. Nos termos de Gramsci, a obra de Furtado tornou-se uma ideologia, vale dizer, uma forma de pensar o mundo latino-americano e informar a ação reformadora. Poucas produções teóricas podem se gabar dessa façanha. Marx já dizia que a teoria tem uma força transformadora insuspeitada quando é tomada pelos homens como arma na luta de classes. (OLIVEIRA, 2006, p. 2).

Oliveira dizia também que Furtado tinha grandes méritos por se propor a entender a realidade econômica nacional desvinculando-se das mesmices econômicas. Segundo ele, Celso Furtado foi contemporâneo de seu tempo, interpretando e teorizando no próprio momento em que os fatos ocorriam. Oliveira sempre sustentou que a obra de

Celso Furtado tinha como objetivo a ação transformadora de tal forma que sua compreensão é tarefa necessária para a transformação social brasileira. Oliveira via na obra de Furtado o ponto de partida teórico capaz de elucidar as questões centrais do processo de desenvolvimento capitalista nacional, porém continuava defendendo a necessidade de executarmos um esforço teórico capaz de construir uma interpretação atual que fosse capaz de apresentar alternativas para a superação do atual cenário global.

Essa obra deve ser obrigatoriamente ponto de partida, não de chegada. Isto é, um enorme esforço teórico deve interrogar sobre as novas condições das nações em um capitalismo globalizado — ou mundializado, como prefere Chesnais —, bem como sobre os novos sujeitos da História e sobre as formações políticas (OLIVEIRA, 2006, p. 3).

Portanto, podemos dizer que a obra de Celso Furtado é ainda um terreno fértil e necessário para a compreensão e formulação de políticas que se proponham a transformar a sociedade brasileira, assim como, um debate crítico exercido com o devido rigor teórico, tal como realizado por Francisco de Oliveira, indica a maneira com o exercício intelectual contribui para a compreensão de nossa sociedade. Trata-se de importantes pensadores brasileiros, nordestinos, que dedicaram todo seu trabalho no sentido de elaborar uma compreensão analítica com o intuito de transformar a realidade nacional. O exemplo deve ser seguido, principalmente em um cenário global onde o conservadorismo avança juntamente com a negação da ciência e do pensamento crítico, Franciscos e Furtados são a cada dia mais necessários. A república que ambos lutaram para construir agradece.

Referências

BAVA, Silvio Caccia. Francisco de Oliveira, um militante. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BELLO, Carlos Alberto. A economia política de Francisco de Oliveira e as expansões e crises econômicas brasileiras. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

_____. Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972.

_____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *Revista econômica do Nordeste*, 2. ed. v. 10, 1979.

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Juarez. A Crítica à razão dualista e os impasses do republicanismo. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Kuznets, Simon. *Crecimiento económico y estructura económica*. Barcelona: Gustavo Gili, 1970.

MAAR, Wolfgang Leo. A Teoria Crítica da Sociedade brasileira de Francisco de Oliveira. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo

(Org.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MANTEGA, Guido. *A economia política Brasileira*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MANTEGA, Guido; REGO, José Márcio (Org.). *Conversas com economistas brasileiros (II)*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MALAN Pedro; PEREIRA, Jose E. de Carvalho. *A Propósito de uma reinterpretção do desenvolvimento brasileiro desde os anos 30*. Rio de Janeiro: IUPRJ, 1973.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. (Org.) *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003a.

_____. *A navegação venturosa, ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003b.

_____. Para retomar a Construção Interrompida. In: *Celso Furtado e o Século XXI*. SABÓIA, João; CARVALHO, J. Cardim. Barueri, SP: Manole, 2006.

PAULANI, Leda. Arte de Francisco. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RODRIGUES, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da re-*

sistência à ditadura ao governo de FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

TROTSKY, Leon. *A história da revolução Russa*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Saga, 1967.

TAVARES, Ma. da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 589-608.

VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, 2007.

Resumo:

A interlocução crítica realizada pelo sociólogo Francisco de Oliveira à obra de Celso Furtado apresentou importantes contribuições para o entendimento da realidade brasileira e marcou o debate teórico nacional no período em que foi produzida. Este artigo tem como objetivo analisar os elementos centrais deste debate evidenciando as principais críticas apresentadas por Francisco de Oliveira ao pensamento furtadiano, principalmente quanto as relações de classe no âmbito interno, a importância que o Estado exerceu para permitir a acumulação capitalista brasileira e a funcionalidade que os setores “arcaicos” possuíam para a ampliação dos setores modernos. Com isso, verificaremos que essa interlocução teórica possui aspectos complementares e ratificam a necessidade da compreensão das obras desses importantes pensadores brasileiros que tanto contribuíram para o entendimento da realidade nacional.

Palavras-chave: Francisco de Oliveira; Celso Furtado; Economia Política; Economia Brasileira.

Abstract:

The critical analysis made by the sociologist Francisco de Oliveira about Celso Furtado's work presented important contributions to the understanding of the Brazilian reality and mark the national theoretical debate in the period in which it was produced. This article aims to analyze the central elements of this debate, confirming the main criticisms presented by Francisco de Oliveira to the Furtadian thought, especially regarding the class relations in the internal scope, the importance that the State exerted to allow the Brazilian capitalist accumulation and the functionality that the "archaic" sectors had for the expansion of modern sectors. With this, we will verify that this theoretical debate has complementary aspects and ratify the need for understanding the work of these important Brazilian thinkers who contributed so much to the understanding of the national reality.

Keywords: Francisco de Oliveira; Celso Furtado; Political Economy; Brazilian Economy.

Recebido para publicação em 29/07/2019.

Aceito em 22/11/2019.

Furtado e a educação pela pedra, entranhada

Luciano Albino

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4614-3715>

lucianoalbino@yahoo.com.br

Eu venho de um mundo que me parecia catastrófico. Pombal é das cidades mais ásperas do sertão. Região seca, de homens secos. Muito menino, eu olhava pela fresta da janela a chegada dos cangaceiros.” (Celso Furtado)¹.

...Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso... (Guimarães Rosa, 2006, p. 313).

1. Centro Celso Furtado. Disponível em www.centrocelsofurtado.org.br Acesso em: 06/07/2019.

Introdução²

Celso Furtado investiu bastante esforço pessoal para a criação de um conhecimento técnico e político capaz de promover o desenvolvimento do Nordeste e do Brasil, tomando como ponto de partida a crítica das estruturas arcaicas e antissociais que são a causa do nosso estado de subdesenvolvimento: as oligarquias, os coronéis, a desigualdade regional e à exclusão e exploração do mais pobre. Ele não elaborou isso na Sorbonne ou em outro lugar de sua rigorosa formação acadêmica. Tal ímpeto patriótico a que me refiro teve origem na infância, quando viu, ele mesmo, a seca, os coronéis, a violência, beatos e cangaceiros, a miséria do povo, enfim. De Pombal a Paris e de volta ao Brasil, Furtado vivenciou muitas experiências, mas, os primeiros anos de sua vida lhe imprimiram imagens na memória profunda que o tempo não apagou. Como se o Nordeste fosse um eterno retorno, sempre a ser combatido, superado, melhorado.

É uma espécie de si mesmo em retrospectiva, na relação permanente entre o “eu” e o coletivo, tal como Elias (1994) entende o processo de sociabilidade. Nestes termos, o modo como a criança pequena atribui significado às relações que estabelece com outras pessoas e, mais ainda, como essa mesma criança cresce e vai envelhecendo, define muito a complexidade do ser relacional construído por cada um. Assim, de alguma forma, na linha de raciocínio de Elias (1994), o adulto traz consigo aquela criança que, outrora, foi se co-

2. O título deste artigo remete à obra de João Cabral de Melo Neto. O enfoque deste artigo não diz respeito a reflexões sobre educação a partir de Celso Furtado. Busca-se enfatizar como o mesmo teve, a partir de sua vida de criança no Sertão da Paraíba, todo um conjunto de experiências que o marcaram para sempre, tal qual dita por João Cabral, *uma educação pela pedra, entranhada*, quer dizer, insubstituível, marcante, cujos impactos são decisivos para toda a sua trajetória, seja como pensador, seja como político. O Nordeste sempre marcou a vida de Furtado, foi-lhe entranhado.

zendo a fogo frio no forno próprio das relações entre indivíduo e sociedade.

Neste texto, pretendo explorar aqueles que considero serem os temas recorrentes na vida de Furtado: a crítica do subdesenvolvimento, a luta contra as oligarquias nordestinas e a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) como expectativa de transformação de estruturas. Assim, proponho-me a um exercício modesto para pensar sobre o que ele chamou, em sua obra autobiográfica, de *Fantasia Organizada* e *A Fantasia Desfeita*. De maneira resumida, em concordância com João Cabral de Melo Neto, identifico em Furtado a criança que teve uma *educação pela pedra: entranhada*.

Partindo do ponto de vista de que a história do indivíduo é a história de suas relações, o contexto histórico brasileiro do pós-Segunda Guerra até o governo de Juscelino Kubistchek (JK) foi responsável por feitos de largas proporções no país inteiro (construção de Brasília, industrialização, SUDENE etc.), tendo a participação de grandes nomes políticos, intelectuais, movimentos sociais e do povo, em uma efervescência e entusiasmo para elevar o país a outro nível de desenvolvimento. Assim, Furtado faz parte de um grande time, de um contexto que tentou construir algo novo, embora suas contradições tenham contribuído para o golpe militar de 1964 (FURTADO, 1997a).

Celso Furtado, na *Operação Nordeste*, analisou o contexto social próprio do período JK, no qual, segundo a presença de lideranças importantes favoreceu a realização de tantas conquistas. No caso do Nordeste, a tarefa de criar uma política desenvolvimentista e democrática, baseada na industrialização, na racionalidade política e no planejamento estratégico, em afronta direta às estruturas políticas da Velha República, só se tornou possível em virtude de um cenário político que ocorre no Brasil em descompassados soluços.

O acerto de contas do menino de Pombal com aquele lugar de coronéis, beatos e cangaceiros, ocorreu como diz a música: “Na memória de criança um desejo de menino”³. Na verdade, o próprio Furtado se tornou uma espécie de Lampião, contra os coronéis. Porém, sem fuzil e sem cartucheira, mas com as armas da argumentação democrática e da inteligência aguda do economista universal.

O que se viu foi um contexto de trajetórias coletivas. Em outras palavras, Juscelino Kubitschek, Victor Nunes Leal, Celso Furtado e Dom Hélder Câmara, para citar só estes, estão para o Nordeste dos anos de 1950, o que Zico, Sócrates, Falcão e Cereso foram para a Seleção Brasileira na Copa de 1982. Na mesma correspondência e reciprocidade, o presidente Juscelino motivou o país, com o entusiasmo próprio do talentoso Zico, tabelando em todas as posições, a liderar o time e fazer gol. Era ele mesmo e Telê Santana em um só corpo, ao lado do Dr. Sócrates, com seus calcanhares sutis e canhão no chute, tal como Victor Nunes Leal, a esclarecer e avançar na luta contra o coronelismo que, até então, simbolizava a chave da verticalização política a reproduzir desigualdades. Junto aos dois, Celso Furtado, o Falcão, com elegância e racionalidade brilhantes, jogando esguio, peito pra frente e queixo levantado, igual a sanfoneiro bom, que não baixa a cabeça. Para completar o quarteto fantástico, o caipira, o volante, o que carregava o piano e que, ao se olhar, parecia o menor entre as estrelas, mas que se agigantava em seu ofício. Sim, desse jeito era Cereso e também Dom Hélder Câmara, dois titãs sertanejos, incansáveis na caminhada. Para engrossar o caldo, como se diz no popular, os papéis se invertiam e Zico virava Cereso que parecia com Falcão que incorporava Sócrates, que fazia o gol. Para o expectador, de tão sintonizados, eram quatro em um, ou, um mesmo nos quatro.

3. Zé Ramalho. “Cavalos do Cão”.

Tendo Juscelino à frente, aquele time parecia imbatível, com o país em pleno vapor de expectativas para sair do atraso, em desenvolvimento. Com Zico, a Seleção, finalmente, seria campeã do mundo de novo, ainda mais no momento da redemocratização, da retomada da esperança, do fim nebuloso da Ditadura. A questão, lamentável, é que no meio do caminho tinha um Paulo Rossi, tinha um Paulo Rossi no meio do caminho⁴. Em resumo, tanto mais pra lá, quanto mais pra cá, o *sobrenatural de Almeida*⁵ agiu e, o que parecia vitória certa, transformou-se em *fantasia desfeita* (FURTADO, 1997a).

Um país de coronéis

A criação da Guarda Nacional (1831) em substituição às milícias e ordenanças definiu a patente de Coronel para o comando municipal ou regional e deu início ao que ficou conhecido por *coronelismo*. Tal patente, reconhecida pela Regência, agregou em torno de si muito prestígio político e ampliou, ainda mais, a estrutura hierárquica própria de uma sociedade estratificada segundo bases escravagistas. Essa estrutura, circunscrita no município, consolidou verdadeiros potentados rurais em todo o país, cujo desdobramento definiu a nossa estrutura partidária derivada da politicagem local e comandada pelos coronéis. (LEAL, 2012).

Como toda relação de poder, não se tratava de puro mandonismo, ou imposição monocrática de um todo poderoso local sobre seus subalternos. Mas de interação, adaptação, de hierarquias renovadas por favores, acordos e negociações. Em resumo, o *coronelismo* consiste em uma espécie de troca de proveitos entre o poder público (municipal, estadual e federal) e as bases eleitorais comandadas por esses

4. Carlos Drummond de Andrade, *No meio de caminho*. Poema

5. Personagem de Nelson Rodrigues.

líderes. De modo detido, falar em *coronelismo* é o mesmo que em mundo rural, cuja abrangência, até bem pouco tempo, pelo menos até a década de 1970, era a majoritária massa eleitoral brasileira.

Por conta do vínculo com a propriedade rural latifundiária, passou-se a denominar de *voto de cabresto* os eleitores controlados pelos coronéis. Eram pessoas residentes em suas terras (moradores), que dependiam do proprietário para tudo, tendo em vista a situação de miséria em que a maioria se encontrava. O coronel, por assim dizer, resumia em sua pessoa todo o complexo institucional (saúde, educação, polícia, trabalho), assumindo jurisprudência sobre uma base eleitoral no município que, a partir de acordos e conchavos, influenciava diretamente para a definição dos cargos municipais (prefeito e vereadores), estaduais (governador, senadores e deputados) e, também no plano federal (presidente).

Em muitos casos, o fazendeiro era um rico de fachada. A situação de miséria em que se encontrava o trabalhador rural fazia com que o dono da propriedade, com casa grande, automóvel, gado e influência política o assemelhasse, de fato, a um homem muito rico. No entanto, a realidade era outra. Muitos endividados, com as terras hipotecadas e dependentes dos financiamentos dos bancos estatais. Em outras palavras, não era incomum identificar nos coronéis uma espécie de aristocrata falido, pois tinham terras e negócios, mas sem disponibilidade financeira, buscando condescendência fiscal e sempre ávidos por mais empréstimos e favores de bancos públicos para suas atividades, tendo no povo de sua jurisdição, o capital político para afiançar essas articulações lucrativas. Ricos em comparação aos miseráveis.

O trabalhador rural, no contexto histórico descrito por Leal (2012), era completamente analfabeto, sem acesso à assistência médica ou quaisquer meios de informação (quando muito um rádio). De certa

forma, a única ligação que tinha com o mundo “exterior” se dava através do coronel, que lhe atendia em “socorro”, nas dificuldades. Por isso, sempre foi indispensável para esses líderes locais controlarem as instituições. Da parte do pobre, seu horizonte se restringia a uma luta com o coronel e pelo coronel como forma de proteção para suas “obscuras existências” (LEAL, 2012, p. 47).

Não é demais lembrar que a estrutura do coronelismo estava baseada na concentração fundiária, como forma, inclusive, de garantir seu domínio sobre as populações que residem em suas terras. Do ponto de vista da exploração econômica, baseava-se na atividade agropecuária extensiva e predatória, a intensificar a depreciação do solo, o desmatamento e a desertificação, no caso particular do semiárido nordestino. Na verdade, o que garantia a reprodução da estrutura dominante não era a atividade econômica em si, mas à miséria da população rural que, no “voto de cabresto”, garantia as articulações entre os coronéis e os políticos em escala crescente a partir dele. Assim, formava-se um círculo vicioso, a começar no município, baseado na exploração da miséria da maioria, cujo resultado era a garantia de privilégios, empréstimos, construção de barragens, estradas e cargos públicos como pagamento aos coronéis pelo seu “tesouro eleitoral”.

O coronel possuía um “espírito público”, no sentido de buscar por melhorias para seu município e, portanto, ao auxílio das pessoas de sua jurisdição municipal. Enfrentar tal círculo vicioso era de fundamental importância para que o país rompesse com as estruturas do atraso e do subdesenvolvimento. Victor Nunes Leal analisa a questão do desenvolvimento como resultante de um problema político⁶. Assim, a construção de um projeto de país teria, necessariamente, de

6. Uma importante discussão sobre a questão do desenvolvimento regional como problema político pode ser encontrado em outro clássico. Ver Carvalho (2012).

passar por uma revisão do quadro político vigente. O problema não se limitava à falta de conhecimento técnico e de recursos, mas, a própria engenharia política impedia mudanças significativas para a solução dos graves problemas nacionais e do Nordeste. Celso Furtado conhecia de perto tais estruturas anacrônicas e, do mesmo modo, tinha consciência do enorme esforço político para enfrentá-las.

Celso Furtado – Operação Nordeste

O clima político vivido no Brasil, da década de 1950, era de grande efervescência, um despertar de confiança, principalmente por conta da construção de Brasília, quando Juscelino inspirava o país para a possibilidade de, na nova Capital da República, as nossas instituições políticas serem renovadas, com ares revigorados para enfrentar o futuro. Em várias passagens Furtado (1997) destaca a *personalidade fascinante* de JK. Esse espírito apaixonado e patriótico do presidente “contaminou” Furtado sobre o Nordeste. Foram ambos, em escalas diferentes, Dom Quixotes desbravadores dos sertões. Mesmo contido em sua racionalidade de economista, Furtado alçou velas nos ventos alucinantes de Juscelino.

Não era uma década de entusiasmos e facilidades, apenas, havia muita resistência e sabotagens. De certo modo, as conquistas do período JK foram bastante significativas, mesmo acompanhadas de contradições e desequilíbrios macroeconômicos. Na análise de Furtado, serviram em larga medida como justificativa para o golpe militar de 1964. A classe média, com sua pauta conservadora, mostrou-se bastante descontente com o período de esfriamento econômico e de inflação que o seguiu. No Nordeste, a seca de 1958 agravou o quadro de calamidade pública, ampliando a fome como problema estrutural.

Neste âmbito os camponeses nordestinos (Paraíba e Pernambuco) se mobilizaram em defesa de direitos mínimos, semelhantes aos que já haviam sido conquistados pelos trabalhadores urbanos da indústria (ARAÚJO, 2019). Mais do que nunca, o Nordeste se revelou como o grande problema nacional. E a Igreja Católica, liderada por Dom Helder Câmara, aproximou-se dos movimentos sociais, consolidando-se, ao contrário do que a Igreja tradicional até então fizera, em forte espaço de formação e resistência contra a flagrante perpetuação de disfarçadas relações escravagistas.

Furtado cita o Relatório Ramagem⁷, cuja maior preocupação era a garantia da ordem social, tendo em vista, na visão militar, a malversação dos recursos públicos e a urgente intervenção federal, com a necessária nomeação de militares à frente de órgãos estratégicos, incluindo a substituição de governadores. O que os militares queriam era “finçar pé” no Nordeste, criando para si uma base política que, no limite, seria oposição ao próprio Juscelino. Seguindo tais orientações, o presidente estaria, literalmente, criando cobras que lhe depositariam fortes cargas de veneno em pouco tempo.

Nesse cenário, alguém citou para o presidente o nome de Furtado, que, naquele momento, havia assumido uma diretoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com dedicação ao Nordeste. O enorme esforço seria convencer o presidente de que o problema da região não estaria em ampliar as frentes de emergência, construir mais açudes ou ações do tipo. Tais iniciativas, há décadas, eram realizadas, a chamada “solução hidráulica”, mas sem resultados concretos. Existiam questões estruturais a serem atacadas, tendo em vista que o fenômeno da estiagem no semiárido era cíclico e que as elites locais, ao contrário do que se pensava, não perdiam com ela,

7. Juscelino enviou ao Nordeste o Coronel Ramagem, que deu nome ao Relatório.

mas se beneficiavam muito, seja política, seja economicamente, com o que ficou conhecido como *indústria da seca*⁸. Os oligarcas latifundiários e comerciantes, em tempos de seca, tinham seus negócios potencializados pela alta dos preços, pelos auxílios governamentais e, principalmente, ao controle da população miserável, que se tornava capital eleitoral para os projetos políticos dos coronéis.

Assim, convencido o presidente de seus argumentos, Furtado foi integrado ao GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), liderado por Aluísio Campos, um político e advogado paraibano brilhante, mas com pouca ou nenhuma formação especializada sobre desenvolvimento. Na verdade, o grupo era composto por pessoas sem o perfil para pensar a região como um todo. Havia, assim, um olhar particularizado sobre problemas setoriais, faltava a visão macroeconômica que conduziria o Nordeste de “região problema” a potencial indutor do desenvolvimento do país. Coube a Furtado o papel de pensador e regente da “Fantasia Organizada”, quer dizer, na condução dos meios racionais e burocráticos para transformar o entusiasmo de Juscelino e de tantos, inclusive do próprio Furtado, em política objetiva de transformação social.

Com o GTDN e seus desdobramentos até a SUDENE, Furtado consolida um campo de estudo no Brasil: o desenvolvimento regional. Significa dizer que, de modo simultâneo, conhecimento acadêmico especializado (economia) por um lado, mais a capacidade de articulação política resultaram em algo novo, cujo objetivo seria o planejamento regional baseado na crítica das estruturas socioeconômicas, não na ecologia, na seca. Furtado muda o foco, no sentido de desnaturalizar o problema. Em poucas palavras, afirma que o problema estaria

8. Expressão criada por Antônio Callado. Para ele, os “industriais da seca” dominavam a região e tinha larga força e prestígio no Congresso Nacional.

no campo da cultura, não da natureza. Essa antropologização do problema trouxe à tona os verdadeiros atores: os coronéis e políticos (de vereadores a governadores e senadores) que se beneficiavam da miséria de homens e mulheres nordestinos. Quanto mais seca, mais latifúndio, miséria, concentração de renda, terra e voto de cabresto. Celso Furtado e Victor Nunes Leal tabelam bem na cabeça da área dos coronéis, que passaram a sentir calafrios na espinha, tal como ocorrera quando da chegada de Lampião ou Antônio Silvino no *oitão* da casa sede da fazenda.

Os esforços foram destinados à construção de um documento técnico sobre a região subdesenvolvida, diagnosticando a problemática regional e que pudesse ser a nova política estratégica para o desenvolvimento do Nordeste, objetivando integrá-lo economicamente ao Centro Sul do país, de economia mais dinâmica. Em resumo, falar em desenvolvimento regional, na percepção de Furtado, diz respeito a: integração nacional, planejamento, interior como potencial econômico, combate às estruturas arcaicas/subdesenvolvidas (oligarquias) e soberania. Enquanto os militares e a classe média queriam intervenção e combate à corrupção⁹ e as oligarquias a preservação das estruturas da Velha República, Furtado apresenta um conteúdo novo, que avançou em relação ao demagógico e localizado, que se propôs, assim, a pensar o todo regional e a integrá-lo ao país, no entendimento de que não haveria desenvolvimento para o Brasil se o Nordeste continuasse como zona de miséria. A “Operação Nordeste” seria, no fim, a própria redenção do país para outro patamar civilizatório.

O ponto de partida para tamanha realização necessitava da opção por um capitalismo produtivo, gerador de emprego, principalmente

9. Estamos falando da década de 1950, não de hoje. A semelhança não é mera coincidência.

na indústria e na produção de alimentos, não no especulativo, baseado no endividamento e na dependência externa. Assim, indústria e alimentos seriam o caminho para criar, tanto no meio rural, quanto no urbano, pessoas alimentadas, educadas e com renda suficiente para se livrarem das garras dos coronéis. A expansão da fronteira agrícola pra o Maranhão se colocou como alternativa viável, pois resolveria a tensão dos conflitos por terra.

Com a indústria, haveria a possibilidade de novos investimentos e na indução de empresários inovadores, na perspectiva schumpeteriana, capazes de criar um ambiente de negócios mais próximo da moderna economia capitalista, principalmente na ampliação e fortalecimento do mercado interno. Em síntese, desenvolvimento regional dizia respeito, no limite, a um projeto de democratização e empoderamento. Aí estava o sonho de Furtado para o Nordeste e para o Brasil.

A luta inglória a ser enfrentada ocorreu porque o Estado (Federal) era domesticado pelos interesses particulares, sendo o Congresso, o celeiro das oligarquias regionais¹⁰. A novidade que a nova proposta institucional trazia era o distanciamento entre os esquemas arcaicos e tradicionais de “enfudização”, nos termos de Furtado. Portanto, libertar os recursos federais das garras dos coronéis e da politicagem era o maior problema.

A criação da SUDENE, como Superintendência diretamente ligada à presidência da República, seria uma novidade política no modelo federativo brasileiro, tendo em vista que, na prática, colocou-se entre a federação e os estados, como poder regional articulado, democraticamente organizado, com a participação de governadores, bancos estatais, representações da sociedade civil etc. Sua criação teve passo político importante a partir do Conselho de Desenvolvimento

10. Qualquer semelhança com a atualidade não é mera coincidência.

do Nordeste (CODENO), de 25 de abril de 1959 e a fundação em 15 de dezembro de 1959, com a Lei 3.692.

A maior oposição ao projeto veio do próprio Nordeste, tendo no senador paraibano Argemiro de Figueiredo seu principal porta-voz. Como representante das oligarquias, nos termos de Furtado, o citado político organizou uma verdadeira cruzada contra a SUDENE, afirmando ser a mesma um projeto comunista. Furtado foi buscar apoio político em outros estados, do Sul e Sudeste, na justificativa de que a Superintendência seria o caminho mais racional e viável para o Nordeste superar sua contínua dependência em relação ao restante do país. Tal argumentação estratégica, mesmo questionável, pois se apoiava em uma visão preconceituosa, foi adotada por Furtado para que o apoio viesse no Congresso, e deu certo. Assim, com a imensa capacidade política, aliada ao entusiasmo e apoio de Juscelino, Furtado consegue emplacar a SUDENE.

Porém, um outro ator social teve semelhante importância para a dinâmica conjuntural vivida no Nordeste naquele momento. Refiro-me à Igreja Católica e, em particular, ao seu mais eminente líder, Dom Helder Câmara. A participação dos Bispos do Nordeste no cenário político brasileiro é uma história que merece dedicada atenção. De certo modo, a própria preocupação de Juscelino com o Nordeste seria, em larga medida, provocada pela mobilização social que a Igreja fez na região. Os encontros dos Bispos¹¹ em Campina Grande (1956) e em Natal (1959) sinalizaram para o presidente a criação de um suporte político com a Igreja, fundamental para um governo com graves dificuldades em relação à opinião pública e, especialmente, com os setores mais tradicionais da política brasileira (elites, militares e classe média).

11. Ver Encontro dos Bispos (2012).

O papel político da Igreja Católica: entre messiânicos e orgânicos

O coronelismo municipal estava estruturado em todo o país, muito em função da realidade rural que o caracterizava de norte a sul (LEAL, 2012). No Nordeste, pode-se dizer que assumia contornos mais requintados por causa do fenômeno da seca que posicionava a região como problema recorrente, a demandar da União socorros financeiros aos sempre “famintos” (políticos e flagelados). Historicamente, a Igreja Católica que, segundo o IBGE, até o final da década de 1960 tinha um rebanho de mais de 90% da população, realizou ações muito pautadas no princípio da caridade, sem, contudo, problematizar as estruturas políticas, estando, por vezes, integrando-as. À exceção de casos pontuais ou iniciativas no plano individual, a relação entre Igreja e Sociedade esteve comprometida com a manutenção dos *status quo*.

Em outra ocasião (BARBOSA, 2019), analisei essa conjuntura, destacando a importância da Igreja Católica como ator social no Nordeste, mais ainda, como a mesma esteve presente no processo de formação da região e do país. Do ponto de vista sociológico, quer dizer, à busca de objetividade classificatória, identifiquei que, na década de 1950, houve uma inflexão impactante entre Igreja e Sociedade. Até então, o comum era a presença de líderes messiânicos, com destaque para o sertão: Antônio Conselheiro, Padre Cícero, beatos, beatas, rezadeiras, curandeiros. O campo do sagrado estava “delimitado” ao que pode ser chamado de “catolicismo popular”, muito definido sincreticamente, pelas tradições religiosas africanas e, principalmente, indígenas, no interior. No entanto, a partir de Dom Helder Câmara, constata-se uma mudança no fazer Igreja.

Os líderes religiosos anteriormente citados: Antônio Conselheiro

e Padre Cícero, assim como Dom Hélder e Padre Ibiapina eram todos cearenses. Na verdade, ao estudar a história do último, Padre Ibiapina, algumas realizações suas saltam à vista. Foi um jurista e político influente em Recife que abandonou a vida na capital pernambucana e desbravou o interior nordestino no lombo de jumento, promovendo as suas missões. Em cada localidade onde chegava, simultânea às preces e orações que atraíam milhares de pessoas, construiu açudes e várias Casas de Caridade, onde eram abrigados órfãos, ensinava-se a ler e a escrever, além de promover formas de profissionalização, principalmente para as mulheres.

O padre Ibiapina, a partir de 1860, inaugurou novas possibilidades de convivência e de sociabilidade no campo religioso. Não era só a edificação comunitária de prédios, mas uma missão pastoral de transformação, em um lugar onde inexistia qualquer tipo de atuação estatal para serviços de educação e saúde, por exemplo.

A opção pelos pobres que seria amplamente discutida no Concílio Vaticano II, na década de 1960, quer dizer, cem anos depois, Ibiapina havia iniciado a partir de sua terra natal, sertão cearense, até o agreste paraibano. Assim, influenciou decisivamente na formação dos conterrâneos que vieram depois dele: Antônio Conselheiro, Padre Cícero e também Dom Hélder, todos, uma espécie de discípulos pastorais de Ibiapina.

A história de Canudos só pode ser mais bem entendida com a devida compreensão dessa postura missionária e de mobilização popular para o combate dos problemas sociais. O massacre, o genocídio de Canudos, representou a força das elites sobre o Brasil profundo, sobre o pobre que se organizou contra a fome e a exploração (CUNHA, 2002). Com o mesmo ímpeto para a organização social, Padre Cícero construiu um verdadeiro Forte (econômico e religioso) onde antes era

apenas modesto vilarejo. O excelente livro de Lira Neto (2009) sobre o “Padim Ciço do Juazeiro” esclarece o quanto a Igreja Católica, no que tinha de concordância e conflitos internos, mobilizou forças e atuou como protagonista social. Diferente de Antônio Conselheiro, Padre Cícero era líder religioso, político (deputado, vice-governador, prefeito), dono de terras, gado, engenho, força militar, respeitado por cangaceiros (Lampião) e tudo o mais de espetacular que um *coronel* poderia ter sobre si. Ambos, marcadamente detentores de posturas messiânicas (Conselheiro: “o sertão vai virar mar”; crítica à modernidade/República. Pe. Cícero: “parte da Santíssima Trindade”, milagre do sangue na boca da beata), arrebanharam milhares de fiéis nos sertões nordestinos e promoveram verdadeiros levantes revolucionários, seja ao enfrentamento conflituoso, seja à coesão social.

Dom Hélder, por outro lado, liderou uma Igreja do messias (Jesus Cristo), mas em outra perspectiva política e espiritual. Lutar contra a miséria era o verdadeiro papel do cristão e caberia à Igreja a opção pelos pobres. Fé e política caminhando juntas para a promoção da justiça social. O termo “orgânico”, aqui utilizado, aproxima-se mais do conceito de solidariedade de Durkheim, do que do gramsciano. Assim, refere-se à capacidade de criar bases solidárias e políticas que promovam a ordem social através de instituições interdependentes, gerando coesão social. Não é, nestes termos, a Igreja, revolucionária, mas preocupada com a mudança social através de mecanismos democráticos e coordenados por um ordenamento jurídico e político comprometido com a redução das desigualdades sociais. De messiânica, passa a ser “orgânica¹²”. A mudança foi radical ao se aproximar e unir forças às

12. Orgânico, aqui, possui o sentido atribuído por Durkheim, nem tanto por Gramsci. Significa solidariedade no contexto moderno de ampliação das relações de trabalho na indústria e no contexto urbano, assim como o aumento do fenômeno do individualismo. A Igreja de Dom Hélder não era revolucionária em termos so-

ideias de Furtado sobre o Nordeste. Em outras palavras, Dom Hélder pode ser visto como um Celso Furtado de batina, até porque o que se construiu como teologia da libertação era a versão religiosa da crítica ao subdesenvolvimento, tão teorizada e discutida por Furtado.

Furtado: da catarse sociológica ao teórico do subdesenvolvimento

A vida intelectual de Furtado foi marcada por profunda coerência, tanto em relação às ideias, quanto aos valores. Seja no BNDE (anos 1950), seja no Ministério da Cultura do Governo Sarney (anos 1980), pode-se identificar nas obras e nas ações uma postura cívica e intelectual sem máculas ou desvios. Nessa trajetória, a definição de fases é importante ao entendimento de uma vida fértil intelectualmente e ativa no campo político.

Assim, do ponto de vista didático, alguns momentos importantes da vida de Furtado merecem destaque. Inicialmente, o que chamo de catarse sociológica, período da infância em Pombal e em João Pessoa, quando viveu a realidade dura do sertão na plenitude de suas contradições, *a educação pela pedra*. Em seguida, os anos de formação, primeiro no Rio de Janeiro, depois, com a participação na II Guerra Mundial e os estudos econômicos em Paris, cujo desdobramento foi o clássico: *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, 2002). Depois, com a volta para o Brasil, após a passagem pelo Chile (CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas) tem início outro momento, o do pensador e político, quando atuou

cialistas, mas baseada em valores democráticos, na distribuição de renda, nos direitos (humanos, trabalhistas, em especial), que exigiam reformas estruturais como a agrária. Dom Hélder e seus colegas religiosos estavam preocupados em combater as injustiças sociais, a fome e a miséria que viam em suas Dioceses.

em vários setores da burocracia nacional, com destaque para a SUDENE e o Ministério do Planejamento no Governo de João Goulart. No exílio, a partir de 1964, no Chile, nos Estados Unidos e em Paris, tem-se início o período de aprofundamento dos estudos sobre o subdesenvolvimento, especialmente como professor da Sorbonne e nos textos que passou a escrever e ganhar notoriedade internacional. Finalmente, com a redemocratização, assume, no governo Sarney, a pasta de Ministro da Cultura, quando realiza um trabalho de peso no tocante aos incentivos e estudos de uma economia da cultura, percebendo-a como a maior riqueza do Brasil e inesgotável potencial econômico. Esta fase, mais antropológica, também coincide com sua efetiva participação nos debates da Constituinte, que resultou na Carta Magna de 1988, cujo empenho esteve dedicado, com maior afinco, à preocupação da redução das desigualdades regionais como princípio constitucional. A partir dos anos de 1990, fase da maturidade, incorpora nas suas preocupações a questão ambiental.

Cada fase destacada possui complexidade para várias pesquisas de teses de doutorado. No entanto, o que procuro evidenciar, neste momento, são dois pontos que considero fundantes do próprio Furtado: a educação pela pedra e a construção, no Brasil, de uma área de pensamento denominada de Desenvolvimento Regional. A primeira fase já teve sua cobertura. O que pretendo explorar um pouco é esse segundo enfoque.

Com a Operação Nordeste, o GTDN, a SUDENE e o Ministério do Planejamento, algo novo surge. Não se trata do economista ou o trabalho de mais um tecnocrata. Furtado assume três ações ao mesmo tempo, o que lhe define a interdisciplinaridade como marco importante. Ele foi, no pensador e político regional: teórico (não só economista, mas leitor do país, com análises conjunturais atualizadas e sis-

temáticas pelo rigor científico); político (homem de ação, com capacidade de articular setores da política, da sociedade civil, da Igreja e do setor econômico) e, por fim, identificado culturalmente com a região (o Nordeste não era e nunca foi um objeto de análise ou laboratório para aplicação de programas ou modelos a serem avaliadas as efetividades com dados estatísticos frios, o Nordeste fora e continuou sendo por toda a vida, seu lugar de origem, presente nas ideias, nos valores, no sotaque que nunca perdeu). Assim, criou uma área ou abordagem de conhecimento, o desenvolvimento regional. A partir de Furtado, quem se propõe a enveredar por essa área não pode ser o intelectual de gabinete ou o ativista panfletário, mas uma espécie de pensador e homem de ação, apaixonado pela região de origem, entendendo-a no plano mais amplo de sua relação com o país. O desenvolvimento regional não se limita a questões ou projetos particulares, ele diz respeito a integração, a redes e articulações que só fazem sentido no plano de conjunturas escalares amplas, em sintonia com os princípios da soberania e da integração nacional.

Assim, o Desenvolvimento Regional é comunitário quanto a origem e identidade, e nacional quanto à integração, seu limite é antropológico, circunscrito pela relação de aproximação e diferenciação com outras regiões. Furtado fez isto ao problematizar o Nordeste, construindo as bases para se pensar o país como um todo. Em resumo, só faz sentido no plano macro, articulado com outras regiões que compõem e integram o país, apreendido e vivido para quem teve uma *educação pela pedra, entranhada*.

Conclusão

Para o prazer e para ser feliz, é que é preciso a gente saber tudo, formar a alma, na consciência; para penar, não se carece: bicho tem dor, e sofre sem saber mais porque. (Guimarães Rosa, 2006, p. 313).

Todo o esforço empreendido a partir do governo JK e que continuou no Ministério do Planejamento de João Goulart esteve focado na tentativa de colocar o Brasil na rota do capitalismo moderno, tal como estava sendo implantado e consolidado na Europa Ocidental no pós-Segunda Guerra. Em resumo, tinha na orientação keynesiana a expansão da produção industrial em massa e da ampliação da classe trabalhadora formal que demandaria por um consumo ampliado e o conseqüente fortalecimento do mercado interno pela renda promovida pela industrialização. Além disso, no campo, ao contrário de teimar nas monoculturas latifundiárias, extensivas e predatórias, deveria o país estimular a produção de alimentos e a modernização das tecnologias ao racional uso das reservas naturais. Assim, o que antecedeu ao golpe de 1964 foi, por parte de Furtado, a elaboração de uma teoria/ação de um modelo de desenvolvimento.

O que ocorreu com o Brasil a partir dos militares veio a se confirmar como uma *modernização conservadora*, por seguir a cartilha americana para a América Latina, naquilo que consiste na dependência, industrialização periférica e exportador de matérias-primas (agora, *commodities*). Furtado, no exílio, com o *Mito do desenvolvimento econômico* (FURTADO, 1996), amplia ainda mais seu campo de análise e radicaliza a crítica teórica sobre um modelo de desenvolvimento que possui sofisticadas capacidades de enriquecimento, ao passo que concentra renda, intensifica a exclusão social e degrada o meio ambiente. O Brasil seria isto, potência econômica habitada por milhões de

miseráveis, tendo suas elites preocupadas em reproduzir o consumo dos países centrais, ao passo que a maioria da população continua privada do mínimo para a sobrevivência e com seus biomas ameaçados (amazônia, pantanal, caatinga, cerrado, mata atlântica, pampa). Nosso problema seria este: a acumulação desigual que intensifica as contradições e amplia as desigualdades regionais, uma vez que a geração da riqueza se concentrou, em maior escala, em São Paulo.

A “Operação Nordeste”, naquilo que furtado chamou de “Fantasia Organizada”, deve ser vista como uma tentativa de interiorizar o desenvolvimento para além dos centros urbanos tradicionais. Com a construção de Brasília e a SUDENE, Juscelino Kubitschek avançou para os sertões, na esperança de, neles, redescobrir o Brasil. Tal entusiasmo trouxe para perto de sua causa grandes nomes, que, aqui, eu destaquei Celso Furtado, Dom Hélder Câmara e Victor Nunes Leal, mas que poderia citar outras dezenas. A questão central a ser explorada diz respeito ao fato de que o Brasil não sabe conviver muito com a combinação entre democracia, desenvolvimento e interiorização/integração. Nossa história parece estar mais próxima das expedições e bandeiras antropofágicas a dominar e subjugar as tribos do interior.

As tentativas de interiorizar o desenvolvimento por vias democráticas foram seguidas de Golpes. Foi assim com Getúlio. Como ditador modernizou e desenvolveu, mas, como eleito democraticamente, não conseguiu se manter e acabou se matando. Com Juscelino, aos troncos e barrancos terminou o mandato. João Goulart, por outro lado, não terminou o mandato como se sabe (golpe de 1964) e a experiência dos governos do PT está aí para demonstrar que o império sempre contra-ataca para a recomposição da hegemonia.

Vivemos hoje exatamente isto, no melhor estilo de *Guerra nas Estrelas*, o contra-ataque do império a reposicionar o país que, de certo

modo, fugiu do seu controle a partir da Constituição de 1988. O que vivemos não é uma luta contra o PT, mas contra a Constituição, que teve, a partir dos movimentos populares pós-ditadura, a efervescência social para formalizar no país as bases de uma socialdemocracia e a redução de desigualdades.

Portanto, não se trata de luta entre esquerda e direita, entre capitalismo e socialismo. Mas entre o Brasil do coronelismo que se renova (Bíblia, bala, boi etc.) e outro, profundo, popular, periférico, diverso, que teima hoje, como sempre, em não aceitar a condição de vira-lata.

A sensação que tenho é a de que estamos naquele momento dos anos de 1970, de nebulosas expectativas. Celso Furtado e seus contemporâneos não são apenas atuais, mas necessários para hoje. São proféticos, utópicos, no sentido de portarem a esperança no lugar da desesperança e da desilusão, que é a dança da solidão, como nos diz Paulinho da Viola.

Para lembrar Frei Betto, “deixemos a desesperança para dias melhores”. O momento agora é o de avaliação, proposição, de ver, julgar e agir, na esperança renovada de jogarmos de novo um bolão, como aquele de Zico, Sócrates, Falcão e Cereso.

No caso de Furtado, inspirar-se nele naquilo que lhe era farto, o amor incondicional pelo Nordeste, pelo Brasil, próprio de quem teve uma educação pela pedra.

... Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
E se lecionasse, não ensinaria nada;
Lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
Uma pedra de nascença, entranha a alma.
(João Cabral de Melo Neto).

Referências

ARAÚJO, Ana Paula Balbino de. *A importância das Ligas Camponesas no Currículo Escolar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista (Sapé-PB)*. Disponível em: repositorio.ufpb.br. Acesso em: 20/07/2019.

BARBOSA, José Luciano Albino. *Das provocações cearenses ao pós-secular: reflexões sobre Igreja e Sociedade no Nordeste Brasileiro*. Disponível em: www.unicap.br. Acesso em: 01/06/2019.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2002.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

CARVALHO, Otamar. *Desenvolvimento Regional: um problema político*. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

CENTRO CELSO FURTADO. Disponível em www.centrocelsofurtado.org.br. Acesso em: 06/07/2019.

COLOMBO, Luciléia Aparecida. *A Sudene no sistema federativo brasileiro: ascensão e queda de uma instituição*. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 2015.

ENCONTRO DOS BISPOS. Campina Grande: Editora Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. *A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.

_____. *O Brasil Pós-“Milagre”*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b (Coleção Estudos brasileiros; vol. 54).

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Fantasia desfeita*. In: *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo II. Edição: Rosa Freire d’Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a.

_____. *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo III. Edição: Rosa

Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. 31ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002 (Biblioteca Universitária. Série 2, Ciências Sociais; vol. 23).

_____. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Org. Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

_____. *Essencial Celso Furtado*. 1ª Edição. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2013.

_____. *Anos de formação 1938 – 1948*. Org. Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2014.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NETO, Lira. *Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Resumo:

A importância de Celso Furtado para a história brasileira pós-Segunda Guerra Mundial tem sido amplamente estudada e reconhecida. O rigor acadêmico, aliado ao esforço incansável em promover uma política voltada ao desenvolvimento regional do Nordeste e do país, deu-lhe notoriedade internacional. Porém, tento evidenciar, neste ensaio, que Furtado teve algo anterior que lhe serviu de motivação primeira. Refiro-me à experiência, ainda quando criança, no sertão paraibano. Algo que lhe imprimiu bem o descrito por João Cabral de Melo Neto: *a educação pela pedra, entranhada*. Além disso, o contexto social, próprio da década de 1950, instigou no Brasil o desejo de mudança, motivado por Juscelino Kubitschek e personagens como Dom Hélder Câmara e Victor Nunes Leal ao combate das estruturas oligárquicas. Assim, busca-se explorar a relação entre indivíduo e sociedade e seus desdobramentos no campo político, evidenciando a importância e atualidade de Furtado.

Palavras-chave: infância; relação indivíduo/sociedade; desenvolvimento; identidade regional.

Abstract:

The importance of Celso Furtado for Brazilian history after World War II has been widely studied and recognized. Academic rigor, coupled with a tireless effort to promote a policy aimed at regional development in the Northeast of Brazil and in the country as a well, gave it international notoriety. However, I try to show in this essay, that Furtado had something earlier that served as his primary motivation. I refer to the experience, even as a child, in the Paraíba countryside. Something that impressed him well as described by the poet João Cabral de Melo Neto: education by stone, ingrained. In addition, the social context, typical of the 1950s, instigated in Brazil the desire for change, motivated by president Juscelino Kubitschek and characters like Archbishop Dom Hélder Câmara and Victor Nunes Leal to fight oligarchic structures. Thus, we seek to explore the relationship between the individual and society and its consequences in the political field, highlighting the importance and relevance of Furtado.

Keywords: childhood; individual / society relationship; development; regional identity.

Recebido para publicação em 30/07/2019.

Aceito em 05/11/2019.

// Artigos

O engajamento militante enquanto prática social: ciclos de adesão, comprometimento e deserção

Daniel Gutierrez

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5563-2115>

daniell.mx@gmail.com

Introdução

Este trabalho tem por finalidade apresentar alguns resultados de pesquisa, assim como contribuir para o debate acadêmico em torno das teorias dos movimentos sociais e da Sociologia Política da militância. A pesquisa em questão é fruto de uma dissertação de mestrado, defendida em 2017 (GUTIERREZ, 2017). Esta dissertação tomou por objeto a formação e atuação política do Movimento Pró-Universidade Federal – MPUF, movimento composto por diversas entidades do campo; abordou-se, também, a história da Mesorregião da Grande Fronteira Sul, a gestação de inúmeros movimentos sociais rurais nessa região, os processos de politização e a construção da pauta da Educação Superior pelos movimentos, a formação do Movimento e, posteriormente, a desmobilização política do mesmo. Este último ponto, a

desmobilização política, foi algo que nos desafiou a pensar sociologicamente. Inspirado nessa discussão, este trabalho retoma o tema da desmobilização e do desengajamento político, através de uma abordagem processual que nos ajuda a pensar a prática social da militância.

Nos últimos anos, o campo de estudos da Sociologia Política da militância vem sendo renovado através de novas perspectivas teórico-metodológicas que entendem o ativismo político como uma atividade social específica e duradoura, constituída de um “ciclo de vida” representado pelos momentos de adesão, comprometimento e deserção. Tal renovação deve-se, em boa medida, a autores como Everett C. Hughes (1958), Howard Becker (1960; 1966) e Hans Gerth e Charles Wright Mills (1954), cujos trabalhos foram fundamentais para a construção sociológica da noção de “carreira militante” ou “carreira ativista”. Tais noções auxiliam na compreensão não apenas dos processos que levam ao engajamento, mas também aos que contribuem para o desengajamento. Dessa forma, é possível trabalhar de maneira articulada com determinado contexto social específico, a história individual e as instituições sociais, evitando cair no personalismo/individualismo ou no determinismo estrutural.

Nosso interesse acadêmico em encontrar respostas coerentes ao fenômeno da desmobilização política e do desengajamento militante é resultado dos achados de pesquisa que o campo nos indicava. Durante a pesquisa de campo, constatamos que o MPUF, nos últimos anos, vinha se modificando e perdendo forças a ponto de estagnar-se. Esse fato se deu por mais de um motivo. A partir da análise do material empírico construído por nós, foi possível identificar ao menos três fatores que, de modo geral, contribuíram para a perda de investimentos por parte dos militantes, o que, por sua vez, levaria a desmobilização: primeiro, a absorção do MPUF pelo Conselho Estratégico Social

e Conselhos Comunitários daquela instituição, o que desestimulou a continuidade das discussões de forma unificada; segundo, pela “frustração pessoal dos militantes” com o próprio Conselho Estratégico Social, pois estes esperavam uma instância deliberativa, e não consultiva; e, em terceiro, as contradições e problemas oriundos da política institucional, como a crise política e econômica que inviabilizou a principal pauta do movimento (a expansão) e as decisões centralizadas e verticalizadas como, por exemplo, a criação ou a retirada de um campus por decisão política partidária, o que gerou frustrações e descrença em alguns militantes.

A respeito desses três pontos mencionados, a Teoria do Processo Político (TILLY, 1978; 1993), amplamente utilizada nos estudos sobre movimentos sociais, poderia contribuir para o esclarecimento de algumas questões que se colocam no debate sobre a desmobilização, principalmente aquelas questões que resultam das “estruturas de oportunidades políticas”, dos processos “propriamente políticos” de fechamento dos canais de expressão/participação, das barreiras impostas pelo Estado etc. No entanto, devido ao caráter recente dos acontecimentos que ainda vivenciávamos, entendemos que aquele não era o momento mais adequado para propor este exercício de análise. Assim, optamos por outra perspectiva teórico-metodológica que aborda uma série de questões a partir do estudo individual da militância. Ou seja, ao invés de pensar o contexto das “estruturas de oportunidades políticas”, foca-se nas transformações das “estruturas de oportunidade de compromisso” (FILLIEULE, 2010). Nesse sentido, buscamos demonstrar como elementos que influenciam na perda de comprometimento podem ser atribuíveis a uma série de características que não dizem respeito apenas ao indivíduo, mas também a fatores externos, como, por exemplo, o “estado da oferta de compromisso”, a interven-

ção do Estado no domínio das políticas públicas abordadas pela rede mobilizada ou, até mesmo, a imagem pública atribuída à causa. Trata-se da defesa de que

qualquer compreensão dos processos de desengajamento deve levar em conta a dialética entre as disposições e os motivos dos atores e suas posições estruturais. Em particular, o nosso modelo baseia-se numa heterogeneidade irreduzível dos processos de desengajamento individual, que depende de fatores tão diversos como a socialização política primária e secundária, a força da “tomada de papéis” e a dependência do grupo ativista, a existência ou não de oportunidades de reconversão e contestação política. (FILLIEULE, 2010, p. 3).

Do ponto de vista da análise processualista, a noção de “carreira” se apresenta como um eficiente meio para diminuir a disparidade entre trajetórias individuais, instituições e estruturas sociais, evitando que se sobrevalorize apenas uma destas instâncias. Permite também, que se investiguem as interações permanentes entre esses três níveis de realidade. Trata-se de um convite para que deixemos de lado “a ‘tirania’ excessiva da explicação causal nas ciências sociais e a favorecer uma abordagem configurativa, adotando termos eliasianos”. (FILLIEULE, 2010, p. 11-12). Com isso, a questão passa não apenas pelo entendimento de como as pessoas se voluntariam em uma causa ou se desengajam depois de um tempo, mas, também, como se dão os comportamentos enquanto estão comprometidas com esta causa, em situações particulares.

A pesquisa que se interessa pelo estudo de organizações políticas como movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos depara-se a todo o momento com a grande quantidade de atividades nas quais seus militantes se interessam e participam de forma mais ou menos ativa – o “volume de negócios” – e, conseqüentemente, com a frustração e possível deserção dos mesmos (FILLIEULE, 2005). Dentre a grande

maioria dos estudos produzidos nas últimas décadas a respeito do ativismo político, pode-se dizer que prevaleceu a ênfase nas questões que dizem respeito ao recrutamento e à inscrição de novos ativistas, em detrimento dos motivos que determinam a manutenção ou a perda de comprometimento individual de cada um deles, em outras palavras, os diversos motivos que podem levar à perda de compromisso e à deserção. Como efeito, um número reduzido de pesquisas tem se desenvolvido buscando analisar o desengajamento *per se*. Via de regra, grande parte dos estudos tende a analisar o desengajamento mais como algo relacionado a um momento no tempo do que como um processo que contém seus próprios significantes. Com isso, a grande maioria dos trabalhos passou a atribuir muito mais valor aos determinantes da deserção ou ao futuro dos desertores, do que no processo que leva à frustração e ao desengajamento no interior das organizações políticas.

Os motivos que podem levar ao desengajamento são diversos e nem sempre são fruto da ação voluntária. Como bem demonstra Philippe Gottraux (2002), pode resultar da dissolução natural de um coletivo, como no caso de algumas organizações socialistas francesas no pós-guerra ou, como também demonstra Vera Taylor (1989), ao estudar o declínio do movimento feminista norte-americano que acabou “produzindo órfãs” durante um ciclo de mobilizações. Ao certo, o que se pode afirmar é que a forma como o desengajamento ocorre pode ser extremamente variada, podendo ser coletiva ou individual, e gerando custos (materiais e simbólicos) maiores ou menores, tanto para as organizações quanto para os agentes sociais.

A desmobilização política e o desengajamento militante por um viés interacionista e configuracional

A discussão sobre o desengajamento militante passa, necessariamente, pelo tema da identidade. Os trabalhos que se dedicam a essa questão devem considerar dois aspectos que envolvem toda identidade social: “a partir de uma perspectiva diacrônica, a transformação das identidades e os mecanismos sociais em ação nessas transformações; e de uma perspectiva sincrônica, a pluralidade de locais nos quais os atores sociais podem estar inseridos”. (FILLIEULE, 2010, p. 4). Toda identidade social está suscetível a transformações que podem desencadear processos de frustração e a perda de compromisso com determinada causa. Geralmente essas transformações são fruto de algum tipo de alteração do *status* individual de cada militante (emprego, casamento etc.) ou em decorrência de uma série de outros eventos biográficos (crises, perdas etc.). Esses fenômenos podem levar a processos de desidentificação, produzindo mudanças duradouras e permanentes nas identidades e personalidades individuais, o que não é sem custo para as representações e motivos que levam cada indivíduo a aderir a uma causa.

Por outro lado, trabalhos como os de George H. Mead (1934), Philippe Gottraux (2002) e Bernard Lahire (2002) aproximam-se teoricamente ao abordar a pluralidade do social. Em outras palavras, tais autores trabalham com a ideia de que uma das características centrais da vida social contemporânea é que os agentes sociais estão inseridos em múltiplos espaços que, por sua vez, são dotados de normas específicas que nem sempre são compatíveis umas com as outras. Essa perspectiva entende que os indivíduos são orientados por princípios

de socialização heterogêneos e, em alguns casos, contraditórios. Dito isso, é possível supor que cada indivíduo incorpora uma multiplicidade de padrões e hábitos de comportamento que, em certos momentos de sua trajetória, pode influenciar no grau de comprometimento em determinada causa.

Levando em consideração as tensões/competições existentes entre as diferentes lógicas e contextos sociais, é preciso entender também como as organizações, social e politicamente, selecionam e orientam as atividades individuais de seus militantes. Isso nos ajuda a apreender um pouco da lógica de incentivo e formação de disposições a militar. Através de uma perspectiva interacionista, Hans Gerth e Charles Wright Mills (1954) oferecem um conjunto de ferramentas conceituais que nos permitem examinar as relações entre indivíduos e instituições, assim como suas consequências. Tais autores afirmam que a intensidade do compromisso varia de acordo com a relação entre oferta e demanda do ativismo. Na busca de explicações ao ativismo que vão além da mera diversidade de causas disponíveis em determinado momento, é preciso dar atenção às maneiras pelas quais as instituições encorajam ou desencorajam o comprometimento individual, seja através da imagem pública ou através de processos de seleção que criam obstáculos a novos membros, levando estes a desistir ou a assumir um determinado papel que lhe é imposto ao invés de outro. Nesse sentido, “as instituições selecionam e expulsam seus membros em função de uma grande variedade de regras formais e códigos informais” (GERTH; WRIGHT MILLS, 1954, p. 165).

Essa “modelação organizacional” aparece em “processos seletivos” que operam também de maneiras informais, privilegiando alguns grupos em função de certos atributos e características implícitas ou explícitas. Um bom exemplo disso é o estudo de Doug McAdam

(1992), ao abordar as questões de gênero no processo de recrutamento de estudantes voluntários para o *Freedom Summer*¹, em 1964. O autor demonstra como, durante o processo de seleção, as mulheres eram fortemente desencorajadas devido a estereótipos sexistas. E, no caso daquelas que persistiam em querer participar, eram sistematicamente excluídas caso não se limitassem às tarefas consideradas femininas.

Estudos como esse apontam para a necessidade de análises pautadas na investigação dos métodos de socialização institucional, partindo da observação de três dimensões desse processo: a) a aquisição de *know-how* e aprendizagens (entendidos como recursos); b) uma visão do mundo (ideologia); c) e a reestruturação das redes de sociabilidade em relação à construção de identidades individuais e coletivas (redes sociais e identidades). A partir desses três pontos, torna-se possível identificar os fatores que contribuem para o desengajamento a partir dos processos internos de socialização nas organizações políticas.

Participar de um movimento social ou de uma manifestação é algo que implica uma série de expectativas por parte daqueles que militam e se comprometem. É preciso levar em consideração que o engajamento é uma ação motivada, também, por ganhos, sejam eles materiais ou simbólicos. Estes ganhos são uma espécie de recurso; são retribuições que cada um adquire por estar inserido no processo de militância. Por outro lado, é preciso destacar também que a aquisição desses recursos varia em função dos demais recursos que são adquiridos em outros espaços sociais e dimensões da vida, que podem ser até mesmo anteriores ao engajamento. Nesse sentido, variam também “de

1. Esse projeto foi uma campanha de voluntariado nos Estados Unidos da América, lançada em junho de 1964, para tentar registrar o maior número possível de eleitores afro-americanos no estado do Mississippi, que historicamente excluía a maioria dos negros do processo eleitoral.

acordo com a evolução dos contextos e das experiências individuais”. (FILLIEULE, 2010, p. 8).

As retribuições jamais são homogêneas, elas possuem uma dimensão objetiva e outra subjetiva, podendo nem mesmo ser percebidas em determinados momentos. Em muitos casos, as retribuições acabam sendo descobertas no decorrer das ações, enquanto, em outros casos, são esperadas antes mesmo do engajamento por aqueles que almejam recompensas mais tangíveis. Conforme salienta Daniel Gaxie:

De um ponto de vista sociológico, a hipótese das retribuições fornece os instrumentos de ruptura com relação às representações espontâneas, frequentemente interessadas e ingênuas, das atividades militantes. Ela dá os meios para compreender e explicar as razões pelas quais o militantismo dentro de uma organização coletiva importa (ou deixa de importar) para alguns ou, para dizer de outra maneira, de analisar os investimentos no militantismo. (GAXIE, 2005, p. 160-161).

Ao analisarmos a relação que essa questão – as retribuições – possui com o objeto de pesquisa deste trabalho, foi possível tecer algumas conclusões embasadas nos achados da pesquisa de campo. Através de entrevistas com integrantes² que se destacaram no Movimento Pró-Universidade Federal, foi possível identificar alguns fatos oriundos do processo de “construção” do Movimento que, por sua vez, gerou algum grau de frustração individual em parte dos militantes, contribuindo para o processo de desmobilização dos mesmos. Um desses fatores está relacionado com a atuação do Conselho Estratégico Social, seu perfil e sua efetividade.

2. Todos os entrevistados desta pesquisa são militantes/dirigentes de diversos movimentos sociais e sindicais que, devido à posição que ocupam em seus movimentos de origem, desempenharam importante papel na organização e participação no MPUF. Após 2010, com a criação dos Conselhos Comunitários e do CES, esses militantes passam a ocupar cargos importantes dentro desses espaços. Dos sete entrevistados, seis são/foram presidentes ou vice-presidentes do MPUF ou do CES.

Z.: [...] o Conselho Estratégico Social surgiu de uma reivindicação nossa, dos movimentos sociais. Nós não queríamos o conselho desta forma consultiva, nós queríamos que o conselho fosse deliberativo. Aí nós acabamos nos esbarrando na legislação³ que não permite, ou seja, o conselho das universidades tem que ser composto por dois terços, se não me engano, de professores da universidade. Então nós queríamos que o conselho da universidade fosse deliberativo, que os movimentos sociais tivessem a mesma força que a comunidade acadêmica interna, mas não foi isso que aconteceu por causa da legislação. Nós conquistamos o Conselho Estratégico Social dentro da universidade como um espaço consultivo dos movimentos sociais, das entidades, da comunidade externa para se organizar e participar, reivindicar cursos, discutir o modelo de universidade que a gente quer, enfim... nós também participamos, mas, não da forma como tinha que ser. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Ficar atento às mudanças que podem ocorrer na oferta de retribuições é fundamental para a apreensão dos processos de desengajamento e desmobilização. Possibilita a formulação de respostas para questões como: por que, em determinado momento da trajetória militante e não em outro, o compromisso com o ativismo torna-se possível? Em que condições as retribuições adquiridas com esse compromisso são mantidas e porque elas são, por vezes, esgotadas? Essas são perguntas que buscamos responder levando em consideração aquilo que já foi dito em trechos anteriores: os indivíduos estão inseridos em uma multiplicidade de espaços sociais e as retribuições percebidas nessas diferentes esferas da vida variam constantemente.

3. Este trecho da entrevista de Z. refere-se às intenções iniciais dos movimentos que compõem o MPUF, que, antes da criação da universidade, almejava que o Conselho Universitário – CONSUNI atribuísse à comunidade externa mais representatividade dentro desse espaço. Os movimentos sociais esperavam ocupar pelo menos 25% desse espaço. No entanto, esse desejo acabou esbarrando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), que regulamenta a constituição das instâncias deliberativas das universidades, obrigando o conselho a ser composto por 70% de professores, 20% de técnicos administrativos e 10% de alunos e demais participantes.

Essas observações sugerem que a análise da lógica do desengajamento deve prosseguir através da identificação, em diferentes esferas de vida, de momentos críticos que podem se traduzir em uma nova avaliação das recompensas esperadas, sabendo que seu valor em uma esfera co-varia com o valor atribuído em todas as outras esferas. Por exemplo, deixar o mundo profissional, seja por aposentadoria ou perda de emprego, pode desencadear o desejo de se comprometer com uma associação social ou política que permita ao indivíduo redescobrir um “propósito social” e novas formas de responsabilidade. (FILLIEULE, 2010, p. 8).

Se levarmos em consideração a primeira questão levantada no parágrafo anterior, podemos dizer que a trajetória de vida de D. é um ótimo exemplo para pensar tal questão. O jovem rapaz que estudou administração, filho de pequenos agricultores, que, em determinado momento de sua trajetória, viu no sindicalismo e na militância político-social a oportunidade de crescimento pessoal, de obtenção de retribuições materiais (emprego, pois acabara de se formar e almejava obter experiência profissional) e simbólicas (no sentido de fazer parte de algo maior; de estar contribuindo para um bem maior). Em suas palavras: “pelo histórico e pela proximidade da discussão eu acabei topando e de lá para cá me envolvendo cada vez mais, então acho que todo cidadão, toda pessoa tem um papel na sociedade e eu acho que tenho que tirar um tempo pra contribuir”.

No que concerne aos motivos que podem levar ao desengajamento e à desmobilização política, é preciso que se considerem tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos de percepção de ganhos e custos para cada indivíduo. Essa é uma orientação que tem como finalidade evitar que se caia no erro das explicações restritas sobre o desengajamento e a desmobilização política. Tais explicações se baseiam apenas nos processos de perdas nas retribuições ao analisar o retrocesso de uma organização/movimento social. É preciso pensar questões como

a rotina, a institucionalização das atividades ou até mesmo a perda de convicção com a efetividade da causa. Por exemplo, a absorção do MPUF pelos conselhos da universidade (institucionalização das pautas), assim como a percepção da influência partidária no rumo das negociações, só fez aumentar certo sentimento de “negação da política” nos seus moldes formais/institucionalizados, de forma que, se analisarmos pelo lado da subjetividade de cada indivíduo considerando as expectativas que cada um depositava nos rumos do Movimento, isso explica muito da perda de compromisso com a causa por parte daqueles que compunham o MPUF. Em diversos momentos da pesquisa de campo, é possível encontrar trechos de falas que nos levam a esse entendimento. Por exemplo:

R.: eu tenho certeza na necessidade da continuidade da militância, a necessidade do movimento social organizado é fundamental para o desenvolvimento e a implementação das políticas sociais, mas estamos diante de um novo momento que eu acredito que o processo democrático e de militância tem que repensar a nossa trajetória e construir algo novo, diferente da forma que está, porque acho que chegamos ao limite daquilo que tínhamos como um horizonte. (Entrevista concedida em abril de 2016).

J.: Eu não acredito nessa ação institucional, isso é uma questão pessoal, eu não acredito, eu acredito na questão da mobilização social, então tem que atuar nas mobilizações, como eu fiz [...] eu detestava a possibilidade de pensar em um dia ter cargo em governo, porque eu não acredito que isso muda alguma coisa, isso pode favorecer a militância, mas, sem a ação dos movimentos sociais nunca vai mudar nada, então a gente tem que ter a condição profissional de se sustentar, ter condições de sobrevivência, de estrutura pessoal, mas, nunca acreditei que eleitoralmente a gente vá mudar alguma coisa, eleitoralmente a gente vai só fazer algumas coisas que vai ajudar e favorecer os movimentos crescer ou não, e ainda vi nos governos Lula e Dilma que os movimentos sociais tiveram ao invés de uma atuação de fortalecimento eles tornaram-se de certa forma dependentes do próprio Estado no sentido do funcionamento, isso foi um

prejuízo. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Nessas situações, a importância e o peso dos processos subjetivos que podem influenciar o engajamento individual, levando ao comprometimento com uma causa ou a sua perda, não podem ser analisados apenas com base em questões objetivas – o sucesso de um movimento não necessariamente garante os ganhos esperados *a priori*. Odaci L. Coradini (2010), ao estudar as retribuições da militância no MST demonstra como, a “passagem do acampamento para o assentamento”, é um momento crítico da militância que altera subjetivamente as expectativas em torno das retribuições à medida que se avança nas “conquistas” e etapas do engajamento. As questões subjetivas dizem respeito à percepção dos aumentos ou reduções nas recompensas obtidas na vida profissional ou emocional dos militantes. Dessa forma, a militância e a participação política são percebidas como um valor social que é construído em torno de uma “causa” e, assim, as formas de investimento e comprometimento podem sempre variar em função de transformações que ocorrem em diversos contextos sociais.

O valor social de uma causa, ao passo que o movimento ganha força e expressão na esfera pública, é responsável por transferir àqueles que militam, certo grau de capital social, político e simbólico. Estas retribuições (recursos) não são homogêneas e podem ser percebidas de forma distinta dependendo daquilo que cada indivíduo espera receber em troca de seu comprometimento. Mudanças significativas no contexto político podem ser entendidas como limitação da capacidade de se obter aquilo que se busca através de uma causa. Com base nisso, é possível buscar algumas pistas para se entender os prováveis motivos que corroboraram com a desmobilização do MPUF a partir de uma análise de conjuntura política dos últimos anos.

A pesquisa comprovou que a força/atuação política partidária foi

um dos pilares que, desde o início, deu sustentação ao Movimento. Foi a partir de políticas públicas implantadas nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) que foi possível vislumbrar a expansão e criação de novas universidades federais no país. Entretanto, o momento de crise econômica que desencadeou também uma crise política, atingiu em cheio não só o país, mas também o partido e sua imagem pública, gerando dúvidas dentro do próprio Movimento a respeito de sua efetividade, principalmente no que se referia a sua pauta principal: a expansão. De acordo com o Prof. Anderson Alves Ribeiro, diretor do *campus* de Erechim/RS, da UFFS:

Todo esse cenário político nacional, que já vem desde o ano passado, de restrição orçamentária... antes era só uma crise econômica, agora é uma crise econômica e política, e isso deu uma freada significativa nessa discussão (a expansão e outras pautas do MPUF), pois não se vislumbra um horizonte de que tu vais ter investimento pra construção de novos *campis* [...] isso aí deu uma freada na perspectiva do Movimento, as pessoas olham e pensam que num curto prazo de dois, três anos, menos que cinco anos não ter a possibilidade de fazer um novo ciclo de expansão como foi o ciclo de expansão que deu início à própria UFFS. Não tem essa visualização aí... não se vê essa luz no fim do túnel. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Para além das respostas que se pode extrair da discussão em torno dos ganhos e retribuições que são esperados no engajamento político, existe uma segunda dimensão que oferece alguns indícios para que possamos compreender os processos de frustração, desengajamento e desmobilização de determinado movimento: a dimensão ideológica.

A participação em movimentos sociais carrega consigo a adoção de uma visão de mundo, assim como do lugar/papel do grupo neste mundo e de seu próprio lugar, enquanto indivíduo, neste grupo. Nesse sentido, pode-se dizer que movimentos sociais são instituições governadas por “regras escritas e não escritas, transmitindo hábitos e siste-

mas de crenças que, em grande parte, são incorporados por ativistas e líderes”. (LEFEBVRE; SAWICKI, 2006, p. 42-3). Como explicar a perda ou enfraquecimento do poder ideológico de um movimento, que pode levar a uma diminuição no grau de comprometimento que alguém está disposto a ter com a causa? Para encontrar respostas a essa questão, é preciso que a análise do desengajamento não deixe de lado o exame do esfacelamento dos aspectos que envolvem a socialização dos ativistas no interior das próprias organizações políticas.

Existem pelo menos dois fatores que são determinantes nessa questão. Em primeiro lugar, as convicções e as crenças em determinada causa podem diminuir através de mudanças que podem ocorrer na conjuntura política – como já foi dito nos parágrafos anteriores –, podendo ser explicadas por teorias que se dedicam à análise de ciclos sociais ou que se baseiam no pressuposto do esgotamento de um modelo histórico que envolve determinado modo de comprometimento e militância. Em segundo lugar, outro fator que pode levar à perda de convicção ideológica é a ruptura com o consenso interno que foi capaz de unificar o grupo. Geralmente, as rupturas de consenso são acompanhadas pelo aparecimento de facções no interior das instituições, o que eventualmente provoca divisões.

Este segundo ponto merece destaque. A pesquisa de campo demonstrou que, desde que tomou forma e se organizou, o MPUF é constituído basicamente de um tripé que envolve: a) o Partido dos Trabalhadores; b) a FETRAF-Sul (representando o sindicalismo); e c) a Via Campesina (MST, MAB, MMC, MPA etc.). Isso ficou claro ao mapear todos aqueles que foram/são presidentes do Conselho Estratégico Social e Conselhos Comunitários. Seria imprudente, naquele momento e com os dados que a pesquisa possuía, falar em facções internas no Movimento ou, em certas redes com traços de facções, no

entanto, a incapacidade do movimento em agregar novas entidades à “luta” social nos faz questionar se, no caso específico do MPUF, isso também não tenha surtido efeitos negativos, influenciando na perda de compromisso. Observem este relato:

R.: [...] nós estamos num processo muito grande de tentar agregar mais inclusive, esse é um processo permanente. Quais as duas formas de ter acesso ao conselho? Uma, é via o conselho comunitário, que depois indica os membros das entidades pro CES e, a segunda, é uma coisa nova que vem de agora, do último mandato do E. Entidades que tenham participação nos três estados, não entidades tipo associação do bairro, que não representa quase ninguém, que não tem essa abrangência... agora, entidades que tem essa abrangência, essa característica que atua em vários municípios, em vários locais nessa área de abrangência, ela está aberta a qualquer momento pra fazer parte do conselho, então ele não é um conselho limitado, que entra tantos membros depois não entra mais ninguém, ele é aberto, a entidade que tem essa característica manda um ofício lá e numa reunião de conselho se avalia se minimamente tem essas características e vai pra dentro. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Essa afirmação nos leva a refletir sobre as barreiras impostas pelos próprios dirigentes do Movimento à entrada de novos integrantes. A chegada de novos membros nem sempre é vista com bons olhos por aqueles que pertencem ao movimento há mais tempo. É comum encontrar casos em que as próprias organizações acabam criando, de forma voluntária ou não, barreiras que dificultam a integração de novos membros ao grupo. Por exemplo, numa pesquisa sobre procedimentos internos de tomada de decisão em movimentos sociais norte-americanos, Francesca Polletta (2002) fornece uma série de exemplos de como isso pode ocorrer. Analisando o Movimento de Libertação das Mulheres, que era baseado em uma estrutura interna que enfatizava a irmandade e rejeitava a hierarquia interna, a autora demonstra como o próprio movimento colocou inúmeras barreiras à entrada de

novas mulheres que queriam se juntar ao grupo, de tal forma que a renovação geracional tornou-se quase impossível.

No caso específico do MPUF, ficou claro durante as entrevistas que existe certa preocupação em conservar as “ideias iniciais” que dizem respeito não só ao papel do Movimento, mas as características e os horizontes que a universidade deve perseguir. As discussões no Conselho Universitário – CONSUNI que foram produzidas até aquele momento geraram certo receio em parte dos movimentos sociais, pois nem todos que faziam parte da UFFS eram conhecedores da história de “luta” por essa instituição ou nem mesmo concordam com algumas das propostas defendidas pelos movimentos. De acordo com alguns entrevistados:

Z.: [...] a gente percebe também que dentro da universidade tem muitos professores, técnicos enfim... ah nós fizemos concurso, passamos, nós temos o poder de decidir e queremos decidir assim ou assado. Enfim, acham que não precisam dar muita satisfação pra sociedade, acham que porque fizeram concurso, passaram e entraram na universidade por méritos próprios, por causa dos cursos que foram fazendo e tal, pelo concurso que passou... quem são as lideranças sociais pra vir dizer o que querem? Eu sou doutor, mestre, técnico enfim, e nós também queremos nosso espaço, e é desta forma que muita gente pensa, e também pelo fato da universidade não ter um concurso público diferenciado, ela segue as normas da legislação, vem professores que não tem nenhuma visão de sociedade ligada aos setores menos favorecidos, aos movimentos sociais. (Entrevista concedida em abril de 2016).

D.: [...] tem muito do entendimento das pessoas que estão à frente da universidade, tem pessoas que não acompanharam o processo de criação, a grande maioria dos professores vieram de fora e não entendem esse processo todo que foi colocado ali e que é importante na nossa avaliação para que a universidade esteja muito próxima da realidade da região. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Pertencer a determinado grupo ou organização não diz respeito

apenas à construção de redes de sociabilidade, mas também à construção de uma identidade, de um lugar para si e para o grupo. A constituição de uma identidade própria para o movimento e seus membros tornou-se algo muito caro ao debate interno do MPUF. O medo de certa “descaracterização⁴” da universidade e do Movimento a partir da entrada de outras entidades e indivíduos pode, em parte, explicar o “fechamento” do MPUF em torno dos grupos “originais”.

A maneira pela qual o grupo estrutura suas relações de sociabilidade nos leva a problematizar duas instâncias distintas que nos ajudam a entender um pouco mais sobre a solidariedade do grupo: a renúncia e a comunhão. Um bom exemplo para se pensar isso são os trabalhos produzidos por James M. McPherson e sua equipe (MCPHERSON, 1981; 1983; MCPHERSON *et al.*, 1992) que, ao se dedicarem ao estudo das redes de sociabilidade, chegaram a conclusões interessantes a respeito da importância de seu papel na manutenção do compromisso, assim como o papel das relações intragrupo para o desengajamento e a deserção. Nestes trabalhos, os autores demonstram como os indivíduos que estão envolvidos em múltiplas redes são mais propensos a deixar as organizações, o que nos leva de volta a refletir sobre as diversas “esferas da vida” nas quais cada indivíduo está simultaneamente inserido. Eles também mostram que os movimentos sociais perdem membros cujo perfil é atípico mais rapidamente, se comparados com aqueles “mais identificados” com a causa.

4. O MPUF participou ativamente das discussões em torno da construção da grade curricular de alguns cursos da UFFS a fim de que estes cursos fossem voltados para as demandas locais. Por exemplo, no *campus* de Erechim/RS criou-se o curso de Agronomia com ênfase em agroecologia e o curso de Engenharia Ambiental com ênfase em recursos renováveis. No entanto, após os primeiros anos dos cursos, houve uma pressão muito grande por parte dos professores e alguns alunos para que as ênfases fossem retiradas, o que de fato ocorreu. Esta questão reflete a preocupação dos movimentos sociais e do MPUF em tentar evitar que a universidade se distancie daquele projeto de “instituição popular” no qual foi pensada.

Como se sabe, o MPUF é um movimento amplo, constituído de diversos outros movimentos sociais e sindicais que, apesar de terem pautas que se aproximam em determinados pontos, são compostos por demandas heterogêneas e indivíduos com trajetórias e interesses distintos. A “questão educacional” e a “luta” por uma universidade federal na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul são apenas mais uma pauta dentre tantas outras que tais movimentos perseguem individualmente. Assim, aqueles que continuaram ligados ao MPUF e, conseqüentemente, assumiram cargos dentro dos conselhos da universidade acabam por ter que organizar seu tempo e sua militância em mais de uma atividade ao mesmo tempo. Em outras palavras, por estar inserido em diversos espaços, muitas vezes o compromisso dedicado a um destes acaba recebendo certa prioridade. Por ser um movimento recente, que nasce e se desenvolve a partir de outros movimentos, a “lealdade” dos militantes está, em primeiro lugar, com seu movimento de origem e isso nos explica a dificuldade de muitos militantes em poder acompanhar mais de perto as discussões internas da universidade, podendo contribuir de forma mais qualificada e trazendo, de fato, as propostas dos movimentos sociais para os conselhos. Esta questão aparece em vários momentos na fala de mais de um entrevistado.

Z.: [...] na medida que a universidade vai se constituindo e criando instâncias próprias, a universidade começa a andar com suas próprias pernas, com sua própria dinâmica, né? E os movimentos não conseguem mais acompanhar. Eu sei que as reuniões do conselho é um processo muito permanente e as lideranças do movimento também vão mudando, aí muitos não têm aquela caminhada toda que as lideranças iniciais tiveram [...] vai diminuindo esse poder de articulação que tínhamos e o conselho também acaba se tornando um espaço onde não há uma grande priorização e acaba de certa forma esvaziando aquele espaço. (Entrevista concedida em abril de 2016).

D.: [...] nós temos dificuldade de acompanhar porque a universidade

ela é bastante burocrática e tem várias instâncias né?, por exemplo, eu hoje participo do Conselho Comunitário, do Conselho de Campus e do Conselho Estratégico Social, participo do colegiado de agronomia e teve também o caso de solicitação do colegiado de ciências sociais, a universidade estava agora debatendo a questão da priorização de cursos para a expansão, então se cria comissões e tem que acompanhar, não digo eu né?, mas a sociedade, então são vários espaços que acontecem ao mesmo tempo que demanda uma participação muito grande da sociedade e nós não temos ninguém liberado pra acompanhar a universidade, os movimentos não tem estrutura pra dizer “não, o D. vai se dedicar a acompanhar esse processo todo”, nós temos uma série de outras lutas e outras pautas que tem que ser trabalhadas. (Entrevista concedida em abril de 2016).

O “choque de prioridades” que é fruto dessa inserção dos indivíduos em mais de um espaço social, e que aparece nas falas de alguns dos entrevistados, nos faz refletir sobre o que foi dito anteriormente a respeito da “comunhão” e da “renúncia” que, por sua vez, pode impactar na solidariedade do movimento e influenciar diretamente o desengajamento e a desmobilização política. No que diz respeito à “comunhão”, foi possível perceber a dificuldade do grupo em criar um consenso sobre o que, de fato, deveria ser o papel do Conselho Estratégico Social. Esse também é um ponto presente nas entrevistas:

D.: hoje, os conselhos, tanto o Estratégico como o Comunitário, eles são espaços praticamente isolados de discussão [...] é muito difícil ainda porque nós não temos nenhuma referência em uma outra universidade com este modelo, com esta participação por dentro, orgânica da universidade, tudo tem que se construir, tem gente dentro da universidade que acha que isso é interessante outros que não acham e que só tem que produzir conhecimento mesmo... e isso é uma coisa muito forte, fervendo dentro da universidade. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Por outro lado, a “renúncia” está ligada ao que também já foi dito sobre a prioridade da militância quando as lógicas e as pautas do mo-

vimento de origem se chocam com as do MPUF. Estes são apenas alguns elementos que podem ajudar na busca pelos motivos que contribuem para o desengajamento militante.

No período anterior à implantação da universidade (2005-2010), o MPUF se apresentava de forma muito mais diversa e dinâmica. As passeatas, comícios e reivindicações do movimento eram capazes de agregar não apenas os militantes dos movimentos sociais e sindicais que tomaram a frente do Movimento, mas também diversas outras entidades da sociedade civil organizada (instituições de ensino, ONG's, prefeituras, igrejas etc.). A partir de 2010, com a criação do Conselho Estratégico Social, o MPUF – e aqui falamos dos indivíduos que estavam à frente da organização do movimento – é absorvido por este espaço. Após esse período, não se têm notícias de novas manifestações e comícios do MPUF como era de costume. As atividades e discussões do movimento se restringiram ao CES que, ao longo dos anos, vem perdendo força de atuação e, pelo que tudo indica, de entusiasmo por parte dos militantes. Para se ter uma ideia, de 2010 a 2013, o CES realizou quatro reuniões por ano; 2014, três; 2015, duas; 2016, não há registros de nenhuma reunião. De acordo com um dos antigos presidentes do CES, existe a possibilidade da retomada das atividades em 2017:

E.: Na articulação da segunda Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, prevista para 2017, buscar-se-á uma participação social ampla, tanto quanto foi na primeira, e será um momento bom para o debate em torno da participação do CES que também ajudará nesta articulação do máximo de participação social”. (Entrevista concedida em abril de 2016).

A mudança de postura do MPUF após a implantação da universidade é uma forte evidência da desmobilização do Movimento, fruto da constituição do CES, do momento político então atual e da perda de

compromisso por parte de seus militantes. É importante lembrar que o movimento buscava conquistar uma instituição com onze *campi*, e conseguiu apenas seis, não dando prosseguimento ao processo reivindicatório da forma como era feito anteriormente. Na época da pesquisa, as reivindicações e os debates se restringiam aos conselhos e a direção do CES estava sendo presidida por alguém que sequer participou de todo o processo inicial de disputa pela UFFS.

Por fim, foi na tentativa de compreender a militância enquanto um processo específico na vida de cada agente social que este trabalho se aproxima de uma perspectiva interacionista e configuracional, a fim de analisar a heterogeneidade de motivos que levam os indivíduos a se desmotivar, a perceber a perda ou o ganho de retribuições, a se desidentificar com determinada causa ou, até mesmo, a forma como o compromisso se altera de acordo com o contexto político. Em momento algum houve a pretensão de formular questões gerais na busca por respostas homogêneas que tentassem dar conta do fenômeno da desmobilização e do desengajamento de forma universalizada. Nesse sentido, as questões trazidas aqui refletem apenas o estado inicial de uma pesquisa que, embora tenha contribuído para o campo de estudo sobre os movimentos sociais e o engajamento militante, de forma alguma esgota tal discussão.

Referências

BECKER, H. *Notes on the concept of commitment*. American Journal of Sociology. Vol. 66, 1960, p. 32-40.

_____. *Outsiders*. Glencoe, IL: Free Press, 1966.

CORADINI, O. L. Recursos de origem, investimentos e expectativas de retribuição na militância no MST. *Espacio Abierto*, v. 19, n. 3, 2010.

FILLIEULE, O. Some elements of an interactionist approach to political disengagement. *Social movement studies*, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2010.

_____. *Le Désengagement militant*. Paris: Belin, 2005.

GAXIE, D. *Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective*. Swiss Political Science Review. Vol. 11, n. 1, 2005, p. 157-88.

GERTH, H.; WRIGHT MILLS, C. *Character and social structure: the psychology of social institutions*. London: Routledge & Kegan Paul, 1954.

GOTTRAUX, P. *Socialisme ou barbarie*. Un engagement politique et intellectuel dans la France de l'après-guerre. Lausanne: Payot, 2002.

GUTIERREZ, D. *O papel da sociedade civil na constituição de novas universidades federais no Brasil*. Militância, mobilizações e oportunidades em torno da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, UFSC, Florianópolis, 2017.

HUGHES, E. C. *Men and their Work*. Glencoe, IL: Free Press, 1958.

LAHIRE, B. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEFEBVRE, R.; SAWICKI, F. *La Société des socialistes: le PS aujourd'hui*. Bellecombe-en-Bauges: Editions du Croquant, 2006.

McADAM, D. Gender as a mediator of the activist experience: the case of Freedom Summer. *American Journal of Sociology*. V. 97, 1992, p. 1211-40.

McPHERSON, J. M. A dynamic model of voluntary affiliation. *Social Forces*, v. 59, 1981, p. 705-28.

_____. An ecology of affiliation. *American Sociological Review*, v. 48, 1983, p. 519-32.

McPHERSON, J. M., *et al.* Social networks and organizational dynamics. *American Sociological Review*, v. 57, 1992, p. 153-70.

MEAD, G. H. *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

POLLETTA, F. *Freedom is an endless meeting: democracy in american social movements*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2002.

TAYLOR, V. Social movement continuity: the women's movement in

abeyance. *American Sociological Review*, v. 54, p. 761–75, 1989.

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records, 1978.

_____. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, n. 17, 1993.

Resumo:

O presente trabalho insere-se no campo de estudos sobre movimentos sociais e a sociologia da militância. O objetivo do texto se resume num esforço em analisar sociologicamente os motivos diversos que podem levar à desmobilização política, à frustração e ao desengajamento militante. O material empírico que serve de base para as conclusões e/ou indicações apresentadas são parte de um trabalho anterior, que se dedicou a análise da constituição e atuação política de um movimento que ficou conhecido, no sul do país, como Movimento Pró-Universidade Federal. Tal movimento é fruto de processos histórico-político-sociais mais amplos; nasce em torno de “oportunidades políticas”; orienta-se através de pautas comuns a uma série de movimentos sociais rurais geograficamente gestados na Mesorregião da Grande Fronteira Sul; e desmobiliza-se devido a uma série de fatores que serão abordados nesse trabalho.

Palavras-chave: Militância; Movimentos Sociais; Desengajamento Político.

Abstract:

This paper is inserted in the field of studies on social movements and the sociology of militancy. The purpose of the text is summarized in an effort to analyze sociologically the diverse motives that can lead to political demobilization, frustration and militant disengagement. The empirical material that serves as a basis for the conclusions and / or indications presented is part of an earlier work that focused on the constitution and political action of a movement that was known in the south of the country as the Federal University Movement . Such a movement is the fruit of broader historical-political-social processes; is born around “political opportunities”; it is guided by common guidelines to a series of rural social movements geographically developed in the Meso-region of the Great Southern Border; and is demobilized, due to a series of factors that will be approached in this paper.

Keywords: Militancy; Social Movements; Political Disengagement.

Recebido para publicação em 19/06/2019.

Aceito em 12/08/2019.

Origem de classe e chances de vida no Brasil

José Alcides Figueiredo Santos

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2606-7150>

josealcidesf@yahoo.com.br

Investiga-se as relações entre origem de classe e chances de vida no Brasil com os dados de mobilidade social da PNAD 2014. O estudo interessa-se pela questão das desigualdades de chances de vida e de resultados obtidos e, por isso, utiliza como medida de realização socioeconômica os rendimentos dos filhos. Combina-se medidas baseadas em empregos na origem familiar e de rendimentos no destino. O trabalho expande e complementa investigação anterior que usou medidas de classe social baseadas em empregos e focalizou a influência da origem no destino ao topo social dos empregos mais privilegiados (FIGUEIREDO SANTOS, 2019). O uso de medidas diferenciadas de resultados, como a renda no destino, parece novo ou pouco comum na literatura sociológica de mobilidade social no país. Realiza-se investigação diferenciada em termos classificação socioeconômica, estratégias de pesquisa e modelos estatísticos empregados visando captar diferenças entre os grupos em meio aos impactos das mudanças estruturais nas relações entre origem e chances de vida.

As relações entre origem e destino são estudadas com modelos de regressão que são sensíveis às mudanças estruturais que afetam a distribuição dos fatores influentes. Isto significa que o interesse deste estudo é na mobilidade social que emerge sob a ação em particular do jogo entre expansão educacional e mudança da estrutura do emprego. Não está sendo tratada aqui a questão da mobilidade relativa ou fluidez social.¹ Na literatura tem sido repensado o interesse excessivo na “fluidez social” em prejuízo da atenção ao impacto das mudanças estruturais no regime de mobilidade social (BREEN, LUIJKX, 2004, p. 402). Servem de referência para o estudo as orientações de um novo projeto comparativo internacional na área que se interessa pelas consequências para a mobilidade social do jogo entre mudanças estruturais (BERNARDI, BALLARINO, 2016a). De maneira especial, o trabalho referido debruça-se sobre a associação entre origem e destino não mediada pela educação ou, dito de outro modo, da associação socioeconômica intergeracional entre pessoas do mesmo nível educacional. A literatura internacional de mobilidade social tem dedicado menos atenção à análise o efeito direto da origem social no destino, ou seja, a associação entre o status socioeconômico dos indivíduos e dos seus pais, independente da realização educacional individual. A noção de que a educação seria o grande equalizador social requer que a associação direta entre a origem e destino, após controlar a aquisição educacional, seja igual ou perto de zero ao longo do tempo (BERNARDI, BALLARINO, 2016b, p. 2-4).

1. Este artigo focaliza o que ocorre na relação entre origem e destino social quando são consideradas as implicações das mudanças estruturais. Já as taxas relativas de mobilidade social captam as “as chances de indivíduos de diferentes classes de origem serem encontrados em diferentes classes de destino *quando todos os efeitos da mudança estrutural de classe são descontados*”. Neste sentido elas estão “relacionadas à associação líquida (*net*) — a rigidez inerente — que existe entre as posições de classe dos filhos e seus pais”. (GOLDTHORPE, 2016, p. 96).

O triângulo analítico formado pelas associações entre origem social, educação e destino (OED) pretende representar o processo básico subjacente à reprodução intergeracional da desigualdade. O conjunto do processo envolve, então, a associação entre a origem e a realização educacional (O-E), a associação entre a educação e o destino (E-D), que afere os retornos socioeconômicos da educação e, por fim, a associação direta entre a origem e o destino (OD), ou seja, a associação que não é mediada pela realização educacional (GOLDTHORPE, 2016, p. 101-102). O estudo da mobilidade entre gerações, no sentido geral, procura mensurar o grau de associação que existe entre a condição econômica dos pais e dos seus filhos adultos. Quanto mais forte a associação menor é a mobilidade. Uma associação baixa significa que a trajetória dos indivíduos varia de forma independente da origem social. Em uma perspectiva de classe, a mobilidade intergeracional diz respeito aos padrões de associação que existem entre as circunstâncias de classe em que os indivíduos foram criados (“origem de classe”) e a sua condição de classe atual (o “destino de classe”) (TORCHE, 2015b). Neste estudo o efeito da origem de classe no destino social está sendo conceituado em termos de chances de vida, ou bem-estar socioeconômico, e mensurado pela renda que os filhos obtêm nas circunstâncias atuais. Max Weber cunhou a expressão chances ou oportunidades de vida ao pensar a noção de classe social como um “componente causal específico” que permite entender as possibilidades e os limites colocados aos indivíduos pela ordem econômica (WEBER, 2004, p. 176). Embora o presente estudo se oriente por uma abordagem neomarxista do “componente causal específico” de classe social, a expressão chances de vida enfatiza as consequências amplas da origem ou condição de classe para o horizonte de vida das pessoas.

O artigo coloca para o Brasil as quatro principais questões de pes-

quisa do projeto comparativo internacional mais recentemente desenvolvido na área de mobilidade social (BERNARDI, BALLARINO, 2016a). Foi incluída uma questão adicional que vem aqui em segundo lugar. O estudo organiza-se em torno de cinco questões de pesquisa: 1) Persiste uma associação direta entre origem de classe e recompensa de renda além do efeito mediado pela educação? 2) Persiste um efeito direto da origem na renda sem ser mediado pela educação e pela posição de classe adquirida? 3) A associação intergeracional líquida (o efeito direto da origem na renda) declinou no tempo entre as coortes? 4) A associação intergeracional varia por níveis de escolaridade ou, dito de modo mais específico, o efeito da origem social na renda dos filhos é menor entre os indivíduos mais educados? 5) A associação entre a educação adquirida e a realização de renda (os retornos da educação) tem variado no tempo?

Evidências internacionais e para o Brasil

O mais recente projeto comparativo internacional sobre a reprodução intergeracional da desigualdade examinou em 14 países desenvolvidos as relações entre origens sociais dos indivíduos e os seus resultados ocupacionais e rendimentos, ao longo do tempo e entre diferentes níveis de ensino. Foi constatada uma associação intergeracional direta na renda, após o controle da realização educacional, em todos os países estudados. A redução do efeito bruto e o efeito líquido da origem na renda, quando se controla a educação, são da mesma ordem que a encontrada com o uso do índice socioeconômico internacional de status das ocupações (*ISEI – International Social-Economic Index of Occupational Status*) (BALLARINO, BERNARDI, 2016, p. 258). Na avaliação da tendência temporal na sucessão das coortes, quando

se considera o ISEI como resultado ocupacional, em quase todos os países estudados o efeito direto da origem não decresce entre coortes ou períodos. O efeito do ISEI dos pais na renda dos filhos é mais variável entre os países tornando o padrão geral menos claro. Permanece estável na Holanda, Reino Unido, Noruega e entre as mulheres no Japão; decresce na Suécia, Israel, França e entre os homens no Japão. Quando a origem é medida pela renda dos pais, o efeito na renda dos filhos aumenta na Rússia, Hungria e ligeiramente na Noruega (BALLARINO, BERNARDI, 2016, p. 260-1).

A pesquisa de estratificação social tem constatado um efeito positivo da origem social na realização ocupacional e de renda, mesmo quando se controla a realização educacional. Esta persistência do efeito da origem social ao ser controlada a educação do indivíduo, demonstra que os antecedentes familiares influenciam o sucesso socioeconômico da pessoa não apenas através do sistema educacional, mas também no mercado de trabalho ou através da transferência de capital entre os autoempregados (ERIKSON, JONSSON, 1998, p. 19-20). Além disso, parece válido supor que o efeito da origem de classe na renda tende a desaparecer, ao ser controlada a posição de classe atual, na medida em que se considere que a renda é ligada predominantemente às posições (ERIKSON, JONSSON, 1998, p. 27). As posições de classe, quando mensuradas ao nível da estrutura do emprego, dizem respeito às características das relações e condições de emprego que em certa medida independem dos atributos das pessoas que as ocupam. Tendo sido controlada previamente a mediação do fator educacional, essa formulação pressupõe que o efeito da origem de classe sobre a renda dos filhos seria mediatizado essencialmente pela aquisição da posição de classe atual. Entretanto, tal efeito pode se dar de forma direta, sem ser mediatizado seja pela educação seja

pela posição de classe adquirida. O fato do efeito de origem persistir com o controle de educação e mesmo da classe de destino pode ser visto como uma indicação de que classe tem efeitos de múltiplos modos, que várias formas de recursos e barreiras se cristalizam na classe social (ERIKSON, JONSSON, 1998, p. 34).

A questão geral do papel da educação como o grande equalizador social tem sido recolocada nos últimos tempos olhando-se para níveis específicos de educação. Três interpretações sugerem a ideia de que a associação direta entre origem e destino seria tanto menor quanto maior o nível de educação alcançado. De um lado, postula-se que o mercado de trabalho para aquele altamente educado seria mais baseado no mérito do que em outros níveis educacionais. De outro lado, entende-se que aquele que atinge elevada educação, porém oriundo de uma origem mais baixa, representaria o resultado de uma seletividade positiva, baseada em habilidade e motivação, como condição mesma para a superação das barreiras enfrentadas. Além disso, considera-se que nas condições contemporâneas a influência dos pais diminuiria no curso do ciclo de vida entre aqueles que retardam o início da carreira em função de uma longa permanência na instituição educacional. Esta questão geral, no entanto, pode ser abordada de um modo diferente, como fez o referido estudo comparativo, focalizando-se a força da associação direta entre aqueles que não atingiram a educação superior. A origem social privilegiada poderia dar uma “vantagem compensatória”, na trajetória em direção ao destino, para aqueles filhos que não se saíram tão bem na realização educacional (BERNARDI, BALLARINO, 2016, p. 6).

Nos países desenvolvidos estudados no projeto comparativo internacional, quando origem e destino são mensurados pelo ISEI, regra geral a associação direta é maior entre os menos educados, confirmando

para a maioria dos casos estudados a noção de vantagem compensatória. No caso da renda, em certo número de países, o efeito direto da origem é maior entre os mais educados e oferece inclusive uma vantagem adicional para quem está no topo da distribuição de renda. A origem social gera um efeito impulsionador, o que também coloca em dúvida a noção do papel equalizador da educação universitária. Estabelecem-se dois padrões de transmissão intergeracional de vantagem. Um padrão defensivo baseado na vantagem compensatória e um padrão ofensivo baseado no efeito impulsionador. Entretanto, parte da força do efeito da origem sobre a renda, quando comparada ao destino medido pelo ISEI da ocupação dos filhos, pode ser um produto da maior variância que se expressa na variável renda (BALLARINO, BERNARDI, 2016, p. 262-5).

No tocante à questão da variação dos retornos educacionais no tempo predominam na literatura as hipóteses de mudança tecnológica com viés de qualificação e de inflação de credenciais educacionais. Na primeira hipótese, entende-se que a mudança tecnológica reduz o valor de mercado dos menos qualificados. Na segunda hipótese, considera-se que o aumento da oferta rebaixa o valor sinalizador das qualificações para os empregadores. Ambos os mecanismos podem estar ativos ao mesmo tempo (BERNARDI, BALLARINO, 2016a, p. 7). Em muitos países estudados os retornos relativos da educação superior decrescem no tempo quando medido pelo ISEI ou o acesso à classe superior. Ao tomar a renda como resultado, as evidências são mais ambíguas. O prêmio da educação superior aumenta em alguns países (Hungria, Holanda, Rússia e Israel); declina em outros (Suécia, França e Noruega); mostra-se estável em outros três (Reino Unido, Alemanha e Japão). Estes padrões diferenciados parecem se relacionar com as especificidades de cada país no equilíbrio, ou desequilíbrio,

existente entre a oferta e a demanda por qualificações. As variações nos retornos educacionais dependem crucialmente do jogo entre esta oferta e demanda (BALLARINO, BERNARDI, 2016, p. 267-268).

Usando uma tipologia de classes devidamente ajustada aos dados de origem social do suplemento de mobilidade social da PNAD de 1996, foram avaliados no Brasil os efeitos intergeracionais da origem de classe na aquisição educacional e na renda dos indivíduos. A origem de classe explica 25,8% da variância da renda de todas as fontes (R^2 ajustado). O controle dos atributos de capital humano, notadamente a educação, faz com que os efeitos de origem se atenuem fortemente, sendo que em várias categorias de modo bastante pronunciado. Entretanto, o fato de se manter em torno de um terço do efeito de origem, confirma a operação de outros mecanismos através dos quais a família de origem influencia a realização socioeconômica dos descendentes. A posição de classe atual diminui o efeito da origem de modo tão significativo quanto o capital humano, sendo que em importantes categorias, em uma intensidade ainda maior. Constatou-se, por fim, que o controle conjunto da educação e da posição de classe adquirida, ao promoverem de forma extremamente forte a redução do efeito de origem na renda, revelam-se como os mais importantes fatores mediadores intergeracionais da realização de renda. Entretanto, persiste um ponderável efeito direto da origem na renda, ou seja, um efeito não mediado pelo sistema educacional e pela aquisição da posição de classe atual, após todos os controles (FIGUEIREDO SANTOS, 2002).

O nível de transmissão intergeracional de rendimentos estimado no Brasil está entre os mais altos observados do mundo. Estudo de Dunn (2007), ao analisar os ganhos ao longo da vida (*lifetime earnings*), estimou uma elasticidade de 85% em 1996. Isto significa que

se as rendas dos pais diferem em 100%, a renda dos filhos irá diferir, em média, em 85%. A diferença proporcional de rendimentos entre os pais será replicada em um grau extremamente elevado (85%) na geração dos filhos. Entretanto, estudo posterior estimou uma queda da elasticidade de renda de 0,734 em 1996 para 0,433 em 2008. Isto representa uma redução absoluta de 0,30 pontos percentuais ou relativa de 41%. Tanto a herança de renda pura, quanto a herança de renda mediada pela educação, diminuiu ao longo do período estudado (RIBEIRO, 2017). Entretanto, parte desta redução pode estar superestimada, pois não foram usados ganhos ao longo da vida (*lifetime earnings*), que captam melhor a transmissão intergeracional de rendimentos, como foi demonstrado por Dunn (2007).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a conduzir um levantamento de mobilidade social nacionalmente representativo no ano de 1973 em um suplemento da PNAD (TORCHE, 2014). O novo levantamento da PNAD de 2014, quatro décadas depois do primeiro e quase duas décadas do último realizado em 1996, representa uma oportunidade especial para investigar as relações dinâmicas que se formam entre desigualdade e mobilidade no Brasil. Não se trata apenas de enfatizar, em termos gerais, a relevância social e a importância para a compreensão da sociedade contemporânea dos estudos que tratam da reprodução intergeracional da desigualdade. As pesquisas realizadas a partir dos anos 90 no Brasil e na América Latina revelam contradições a respeito das relações entre desigualdade e mobilidade que estão a exigir esclarecimento. Estudos econômicos mostram que a desigualdade na América Latina está negativamente correlacionada com a mobilidade, ou seja, mais desigualdade se associa a menos mobilidade ou fluidez na transmissão intergeracional de vantagens. Entretanto, os estudos de mobilidade de classe social, ao contrário do

que se esperaria, não mostram um grau de fluidez ou igualdade de oportunidades sistematicamente menor na América Latina do que em países menos desiguais do mundo desenvolvido. Trata-se de uma marcante contradição entre os resultados da mobilidade econômica e da mobilidade de classe, no caso do Brasil e da América Latina, que tem colocado em evidência, conforme revisão recente da literatura, a necessidade dos sociólogos da região reconsiderarem a forma de mensurar e abordar a mobilidade de classe social de modo a “fortalecer a sua contribuição nas conversações sobre a desigualdade econômica” (TORCHE, 2014).

Métodos

A noção de classe social foi informada por uma abordagem teórica neomarxista. Entende-se que as divisões de classe são constituídas por desigualdades de *direitos e poderes sobre recursos produtivos* que geram vantagens e desvantagens entre categorias. A variável independente foi mensurada por uma tipologia de classes ajustada às especificidades da estrutura social do país (WRIGHT, 1997; FIGUEIREDO SANTOS, 2005, 2010, 2014). Utiliza-se aqui uma versão compacta que diferencia cinco grandes agrupamentos de classe. O topo social é formado pelas três dimensões principais que geram privilégios, isto é, a propriedade de ativos de capital, o controle de conhecimento perito e o exercício de autoridade. O agrupamento abarca as categorias de empregadores, especialista autônomo, empregado especialista e gerente. São especificadas as posições de não empregadores detentores de menores ativos físicos de capital e de terra; dito de outro modo, de controladores de ativos de menor valor, ou generativos de menor valor econômico. Este agrupamento é formado pelas categorias de autô-

nomo com ativos e de autônomo agrícola. Os empregados qualificados e os supervisores formam um segmento distinto no interior do trabalho assalariado em função de aproximações ou vínculos parciais com o exercício de autoridade e a posse de qualificações escassas. O trabalhador típico representa a categoria majoritária submetida plenamente aos processos conjugados de controle da atividade do agente e de apropriação dos resultados do trabalho. Por fim, diferencia-se um bloco de posições de classe destituídas de ativos por meio de processos que levam à exclusão, à insuficiência ou à depreciação de ativos geradores de valor. Compõe este agregado o trabalhador elementar, o autônomo precário, o empregado doméstico, o trabalhador de subsistência e o trabalhador excedente (desempregado). Não foi possível diferenciar o autônomo agrícola precário na classe de origem. A presença do pequeno empregador no topo social se deve ao fato de que não ter sido possível diferenciar os empregadores na origem pela dimensão do capital. Além disso, um estudo precedente revelou uma desvantagem ainda maior para quem tem origem inferior ao topo, em ter acesso ao topo social no destino, ao ser considerada uma dimensão ampliada de propriedade (FIGUEIREDO SANTOS, 2019). Na mensuração da classe de origem foi usado o critério de dominância considerando o emprego mais elevado entre os pais.

A variável dependente do estudo é a renda de todas as fontes dos filhos. A influência da origem pode ir além do emprego principal e da renda associada a ele. A desigualdade de recompensas por classe social de origem mostrar-se maior com o uso de medidas de renda mais inclusivas (HANSEN, 2001). Entretanto, os rendimentos apurados pelas pesquisas domiciliares fornecem uma medida de bem-estar baseada principalmente nas recompensas dos empregos. Nos limites deste escopo, a renda tem a vantagem de cobrir um sentido amplo de trans-

missão ou redução das vantagens de origem. Deve-se estar ciente, no entanto, de algumas especificidades do uso da variável renda no destino. Os coeficientes para a variável independente tendem a ser tanto maior, quanto maior a variância da variável dependente. Este fato reflete a regra da regressão que vincula o tamanho dos coeficientes à variância da variável dependente. Existe mais variância na distribuição da renda, em comparação a outros indicadores socioeconômicos, no tempo e entre as rendas altas (BERNARDI, BALLARINO, 2016, p. 265). Quando há mais variação dentro do grupo no resultado, há mais espaço para a renda da pessoa no destino ser afetada por mecanismos de influência da origem (VANDECASTEELE, 2016, p. 233). Entretanto, em se tratando de pessoas empregadas, a depender dos arranjos institucionais que prevalecem no mercado de trabalho, a renda pode ter uma “base” abaixo da qual é menos provável ela cair, o que limita a sua variação. Por outro lado, em particular para certas categorias privilegiadas não existe um “teto” fixo ou, pelo menos, ele é mais flexível.

No presente estudo os efeitos da origem de classe social foram estimados sob a forma de médias preditas e diferenças proporcionais na renda com um Modelo Linear Generalizado (*Generalized Linear Model*), usando uma distribuição Gamma e uma função de ligação logarítmica. Da amostra analítica potencial de 27620 casos em 6% deles a renda de todas as fontes é zero. A amostra analítica sem a renda zero possui 25977 casos com idade de 27 a 66 anos e informações válidas nas variáveis usadas nos modelos. A renda zero, como seria de esperar, está concentrada nas posições de trabalhador excedente (desempregado) e trabalhador de subsistência, que integram o agrupamento de posições destituídas de ativos. O Modelo Linear Generalizado com a função de ligação logarítmica oferece a vantagem de lidar com ze-

ros, pois supõe que as médias são sempre positivas, mas não que todos os valores são positivos, como ocorre com a regressão padrão com a transformação logarítmica da variável dependente. A função de ligação faz a estimativa na escala transformada e gera a transformação de volta para a escala original ². No Modelo Linear Generalizado a função de ligação logarítmica usa o exponencial do preditor linear, ou seja, internaliza a transformação dentro do próprio modelo, em vez de fazer a transformação externa da variável dependente. Este procedimento permite fácil interpretação dos parâmetros estimados e dos valores ajustados (HARDIN, HILBE, 2012). O logaritmo do valor esperado de Y é diferente do valor esperado do logaritmo de Y. O exponencial do coeficiente do modelo Log-Normal padrão oferece informação sobre a média geométrica enquanto o modelo GLM sobre a média aritmética. A divergência entre as duas medidas pode ser ponderável (PETERSEN, 2017; BALDWIN, 2016, p. 561).

A distribuição Gamma é uma distribuição flexível para variáveis contínuas, apropriada para distribuições assimétricas, e incorpora o pressuposto de que o desvio padrão é proporcional à média (VITTINGHOFF *et al.*, p. 315). “A distribuição Gamma é usada para modelar resultados”, explicam Hardin e Hilbe, “para os quais a resposta pode assumir somente valores superiores ou iguais a zero. (...) Idealmente o modelo Gamma é mais bem usado para respostas positivas que têm um coeficiente de variação constante. Contudo, o modelo é robusto mesmo na presença de grandes desvios deste critério”. (HARDIN, HILBE, 2012, p. 121). O modelo Log-Gamma, ponderam os especialistas, “é usado com dados nos quais a resposta é maior que 0” (HARDIN, HILBE, 2012, p. 129). Em função de dúvidas sobre o uso

2. Sobre este ponto levo em conta as observações de Nicholas J. Cox no fórum de discussão do programa Stata. Vide postagem: www.statalist.org.

do modelo Log-Gamma com valores zero, os resultados foram apresentados para valores somente positivos. Esta escolha leva em conta também o fato de que nos modelos estimados com valores zero os resultados ficam bastante convergentes. Além disso, foram estimados modelos com a distribuição Poisson e os resultados ficaram também similares. Uma especificação exponencial com distribuição Poisson para a variável dependente contínua parece ser recomendável em várias situações quando se usa o Modelo Linear Generalizado (PETERSEN, 2017, p. 150). Todas as estimativas foram ajustadas ao desenho complexo do plano amostral da PNAD com o comando *svy* do programa Stata. As rendas médias preditas foram estimadas pelo *margins* do Stata. As estimativas sumarizam médias dos efeitos de todos os casos da amostra. Este efeito sumário da variável pode ser interpretado como o tamanho médio do efeito na amostra (LONG, FREESE, 2014, p. 245).

Elasticidade pode ser uma medida mais útil do que os efeitos marginais, pois não é influenciada pela escala em que a variável está medida. Semi-elasticidade é um híbrido de efeitos marginais e elasticidade, que mede a mudança proporcional em Y associada à mudança de uma unidade em X (CAMERON, TRIVEDI, 2009, p. 335). As diferenças entre as categorias foram representadas por discrepâncias proporcionais nos resultados. As medidas de diferenças proporcionais como a elasticidade, ao contrário das medidas de diferenças absolutas, não são influenciadas pelas diferenças entre as rendas médias (TORCHE, 2015a, p. 44; TORCHE, 2015b, p. 349). O uso de diferenças proporcionais, em vez de diferenças absolutas, contorna o viés que poderia decorrer da associação entre coorte, idade e perfis heterogêneos de idade-ganhos dos diferentes estágios na carreira ou no ciclo de vida. As medidas foram calculadas pelo comando *margins* do Stata

usando opção *eydx* e depois transformadas em gráficos pelo *margins-plot*. A opção *eydx* estima a semi-elasticidade (mudança proporcional) no logaritmo do resultado (Y) para a mudança de uma unidade da variável independente. Nas variáveis independentes categóricas o efeito é computado como uma mudança discreta em relação à categoria de referência. O efeito é estimado em termos relativos, ou seja, em uma escala multiplicativa, sem equivaler exatamente a uma alteração percentual. Deve-se calcular o exponencial (ou antilog) para falar em aumento percentual usando a fórmula, $p. [\exp(Y) - 1] * 100$. As duas escalas ficam próximas até 0,10 (10,5 %) ou mesmo 0,15 (16,2%). O aumento percentual diverge progressivamente da semi-elasticidade na medida em que esta se torna maior.

Todos os modelos controlam por gênero, cor, coorte e Unidade da Federação (UF) onde o filho morava aos 15 anos. Esta última variável controla as diferenças pré-existentes no mercado de trabalho regional (HÄLLSTEN, 2013, p. 667-668). A educação é uma variável chave no estudo, na medida em que se pretende estimar a associação direta de origem e destino, ou seja, controlando pela educação individual. Torna-se necessário dispor de uma medida apropriada para evitar a superestimação do efeito líquido da origem. Distinguem-se na variável as principais transições educacionais que impactam nos destinos de classe: sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. Na análise da associação intergeracional por níveis educacionais estes foram agregados em três categorias (médio incompleto, fundamental ou menos; médio completo ou superior incompleto; superior completo) visando captar efeitos interativos mais precisos.

Os gráficos estão sendo apresentados com os intervalos de confi-

ança de 95%. Entretanto, não caberia considerar que as estimativas são significativamente diferentes entre si somente se os seus intervalos de confiança não se sobrepuserem. O método de examinar a sobreposição dos intervalos de confiança, em comparação ao método padrão, rejeita a hipótese nula menos frequentemente quando ela é verdadeira e com mais frequência não rejeita a hipótese nula quando ela é falsa (LONG, FREESE, 2014: 297; SCHENKER, GENTLEMAN, 2001). Será usada a opção *pwcompare(effects)* do comando *margins* do *Stata* para contrastar os efeitos marginais de diferentes categorias, considerando a força das diferenças, os *p-values* e os intervalos de confiança gerados.

Resultados e análises

As duas primeiras questões vão ser tratadas juntas em função do seu encadeamento e de comporem a mesma tabela. São apresentadas na Tabela 1 as rendas médias preditas somente com o modelo básico (Efeito Total) e com o controle adicional da educação dos filhos (Efeito Direto, ED) e depois com a agregação do controle da posição de classe adquirida pelo filho (EDC).

Primeira questão: Persiste uma associação entre origem e destino de classe social além do efeito mediado pela educação?

Segunda questão: Persiste um efeito direto de origem na renda sem ser mediado pela educação e pela posição de classe adquirida?

A origem no topo social se associa à obtenção de renda mais elevada pelos filhos. O oposto ocorre quando os pais tiveram uma origem destituída. O efeito direto da origem, não mediado pela educação, é bastante alto quando existem vantagens de origem. Entre quem tem desvantagens de origem ocorre um processo distinto, pois o efeito se

aproxima ou ultrapassa 100%. O aumento da renda após o controle estatístico sugere que a variável educação está atuando na direção contrária ao efeito da origem. Ocorre uma mediação às avessas, pois estas origens geram desvantagens educacionais. Isto significa que a renda dos filhos seria melhor se não fossem os limites da sua trajetória educacional. Já para a origem de trabalhador típico a trajetória educacional tem um efeito praticamente neutro na renda esperada.

Tabela 1. Efeito da origem de classe na renda predita de todas as fontes em reais, total e direto, após o controle da educação (ED) e de classe (EDC), por gênero. Brasil, PNAD 2014.

Critério	Topo Social	Qual./Superv.	Pequ. Ativos	Trabalhador	Destituído
Total Ambos	4436	2984	1686	2039	1644
Direto (ED)	2940	2285	1933	2013	1899
Direto (EDC)	2629	2236	2003	2036	1966
ED %	66,3	76,6	115	99	116
EDC %	59,3	74,9	119	100	120
Total Homem	4855	3405	1879	2378	1905
Direto (ED)	3463	2760	2351	2489	2327
Direto (EDC)	2976	2568	2305	2396	2286
ED %	71,3	81,1	125	105	122
EDC %	61,3	75,4	123	101	120
Total Mulher	3851	2468	1439	1646	1332
Direto (ED)	2349	1769	1485	1518	1445
Direto (EDC)	2199	1836	1642	1628	1591
ED %	60,1	71,7	103	92	108
EDC %	57,1	74,4	114	99	119

Obs: O Efeito Direto % foi calculado pela razão: Direto/Total.

O modelo com o controle adicional da posição de classe atual dos filhos, medida pela tipologia plena, impacta na mesma direção. A alteração não é forte por se seguir ao controle da educação. Ainda assim, as alterações são ponderáveis em três agrupamentos de origem. Parte da alteração se deve ao fato de estar sendo usada a renda de todas as fontes, no entanto, se sabe que grande parte da renda captada pela PNAD deriva da atividade principal. Não faria tanto sentido interpretar o fenômeno como se 59% da renda da origem no topo social independessem totalmente da educação e do emprego adquiridos. Afinal, uma pessoa sem certo nível ou tipo de escolaridade e/ou emprego dificilmente teria uma renda bem mais elevada. O controle estatístico representa um tipo de exercício de manipulação dos dados para isolar uma associação de interesse. Estima-se aqui qual seria a renda média associada a uma dada origem social se fossem removidas as diferenças produzidas no resultado pelas variáveis controladas nos seus valores observados. Parece mais adequado considerar a origem como uma “garantia” de renda que permite encontrar os caminhos para a sua efetivação. Não se depende tanto de circunstâncias específicas e contingentes. O resultado em si destaca a força da herança social e sua capacidade de abrir caminhos para os filhos. Não se trata naturalmente de um processo inercial ou automático, que independe de ações defensivas ou ofensivas das partes interessadas, pois o potencial tem que ser efetivado em vantagem no mundo social. Entre as posições sem vantagens o processo se assemelha ao que já foi comentado no modelo com o controle adicional somente da educação.

As estimativas separadas por gênero revelam que os homens usufruem vantagens de renda em todas as origens. Nas origens mais vantajosas o efeito direto, não mediado pela educação, é alto em ambas as categorias, porém é menor entre as mulheres. Isto sinaliza a maior im-

portância para elas da mediação educacional. No topo social e no empregado qualificado a agregação do controle de classe social aproxima os efeitos diretos de origem em um elevado patamar. Nesta situação, quando ambas as variáveis são controladas, a herança social parece importar igualmente para homens e mulheres. Um fator contrabalança o outro ao atuar em direção distinta, já que enquanto categoria a mulher tem maior escolaridade e o homem melhor emprego. Nas demais categorias de classe as diferenças são também aproximadas, porém devido às desvantagens de educação e emprego que compartilham.

Terceira questão: 3) A associação intergeracional líquida, ou seja, o efeito direto da origem, declinou no tempo entre as coortes?

A análise é conduzida confrontando-se a evolução do efeito total da origem de classe (*Gráfico 1*) e do efeito direto da origem (*Gráfico 2*) na renda. Foram estimados termos interativos entre origem de classe e coorte. São consideradas quatro coortes em intervalos de dez anos. Na base do gráfico “48” representa os nascidos de 1948 a 1957 e assim por diante. Estima-se a semi-elasticidade (mudança proporcional) da renda em relação à origem de classe. Realiza-se um contraste com a base social formada pela agregação do trabalhador típico e das posições destituídas. Trata-se de uma comparação amplamente representativa, de enorme peso demográfico, e que abarca inclusive um amplo contingente de trabalhadores em melhores circunstâncias na geração anterior. A linha onde está o valor zero equivale à ausência de diferença em relação a este agrupamento de referência. No texto os efeitos vão ser referidos no logaritmo do resultado, pois os gráficos foram gerados assim, com base nos efeitos previamente estimados. Para saber a diferença percentual deve-se usar a fórmula: $[\exp(Y) - 1] * 100$.

A vantagem total de classe da origem no topo mostra-se estável

entre as coortes quando confrontada com a base social (*Gráfico 1*). A vantagem proporcional varia de 0,816 na primeira coorte a 0,803 na última dentro do intervalo de confiança. Registra-se somente uma “retração” sem valor estatístico de -0,0129 dentro um intervalo de confiança entre -0,1905 e +0,1646. Na última coorte mantém-se uma vantagem relativa de 123% em comparação à origem na base, fazendo a conversão pela fórmula referida na parte de métodos. Nas coortes intermediárias as diferenças chegam mesmo a se ampliarem, porém se tornando menos precisas. As diferenças estão diminuindo para a origem de empregado qualificado e supervisor. As estimativas são menos precisas nas duas primeiras e mais precisas nas duas últimas coortes. O sentido geral parece ser de queda. Para a origem de controladores de pequenos ativos, possivelmente ao incluir de forma indiferenciada os autônomos agrícolas, inclusive aqueles mais precários, as médias preditas de renda se mantêm abaixo da base social embora mostrem uma aproximação entre as coortes.

As vantagens diretas do topo social, em relação à base social, quando controlada a mediação educacional, não revelam tendência de queda entre as coortes (*Gráfico 2*). Entre a primeira e a última coorte ocorre uma “redução” igualmente sem valor estatístico de -0,0062 com intervalo de confiança entre -0,1463 e +0,1411. Nas coortes intermediárias as vantagens chegam mesmo a aumentar. Na origem de empregado qualificado e supervisor ocorre entre a primeira e a última coorte uma “queda” da vantagem de -0,0180, estatisticamente descartável, considerando também o valor ínfimo da alteração dentro do intervalo de confiança entre -0,1656 e +0,1296. Regra geral os efeitos diretos são menos precisos. Para ambos os grupos não há tendência de redução do efeito direto de origem. Isto significa que não aumentou o papel mediador da educação nesta comparação.

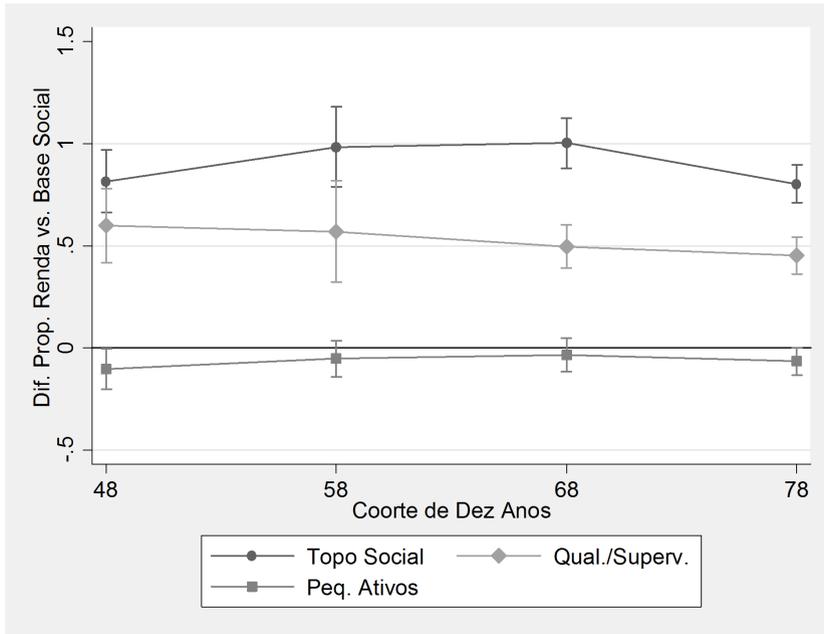


Gráfico 1. Diferença proporcional de renda (efeito total) da origem de classe em relação à base social, por coorte, com intervalo de confiança de 95%

Ao contrastar os efeitos marginais das categorias confirma-se que nos dois critérios as vantagens do topo social em relação à base social não se atenuaram no tempo. Nos efeitos total e direto ocorre uma variação ínfima entre a primeira e a última coorte que não têm nenhum valor estatístico. O efeito direto por coorte foi estimado supondo que os retornos da educação são equivalentes entre as coortes, seguindo o procedimento do estudo comparativo de referência (BERNARDI, BALLARINO, 2016a), pois não foram introduzidos termos interativos entre as duas variáveis. Foi estimado, então, um novo modelo com o acréscimo de uma segunda interação entre coorte e educação, mantendo-se a interação original entre origem de classe e coorte. Ao

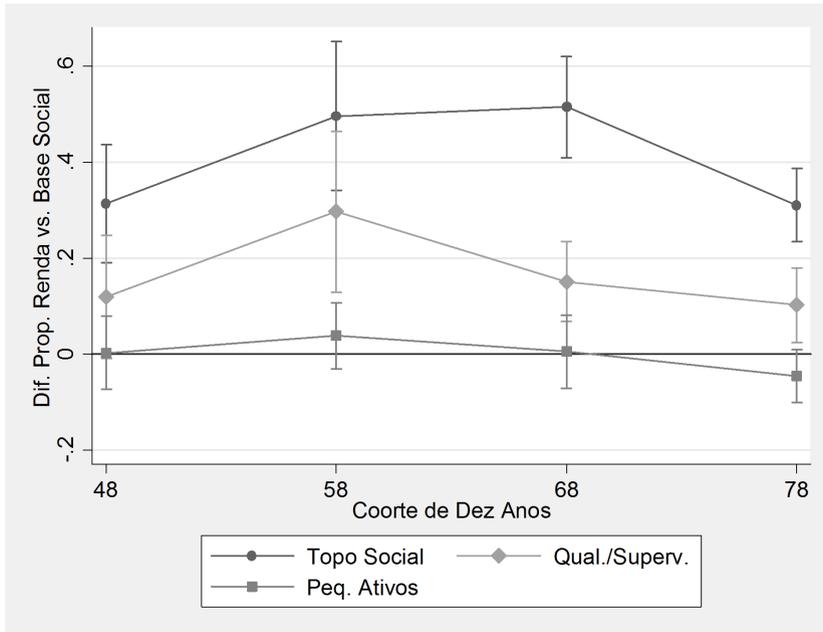


Gráfico 2. Diferença proporcional de renda (efeito direto) da origem de classe em relação à base social, por coorte, com intervalo de confiança de 95%

se permitir que os retornos na educação variem entre as coortes, o modelo mostra um aumento da vantagem proporcional da origem no topo social de 0,1219 entre a primeira e a última coorte, com intervalo de confiança entre -0,0301 e +0,2740. Esta estimativa adicional sinaliza uma provável ampliação temporal da vantagem do topo.

Quarta questão: A associação intergeracional varia por níveis de escolaridade ou, dito de modo mais específico, o efeito de origem social é menor entre os indivíduos mais educados?

No *Gráfico 3* são vistas as diferenças proporcionais (semi-elastidade) na renda em relação ao destituído por três níveis de escolaridade. Foi estimada uma interação entre origem e educação. O valor

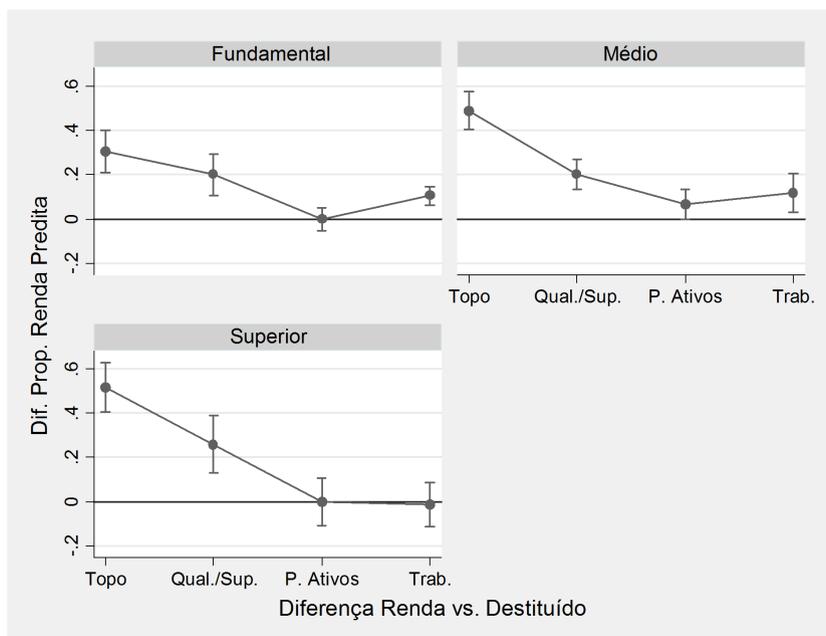


Gráfico 3. Diferença proporcional de renda da origem de classe em relação ao destituído, por nível educacional, com intervalo de confiança de 95%

zero na linha que corta o gráfico equivale à ausência de diferenças. Não estão sendo consideradas aqui as diferenças de aquisição educacional entre estas origens que podem ser bastante marcantes. A questão aqui é o que corre com o efeito de origem quando as situações educacionais são equiparadas.

A vantagem da origem no topo social é maior para quem tem curso superior completo (0,5163), embora seja também alta no médio completo (0,4894). Em quem possui menor nível de escolaridade (média incompleta, fundamental ou inferior), denominada no gráfico de “Fundamental”, o efeito de origem no topo social ainda assim mostra um patamar marcante (0,3041). Em qualquer um dos três níveis de esco-

laridade a origem no topo mostra uma força especial. A escolaridade não age como um fator equalizador. A escolaridade superior em interação com a origem impulsiona ou potencializa a renda. Além disso, os que realizam uma aquisição educacional limitada, vindo desta origem, obtêm ainda assim uma vantagem apreciável em relação ao grupo destituído. Ao usar a distribuição Poisson, sem a renda zero, a estimativa para o superior completo, embora seja convergente, apresentou uma diferença relativamente menor e um intervalo de confiança maior.

A origem de empregado qualificado mostra vantagens de renda em relação ao destituído nos três níveis de escolaridade. Entretanto, as diferenças são menores e incertas quando são comparados entre si os próprios níveis educacionais — fundamental (0,1999), médio (0,2015) e superior (0,2580) —, considerando os intervalos de confiança. A diferença entre o curso superior e o fundamental é de 0,0580, porém com intervalo de confiança entre -0,1021 e +0,2182. Na categoria de empregado qualificado o efeito de origem pode não ser tão forte e/ou a educação superior pode conter parte deste efeito neutralizando, no entanto, somente as distinções entre os níveis educacionais na força do efeito de origem. Nas duas comparações de classe restantes o curso superior completo anula as diferenças proporcionais de renda. Entretanto, a origem de trabalhador típico mantém vantagens nos demais níveis de escolaridade. Já na origem de pequenos ativos a vantagem de classe parece existir na escolaridade média, mas com certa incerteza. A educação superior equaliza a situação dos grupos no destino, em termos da renda obtida pelos filhos, somente quando as diferenças de origens são menores.

Quinta questão: A associação entre educação dos indivíduos e seus destinos de renda tem variado entre as coortes, ou seja, o retorno da educação tem aumentado ou diminuído no tempo?

No Gráfico 4 são estimadas as diferenças proporcionais na renda por níveis educacionais entre as coortes. O modelo controla pela origem de classe e estima interações entre coorte e educação, seguindo o mesmo procedimento do estudo comparativo internacional (BERNARDI, BALLARINO, 2016a), de modo a isolar melhor as mudanças nos retornos da educação entre as coortes, sem a contaminação das desigualdades de origem. Educação é um fator importante na persistência intergeracional da desigualdade apenas se tiver um efeito direto em empregos, recompensas e outros resultados após controlar por origem e habilidades cognitivas (HOUT, 2012). Como não é possível controlar por habilidades cognitivas, o efeito em particular da educação superior estaria superestimado. São comparados os níveis maiores com o menor (médio incompleto, fundamental ou inferior). Os retornos da educação superior estiveram estáveis nas duas primeiras coortes, porém entraram em queda nas duas últimas coortes. As diferenças eram de 1,4578 no logaritmo do resultado na primeira corte e caíram para 1,1101 na última coorte. Ocorre uma retração desta vantagem proporcional em -0,3476 entre a primeira e a última coorte, com intervalo de confiança entre -0,4633 e -0,2322. Isto representa uma queda relativa de 23,8% no logaritmo do resultado ($0,3476/1,4578$). Já os retornos da educação média estiveram estabilizados nas duas primeiras coortes, no intervalo de confiança, caíram na terceira e se estabilizaram neste patamar menor. As diferenças eram de 0,6155 no logaritmo do resultado na primeira corte e caíram para 0,3780 na última coorte. A retração da vantagem proporcional foi de -0,2375 entre a primeira e a última coorte, com intervalo de confiança entre -0,3551 e -0,1199. O resultado corresponde a uma queda relativa de 38,6% ($0,2375/0,6155$). Embora a redução tenha sido marcante nos dois grupos, a queda relativa da vantagem proporcional foi maior no ensino

médio.

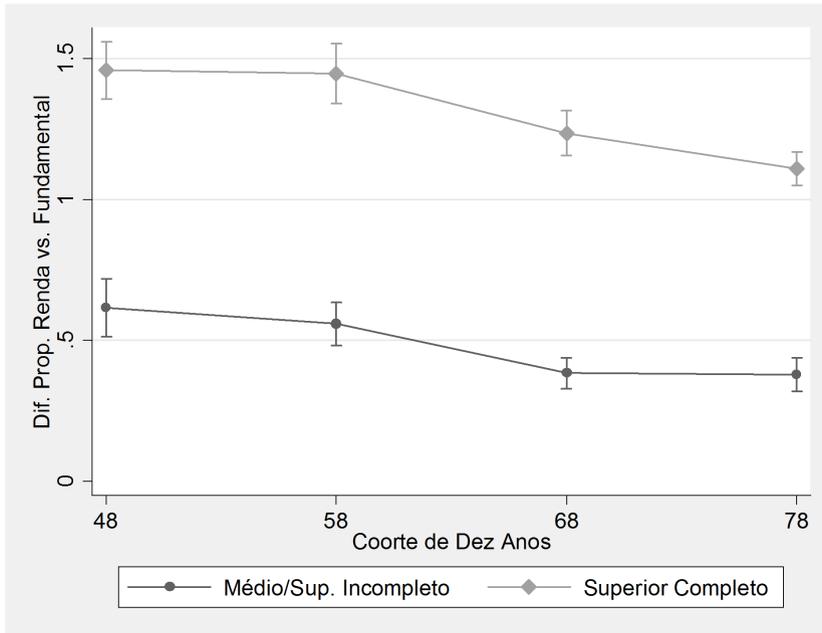


Gráfico 4. Diferença proporcional de renda entre níveis educacionais, por coorte, com intervalo de confiança de 95%

O Gráfico 5 revela o que ocorre com os retornos proporcionais considerando que eles possam variar por origem de classe e coorte. Utiliza-se uma interação tripla entre origem de classe, coorte e educação, o que representa uma opção nova não explorada no estudo comparativo internacional (BERNARDI, BALLARINO, 2016a). Os efeitos interativos removem o constrangimento estabelecido pelo modelo de efeitos aditivos ou equivalentes entre as diferentes origens e níveis educacionais. Os efeitos podem variar para mais ou para menos nas diferentes combinações entre estes contextos. Como não é possível controlar por habilidades cognitivas, o efeito em particular da educação superior estaria superestimado e/ou o da origem de classe

subestimado. Na origem no topo os retornos da educação superior, na comparação com o nível inferior, aumentaram nas duas coortes intermediárias e depois caíram na última coorte para um patamar abaixo da primeira coorte. A vantagem proporcional da origem no topo social era de 1,3867 no logaritmo do resultado na coorte de 48-57 e passou para 1,2667 na coorte de 78-87. A retração da vantagem proporcional foi de $-0,1199$ entre a primeira e a última coorte, porém esta vantagem, na verdade, pode ter mudado entre $-0,4286$ e $+0,1886$. No conjunto do período teria ocorrido uma flutuação sem tendência certa, tendo em vista as elevações dos retornos nas duas décadas intermediárias e a forte oposição entre os intervalos de confiança da estimativa. A vantagem proporcional da educação superior na origem de empregado qualificado passou por um processo similar. Ela era de 1,5527 no logaritmo do resultado na coorte de 48-57 e passou para 1,2667 na coorte de 78-87. A retração desta vantagem proporcional foi de $-0,1724$ entre a primeira e a última coorte, porém esta vantagem, na verdade, pode estar variando entre $-0,4728$ e $+0,11281$. Não é certo afirmar que haja uma tendência de queda.

Os retornos da educação superior não são equivalentes entre as distintas origens. O topo social não mostra tendência inequívoca de queda enquanto a base social seguramente revela tendência declinante. Na origem de trabalhador típico a queda é contínua. O retorno para a coorte atual é inferior ao da primeira. A retração da vantagem proporcional da educação superior foi de $-0,4458$ entre a primeira e a última coorte, com intervalo de confiança entre $-0,6763$ e $-0,2153$. Já na origem de destituído ocorre uma tendência ainda mais forte de queda com estabilização na última coorte em um patamar bastante inferior. A retração da vantagem proporcional da educação superior foi de $-0,5235$ entre a primeira e a última coorte com intervalo de confianças

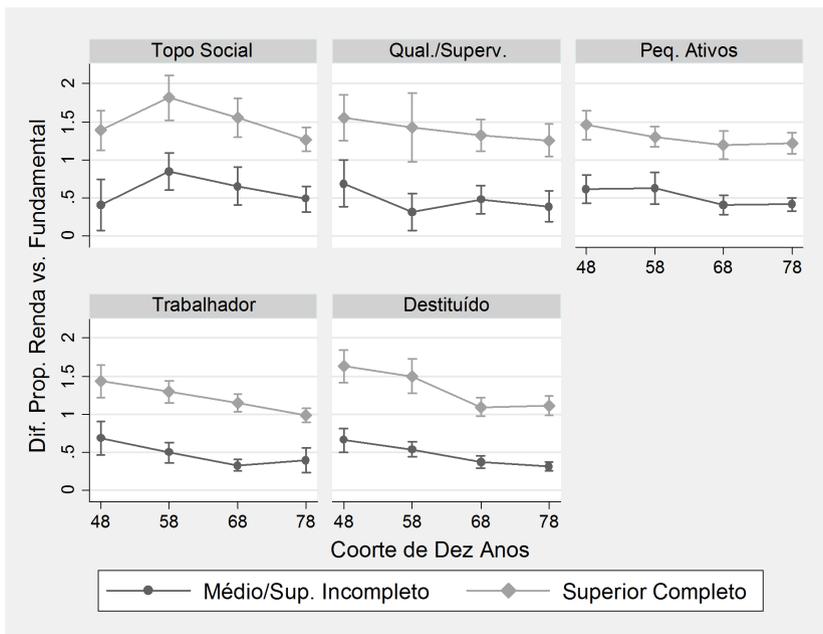


Gráfico 5. Diferença proporcional de renda entre níveis educacionais, por origem de classe e coorte, com intervalo de confiança de 95%

entre -0,7634 e -0,2636. Por fim, a origem de pequenos ativos experimentou também uma tendência de queda. A retração da vantagem proporcional da educação superior foi de -0,2258 entre a primeira e a última coorte, com intervalo de confianças entre -0,4633 e +0,0116.

Os retornos do ensino médio mostram tendências semelhantes ao ensino superior. Para o destituído o limite inferior do intervalo de confiança da coorte 48-57 supera o limite superior da coorte 78-87. Neste critério o declínio de retornos é claro. A retração da vantagem proporcional do ensino médio foi de -0,3399 entre a primeira e a última coorte, com intervalo de confianças entre -0,5112 e -0,1686. Para as origens de trabalhado típico e de pequenos ativos a superposição dos intervalos de confiança ocorre somente nos extremos. A estimativa da

mudança confirma uma retração da vantagem proporcional do ensino médio para o trabalhador típico de -0,2859 entre a primeira e a última coorte, com intervalo de confiança entre -0,5596 e -0,0121. Por fim, a retração da vantagem proporcional do ensino médio para a origem de pequenos ativos foi de -0,2437 entre a primeira e a última coorte, com intervalo de confianças entre -0,4788 e -0,0086. As diferenças encontradas e seus intervalos de confiança comprovam as tendências de queda dos retornos da educação para estas duas origens, pois a imprecisão diz respeito mais à dimensão desta retração.

Discussão e conclusão

Uma clarificação preliminar deve preceder o comentário das relações entre desigualdade e mobilidade social à luz dos resultados deste trabalho. A medida de renda no destino tem a vantagem de estar estreitamente correlacionada com as medidas canônicas de desigualdade de renda. A elasticidade não é afetada por alteração na renda média entre coortes; expressa uma mudança relativa, não absoluta. Entretanto, a elasticidade é sensível à variância das variáveis independente e dependente. Isto significa que ela é afetada pela *extensão* da desigualdade em cada coorte e pelas *mudanças* na desigualdade entre as coortes. *Ceteris paribus*, a elasticidade aumenta com o aumento da desigualdade e vice-versa (TORCHE, 2015a, p. 44; TORCHE, 2015b, p. 349). O estudo usou uma medida de semi-elasticidade que é um híbrido de efeitos marginais e elasticidade (CAMERON, TRIVEDI, 2009, p. 335). Foi estimada a mudança no logaritmo da renda (*mudança proporcional* ou elasticidade) associada a cada mudança discreta na categoria de origem de classe. As categorias de classe não são afetadas diretamente pelo *nível* da desigualdade de renda na origem, pois não são

baseadas em renda. O resultado não é afetado diretamente pelas *mudanças* na desigualdade de renda entre as coortes, pois a renda não foi medida na origem e comparada na mesma métrica com o destino. Entretanto, as categorias de classe estão associadas à estrutura da desigualdade de renda e implicam distâncias relativas de renda entre as categorias. Além disso, supõe-se que o resultado seja afetado pelo *nível* de desigualdade existente no destino em que a renda está sendo mensurada.

Os *Gráficos 1 e 2* mostram uma elevação da vantagem da origem no topo social nas coortes intermediárias quando o país tinha uma maior desigualdade de renda. A renda de todas as coortes está sendo medida em 2014 quando a desigualdade é menor. Entretanto, os contrastes entre os empregos dos pais no período anterior expressavam um grau maior de desigualdade. As coortes estiveram sob influência de contextos diferentes. Mantidos os demais fatores constantes, supõe-se que maior vantagem de origem importa mais. A questão mais complexa está justamente na transmissão intergeracional destas consequências. O efeito da origem é maior na coorte mais desigual em função mesmo desta desigualdade originária? Existe na literatura o argumento de que as relações entre desigualdade e mobilidade dependem na verdade de fatores que moldam ambas as dimensões, como arranjos institucionais e configurações de regimes de bem-estar. Se isto for verdade, então, a relação seria espúria (TORCHE, 2015, p. 353-355). Uma relação é espúria quando duas variáveis estão associadas entre si simplesmente porque ambas estão associadas a uma terceira variável sem que exista um nexos intrínseco entre elas. O problema com este argumento é que nem a estrutura da desigualdade nem os arranjos institucionais do passado são os mesmos do presente. A terceira variável “arranjos institucionais” não está de fato em tempora-

lidade equivalente ou próxima da mesma coorte para estabelecer a associação espúria. Fatores supervenientes podem naturalmente afetar a transposição da desigualdade de uma coorte em oportunidades desiguais entre os filhos. Os efeitos dos fatores antecedentes podem ser mediados ou alterados por fatores supervenientes que afetam a transmissão das vantagens. Variáveis mediadoras ou moderadoras têm pressupostos diferentes das relações espúrias. A noção de mediação, ao contrário da relação espúria, supõe o poder causal do efeito primário ou original e um intervalo temporal em que se dá a transmissão indireta do efeito. É plausível que a maior desigualdade originária possa ter influenciado a trajetória da coorte até o presente. Estando certa esta premissa, isto significa que a desigualdade passada persiste ou repercute nas posições relativas ocupadas na distribuição da renda presente. Além disso, no caso concreto do Brasil, os arranjos institucionais, como uma dimensão distinta das mudanças estruturais, regra geral não têm atuado historicamente em uma direção equalizadora ponderável sobre a desigualdade de origem.

O nível relativamente menor de desigualdade de renda em 2014, quando a renda dos filhos foi medida, produziria uma medida esperada menor de associação intergeracional em particular na última coorte. Afinal, a medida usada é afetada pelo nível da desigualdade. Isto seria uma “deficiência” da medida, quando se pensa na mobilidade relativa ou associação líquida, que desconsidera a mudança estrutural ou distributiva no destino. Entretanto, esta propriedade da medida representa uma qualidade quando se está interessado no papel do nível da desigualdade na trajetória que emerge do jogo entre mudanças estruturais. De fato, a vantagem do topo sofre uma redução entre a penúltima e última coorte. Os membros da penúltima coorte nasceram entre 1969 e 1977. O emprego dos pais foi medido quando os filhos

tinham 15 anos. Isto corresponde ao período de 1984 a 1992 que sofre o impacto da crise dos anos 1980 e da hiperinflação. O fato de a vantagem da origem no topo ter atingido o seu ponto máximo nesta coorte pode estar associado a este contexto. Isto supõe que o estiramento da desigualdade cria uma espécie de dependência de caminho ou transposição durável de feitos. A queda posterior ocorreria naturalmente na medida em que a vantagem do topo chegou ao seu ponto máximo. A vantagem do topo não mostra uma tendência de redução na comparação entre a primeira e a última coorte. Os integrantes da primeira coorte nasceram entre 1948 e 1957. O emprego dos pais foi medido no período de 1963 a 1972. A desigualdade de renda era então bem maior do que na atualidade. O nível de desigualdade entre os pais e o contexto em que ela ocorre parece importar para a mobilidade dos filhos. Maior desigualdade no passado pode afetar a trajetória dos filhos. Menor desigualdade no presente não implica necessariamente em maior mobilidade dos filhos, independente do passado. Uma menor desigualdade de renda não se associou a uma menor transmissão intergeracional de vantagens no Brasil. A vantagem proporcional da origem classe mais privilegiada mostra-se ainda mais marcante e robusta por estar sendo medida em um contexto de menor desigualdade de renda.

Olhando para a renda dos filhos não se constata um processo equalizador das oportunidades de mobilidade social no Brasil. A origem privilegiada no topo social garante renda mais elevada para os filhos e se destaca em relação a todas as demais origens. Em particular, o efeito direto de origem é bastante alto. Na origem de empregado qualificado e supervisor, embora a renda predita dos filhos seja menor, em relação a quem vem do topo social, o efeito direto de origem é ainda mais alto. Garante mais renda do que as posições abaixo na hierarquia

social; garante menos que o topo, porém com mais certeza.

Nas demais origens de classe, além da renda predita ser bem menor, um processo diferenciado se estabelece. Na origem de trabalhador típico a mediação educacional quase não afeta a renda predita. Estando em um nível próximo do mediano, dada a relação entre origem e realização educacional, a educação parece não comprometer nem potencializar a renda dos filhos. Nos demais agrupamentos de origem a renda predita seria maior, se não fossem as desvantagens educacionais que possuem. Entretanto, dados os limites dos empregos onde foram parar, os ganhos seriam somente 17% maiores do que são, se a escolaridade mais baixa não fosse um estorvo. Mesmo se isto tivesse ocorrido, ainda assim as rendas deles estariam abaixo dos ganhos daqueles que vieram da origem de empregado qualificado e supervisor. O controle adicional da posição de classe atual, medida pela tipologia plena, basicamente aumenta os resultados constatados para a origem no topo e de empregado qualificado. Destaca-se o fato de o efeito direto da origem no topo permanecer bastante alto após este controle. Em parte, isto pode decorrer do fato de se estar medindo a alteração do resultado na renda predita. As rendas de determinados tipos de empregos, em particular se forem privilegiados, possuem certa base ou limiar mínimo que contém variações na direção de valores mais baixos.

A questão do papel equalizador da educação, no curso dos processos de modernização e expansão educacional, envolve criticamente a observação das tendências que emergem entre as coortes. Na origem no topo social a vantagem total em relação ao agrupamento destituído mostra-se estável e o efeito direto não revela uma tendência de queda entre as coortes. Se alguma alteração temporal ponderável ocorreu na mobilidade social, quando medida pela renda dos filhos, ela se deu

entre categorias próximas ou menos distantes da base social.

Supõe-se em parte da literatura que a educação superior poderia estar concentrando o papel equalizador da educação nas circunstâncias contemporâneas. A manifestação mais patente disto seria o enfraquecimento do efeito de origem neste nível educacional. Entretanto, as interações entre classe de origem e níveis educacionais não confirmam esta expectativa no Brasil. A origem no topo social gera mais vantagem em quem tem curso superior completo e é alta nos dois outros níveis educacionais. A origem no topo social conjuga os benefícios, tanto dos processos ofensivos, quanto dos defensivos, usados pelos atores na transmissão intergeracional de vantagens. A escolaridade superior potencializa a renda de quem cumpre uma esperada trajetória educacional exitosa. A herança social privilegiada garante igualmente uma vantagem de renda apreciável para a minoria entre os pares que fracassa ou fica bastante aquém do potencial de realização educacional dado pela origem familiar.

O papel da educação na transmissão de vantagens de origem social depende da desigualdade de oportunidade educacional e do valor econômico da educação (HOUT, 2012). A transmissão intergeracional de vantagens, na medida em que é mediada pelas institucionais educacionais, supõe que os retornos da educação mais elevada são apreciáveis. Neste aspecto, o aumento da desigualdade de oportunidades está associado ao aumento dos retornos educacionais entre as coortes. O estudo constata uma queda entre a primeira e última coorte, tanto dos retornos da educação superior, quanto do nível médio de ensino completo. A defasagem absoluta foi maior na educação superior e a relativa na educação média. A queda é contínua desde a segunda coorte para a educação superior. O processo teria uma implicação favorável para a igualdade de oportunidades se ele estivesse afetando

em particular quem tem vantagens de origem. Se a queda fosse igual para todos ainda assim a origem privilegiada poderia ter perdas, pois grande parte dos seus descendentes obtém este nível de educação e converte ele em melhores empregos.

As interações entre origem, coorte e educação não mostram um quadro propriamente desfavorável para a origem no topo social, pois não é certo que os retornos da educação superior estejam caindo para ela. Mesmo supondo que todos possam estar sendo afetados por este processo, em alguma medida, ainda assim esta origem estaria neutralizando ou compensando o resultado por outros mecanismos. Subjacentes aos resultados sociais observados podem operar tendências e contra tendências. Por outro lado, o rebaixamento comparativo dos retornos da educação superior é inequívoco na base social composta do trabalhador típico e do leque de posições destituídas de ativos. A expansão educacional no período, além de ter sido desigual na distribuição dos ganhos de educação, se associou a uma queda dos retornos proporcionais, tanto da escolaridade superior, quanto do ensino médio, para quem possui menos e depende mais do recurso educacional na realização de oportunidades de vida.

Olhando a partir do topo social um estudo anterior não confirmou a vigência de um processo equalizador das oportunidades de mobilidade social no Brasil. A realização socioeconômica foi medida em termos da probabilidade de acesso ao topo social (FIGUEIREDO SANTOS, 2019). Embora esta seja uma questão crítica nos estudos de mobilidade social, não estavam sendo considerados os fluxos nos demais âmbitos da estrutura social abaixo do topo. Este estudo considera como resultado final a renda de todas as fontes. Trata-se de uma medida mais abrangente em termos de cobertura e capaz de captar gradações nos resultados. As duas medidas podem ser vistas como

complementares. O acesso ao topo social focaliza a fronteira decisiva em que operam os principais mecanismos de vantagens de classe social, ou seja, propriedade, autoridade e conhecimento perito. A renda como destino retrata como o efeito de origem pode oferecer mais ou menos de algo valioso. Capta potencialmente deslocamentos que podem ocorrer em um espectro que abarca, mas não se limita aos ricos. Regra geral, os dois estudos mostram resultados convergentes nas quatro questões comuns que foram investigadas. O efeito total e o efeito direto da origem, as tendências entre as coortes, os efeitos da origem por níveis educacionais, os padrões de retornos da educação, os retornos da educação por classe de origem, considerados em conjunto, não confirmam uma tendência de enfraquecimento das desigualdades de oportunidades no curso do jogo entre mudanças estruturais. As vantagens de origem continuam a gerar no destino vantagem de chances de vida na sociedade brasileira em meio às mudanças estruturais e seus efeitos no decorrer da sucessão de coortes.

Referências

BALDWIN, Scott A.; FELLINGHAM, Gilbert W.; BALDWIN, Austin S. Statistical models for multilevel skewed physical activity data in health. *Health Psychology*, v. 35, n. 6, p. 552-562, 2016.

BALLARINO, Gabriele; BERNARDI, Fabrizio. The intergenerational transmission of inequality and education in fourteen countries: a comparison, in: BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele (ed.). *Education, Occupation and Social Origin*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 255-282.

BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele. *Education, occupation and social origin: a comparative analysis of the transmission of socio-economic inequalities*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016a.

_____. Introduction: Education as the great equalizer: a theoretical frame-

work, in: BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele. (ed.). *Education, occupation and social origin*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016b. p. 1-19.

BREEN, Richard; LUIJKX, Ruud. Conclusions, in: BREEN, Richard (ed.). *Social mobility in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 383-410.

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. *Microeconometrics using Stata*. College Station: Stata Press, 2009.

DUNN, Christopher. The intergenerational transmission of lifetime earnings: evidence from Brazil. *The B. E. Journal of Economic Analysis & Policy*, vol. 7, n. 2, (Contributions), Art. 2, p. 1-40, 2007.

ERIKSON, Robert; JONSSON, Jan O. Social origin as an interest-bearing asset: family background and labour-market rewards among employees in Sweden. *Acta Sociologica*, v. 41, n. 1, p. 19-36, 1998.

HANSEN, Marianne. Education and economic rewards: variations by social class origin and income measures. *European Sociological Review*, v. 17, n. 3, p. 209-31, 2001.

HÄLLSTEN, Martin. The class-origin wage gap: heterogeneity in education and variations across market segments. *The British Journal of Sociology*, v. 64, n. 4, p. 662-690, 2013.

HARDIN, James; HILBE, Joseph. *Generalized linear models and extensions*. 3. ed., College Station: Stata Press, 2012.

HOUT, Michael. Social and economic returns to college education in the United States. *Annual Review of Sociology*, v. 38, p. 379-400, 2012.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

_____. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

_____. Comprehending the class structure specificity in Brazil. *South African Review of Sociology*, v. 41, n. 3, p. 24-44, 2010.

_____. Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. In: ROSENBERG, F. (Org.). *Classes sociais, território e saúde: questões metodológicas e políticas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. p. 39-59.

Disponível em: www.forumitaborai.fiocruz.br.

_____. Classe social e deslocamentos de renda no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 1, p. 79-110, 2015.

_____. Origem de classe e destino ao topo social no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 16, 2019.

GOLDTHORPE, John. Social class mobility in modern Britain: changing structure, constant process. *Journal of the British Academy*, v. 4, p. 89–111, 2016.

LONG, J. Scott; FREESE, J. *Regression models for categorical dependent variables using Stata*. 3. ed. College Station: Stata Press, 2014.

PETERSEN, Trond. Multiplicative models for continuous dependent Variables. *Sociological Methodology*, v. 47, n. 1, p. 113–164, 2017.

RIBEIRO, Carlos A. Occupational and income intergenerational mobility in Brazil between the 1990s and 2000s. *Sociologia & Antropologia*, v. 7, n. 1, p. 157-185, 2017.

SCHENKER, Nathaniel; GENTLEMAN, Jane F. On judging the significance of differences by examining the overlap between confidence intervals. *American Statistician*. v 55, n. 3, p. 182-186, 2001.

TORCHE, Florencia. Intergenerational mobility and inequality: the Latin American case. *Annual Review of Sociology*. v. 40, p. 619–42, 2014.

_____. Analyses of intergenerational mobility: an interdisciplinary review. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, n. 657, p. 37-62, 2015a.

TORCHE, Florencia. Intergerational mobility and equality of opportunity. *European Journal of Sociology*, v. 53, n. 6, p. 343-371, 2015b.

VANDECASTEELE, Leen. Socio origin, education and socio-economic inequalities: trends in the United Kingdom, in: BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele. (ed.). *Education, occupation and social origin*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016.

VITTINGHOFF, Eric et al. *Regression methods in biostatistics*. 2 ed. New York: Springer, 2014.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WRIGHT, Erik Olin. *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Resumo:

O trabalho investiga as relações entre origem de classe e chances de vida no Brasil com os dados de mobilidade social da PNAD 2014. Os efeitos da origem foram estimados sob a forma de médias preditas e diferenças proporcionais na renda com um Modelo Linear Generalizado. A magnitude e a evolução entre as coortes dos efeitos totais e diretos da origem privilegiada na renda colocam em questão o papel equalizador da educação. A origem no topo social, tanto impulsiona a renda de quem tem escolaridade superior, quanto protege quem fracassa na escola. Os retornos da escolaridade superior e média estão caindo entre as coortes. Esta queda afeta quem tem origem na base social, porém não no topo social. Maior desigualdade originária parece favorecer a vantagem de origem. A menor desigualdade de renda atual, no entanto, não reduziu a vantagem de origem entre a primeira e a última coorte.

Palavras-chave: Classe social; mobilidade social; origem social; chances de vida; renda.

Abstract:

The paper investigates the relationships between class origins and life chances in Brazil with PNAD 2014 social mobility data. The effects of the origin were estimated as predicted averages and proportional differences in income with a Generalized Linear Model. The magnitude and the evolution between the cohorts of the total and direct effects on income of the privileged origin question the equalizing role of education. The origin in the social top both boosts the income of those who have higher education and protects those who fail in school. The returns of upper and middle schooling are falling among the cohorts. This fall affects who originates in the social base, but not in the social top. Greater original inequality seems to favor the advantage of origin. The lower present-day income inequality, however, did not have reduced the advantage of origin between the first and last cohort.

Keywords: Social class; social mobility; social origin; life chances; income.

Recebido para publicação em 23/05/2019.

Aceito em 11/11/2019.

O encarceramento feminino recente no Brasil: uma discussão a partir do Rio de Janeiro, Manaus e Fortaleza

Simone Ribeiro Gomes

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-6461-8879>

sribeirogomes6@gmail.com

Nossa entrada no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), nos arredores de Fortaleza, em maio de 2017, coincide com um dia de indulto.¹ Todas as personagens, salvo um membro do Conselho Penitenciário do Ceará (COPEN), eram mulheres, tanto a juíza, quanto a diretora do presídio e agentes prisionais. Contudo, frente à expectativa das presas de liberdade, veio a frustração de saberem que seriam ínfimas as liberadas nesse dia, dado que o crime

1. Indulto, a ser decretado pelo Presidente da República, com base no artigo 84, XII da Constituição Federal, significa o perdão individual ou coletivo da pena para determinados crimes, e sua conseqüente extinção, tendo em vista o cumprimento de alguns requisitos, como ter bom comportamento, estar preso há um determinado tempo, ser paraplégico, tetraplégico, portador de cegueira completa, ser mãe de filhos menores de 14 anos e ter cumprido pelo menos dois quintos da pena em regime fechado ou semi-aberto. No entanto, não podem ser beneficiados, os condenados que cumprem pena pelos crimes de tortura, terrorismo, tráfico de entorpecentes e drogas afins, e os condenados por crime hediondo (Lei Nº 8.072/90).

de tráfico impedia a concessão do indulto, excluindo a maioria das mulheres encarceradas nessa instituição, naquele momento.

Essa – recorrente – cena, ilustra o presente trabalho, que versa sobre o aumento da presença de facções no sistema prisional brasileiro, sobretudo a partir de 2006, com o envio de grandes chefes do tráfico para os presídios federais² e sua subsequente separação de seus sistemas de origem. A radicalização do crime sob a tutela estatal, de dentro das prisões, é abordada a partir da atual política de encarceramento em massa no Brasil, com um recorte de gênero, feminino, intensificado com a aprovação da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), que criminaliza por tráfico, com pena de reclusão de 5 a 15 anos.

A hipótese principal desse trabalho é que a expansão significativa do encarceramento feminino deve ser entendida a partir das mudanças introduzidas com a legislação antidrogas de 2006, que aumentou significativamente o número de mulheres presas. Ao encarcerar mulheres, entrando nos presídios com quantidades irrisórias de entorpecentes para pagamento de dívidas de seus companheiros e filhos presos, o Estado contribui com o poder de organização e recrutamento das facções criminosas. Ademais, a expansão da população carcerária feminina se deu de forma mais acelerada que a masculina (INFOPEN, 2018), e seu crescimento não é acompanhado de uma estruturação compatível com as peculiaridades do encarceramento feminino, levando a diversas violações dos direitos humanos das mulheres encarceradas.

A metodologia utilizada foi qualitativa, com uma pesquisa de campo em três cidades brasileiras, Rio de Janeiro, Manaus e Forta-

2. BRASIL. Lei n. 11.343, de 23 de ago de 2006. *Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências*, Brasília, DF, ago 2006

leza, com visitas etnográficas e entrevistas em profundidade com diferentes atores do sistema prisional,³ para abordar o recente encarceramento em massa feminino no Brasil.⁴ Tal recorte geográfico tem sua justificativa na importância desses contextos na rota do narcotráfico nacional e internacional, tal qual na proeminência das facções prisionais⁵ abordadas nesse texto. Os dez homens e mulheres entrevistados faziam parte do circuito ampliado de atores do sistema prisional dessas cidades, que incluía diretores de presídio, agentes penitenciários, membros de autarquias relativas ao aprisionamento, entre outros. Ademais, com base em uma observação etnográfica, a experiência das mulheres cumprindo pena foi analisada com a escolha de sujeitos considerados chave para o trabalho.

As experiências das mulheres cumprindo pena torna possível observar como a expansão das facções criminosas vem impactando o sistema prisional. Ademais, há um aumento sensível na vulnerabilização da vida das detentas, pois essas têm muito menos recursos econômicos, laborais e são as que se responsabilizam majoritariamente pelos encargos familiares. O texto divide-se em três partes, iniciando com uma discussão sobre as principais facções criminosas nos presídios brasileiros, sua expansão e impacto na demografia penitenciária,

3. Os atores entrevistados eram, em sua maioria funcionários do sistema penitenciário, nas três cidades. Dessa maneira, agentes penitenciários, diretores de presídio e presos foram ouvidos. Além disso, entrevistamos professores universitários.

4. Apesar de não ser o objetivo do presente texto, é importante sublinhar *a insuficiência de políticas públicas prisionais, na atualidade, para atender às demandas específicas dos direitos fundamentais das mulheres, sobretudo no que diz respeito às dinâmicas do aprisionamento em si e às práticas do cotidiano disciplinar da prisão.*

5. As cidades foram escolhidas a partir da representatividade e projeção nacional das suas facções prisionais, como o Comando Vermelho (CV) no Rio de Janeiro, a Facção do Norte (FDN) em Manaus e Fortaleza, por último, o Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, por conta do volume de literatura produzido a seu respeito.

passando pelo aumento significativo do número de mulheres encarceradas a partir do faccionalismo masculino, e, finalmente, abordando o papel desempenhado pela Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) nesse panorama.

Considerações sobre as facções criminosas nos presídios brasileiros

Graças a Deus o sistema tá na paz, guerra tá lá fora.

Luis,⁶ detento no CPPL 2, Fortaleza, maio de 2017

O Brasil possuía, em dezembro de 2014, uma população carcerária de 622.202 pessoas, correspondendo à taxa de 306,22 presos para cada 100.000 habitantes (BOITEAUX, 2017). Entre os anos de 1990 e 2014, a população carcerária aumentou 575% (CROZERA, 2017). Dessa forma, o aumento do encarceramento feminino e a intensificação da discussão sobre as desigualdades de gênero, tem lançado luz à discussão sobre a prisão nos últimos anos, trazendo maior visibilidade para a população prisional feminina (SERRA, 2013).

Os dados indicam que são 42.355 mulheres encarceradas e, segundo o INFOPEN (2018), cerca de 62% dessas cumpriam penas por tráfico de entorpecentes. Outro dado importante, presente nesse relatório, é de que apenas 6% dos crimes cometidos por mulheres tem como resultado a morte (homicídio e latrocínio), configurando delitos de menor gravidade e baixa violência. Esta situação torna-se mais agravante pelo aumento da população feminina ser proporcionalmente maior do que o da masculina. Entre 2000 a 2014, a porcentagem de mulheres em custódia subiu 567,4%, enquanto a média de

6. Todos os nomes dos entrevistados e observados no decorrer do presente texto foram modificados, de forma a manter sua privacidade.

crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%.

Para compreender esse aumento proporcional das mulheres em relação aos homens é preciso entender a dinâmica faccional dentro dos presídios. Essa contaria com a implicação de muitas mulheres *de fora* (que incluem as mães, companheiras e irmãs dos presos), ainda que entendamos que essa não seria a única razão para o crescimento dessa população presa, e tampouco desconsideremos a agência⁷ das mulheres em entrar para o crime.

Dentro do total de mulheres custodiadas, um número pequeno cumpriria um *status* de comando dentro de alguma organização criminosa, dado que a maioria ocupa posições subalternas como mulas ou meios de transporte de drogas para o interior de presídios, a fim de suprir as necessidades de maridos e companheiros. Isso posto, os doze perfis de mulheres ocupados no tráfico de drogas incluem: bucha (pessoa presa por estar presente na cena em que são efetuadas outras prisões), consumidora, mula-avião (quem transporta a droga), vendedora, vapor (quem negocia pequenas quantidades no varejo), cúmplice, assistente/fogueteira, abastecedora/distribuidora, traficante, gerente, dona de boca e caixa/contadora (RAMOS, 2012).

Ademais, persiste uma deficiência nos dados sobre o perfil de mulheres em privação de liberdade nos bancos de dados oficiais dos governos, contribuindo para a invisibilidade das necessidades dessas pessoas. No entanto, sabemos, segundo o INFOPEN (2014), que atualmente são 238 estabelecimentos mistos (17%) e 103 exclusivamente femininos (7%), o que aponta para uma maioria de mulheres presentes em estruturas mistas.

De maneira a observar esse crescimento significativo, importa afir-

7. A entrada de mulheres nas facções criminosas não é o objeto principal de análise do artigo. Para mais informações, ver: Barcinski (2009) e Spindola (2016).

mamos que, em 2009, o percentual de presas por envolvimento com o tráfico era de 48,31% (CARVALHO, 2013). Contudo, é também preciso considerar sua condição socioeconômica, dado que a criminalização dos delitos de tráfico de drogas parece ser o principal instrumento impulsionador desse processo de hiperencarceramento de mulheres.

O perfil das custodiadas inclui, notadamente, mulheres negras (cerca de 68%), jovens (50% teria entre 18 e 29 anos), com filhos, responsáveis pela provisão do sustento familiar, com baixa escolaridade (sabe-se que 50% delas possuem o ensino fundamental incompleto), e oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente. Além disso, essas mulheres, no momento de sua prisão, exerciam atividades de trabalho informal (INFOPEN, 2018).

Observamos, em nossa visita etnográfica no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ),⁸ em Manaus, uma evidente superlotação, ainda que desde a rebelião, em 2017, a situação esteja sensivelmente melhor. No COMPAJ feminino, portanto, em maio de 2017 eram 61 presas em um local com capacidade para 72, que fazem demandas frequentes ao juiz federal, pedindo revisões de suas penas.

Para Crozera (2017), se a violência policial era essencial para entender os massacres de outrora, atualmente as disputas entre facções parecem ser mais importantes para compreender a dinâmica prisional. Assim, as rebeliões parecem ter se tornado parte importante do *modus operandi* das facções atualmente, no Brasil, quer seja como forma de barganha ou de visibilidade midiática. O número excessivo de presos e as péssimas condições carcerárias implicam no fortalecimento dessas organizações criminosas (BOITEAUX, 2017; PAIVA, 2019), tanto pela ampliação de suas áreas de influência, quanto pela oferta de organização e assistência dos líderes das facções aos demais

8. Para maiores informações, ver: g1.globo.com. Acesso em 2 de junho de 2019.

presos.

Nesse sentido, contribuem para o aumento do faccionalismo os altos índices de encarceramento, que evidenciam uma correlação com a Lei de Drogas, de 2006. As alterações legais realizadas permitiram que usuários sejam enquadrados como traficantes, aumentando significativamente as prisões por conta desse delito, atualmente o maior responsável por prisões no país. Ademais, o Estado perde força dentro das prisões, com um número reduzido de agentes carcerários.

Em uma visita ao COMPAJ feminino, somos informadas que muitas das mulheres no local são faccionárias, pertencendo majoritariamente ao grupo criminoso Fação do Norte (FDN), ainda que não possuam um papel ativo nas rebeliões. No COMPAJ masculino, logo ao lado, a separação entre os membros de distintas facções está institucionalizada, segundo comenta Raul, membro do COPEN, porque teria ficado “impraticável, quatro mortes na UPP, 56 no COMPAJ e 2 na cadeia pública, já desativada. O presídio federal potencializa isso, o *know how* dos presos, que misturam presos comuns e faccionários”.

As facções prisionais (*prison gangs*), uma das formas de denominação de tais grupos, são, no presente texto, entendidas a partir da consolidação e controle da vida prisional e da projeção de seu poder coercitivo para além das prisões. Para Paiva (2019), em que pese a frequência de uso desse termo, igualmente são utilizados “crime organizado”, “comando”, “bonde”, “tropa”, “família”, “irmãos”, entre outros termos para designar tais coletivos reconhecidos socialmente.

Esses grupos criminosos atuariam notadamente nas favelas e periferias brasileiras, tal como nas prisões, ganhando um espaço significativo na literatura brasileira a partir dos ataques ocorridos em 2006, em São Paulo, pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Desde então,

possuem um lugar importante na literatura sobre prisões, inscrevendo as dinâmicas entre prisões, facções prisionais e crime e sociedade na agenda de violência (LOURENÇO, ALMEIDA, 2013).

A hipótese mais comum sobre o fortalecimento desses grupos menciona como as elevadas taxas de encarceramento são utilizadas para o gerenciamento dos grupos atrás das grades. Para Salla (2013), as falhas na manutenção da ordem nos presídios seriam as principais responsáveis pelo avanço na concentração de poder na mão dos presos, redefinindo suas relações com os agentes dentro do presídio e entre os próprios, com a constatação frequente de um número grande de presos sendo conduzida por poucos agentes. Para José, agente penitenciário em um presídio no Ceará: “a defasagem de profissionais é muito grande, inversamente no mundo carcerário, temos 1034 presos e poucos agentes carcerários, a gente trabalha sempre na defasagem”. O diretor de um presídio, Altino, complementa “a facção não tá só sistema, tá na sociedade”.

Dessa maneira, é importante para o trabalho abordar as duas facções – e, logo, facções prisionais – de maior proeminência no debate público, o Comando Vermelho (CV) e o Partido Capital (PCC), respectivamente oriundas do Rio de Janeiro e São Paulo, que vem (re)organizando os grupos criminosos em outros estados, a partir de distintos fenômenos. Foge à intenção desse texto descrever como se dá a implantação desses grupos criminosos em outros locais, assim como sua coligação com facções e criminosos nesses espaços, ainda que seja importante reconhecer como a expansão se dá diferencialmente nos demais estados do Brasil.

Para tanto, apresentaremos algumas facções criminosas que possuem centralidade no debate acadêmico, e no sistema prisional, atualmente. O anteriormente nomeado Falange Vermelha, atual Comando

Vermelho Rogério Lemgruber (CVRL) ou apenas Comando Vermelho (CV), ganhou notoriedade na década de 1980, a partir da ocorrência de grandes assaltos, atribuídos aos seus integrantes, mas estabeleceu seu controle sobre as redes de drogas à varejo no Rio de Janeiro, notadamente em suas favelas e periferias, no final desta década (MISSE, 2003). Constituído nos presídios, buscou constantemente criar acordos entre “donos” de bocas de fumo em áreas de varejo do mercado ilegal de drogas, o sistema prisional e as comunidades. Sua estrutura de funcionamento é horizontalizada, sem chefes, mas funcionando com decisões tomadas por um colegiado.

No Rio, outras grandes facções disputam a regulação dos espaços prisionais e do tráfico nas favelas, sendo elas, atualmente, o Terceiro Comando Puro (TCP) e a Amigos dos Amigos (ADA), que se aproximam, em sua vinculação com o tráfico de drogas enquanto fonte de recursos econômicos para a reprodução de suas estruturas organizacionais (HIRATA, GRILLO, 2017). Essa constitui, para os autores, uma diferença fundamental em relação à situação em São Paulo, dado que o CV enfrentaria, desde sua constituição, um conflito com outras facções, que fez com que esse defendesse com armamento pesado seus territórios, aprimorando das dinâmicas internas de vigilância e punição. Além disso, a instalação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs), desde 2008, teria sido um revés para o CV, que teve seus líderes⁹ isolados em presídios federais, dando lugar para criminosos antes inexpressivos.

Já o PCC, criado em 1993, ganhou a cena pública em 2001, a partir de rebeliões simultâneas em 29 estabelecimentos prisionais, no estado de São Paulo, para, em 2006, ficar conhecido pelos ataques em toda

9. Dentre eles, destacam-se os narcotraficantes de maior proeminência, conhecidos como Marquinho VP, Fernandinho BM e Elias Maluco.

a cidade (HIRATA, GRILLO, 2017). Seu estatuto é rigoroso, com 18 artigos que regem a conduta de seus membros, com itens que incluem a luta contra a opressão do sistema prisional e valores relacionados à lealdade. Seu surgimento, em Taubaté, São Paulo, diria respeito à organização da massa carcerária contra as péssimas condições de encarceramento, que produziam ambientes de desconfiança, contra a violência estatal, mas também da ação das quadrilhas formadas por presos para roubar, estuprar e matar seus companheiros.

A respeito de sua atuação no sistema carcerário, Varella (2017) afirma que as penitenciárias paulistas, sob a hegemonia dessa facção, vivem períodos de paz prolongados, com uma sensível diminuição da violência. O autor também afirma que sua implantação num presídio, favela ou bairro periférico, necessitaria de poucos irmãos e a estratégia de transferência de seus líderes para penitenciárias do interior e de outros estados teria sido decisiva para disseminar suas ideias e assegurar seu poder.

Dessa maneira, além dos irmãos, membros afiliados à facção, constariam também os patrões das biqueiras, que apesar de não serem necessariamente afiliados, possuem parte de suas alianças visando à prática de roubos, diferentemente do CV, no Rio de Janeiro. Em relação às semelhanças e diferenças, os autores, primeiramente, utilizam a categoria de redes horizontais de proteção mútua (MISSE, 2003), para classificá-los. A adesão a esses coletivos, e os laços que os constituem, favorecem os seus integrantes em demandas contra as condições de encarceramento, confrontos com policiais ou disputas com comandos rivais. Ademais, as cada vez mais frequentes rebeliões no país começaram a acontecer, principalmente, após o assassinato de membros do PCC e da trégua entre PCC e CV, que durou mais de vinte anos.

Tendo em vista que nosso objetivo não é esmiuçar o funciona-

mento dessas duas grandes facções, mas considerá-las a partir, principalmente, do que Fernando¹⁰ chama de “imperialismo sudestino do crime”, é importante considerar o espraiamento dessas facções para outros estados da federação, que incluem o Amazonas e o Ceará. No ulterior, os governo do estado só reconheceu publicamente a existência desses grupos em seu território em 2016, após uma rebelião, apesar do que Julia, defensora pública, afirma: “o falatório das facções já existe desde 2014”. Ainda assim, são documentadas a existência de ao menos quatro facções no Ceará, Guardiões do Crime (GDE), Família do Norte (FDN), além do PCC e CV.

A facção GDE, conhecida pelos números 7.4.5, tem sua gênese, no Ceará, em uma ruptura dentro do PCC, por conta da contestação das taxas mensais e pelo excesso de regras no cotidiano.¹¹ Seus membros, presos e egressos do sistema, estabelecem alianças para lutar pela hegemonia do crime no Ceará., em um conselho central, que integrou grupos locais que faziam o crime em determinados bairros de Fortaleza (PAIVA, 2019). Já a FDN, conforme afirmam Candotti, Cunha e Siqueira (2017), tem sua gênese no Amazonas, em uma contenda de vingança e morte de um detento no começo dos anos 2000, mas que teriam como certeza as lombras,¹² rebeliões frequentes dentro do sistema prisional, com reivindicações dos detentos e detentas. Com um aumento de mais de 40% da população carcerária entre 2002 e 2016 no estado, a expansão desse grupo foi notória, chegando às fronteiras

10. Ativista do hip hop, em entrevista realizada na cidade de Fortaleza – Ceará, em maio de 2017.

11. Para Jania Aquino, em entrevista no site Unisinos. Fonte: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 31 de agosto de 2019.

12. Para Siqueira (2016), as lombras, gírias do sistema penitenciário, seriam equivalentes às rebeliões ou motins em Manaus. É uma palavra de ordem que é anunciada pelos gritos de “A CADEIA LOMBROU!”, e que anunciam perigo eminente e a necessidade de mobilização e proteção. É o momento em que diversas “brincas” podem ser resolvidas.

nacionais.

O ano de chegada das facções é disputado em cada estado, “há uma queda de forças e nessa o PCC está ganhando, os presos não dizem que são [de facções], talvez por medo”, segundo Julia (defensora pública, Ceará). Ademais, a superlotação dos presídios – provisórios e permanentes -, trabalhando frequentemente com mais de 50 % da lotação lícita, funcionaria como um incentivo para a adesão de novos membros às facções.

Ainda para Julia, “o Estado hoje está meio perdido entre a linha da humanização e da tolerância zero, e é nessa fragilidade que as facções crescem”, comenta, na Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva (CPPL IV), unidade com 1780 presos, quase o dobro de sua lotação. Nessa instituição, os presos se dividiriam majoritariamente entre aqueles da “massa carcerária” e os afiliados ao CV e PCC, esses últimos em processo de transferência para a Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL III), ao lado, quase exclusivamente de presos faccionários do PCC. Ainda segundo Aline: “há um divórcio das duas facções estaduais com as duas grandes facções, por isso há essa confusão generalizada no Brasil”.

Essa divisão das facções, quebrando a pacificação estabelecida em 2015, teria implicado no aumento da violência no sistema carcerário e fora desse. Barros et alii (2018) traçam o histórico desse evento, iniciado em 2015, com um pacto entre facções rivais ligadas ao tráfico de drogas em Fortaleza, que perdurou até meados de 2016, com mudanças significativas no cotidiano de territórios marcados pelo enfrentamento entre grupos criminosos e destes com a polícia. O que aconteceu foi notadamente uma proibição do ciclo de vinganças e homicídio entre grupos locais. Para Bruno, diretor de um presídio em Fortaleza:

[...] existia uma pacificação entre eles (paz nos bairros e dentro do presídio), agora com a quebra do contrato, tá morrendo muita gente. É a guerra entre eles e todo é comandado por eles. Inclusive se acontece algo lá fora, é comandado de dentro do presídio.

O deputado estadual Fernando,¹³ em Fortaleza, afirma igualmente que: “a redução dos homicídios estaria ligada à redução pela trégua de 2015-2016”. Além disso, conquanto a separação dos presos por facção represente uma demanda dos presos em todos os territórios investigados no texto – negada por muitos atores estatais em todo o país – essa começa a ser uma realidade no sistema prisional, sobretudo após a ocorrência de rebeliões. Altino, diretor de uma unidade prisional no Ceará, afirma que: “[a separação por facções] fica mais difícil para o Estado, mais fácil pra gente, mas tá deixando o preso fazer o que quer”. O diretor ainda complementa: “o Estado é muito moroso para tomar decisão, o crime não”.

Em Manaus, o panorama de crescente faccionalismo é, igualmente, uma realidade, sobretudo no que tange à facção local, FDN, que possui membros dentro do sistema juvenil. A diretora de uma unidade prisional Marcia, menciona um assassinato, em 2017, de um jovem de 16 anos por outro rapaz, a partir da ordem de matar um mata-xana, ou seja, feminicida. Os jovens se dividiriam, majoritariamente, entre a FDN e o PCC, além dos integrantes do CV. Em Fortaleza, Maria,¹⁴ diretora do Instituto Penal Feminino (IPF), menciona que: “há presença de facções aqui, mas não sabemos exatamente quais são, aqui a gente teve GDE [Guardiões do Estado], elas ficaram armando e nós colocamos numa ala só”.

Finalmente, são diversas as regras dos faccionários em todo o país, mas essas convergem, geralmente, para o pagamento de taxas em

13. Em entrevista realizada na cidade de Fortaleza – Ceará, em maio de 2017.

14. Em entrevista realizada na cidade de Fortaleza – Ceará, em maio de 2017.

troca de proteção. A “caixinha” é uma delas. Funciona como um imposto do tráfico de cada dono, que vai diretamente para a facção. Os valores arrecadados com as frequentes rifas do PCC, por exemplo, que custam 35 reais, também vão para o registro interno da facção, e como comenta o diretor Roberto,¹⁵ da Secretaria de Administração Penitenciária, no Rio de Janeiro, seriam sorteados casas e veículos, sendo a rifa um fonte de renda para facções oferecida entre integrantes, companheiros e familiares e os presos que não contribuem com carrinho (conhecido como a cebola), compram rifa.

Dessa maneira, é importante sublinhar o quanto, nas palavras de Julia, há uma ausência de prioridade do sistema prisional para o Estado, que torna a rebelião um poderoso instrumento de barganha. Para a defensora, em Fortaleza: “O sistema penitenciário não é prioridade de governo nenhum, só quando há motim ou rebelião. Além disso, tem isso que o Estado não cumpre acordos também, diz que vai fazer e não faz”.

A defesa de melhores condições carcerárias é uma bandeira de diversos setores da sociedade, além de ser uma preocupação crescente do próprio Poder Judiciário. As rebeliões acabam ocorrendo em consequência direta da piora das condições de encarceramento no Brasil nos últimos anos. Segundo a presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Carmen Lucia, “não se aboletam nem bichos, do jeito que se tratam os presos no país”. (DURÃO, 2017).

15. Em entrevista realizada na cidade de Fortaleza – Ceará, em maio de 2017.

O faccionalismo masculino como detonador do encarceramento feminino

Nosso objetivo nessa seção é demonstrar como o aumento recente dos índices de encarceramento no Brasil afeta homens e mulheres, diferentemente, a partir da afiliação dos presos às facções criminosas. As prisões exclusivamente femininas, no país, datam do final da década de 1930 e início dos anos 1940. Anteriormente, as mulheres ocupavam celas específicas em estabelecimentos penais masculinos.

Tendo em vista que as facções vêm aumentando significativamente seus poderes e suas ligações com grupos de outros estados, em uma troca de informações, armas e drogas, há impacto direto na violência e vitimização nas cidades. Ademais, a transferência de internos reconhecidos como líderes tanto para a Unidade Especial Disciplinar (UED) e presídios fora do estado, na busca por dissipar o poder das facções (LOURENÇO, ALMEIDA, 2013), acabou por difundir e fortalecer seu comando.

É importante levar em consideração a ideia de que existe uma dominação nos presídios articulada à dominação nas ruas, em territórios como favelas e periferias. O funcionário da administração penitenciária do AM, Junior, afirma que “o Estado acaba consolidando as facções dentro do sistema, mesmo que não reconheça nenhuma liderança lá dentro, para que não ganhem força, principalmente em momentos de crise”.

Dessa forma, a associação não é livre, tampouco unicausal, mas buscaremos demonstrar que uma das possíveis causas para o aumento significativo do número de mulheres presas tem a ver com o aumento do poder de coesão e filiação das facções criminosas dentro do presí-

dio. De acordo com o relato de Maurício,¹⁶ preso em Bangu IV, no Rio de Janeiro “com os presídios federais, começa a ter doutrinação, organização dentro dos presídios”. E essa nova ordem dentro do sistema prisional conta com uma estrutura de retroalimentação de drogas e pagamento de dívidas intracarcerárias que, invariavelmente, implica diretamente as companheiras, ex-companheiras e outras mulheres das famílias dos homens dentro do sistema. Ao buscar ajudar seus parentes encarcerados, as mulheres acabam, elas mesmas, também presas.

Faz-se mister, igualmente, considerar os discursos morais produzidos a respeito das mulheres que cometem crimes. Dessa maneira, Maria, diretora de uma casa de custódia em Fortaleza, exemplifica: “no interior do Ceará é frequente que juízes mandem mulheres por penas altas, por porte de pequena quantidade de maconha (20 a 30g), e pior ainda porque são mulheres, ele afirma que não deveriam estar no crime”. Barbosa (2017) aborda essa questão, quando afirma que as mulheres submetidas ao controle penal deparam-se com julgamentos mais severos devido ao desvio de seus papéis de gênero, dado que delas são esperados um papel passivo no sistema criminal.

A informação supracitada nos foi dada em um estabelecimento em que a maioria das 750 internas estaria cumprindo pena por delitos de tráfico. Ademais, segundo Lucia, juíza federal que nos acompanha na casa de custódia:

[...] a situação dos presídios é complicada, porque anteriormente o Estado providenciava algum apoio para o encontro das presas com os presos da penitenciária vizinha, agora já não se pode fazer isso, por conta da situação complicada do Estado, favorecendo o fortalecimento das facções.

Conquanto seja importante explicitar os vínculos que levam ao

16. Em entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 2017.

aumento do encarceramento feminino, é preciso atentar para o fato de que não afirmamos, com isso, que as mulheres estariam desprovidas de agência, vontade própria ou entrariam para o tráfico apenas pela vontade de seus (ex) companheiros. Ainda assim, endossamos as observações de campo de Lourenço e Almeida (2013), na qual as companheiras, mas também os advogados, seriam, muitas vezes, mensageiros para execução de ordens, de todos os tipos, de comandos nos bairros, veiculando proibições e permissões feitas pelas lideranças. Dessa maneira, os homens constariam como os maiores motivadores para a entrada das mulheres na rede do tráfico de drogas, especialmente seus parceiros afetivos, em iniciá-las em atividades criminosas (STEFFENSMEIER, ALLAN, 1996; ZALUAR, 1993).

Se a literatura demonstra que trajetória de muitas mulheres no sistema penitenciário se iniciaria com as visitas aos seus companheiros (VARELLA, 2017, ZALUAR, 1993), é importante prestar atenção às mudanças introduzidas com o endurecimento da lei 11.343/2006.¹⁷ Assim, com o crescente faccionalismo masculino, a expectativa é que às mulheres cada vez mais sejam conferidas tarefas como fazer depósitos para quitar dívidas de drogas de seus companheiros, além de levar drogas escondidas.

Dada à limitação estrutural e econômica para o acesso à vida digna pelas mulheres, o tráfico se apresenta como uma opção atrativa, possibilitando o desempenho das tarefas produtivas e reprodutivas. No Rio de Janeiro, por exemplo, segundo as observações de Henriques (2009), o desemprego atrairia muitas mulheres para desempenhar o

17. Apesar disso, existem inovações jurídicas recentes, que possivelmente terão algum impacto sobre o fenômeno prisional feminino, como o *Habeas Corpus* HC 143641 do STF, que garantiu o benefício da prisão domiciliar para reeducandas gestantes, e o HC 118533 do STF, que retirou o caráter de hediondez dos casos de tráfico privilegiado, possibilitando uma série de benefícios na execução de pena de parcela significativa das mulheres detentas.

trabalho de mula, em que muitas das acusadas estudadas prestavam um serviço para pessoas que desconheciam, ignorando a estrutura mais ampla do tráfico de drogas em que inseriam-se.

Ainda assim, é preciso afirmar que o envolvimento das mulheres no tráfico de drogas é invisibilizado, tanto na qualidade da informação produzida, quanto nas teorias sobre a motivação de comportamentos criminosos. Para Barcinski, (2012), dado que o tráfico é reconhecido como uma atividade masculina, participar dele daria às mulheres visibilidade e a possibilidade de se distinguir de outras mulheres. Sá (2011), por sua vez afirma que as identidades estabelecidas nas dinâmicas da violência urbana são fontes de estigmatização para os atores sociais, que as incorporam e a performam como se fosse natural. Contudo, para Zaluar (1993), o tráfico reproduziria a hierarquia de gênero da sociedade mais ampla, muitas vezes por sua invisibilidade social e econômica, de classe e de cor, que faz com que as mulheres construam identidades criminosas como forma resistência a sua posição marginalizada.

A centralidade da Lei de Drogas para o encarceramento feminino

Nosso objetivo nessa seção será discutir como o advento da Lei 11.343, de 2006, a Lei de Drogas, impactou significativamente o panorama do encarceramento feminino no Brasil. Os efeitos dessa lei devem ser lidos levando em consideração o endurecimento das penas, em seu artigo 33, de três a cinco anos para traficantes. Dessa forma, é importante afirmar que a legislação vem funcionando igualmente para o super-encarceramento de homens e mulheres, mas que dadas às relações estabelecidas frequentemente entre os faccionários,

suas companheiras e ex-companheiras, além de demais parentes, vem sendo crescentemente envolvidas no crime de tráfico.

De acordo com a perspectiva de Barbosa (2017), há um notório avanço nessa legislação, dado que as antigas leis tratavam o combate às drogas majoritariamente como um assunto penal, e não uma temática situada com suas devidas matizes sociológicas. A distinção entre traficante e usuário de drogas, nessa legislação, se dava a partir da criminalização por meio dos artigos 16 (usuário) e 12 (traficante de drogas), além do modo como a polícia poderia ou não incriminar alguém relativo à infração com o comércio e uso de substâncias consideradas ilícitas.

Se outrora a atenção era exclusiva aos traficantes, agora ela é dividida com os usuários. Dessa maneira, em seu primeiro artigo, a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), “institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes”, representando um avanço no tratamento da temática.

A legislação anterior datava de 1976, e a atual lei acolheu todos os crimes relativos aos entorpecentes dispostos na antiga Lei nº 6.368/76. Contudo, houve um aumento considerável da pena privativa de liberdade prevista na nova legislação, que passou de 03 (três) a 15 (quinze) anos para 05 (cinco) a 15 (quinze) anos de reclusão, inviabilizando a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, dado que esta não se enquadraria nos critérios necessários do art. 44 do Código Penal para a substituição, que a prevê para os crimes os quais a pena não for superior a quatro anos. Igualmente, os limites da pena de multa passaram de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e ses-

setenta) dias-multa e de 500 (quinhentos) a 1500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Conquanto a aprovação dessa nova legislação tenha representado um progresso, as mudanças trazidas na concepção da política de drogas na sociedade em geral mantiveram a diferenciação entre usuários e traficantes, um dos grandes entraves subjetivos nessa temática. Dado que influem tanto a arbitrariedade policial quanto o poder judiciário, na prática a proposta de criminalização do tráfico, aumentou as penas para tráfico de drogas e associação ao crime organizado, criando obstáculos para o acesso aos benefícios na execução penal, como, por exemplo, a progressão de regime. Dessa maneira, intensificada a repressão policial, o aumento da pena para o tráfico e o endurecimento do regime de cumprimento da pena, tem funcionado de forma a aumentar significativamente o número de mulheres nas prisões.

Ainda assim, a legislação foi apresentada como um avanço no bojo da discussão sobre a descriminalização paulatina de substâncias ilícitas, por conta da melhoria relativa da discussão sobre o porte de drogas, mas também endureceu as penas para pessoas de estratos mais desfavorecidos na sociedade. O objetivo inicial da nova lei era o de excluir a pena de prisão para o usuário de entorpecente. No entanto, o resultado obtido parece ter tido um efeito contrário. Assim, as mulheres entraram nas fileiras do tráfico comum, sendo crescentemente encarceradas por portarem substâncias em quantidades pequenas.

Essa nova legislação foi inserida em um sistema judiciário que pouco inovou na área penal e na redução da violência, insistindo em soluções clássicas, como o encarceramento massivo, que se provou ineficiente para redução da violência privada, e que convive com problemas como a tortura e uma alta taxa de letalidade policial, no Brasil (SINHORETTO, 2014).

E por essas razões é que Boiteaux (2017) afirma que, apesar dos benefícios recentes com a discussão pública sobre a Lei de Drogas, tanto a superpopulação carcerária, quanto as condições penitenciárias teriam piorado como consequência dessa política repressiva. Afinal, o aumento das prisões preventivas e a não priorização das penas alternativas seriam efeitos dessa nova legislação, com consequências diretas dentro das prisões.

Como exemplo do agravamento sensível das condições e número de prisões das mulheres após a legislação de 2016, há uma maioria de detentas que passaram a sofrer a acusação e serem sentenciadas quando flagradas, ao tentar entrar nas penitenciárias, para levar drogas para os companheiros, ex-companheiros e maridos presos (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Ainda assim, é importante reconhecer a legislação existente no Brasil para as mulheres no cárcere, partindo dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal (CF). Nesse percurso, desde 1988, segundo Boiteaux (2017), o tráfico de drogas foi convertido em crime hediondo, reduzindo sensivelmente os benefícios para os penitenciários. Contudo, a Lei de Execução Penal (LEP), de julho de 1984, garantiria o direito de amamentação para a mulher presa e seu filho (Lei 11.942/2009) e há uma resolução do CNPCP sobre amamentação (Resolução CNPCP 3, de 15.07.2009) com orientações específicas sobre as necessidades das mulheres encarceradas. Uma dessas diretrizes da LEP diz respeito à separação de estabelecimentos prisionais em masculinos e femininos, que representa um aspecto fundamental para a implementação de políticas públicas específicas, voltadas às mulheres.

Ainda assim, segundo Salla (2013), a LEP é frequentemente desrespeitada, com o recorrente uso de forças policiais para a condução

do cotidiano nas prisões, por exemplo, algo que desconsidera a lei supracitada. Nesse aspecto, o maior problema não seria a ausência de leis, mas um sistema de justiça penal que cumpra as mesmas e que considere as condições especiais das mulheres nos diferentes momentos em que é ré e condenada. Araujo (2017), igualmente menciona uma violação da LEP importante para as mulheres, a saber, a construção de presídios em cidades do interior, que viola o direito dos presos de cumprir pena próximos de seus familiares, dificultando as visitas e quebrando importantes vínculos familiares.

Além disso, em 2014 foi instituída pelo Ministério da Justiça, uma portaria interministerial, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE).¹⁸ Por sua vez, no âmbito internacional, os direitos das mulheres no cárcere são protegidos pela Convenção de Belém do Pará e igualmente as Regras de Bangkok, aprovadas pelas Nações Unidas em 2010, com o objetivo de garantir que as mulheres presas e seus filhos possam preservar seus direitos enquanto elas cumprem suas penas.

Ademais, para Angarita (2007), há uma especificidade latino-americana no panorama do encarceramento feminino, que é relativa à predominância dos delitos relacionados as drogas, substituindo os crimes considerados como tradicionalmente femininos, como o infanticídio e aborto. Dessa maneira, a população carcerária feminina cresceu sensivelmente após a nova legislação, que endureceu as penas para os pequenos traficantes, alegando distinguir entre usuários e traficantes, mas que implica, na prática, que o local de residência da pessoa detida pela polícia siga sendo o parâmetro usado pela polícia e pelo

18. Portaria interministerial 210-2014 – Ministério da Justiça.

Judiciário para distinguir o primeiro do segundo.¹⁹

Finalmente, segundo o INFOPEN (2014), há um número expressivo de mulheres condenadas (63%) com penas de prisão de até oito anos, revelador da persistência dessa pena como medida sancionatória, inclusive para os casos de crimes menos graves, impactando o total da população de mulheres encarceradas no Brasil. Ademais, o tráfico de drogas seria, por sua vez, o crime de maior incidência, respondendo por 27% do total de crimes cometidos pelas mulheres.

Considerações finais

Atualmente, o Brasil não possui somente a quarta maior população carcerária do mundo, mas também a terceira maior taxa de encarceramento em relação à população total, atrás apenas dos EUA e da China. Dessa forma, é importante discutir a extensão das consequências de políticas estatais que falham em assegurar as condições mínimas para o encarceramento – assistência social, médica, jurídica e de higiene. No que tange ao encarceramento em massa de mulheres, há também um número expressivo de presas provisórias, contabilizando cerca de 30% do total (ANGOTTI, 2017).

Em alguma medida, as ausências de condições mínimas estimulariam uma rede de solidariedade – e dependência – entre os presos, que procuram as facções criminosas, mobilizando recursos para o atendimento das famílias dos integrantes, como apoio à família e advogados, por exemplo. O sistema penal *inflado* retroalimentaria as facções criminosas, portanto, dado, notadamente às benesses oferecidas pelos grupos criminosos, que incluem o pagamento de advogados, viagens para as famílias e doação de cestas básicas, entre outras.

19. Fonte brasil.elpais.com.

Assim, para Salla (2006) os grupos criminosos vem sido crescentemente tidos como responsáveis pelas rebeliões, ao passo que a morte de uma maioria dos presos não é de responsabilidade da intervenção das forças policiais, mas desses conflitos. Dentre as disputas presentes no ambiente prisional constam o controle sobre a massa carcerária e atividades ilegais dentro das prisões, além de reivindicações destinadas a proteger os membros, em estabelecimentos controlados cada vez mais pelos presos.

Não se pode esquecer, afinal, quais corpos passaram a ser crescentemente encarcerados com o endurecimento da Lei de Drogas, o de mulheres negras, que estiveram sob jugo de um sistema pena de estrutura profundamente discriminatória. Esse, mesmo antes da legislação de 2006, já influenciava a vida de homens negros, e a ameaça – racista e permanente – de apresentarem-se como o estereótipo de sujeito criminoso, e indiretamente na vida das mulheres negras, que eram separadas dos seus (ex) companheiros por causa da prisão. Contudo, o momento atual parece contar com um controle agravado na vida dessas mulheres, que é a de serem cada vez mais colocadas nos presídios do país (DAVIS, 2016).

Conquanto a discussão proposta afirme uma relação causal entre o aumento do faccionalismo masculino e o encarceramento massivo feminino, na última década, é preciso fazer uma ressalva. Assim, se uma concepção criminológica prévia creditava às mulheres o papel de vítimas passivas, que teriam sofrido com o ato ilícito ou que, em razão de seus estados especiais (puerperal, menstrual, hormonal, emocional etc.), fugiram do papel a elas imposto, e não um sujeito criminoso ativo, foge ao nosso intuito retirar de tal maneira a sua agência, quando envolvidas em atos criminosos. O objetivo nesse texto, portanto, foi justamente sublinhar como o aumento significativo da população car-

cerária impacta na vida das mulheres, faccionárias ou não.

Para finalizar, segundo Barbosa (2017), o aumento do encarceramento feminino tem relação direta com o tráfico ilícito de drogas, visto que este é o delito que mais condena mulheres no Brasil. A Lei nº 11.343/2006 representou um endurecimento da legislação de entorpecentes, seja pela ampliação dos seus tipos penais ou pela maior discricionariedade dada às agências policiais e juízes.

Referências

AQUINO, Jania. Entrevista no site Unisinos. Fonte: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 31 de agosto de 2019.

ANGOTTI, Bruna. O encarceramento feminino como ampliação da violação de direitos. In: MALLART, Fabio e GODOI, Rafael (Orgs). *BR 111 – A Rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta, 2017.

ARAÚJO, Fabio. A prisão e a produção do espaço urbano: Territorialidades carcerárias. In: MALLART, Fabio e GODOI, Rafael (Orgs). *BR 111 – A Rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta, 2017.

BARBOSA, Beatriz Ferreira. *Mulheres no tráfico: o aumento do encarceramento feminino e sua relação com o endurecimento da Lei de Drogas*. 2017. 61 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. *Contextos Clínicos*, v. 5, n. 1, 2012, p. 52-61.

BARROS, João Paulo Pereira, et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, 9.1, 2018, p. 117-128.

BOITEUX, Luciana. Brasil: las cárceles de la droga y de la miséria. *Nueva Sociedad*, n. 268, marzo-abril de 2017.

CANDOTTI, Fabio M.; MELO DA CUNHA, Flávia; SIQUEIRA, Ítalo L. A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado.

In: MALLART, Fabio; GODOI, Rafael. (Orgs.). *BR 111 – A rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta, 2017, pp 21-31.

CARVALHO, Salo de. *Política de drogas: mudanças e paradigmas (nas trincheiras de uma política criminal com derramamento de sangue: depoimento sobre os danos diretos e colaterais provocados pela guerra às drogas)*. 2013. Disponível em: www.academia.edu. Acesso em: 14 fevereiro 2018.

CROZERA, Francisco. Onde começam os massacres? In: MALLART, Fabio; GODOI, Rafael (Orgs.). *BR 111 – A Rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DURÃO, Marina. “Todo ser humano é maior do que o seu erro”, diz Cármen Lúcia, sobre reintegração de presos. O ESTADO DE SÃO PAULO. 19 Jun 2017. Disponível em: brasil.estadao.com.br, acesso em 20 Fev 2018.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, 2017, p. 75-97.

LESSING, Benjamin. The danger of dungeons: Prison gangs and incarcerated militant groups. In: *Small Arms Survey 2010: Gangs, Groups, and Guns*. Geneva: Small Arms Survey, 2010.

_____. Counterproductive punishment: How prison gangs undermine state authority. *Rationality and Society*, v. 29, n. 3, p. 257-297, 2017.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. Cultura do descontrole – Notas sobre a dinâmica e estrutura das gangues prisionais no estado da Bahia. In: LOURENÇO, Luiz Cláudio; ROCHA, Gerder Luiz. *Prisões e punição no Brasil contemporâneo*. SciELO-EDUFBA, 2013.

LOURENÇO, Luiz Cláudio; ROCHA, Gerder Luiz. *Prisões e punição no Brasil contemporâneo*. SciELO-EDUFBA, 2013.

MENDES, Soraia da Rosa. *Pensando a Criminologia: Reflexões sobre um Novo Paradigma Desde a Epistemologia Feminista*. 2012. Diss. Tese (Doutorado em Direito) Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MISSE, Michel. O Movimento. A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de

violência. In: BAPTISTA, Marcos *et alli* (Orgs.). *Drogas e pós modernidade*. 2. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2003.

OBANDO, Ana Elena. Mujer, Justicia Penal y Género. In: CARRANZA, Elias; ZAFFARONI, Eugenio R. (orgs.) *Los Derechos Fundamentales en la Instrucción Penal en los Países de América Latina*. México: Editorial Porrúa, 2007, p. 99-133.

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Caderno CRH*, 32.85, 2019, p. 165-184.

PANCIERE, Aline; CHERNICHARO, Luciana; FIGUEIREDO, Natalia. *Uma trincheira aberta: o corpo feminino como objeto das drogas e o caso das mulheres mulas*. ANDHEP – 3o Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão 27 a 29 de setembro de 2017 – Recife PE.

RAMOS, Luciana de Souza. *Por amor ou pelo dor? Um Olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas*. 2012. 126 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SÁ, Leonardo. A condição de “bichão da favela” e a busca por “consideração”: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4,2, 2011, p. 339-355.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, v. 8, n. 16, 2006.

_____. A pesquisa na prisão – labirintos. In: LOURENÇO, Luiz Cláudio; ROCHA, Gerder Luiz. *Prisões e punição no Brasil contemporâneo*. SciELO-EDUFBA, 2013.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Estado Penal e encarceramento em massa no Brasil. In: LOURENÇO, Luiz Cláudio; ROCHA, Gerder Luiz. *Prisões e punição no Brasil contemporâneo*. SciELO-EDUFBA, 2013.

SIQUEIRA, Italo Barbosa de Lima. “Aqui ninguém fala, escuta ou vê”. *Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Amazônia (UFAM), 2016.

VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ZALUAR, Alba. Women of gangsters: Chronicle of a less-than-musical city. *Estudos Feministas*, 1(1), 1993, p. 135-142.

Internet:

brasil.elpais.com.

Resumo:

O trabalho visa contribuir para o entendimento do aumento dos índices de encarceramento feminino a partir de uma reflexão sobre o envolvimento das mulheres julgadas com base na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006). A partir de um trabalho de campo em presídios femininos e masculinos, em três cidades: Rio de Janeiro, Manaus e Fortaleza, além de entrevistas semiestruturadas com atores do sistema penitenciário, o texto aborda o papel das mulheres apenadas, na reconfiguração, que deriva em uma manutenção e reorganização das facções criminosas, dentro e fora dos presídios. Realiza-se uma revisão de literatura na qual constam estudos de gênero articulados à discussão prisional, além de textos clássicos da sociologia da violência.

Palavras-chave: gênero; prisão; Lei de Drogas; facções prisionais.

Abstract:

This work aims to contribute to the understanding on the increase of the incarceration of women through reflecting on their involvement based on the Drug Law's (Lei nº 11.343/2006). Starting on a fieldwork in feminine and masculine prisons, in three cities: Rio de Janeiro, Manaus and Fortaleza, as well as semistructered interviews with actors from the penitentiary system, the text revolves around the role of women doing sentence, on the reconfiguration, drifting in the maintenance and reorganization of prison gangs, inside and outside prisons. A literature review was done, in which studies of gender, articulated to the prison literature were listed, as well as classical texts from the sociology of violence.

Keywords: gender; prison; Drug Law; prison gangs.

Recebido para publicação em 02/06/2019.

Aceito em 02/09/2019.

Indignação e rotinização: sobre sofrimentos e estratégias para lidar com a violência policial em uma favela pacificada

Luana Dias Motta

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-9758-7471>

luanadmotta@yahoo.com.br

Introdução¹

No fim do ano de 2008, o Governo do Estado do Rio de Janeiro iniciou a política de segurança pública das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), na tentativa de ocupar permanentemente territórios de favelas dominados e controlados por grupos de traficantes.² A chamada política de *pacificação* foi apresentada e justificada como um deslocamento na maneira de conceber e implementar políticas de segurança pública para favelas. Entretanto, no cotidiano, ela não eliminou os episódios de violência e arbitrariedade policial. Tomando como pano de

1. Este texto apresenta resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do doutorado em Sociologia pela UFSCar, defendido em novembro de 2017, que contou com o financiamento da FAPESP, processo 2013/ 22630-6.

2. Para uma análise das fases da política das UPP, de sua implementação ao seu declínio, ver o trabalho de Menezes (2015).

fundo o contexto de *pacificação* e os deslocamentos discursivos por ele produzidos, este texto propõe uma reflexão acerca das experiências de moradores da favela Cidade de Deus (CDD) frente às práticas de violência e arbitrariedade policial de agentes de segurança pública. O argumento central é de que a indignação e a rotinização da violência policial,³ além de coexistirem, são incorporadas ao cotidiano daqueles que estão expostos constantemente a essas situações, seja nas estratégias para lidar com o sofrimento e a humilhação – em uma espécie de gestão do medo e da dor – ou no repertório de ações práticas para proteger seus corpos dos riscos permanentes.

A ancoragem empírica para tal reflexão encontra-se em pesquisa etnográfica realizada em função do meu doutorado, entre 2014 e 2016, na favela Cidade de Deus, onde morei por quatro meses.⁴ Passado o estranhamento inicial, comecei, pouco a pouco, a participar da vida ordinária e cotidiana de um grupo de vizinhos, sendo incorporada a ela, sobretudo pelas mulheres: aniversários, cultos em igrejas, ajuda em afazeres domésticos, refeições compartilhadas e churrascos nos finais de semana, ajuda para cuidar das crianças, saídas para comer algo diferente, compras em mercado, passeio à feira de domingo, aju-

3. Como buscarei discutir adiante, ao me referir a uma espécie de “rotinização” da violência, não pretendo sugerir que os moradores aceitam passivamente essa situação. Para uma discussão sobre movimentos de mães e parentes de vítimas de violência institucional, ver Vianna (2014); Farias (2013); Birman e Leite (2004).

4. Até 2014, as UPP ainda gozavam de certa estabilidade e legitimação; na Cidade de Deus, os conflitos com policiais apenas começavam a aparecer. No entanto, em 2016, quando retornei ao local, o projeto das UPP era alvo de fortes críticas e já estava bastante desgastado, o que se somava à grave crise econômica que o governo do Estado do Rio de Janeiro enfrentava. Na CDD, os confrontos entre traficantes e a polícia eram frequentes, assim como as operações com a entrada do “caveirão” e prolongadas trocas de tiros. Portanto, a pesquisa teve dois momentos bastante distintos, uma vez que, em 2014, residi na Cidade de Deus por 4 meses, ao passo que, no ano de 2016, fui a campo semanalmente, ao longo de 4 meses, para realizar, sobretudo, entrevistas. Além desses dois momentos mais prolongados, realizei visitas mais pontuais e isoladas em 2014 e 2016.

das na lição de casa, fogueiras nas noites mais frias de maio e junho. Além disso, histórias de vida eram compartilhadas: desabafos sobre problemas domésticos com filhos e maridos; conversas com as mulheres mais novas e solteiras sobre namoros, flertes e casos; problemas no trabalho; dificuldades financeiras; insatisfações com a polícia; dores, medos e preocupações nas épocas “mais difíceis” com a polícia. Parte do meu cotidiano também foi marcada pelas inúmeras vezes em que fui questionada e precisei explicar, sem convencê-los, o que eu fazia na CDD, sozinha e longe da família.

Se, por um lado, com o decorrer do tempo, as relações na CDD se intensificavam, a convivência era mais fluida e eu era incorporada à rotina, por outro lado, era também o passar do tempo que deixava evidente minha condição de moradora temporária, com data para ir embora. Quanto mais tempo residia na CDD, mais ficava claro que a minha condição ali era bem diferente, não só pela origem e pela história, mas pela possibilidade de ir embora, de esperar o dia seguinte (na casa de amigos) para voltar quando as coisas estavam tensas. Sem dúvida, esse sentimento também se intensificou porque, ao longo do período em que residi na CDD, de março a julho de 2014, os confrontos com troca de tiros entre policiais e traficantes, que eram mais raros no início da pesquisa, aumentavam progressivamente e, por isso, aumentaram as ocasiões em que eu esperava um ou dois dias para retornar ao local. Havia uma desigualdade de condições não só nas possibilidades para lidar ou ter que lidar com os problemas e as contingências, mas também na forma de encarar, perceber e sentir aquela realidade, uma vez que o que me causava medo ou me deixava insegura era algo rotinizado, incorporado pelos moradores, não por opção, mas porque era preciso viver, seguir em frente. A morte do garoto Lucas, em decorrência de uma troca de tiros entre traficantes e policiais, caso que

apresento adiante, potencializou esse sentimento e essa reflexão.

Esse desconforto me chamou a atenção para o fato de que havia um abismo que era ilustrado, também, pela diferença entre os modos como eu e meus vizinhos víamos e lidávamos com os episódios de violência, especialmente a policial. Passei a me perguntar: como era possível rotinizar a violência sofrida e o risco permanente de sofrê-la? Como a incerteza passava a se constituir como a rotina e não seu oposto? Que mecanismos emocionais e práticos os moradores de favela forjavam para lidar com essa realidade? Como forjavam esses mecanismos? Passei a empreender uma reflexão sobre essa rotinização da violência que não se reduzisse às explicações da violência e do abuso policial como imposição, embora a dimensão objetiva de estar na favela não pudesse ser desconsiderada. Busquei, então, descrever os modos como os moradores tecem essas estratégias para lidar com essas práticas abusivas, mas também para criticá-las e evitar seus efeitos.

Nesse esforço, retomei, de um lado, os registros do caderno de campo sobre episódios de violência policial, narrados ou que presenciei e, de outro, minhas leituras e reflexões acerca do sofrimento social, juntamente a um debate sobre violência e a política de pacificação no Rio de Janeiro. A articulação entre esses três elementos constitui o argumento que desenvolvo neste texto.

Para iniciar essa reflexão, primeiro apresentarei o contexto e a constituição da política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e descreverei como, no plano discursivo e de sua apresentação, ela tem extrapolado as fronteiras da segurança e se constituído no que tenho denominado *contexto da pacificação* ou *política de pacificação*. Em seguida, lançarei luz sobre dois casos relacionados a ações de violência e arbitrariedade policial: o de Dona Clara, seu filho e seu marido,

que sofreram agressões de policiais da UPP; e o caso do menino Lucas, de doze anos, baleado e morto durante confronto entre policiais e traficantes.

Partindo desses dois casos, discutirei a articulação entre violência e sofrimento, mobilizando a noção de *sofrimento social* e abordando sua relação com a construção da legitimidade da política de pacificação. Assim, coloco em relevo o fato de que o esforço para tornar a *pacificação* uma política inovadora exige e tem como efeito tratar os episódios de violência (e, conseqüentemente, o sofrimento a eles relacionado) como exceções e não como responsabilidade das polícias (“morreu com bala de arma de traficante”), como algo justo (“aquele que morreu era bandido”) e, no limite, como efeito colateral da ação violência.

Em seguida, descrevo como, diante das ações de violência decorrentes de uma política cujo principal discurso é “levar a paz às favelas”, os moradores constroem estratégias que combinam resiliência e indignação, estratégias que tornam possível viver, conviver e suportar a exposição constante ao risco e a imprevisibilidade de uma violência que pode ser letal.

Da cidade em guerra à pacificação como contexto

Em meados da década de 1970, num contexto no qual se buscava compreender as causas do aumento da violência e da criminalidade, se instaura um debate nas Ciências Sociais acerca do tema da segurança pública. Ao longo da década de 1980, esse debate ganha centralidade na agenda política de movimentos sociais e governos, bem como na sociedade em geral, tendo em vista um cenário de aumento de crimes

violentos e expansão do tráfico de drogas.

Assim como em diversos campos (direitos das crianças e adolescentes, direitos das mulheres, direito à cidade etc.), o processo de redemocratização, que culminou na Constituição de 1988, significou muitas mudanças também na área das políticas de segurança pública. Entretanto, mesmo após a nova Constituição, enquanto o problema da violência nas metrópoles persistia, a estrutura do sistema de segurança pública se mantinha inalterada. Diante desse quadro, as discussões referiam-se, sobretudo, às fragilidades e incompletudes do processo de redemocratização, que, apesar de ter promovido uma reforma na concepção ideológica e doutrinária, não implicou em mudanças na estrutura do sistema de segurança pública, que manteve práticas e posturas tributárias ao regime militar (KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000).

A partir da década de 1990, frente ao medo e à insegurança gerados pelo aumento dos crimes violentos (arrastões, balas perdidas, sequestros etc.), bem como pela consolidação da ideia de que o Rio de Janeiro passava por uma crise da segurança (KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000), começa a ser construída a imagem da *cidade em guerra*, sendo a favela a ameaça e o inimigo a ser combatido. Seguindo essa mesma lógica, as políticas do campo da segurança pública passam a se pautar, de fato, na metáfora da guerra, reforçando a ideia de *guerra ao crime* (LEITE, 2012).

A associação da favela à marginalidade, violência e degradação moral existe desde seu surgimento no início do século XX (VALADARES, 2005; GONÇALVES, 2013), entretanto, verifica-se que esse processo tem se acentuado nas últimas três décadas. É importante destacar que, especialmente no Rio de Janeiro, onde as favelas são vistas como o lugar da violência (BIRMAN, 2008; MACHADO DA SILVA,

2008). Com efeito, a *violência urbana*, tomada como gramática (MACHADO DA SILVA, 2010; 2011) – que constitui o que supostamente descreve –, altera profundamente o lugar das favelas no imaginário da cidade; “o medo se reifica e se espacializa nos perigos imputados aos territórios de pobreza” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 14).

É nesse contexto – em que a segurança se coloca como tema central do debate público, operando com o pressuposto de que a violência está associada aos territórios de pobreza das cidades – que o governo do estado do Rio de Janeiro instala, em dezembro de 2008, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Pautado na ideia de polícia de proximidade, o projeto das UPP, ao tomar a paz como noção central de sua retórica, apresenta-se como uma inflexão na ideia de *guerra ao crime*, estratégia que, como mencionado, orientou os discursos públicos ao longo das últimas décadas.

De acordo com dados oficiais, as UPP são pequenas forças da Polícia Militar instaladas em comunidades para atuação exclusiva junto a elas. As áreas onde as UPPs se instalavam ou poderiam se instalar são, segundo critérios da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, “comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013). Segundo a retórica institucional, o objetivo das UPPs era consolidar o controle estatal nessas áreas, garantindo a paz e a ordem para as comunidades e a cidade como um todo (UPP-RJ, 2013).

A implantação das UPPs com a proposta de ocupação permanente buscava superar a ineficácia das intervenções pontuais. Se, antes, o padrão das ações policiais em favelas priorizava o combate a confrontos de facções de traficantes, com a retirada das forças do Estado após

o controle dessas situações, as UPPs previam uma ocupação permanente para a retomada do território pelo Estado, sem prazo para sair, visando, prioritariamente, a combater o armamento de traficantes (não a erradicar o tráfico de drogas). Nesse sentido, é emblemática a declaração do secretário de segurança pública do Rio de Janeiro ao jornal *The Guardian*, em 2010: “Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão [...]. O que queremos quebrar é o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra” (BELTRAME *apud* RODRIGUES; SIQUEIRA, 2013).

Apesar de o Decreto nº42.787, de 06/01/2011, que dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no estado do Rio de Janeiro, não estabelecer, prever ou especificar ações e estratégias destinadas ao desenvolvimento social local, ao longo dos meses em que residi no Rio de Janeiro para realizar a pesquisa, pude observar que os discursos sobre a *pacificação* revelavam que essa política não era apenas e exclusivamente uma política de segurança pública, apesar de esse ser o seu centro. De fato, a *pacificação* produziu uma conjuntura específica, que impactava o cotidiano dos moradores do local, especialmente em função da presença permanente de grande número de policiais dentro da favela.

Não obstante o processo de pacificação significar um deslocamento discursivo da ideia de *guerra ao crime* para a ideia de *paz/pacificação*, a política das UPPs operou, desde seu início, com linguagem e lógica militares; tal deslocamento no plano discursivo não garantiu o fim de ações policiais violentas nas favelas. Como destaca Fridman (2014, p. 615):

[...] a polícia também não mudou substancialmente suas práticas coercitivas e discricionárias de relação com a população favelada. Os

moradores continuam submetidos a constrangimentos e atitudes violentas [...], apesar da redução dos tiroteios e da letalidade proveniente dos confrontos com os grupos responsáveis pelo comércio ilegal de drogas. O discurso público da instituição policial passou por alterações [...]. Mas a cultura policial não mudou substancialmente.

As continuidades das práticas policiais após a implementação de uma nova política de segurança lançam luz para a permanência de um modo de compreender e lidar com as populações pobres. Nesse sentido, João Pacheco de Oliveira, em texto considerado um marco e um norte para os esforços de análise das UPPs, chama a atenção para a utilização do léxico da *pacificação* na nomeação e figuração da nova política de segurança. O autor argumenta que, mais do que uma mudança ou passagem de uma lógica a outra, a mobilização do termo *pacificação* coloca em evidência uma conexão e uma permanência dos modos de produzir alteridade e governá-la que vem desde o período colonial com a tutela e controle dos povos indígenas e chega à contemporaneidade com os modos como lidamos com os pobres e os territórios de pobreza, notadamente as favelas. Trata-se, portanto, da continuidade de um modo de governo de certas populações que combina violência e tutela.

Seja do ponto de vista analítico, das práticas observadas ou das experiências vividas, fica evidente que a política de pacificação carrega mais continuidades do que deslocamentos no que tange aos modos de compreender e lidar com populações e territórios de pobreza – especialmente no que se refere ao tema da segurança pública. Entretanto, do ponto de vista da representação as UPPs figuraram durante muitos anos como uma estratégia legítima, por ser distinta das anteriores, para intervir sobre as favelas. É à luz dessa duplicidade, que configura os sentidos da violência policial em favelas *pacificadas*, que relatarei, a seguir, duas situações de violência ocorridas na CDD, destacando

as dimensões da rotina que atinge a todos e o privado que perpassam as situações de violência e como isso expressa o caráter social dos sofrimentos experienciados.

Os relatos: sobre violências múltiplas

Não querem nem saber se é trabalhador ou bandido!

Já fazia dois meses que eu iniciara o trabalho de campo na Cidade de Deus. Como parte da rotina, estava na recepção do Prédio do CRJ⁵ quando uma mulher e um homem começaram a conversar sobre o problema da violência e da polícia. A mulher era Dona Clara, uma senhora negra, com cerca de 50 anos, vestindo roupas de malha bem desgastadas, com os cabelos crespos, curtos e presos. Ela comentava com um homem sobre a situação da comunidade, falava sobre a frequência dos tiroteios e que comumente eles aconteciam nos horários de maior circulação de crianças, na entrada ou na saída da escola. A esse ponto eu já havia me juntado à conversa. Dona Clara explicava, em tom de desabafo, que a situação naquele momento (2014) era tão ruim como em períodos anteriores, considerando que, diferente do que era veiculado, a polícia continuava com uma postura violenta mesmo após a UPP.

Para exemplificar, Dona Clara contou que havia um matagal ao lado da casa dela na Cidade de Deus, para onde os policiais conduziam pessoas, em especial jovens, para agredi-las e também para “desovar” corpos. Ela disse que, poucos dias antes, eles tinham matado oito me-

5. O chamado “Prédio do CRJ”, localizado na região central da Cidade de Deus, era um equipamento do governo estadual do Rio de Janeiro onde funcionavam diversas políticas e serviços, como o Centro de Referência da Juventude (o CRJ, que “dava nome” ao prédio), o Programa Caminho Melhor Jovem, atendimentos do SEBRAE, atendimentos do CRAS e da Secretaria Estadual do Trabalho.

nicos lá e jogado nesse matagal. Em tom de indignação, continuou relatando um episódio vivido por sua família envolvendo a polícia:

Outro dia mesmo eles pegaram meu menino. Ele estava indo buscar a esposa dele no ponto de ônibus, porque ela chega tarde, na hora que a polícia pegou ele. Meu menino gosta de andar com aquelas correntes, boné, radinho, mas ele não é bandido, é trabalhador, segurança, ele é alto, moreno. Os policiais pegaram ele. Aí, chegaram lá em casa avisando que eles tinham pegado meu menino. Eu saí correndo e fui onde eles falaram, perto desse matagal. Na hora que eu cheguei, meu filho tava sentado no chão e o policial preparando pra dar um chute na cara dele (ia quebrar a cara dele com aquela bota). Eu segurei a perna do policial por trás e ele caiu. Eu fiz isso mesmo, porque, pra proteger meus filhos, eu faço tudo. A gente ficou lá um tempo, mas eles não fizeram nada com meu filho.⁶

Perguntei para Dona Clara se não tinha havido alterações após a UPP e ela disse que sempre foi do mesmo jeito. Explicou que, com a chegada da UPP, a situação ficou um pouco mais tranquila por cerca de três meses, mas depois os episódios de abuso e violência policial voltaram a crescer. Embora reconhecesse exceções, Dona Clara frisava que a indignação com relação ao modo de agir dos policiais estava relacionada ao fato de agirem do mesmo modo com trabalhador e bandido. Ela continuou com outro caso:

Pra você ter uma ideia, outro dia eles fizeram uma coisa comigo, que eu até chorei, de tanta raiva. Eles entraram na favela, mandaram todo mundo entrar pra dentro de casa, com as armas apontadas. Eu estava na porta de casa, olhando pra ver o que estava acontecendo e um dos policiais falou pra mim: ‘entra pra casa, sua vadia!’ Eu fiquei com tanta raiva que até chorei, mas falei pra ele: ‘vocês não podem fazer isso, eu sei dos meus direitos, vocês têm que nos proteger!’. E o policial respondeu: ‘tá vendo essa farda aqui? Ela não é pra te proteger não; ela é pra me proteger de gente como você. E entra

6. Reprodução da fala a partir das anotações do caderno de campo.

pra casa, sua vadia!’. Quando é assim, a gente tem que entrar e, se começar tiro, tem que deitar no chão.⁷

Naquele momento, a voz de Dona Clara ficou embargada e seus olhos marejaram... e os meus também. Mas como se estivesse se recuperando da tristeza de lembrar o ocorrido, Dona Clara disse:

mas eu sei dos meus direitos, eu falo mesmo, eu não deixo eles baterem nos meus filhos, eu não tenho medo de morrer, não. Eu sou pobre, favelada, mas eu sei dos meus direitos.⁸

Para além de afirmar ou questionar se as UPPs produziram mudanças ou não, para o argumento aqui desenvolvido, são dois os pontos que a serem destacados na fala de Dona Clara. O primeiro refere-se à leitura da situação e à relação com os policiais, que independia da política pública de segurança em curso, evidente em reiteradas observações de que “foi sempre assim”, “eles agem assim”. O segundo ponto que me parece central relaciona-se ao primeiro e refere-se ao fato de que, mesmo não operando mudanças na relação cotidiana entre comunidade e polícia, a implementação da UPP figurava como um novo elemento a ser explicado nas denúncias de violência policial. Se Dona Clara afirmava que o fato de haver UPP não mudava o modo de agir dos policiais na favela, era preciso frisar que nada havia mudado com essa política. Não era suficiente relatar que a polícia sempre agiu do mesmo modo, era preciso dizer que “nada mudou” após a UPP, pois havia uma crença de que essa política era diferente e que ela se pautava na proximidade e na paz, o que a legitimava. Nesse sentido, a fala de Dona Clara evidencia não só a violência policial dentro das favelas, mas também como ficou mais difícil falar disso no contexto das UPP, na medida em que havia um grande apoio e legitimidade dessa

7. Reprodução da fala a partir das anotações do caderno de campo.

8. Reprodução da fala a partir das anotações do caderno de campo.

política. A retórica da *pacificação* e seu caráter legítimo e inovador acabavam por obscurecer a permanência das práticas de violências, tratadas como residuais.

A morte de Lucas

Eu não estava na Cidade de Deus quando vi na *internet* a notícia de que um menino de doze anos havia sido atingido por uma bala após uma troca de tiros entre policiais e supostos traficantes na localidade. As primeiras notícias eram de que o estado da criança era grave, mas que ele ainda estava vivo. No dia seguinte, antes de ir para minha casa na Cidade de Deus, vi a notícia de que o menino havia morrido. Era época de Copa do Mundo e a alegria era evidente nas ruas e na vizinhança, mas, neste dia (véspera de um jogo da seleção brasileira de futebol), quando cheguei, percebi que havia um clima de tristeza. Logo, minha vizinha perguntou se eu havia escutado a notícia do menino que morreu na Cidade de Deus e começou a me contar os detalhes:

Aqui tá todo mundo inconformado, sem acreditar. Ele saiu para ir na casa da tia buscar pimenta do reino, de bicicleta, com o irmão mais novo. Quando ele estava voltando, a polícia entrou e o tiro começou a comer solto. Ele caiu junto com o irmão da bicicleta e logo uma vizinha que conhecia ele veio “é o Lucas, é o Lucas...”. O irmão dele estava todo cheio de sangue também... ele ficou lá parado sem reação, todo cheio de sangue do irmão...

Outra vizinha interveio:

Dizem que a mãe dele está inconformada, está acabada. Imagina, o menino sai pra buscar pimenta na casa da tia pra ela terminar o almoço e leva um tiro. Eu sou mãe, eu sei o que ela deve estar sentindo, ver um filho morrer assim, desse jeito, um filho inocente, um

menino que todo mundo gostava.⁹

Todos que chegavam onde eu estava comentavam o assunto; a tristeza e a incredulidade com relação ao fato eram grandes. Eram recorrentes as falas de que essa situação não era justa, uma vez que Lucas era um menino inocente, assim como as afirmações de que isso era culpa da polícia, que fazia sempre da mesma forma, entrava atirando. Sobre esse fato, uma moradora disse:

É mais um menino inocente que morre, mais uma mãe da CDD chorando a morte do seu filho. Até quando isso vai? Do jeito que eles [policiais] fazem, ainda vai ter muita mãe chorando.¹⁰

A desconfiança de que o caso não seria devidamente investigado também marcava as falas naquele dia.

Eles falam que vão investigar, eles falam que foi bala de arma de bandido, mas a gente sabe que nunca investiga mesmo. Um dos tios dele [de Lucas] disse que viu as balas que estavam perto do corpo do menino e que eram balas de arma de polícia; ele disse que vai provar que o menino foi morto foi com arma de polícia.¹¹

No dia seguinte aconteceu o enterro de Lucas. Cida, minha vizinha, estava ainda mais abalada após o enterro. Contou que muitas pessoas passaram mal e desmaiaram, tendo em vista que o calor agravava a forte emoção que envolvia o momento. Cida se lembrou emocionada da fala do professor de futebol de Lucas, que deu um depoimento sobre o menino, dizendo que sua profissão não tinha mais sentido, uma vez que uma tragédia como essa teria levado um de seus melhores alunos, um dos melhores meninos que já havia conhecido. Ela também se

9. Reprodução da fala a partir das anotações do caderno de campo.

10. Reprodução da fala a partir das anotações do caderno de campo.

11. Reprodução da fala a partir das anotações do caderno de campo.

emocionou ao lembrar que o irmão mais novo de Lucas, que estava com ele na bicicleta, também desmaiou. Ao ouvir sobre o sofrimento daquela criança de apenas sete anos, pensava em como aquelas crianças da vizinhança tinham seus corpos e suas vidas expostos já tão cedo.

A rotina imprevisível e a produção de sofrimentos

Tanto nos casos relatados por Dona Clara como no caso da morte de Lucas, as falas sobre a violência expressam a faceta rotineira e recorrente das formas de agir da polícia.¹² Ao mesmo tempo, essas falas revelam que o sentimento e, sobretudo, o sofrimento decorrente desse processo é algo específico. Quando Dona Clara afirma que “a polícia sempre age assim”, combinam-se, na sua fala, a indignação e a dor de ver seu filho sendo espancado pela polícia ou de ser chamada de vadia. Para Vianna (2014, p. 220),

a singularidade da dor de cada perda ou da injustiça de cada morte é combinada, assim, de modo paradoxal, com a imagem da repetição e da probabilidade. No plano dos relatos pessoais e familiares, a repetição aparece quando falam de um agir constante do “Estado” [...]. Essa racionalização não desfaz, porém, o registro da tragédia irredutivelmente pessoal e incompreensível [...], indicando o estranho encontro entre o rotineiro e o trágico; entre o provável e o inimaginável.

Desse modo, ao destacarem como as violências experienciadas estão relacionadas a uma forma específica de a polícia agir em favelas,

12. Machado da Silva e Leite (2007) destacam que a dimensão da recorrência da violência policial é fortemente caracterizada pelos moradores de favelas como imprevisível, uma vez que não é possível prever o momento de incursão da polícia e, principalmente, os critérios para abordagem e ação.

os moradores nos permitem diferenciar conteúdos, episódios e experiências tratados sob a chave da *violência urbana* (VIANNA, 2014). Se a ideia de *violência urbana* como gramática nos permite refletir sobre como tem sido construída a compreensão prática e discursiva da questão da segurança e como as possíveis soluções têm se restringido à demanda crescente por repressão, direcionada a territórios específicos (as favelas), as falas dos moradores sobre as violências policiais, de modo complementar, nos permitem perceber como essas demandas se traduzem nos territórios de favelas e a que tipo de experiências os moradores desses locais estão expostos.

Essa distinção da face concreta da violência urbana nas favelas e a combinação rotineiro/singular nos permitem pensar que “o sofrimento não entra, portanto, no cotidiano das pessoas só por mero acaso, por contingências específicas da vida ou por existirem mecanismos objetivos de ‘disfunção social’ ” (BRAZZABENI; PUSSETTI, 2011, p. 5). O mal-estar e o sofrimento, nessa perspectiva, têm uma natureza social e política, uma vez que são impostos por causas externas, podendo, então, ser pensados como sofrimento social (SANTOS, 2007). Portanto,

o sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Alude, ao mesmo tempo, a uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes nas fraturas devastadoras que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana. O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais. (BRAZZABENI; PUSSETTI, 2011, p. 4).

No bojo desse processo de violência e de sofrimento social, ocorre

outra violência: a forma como o próprio sofrimento é tratado. Nas falas, fica evidente que tais episódios não são apenas violência física e letal, mas também violência moral (BIRMAN; LEITE, 2004). Esse caráter moral pode ser notado pelo tratamento dado aos casos e às reivindicações (“a gente já sabe no que vai dar a investigação”, “a gente sabe que não adianta denunciar”), bem como no fato de essa violência ser cometida pelo *Estado*¹³ (nesse caso, materializado na UPP), que coloca em prática uma violência seletiva, destinada e possível apenas para os que moram em favelas (“eles fazem isso porque a gente é favelado”, “já entra atirando”, “não quer saber se é trabalhador ou bandido”).

Mas, no caso da violência policial em favelas pacificadas, a possibilidade de perpetuar o sofrimento está estreitamente relacionada ao processo de construção da legitimação da política de *pacificação*. Como sugere Fridman (2014), a imagem criada sobre as UPPs produziu uma adesão a essa política e, conseqüentemente, a redução da crítica pública às suas deficiências e fracassos. E essa redução da possibilidade de crítica termina por obscurecer e legitimar a violência policial nas favelas, dificultando a vocalização das denúncias dos moradores.

A UPP como a concretização do *sonho da paz*, a violência como efeito colateral

A implantação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora teve grande repercussão na esfera pública, obtendo elogios e apoio quase unânimes dos meios de comunicação e de vários setores da po-

13. Vianna (2014) destaca como, nas falas de familiares que perderam parentes vítimas de ações policiais, o Estado assume significados variados (polícia e policiais, legistas, sistemas judiciários, governo do estado do Rio de Janeiro).

pulação, sobretudo pela redução do índice de mortalidade decorrente dos confrontos entre policiais e traficantes. Produziu-se, assim, um efeito-demonstração de que essa política representava uma solução para o problema da violência, fazendo do modelo das UPPs um exemplo a ser seguido em outros estados e países, como a Argentina.

Para Fridman (2014), a construção da legitimidade da política de pacificação e a adesão a ela estão fortemente ancoradas na ideia de que essa política instaura um novo momento: a era da cidade pacificada. No entanto, em nome e em defesa dessa ideia (dessa utopia, nos termos de Fridman),

[...] o que se impôs, na verdade, foi a solução militar com a divulgação de seus sucessos e os anúncios das novas regiões a serem cobertas pela proteção policial. A circulação das declarações, opiniões na mídia, reportagens, estatísticas e eventuais júbilos pelas medidas tomadas deixam de fora o que permanece o mesmo, isto é, o jogo e o movimento de forças duradouramente instaladas nas favelas. O “novo” da implantação das UPPs não se traduz no revigoramento da cidadania e da legitimidade dos pobres na mesa das negociações sociais. O “velho”, ao ser deixado de lado, permanece intacto. (FRIDMAN, 2014, p. 614).

O que merece atenção é como a lógica que orienta a justificativa das UPP, em conjunto com os discursos acionados e mobilizados para justificar o que *permanece intacto*, sustentam não só a legitimidade dessa política, mas a legitimidade da violência cotidiana que ela produz.

Nesse sentido, as discussões de Foucault (2008; 1988) sobre biopolítica podem contribuir para pensarmos sobre esse processo. Segundo Foucault (1979), a partir do século XVI, o poder soberano de fazer morrer se torna econômica e politicamente inoperante em uma sociedade que passava por uma explosão demográfica e um processo de industrialização. Assim, a partir da época clássica, o objetivo cen-

tral do poder soberano passou a ser a incitação, o reforço, o controle, a vigilância, a majoração e a organização das forças submetidas ao soberano, ou seja, desloca-se de um poder de “fazer morrer e deixar viver” para um poder de “fazer viver e deixar morrer”. Essa modificação consistiu uma dupla acomodação do exercício do poder soberano, ou seja, as tecnologias de poder sobre a vida, aquelas do *biopoder*, se desenvolvem em dois polos: de um lado, uma tecnologia que individualiza o corpo e incide sobre ele como organismo dotado de capacidades – a anátomo-política – e, de outro, uma tecnologia que se interessará pelos corpos inseridos nos processos biológicos da espécie – a biopolítica (FOUCAULT, 1979).

A eficácia das tecnologias do biopoder reside precisamente no fato de que ele se abstém explicitamente de matar e, em vez disso, se fundamenta nas metas de bem-estar da população e cuidados com ela (OKSALA, 2010, p. 38). Assim, é como se o poder político desaparecesse e fosse substituído pelo poder meramente administrativo e econômico, uma vez que “não há decisões políticas ou debates possíveis quando os objetivos são unânimes” (OKSALA, 2010, p. 43). No caso em questão, a unanimidade e o consenso gravitam em torno do sonho de uma cidade pacificada, o qual se realizaria com a expansão e consolidação das UPPs.

Entretanto, como mostram os casos relatados, um poder que *faz viver* pode *fazer morrer*. “O velho direito soberano de tirar a vida ou deixar viver não foi substituído, mas foi bastante complementado com um novo direito de fazer viver e deixar morrer” (OKSALA, 2010, p. 38). Para esse autor,

o biopoder é, assim, claramente capaz de utilizar violência, mas apenas sob condições muito específicas e restritas por limites definidos. A violência que ele usa tem que ser escondida ou chamada de outra

coisa, pois apresenta um problema na racionalidade da biopolítica, o objetivo explícito que é a otimização e melhoria de vida. (OKSALA, 2010, p. 38).

Assim, a violência e a arbitrariedade só são possíveis em nome e em defesa da qualidade de vida, do bem-estar da população, da paz. É nesse sentido que a construção da legitimidade das UPPs está estreitamente ligada à construção da ideia de que essas ações da polícia são necessárias. As práticas estatais de infligir sofrimento pressupõem que é possível causar um dano menor para alcançar um bem maior no futuro. “Entretanto, ao dar definições precisas de dano e bem-estar, a ciência e o Estado podem acabar por formar uma aliança na qual se apropriam do sofrimento daqueles que eles definem como refugio social, a fim de alcançar um projeto de sociedade no futuro” (DAS, 2008, p. 451).

Fica evidente, portanto, como a associação dos favelados à *classe perigosa*,¹⁴ agora deslocada do plano político para a chave do desvio moral, possibilita a construção de *outro* radical, que, por isso, precisa ser combatido, considerando o risco potencial que oferece.¹⁵ É pressupondo esse outro radical, moralmente perigoso para o restante da sociedade, que é possível mobilizar certas justificativas e explicações sobre a violência policial, que vai figurar como um efeito indesejado, porém necessário. Dessa forma, as violências policiais poderão ser

14. Para uma discussão sobre o tema ver Valadares (2005); Gonçalves (2013) e Machado da Silva e Leite (2007).

15. É interessante perceber como a duplicidade da ideia de *risco social* orienta essa lógica. As populações em risco (vulneráveis, em risco social) são também as populações de risco (aquelas que constituem ameaça ao restante da cidade). Essa ideia ambivalente sobre a população pobre – que precisa ser ajudada e controlada justamente devido aos perigos que oferece – justifica uma intervenção maciça nos segmentos “precários” e “indesejados” da sociedade, com vista a ajudar os sujeitos na construção de seus próprios projetos de vida, para que se tornem cidadãos integrados na ordem social e moral dominante, evitando, assim, que ameacem a sociedade, os “cidadãos de bem”. (BRAZZABENI; PUSSETTI, 2011).

tratadas como exceções, como acidentes, como engano, como de responsabilidade dos traficantes (“o tiro era da arma de bandido”) e, no limite, como efeito colateral necessário. No caso do filho de Dona Clara, o problema era que ele parecia com bandido; no caso da morte de Lucas, a perícia demonstrou que a bala que o atingiu não provinha da arma utilizada pelos policiais, mas nada foi dito sobre a forma como a polícia entrou na favela no momento do disparo. Em outras palavras, o que está em questão não é a forma rotineira de a polícia agir na favela, muito menos um modelo de política pública com a presença ostensiva da polícia em favelas, mas sim a necessidade de se evitar erros, exceções.

Como afirma Das (1997), nas sociedades contemporâneas, a violência e o sofrimento infligidos podem ser interpretados como um preço a pagar pelos indivíduos para vivenciarem sentimentos de pertença identitária e social – uma “teodicéia secular” que funciona quer como instrumento social para enfrentar as frustrações, quer como instrumento de poder para explicar e justificar o sofrimento atribuindo-lhe uma alegada “utilidade social” e “pedagógica”. (BRAZZABENI; PUSSETTI, 2011, p. 5).

Vale destacar que, no bojo do processo de pacificação e combinado ao discurso do favelado como uma alteridade radical (por isso, perigosa) (FELTRAN, 2014), o processo de implementação de outras políticas públicas voltadas para o *social* também tem contribuído para a legitimação de práticas violentas de policiais. Como pude perceber ao longo da minha pesquisa de campo, nas falas e nas práticas dos policiais, fica clara a possibilidade e a necessidade de coexistência de estratégias de controle (violência) e de cuidado (*social*). Se o meio é degradado, se as famílias são desestruturadas, há os que não têm salvação e aqueles que têm. Dessa forma, quanto mais são oferecidas políticas para o social – apresentadas e consideradas como uma alter-

nativa ao crime -, mais é possível sustentar a necessidade de políticas de repressão para aqueles que não agarram as oportunidades que lhes são disponibilizadas. Em outras palavras, cada um deve ter o que merece: aos *trabalhadores*, o respeito e as políticas sociais; aos bandidos, a violência e a força da polícia. Nesse sentido, o aumento e a diversificação das políticas vinculadas à *pacificação* (que não se restringem à segurança pública) parecem ter como efeito a convivência e o reforço mútuo das estratégias de violência e de cuidado, uma vez que a violência será legitimada ou justificada pelo fato de os sujeitos não aderirem aos programas, não aproveitarem as oportunidades.

Nessa lógica, políticas como as UPPs, assim como outras destinadas às populações pobres, parecem operar na mesma lógica: aquela que reifica a maior exposição desses grupos à dor e ao sofrimento, consideradas efeitos colaterais de um projeto maior e socialmente mais importante. A exposição sistemática ao sofrimento é justificada, por esse poder que deve *fazer viver*, como uma espécie de mal necessário para garantir e promover a ordem e defender a sociedade.

Lidando com o risco, explicando a injustiça: resiliência

É frente a essa lógica de conceber a favela e os favelados e lidar com eles que os moradores, em especial aqueles que já sofreram violência policial ou têm pessoas próximas que também foram vítimas dela, elaborarão estratégias emocionais e práticas para explicar e conviver com essa exposição rotineira à violência. Aqui vale esclarecer que, ao falar de *explicação*, não pretendo adentrar nas justificativas para as violências específicas sofridas (em cada caso), mas descrever os sentidos atribuídos à violência policial e as estratégias para lidar

com ela.

A morte de Lucas ocorreu em um período de bastante tensão na Cidade de Deus: episódios de entrada da polícia, de trocas de tiros e de prisões foram recorrentes nas semanas que antecederam o fato e nas que o sucederam. Percebi que foi redobrada a atenção em relação às atividades rotineiras de outras crianças da rua e, nesse sentido, duas situações, especialmente, me chamaram a atenção.

A primeira aconteceu alguns dias após a morte de Lucas. Por volta das 16h, Pedro Henrique, de 3 anos, sobrinho de uma vizinha, brincava com seus carrinhos e bonecos no pequeno quintal da casa da madrinha. Em geral, o portão de sua casa que dá acesso à rua fica aberto para facilitar a entrada dos amigos que chegam. Normalmente, Pedro Henrique entra e sai de casa, alternando suas brincadeiras no espaço do quintal e na calçada, de onde é visto pela janela da frente da casa da tia. Os vizinhos adultos já o conhecem e sempre interagem com ele quando passam e, algumas vezes, crianças das casas vizinhas brincam com ele na calçada. Nesse dia, Pedro Henrique brincava no quintal e, como de costume, o portão estava *encostado* (sem trancar). Como estava acostumado, o menino levou um de seus brinquedos para a calçada e começou a brincar. Eu vi a cena e achei normal; ele estava na calçada, no meu campo de visão. No entanto, a madrinha foi ao quintal e, quando não o viu, rapidamente abriu o portão, pegou o menino no colo e disse para ele: “eu já falei que é não pra você ficar na rua!”. Pedro Henrique ficou parado, assustado e confuso com as razões daquela ordem. A madrinha, como que falando sozinha, reforçou: “eu já avisei. Parece que não vê como as coisas estão! Corre o risco de tomar um tiro, de acontecer igual ao outro menino!”.

O segundo episódio também ocorreu com o Pedro Henrique. Ele brincava sozinho, como se estivesse em combate e, segurando uma

arma imaginária (representada, na ocasião, por uma vassoura), dizia: “eu vou te matar, pá, pá”. Corria pela casa e fingia se esconder. Num dado momento, a brincadeira impediu que a madrinha prosseguisse com as atividades, então ela disse: “para com isso, para de brincar com isso!”. Ele, desapontado e irritado, disse: “pá, pá, eu vou chamar a polícia pra você!”. No mesmo instante, ela interrompeu suas atividades e, com o semblante sério, disse: “para com isso, menino, não pode falar essa bobagem, para de falar bobagem!”. Pedro Henrique, um pouco assustado, deixou a vassoura de lado e foi procurar algo para comer. Eu já tinha visto Pedro Henrique fazer brincadeiras como essa diversas vezes, sem que nenhum adulto o repreendesse. Dessa vez estava claro o clima de tensão daquele momento; não era indicado falar sobre polícia e era melhor que as crianças também o fizessem, evitando qualquer problema ou mal entendido. Dei-me conta, então, que nos períodos de maior tensão os assuntos sobre polícia, bandidos, UPP e tiroteios eram evitados.

No que tange aos sentidos e explicações atribuídos aos episódios de violência policial, as falas mais recorrentes e enfáticas são aquelas de descrença sobre a possibilidade de denunciar, de ter sua denúncia ouvida e de obter soluções e/ou respostas, sobretudo institucionais. A fala “a gente já sabe onde vai dar essa investigação” é expressiva dessa falta de perspectiva. Os moradores sabem que, provavelmente, suas críticas e as injustiças sofridas não provocarão ações institucionais efetivas. Entretanto, acredito que essa falta de perspectiva para a resolução justa não significa uma aceitação pura e simples. O fato de essas certezas se tornarem assunto recorrente entre os próprios moradores e de serem reiteradas ao longo de conversas com pessoas “de fora” (como eu) é uma forma de deixar evidente que eles sabem claramente em quais relações de poder estão imersos, bem como os limites

de suas possibilidades de denúncia. Nesse sentido, as falas de Dona Clara são emblemáticas, pois combinam a indignação e a clareza dos limites do que pode ser feito: o policial a chamava de vadia, ela o contestava, afirmando saber dos seus direitos e dos deveres do agente, ele reafirmava a ofensa e a ordem para ela entrar em casa, ela entrava, simplesmente porque “quando é assim, a gente tem que entrar”.

Outro ponto bastante recorrente nas falas dos moradores sobre a violência policial é o questionamento sobre a falta de critérios dos policiais, que não distinguem *trabalhadores* e *bandidos*. No relato de Dona Clara, o tom de denúncia e indignação refere-se às ações arbitrárias e violentas da polícia contra os moradores *trabalhadores*. Se o processo de pacificação deveria representar uma mudança também na forma de agir da polícia, na prática, ele não trouxe mudanças efetivas nesse sentido, uma vez que a violência policial persistia.

Entretanto, no questionamento feito pela moradora acerca da violência e da falta de respeito dos policiais com os moradores de favelas fica evidente a percepção de que essa é uma forma injusta de tratar os moradores *trabalhadores*; “eles não querem saber se é trabalhador ou se é bandido”. O ponto central do questionamento ou da revolta não está na forma como a polícia age, mas na falta de um critério, na indistinção entre *trabalhadores* e *bandidos*, reunindo todos sob a mesma categoria de *favelados* e dispensando a todos o mesmo tratamento. Em geral, “as críticas são antes ao caráter indiscriminado da ação que não distingue entre ‘gente de bem’ e ‘marginais’ [...] criticam menos a violência policial em si e mais a falta de seletividade de seu objeto”. (MACHADO; LEITE, 2007, p. 572).

A constatação da ausência de uma “filtragem” e dos limites de suas denúncias expressa a clareza que os moradores têm sobre o lugar que ocupam no espaço social. Como destaca Vianna a respeito de

etnografia realizada junto a parentes de vítimas mortas pela polícia,

o registro do perigo rotineiro que aparece nessas falas está atravessado sempre pela percepção de se estar localizado em um ponto de margem, sendo alvo de ações discricionárias e estando sujeito a regulações singulares pelo “Estado”, materializado, sobretudo, na polícia militar, seja por meio de controles da vida cotidiana considerados invasivos nas áreas “pacificadas”, seja de achaques, risco de execução ou “bala perdida” em quaisquer favelas. (VIANNA, 2014, p. 218).

A clareza do lugar social que ocupam não parece indicar uma banalização ou ignorância frente a essa violência, mas o *trabalho do tempo* ao longo de suas vidas. Com efeito, para os sujeitos que vivem expostos a esses riscos, “nesse projeto de reconstruir suas vidas, podem utilizar a noção de *sanar* não como cura, senão como uma relação com a morte”. (DAS, 2008, p. 456), seja ela literal, social ou moral. É nesse sentido que a noção de resiliência parece assumir aqui um sentido profundo e doloroso, na medida em que diz de uma capacidade de suportar a pressão, envergar sem quebrar, sem se deixar romper.

Considerações finais

As falas dos moradores sobre a violência policial deixam evidente a construção cotidiana de estratégias para explicar essa violência, assim como para se protegerem dela. Ao mobilizar o conceito de sofrimento social para compreender as falas deles sobre os episódios de violência policial, pude perceber que o sofrimento diante da morte de um parente ou da violência sofrida por um filho tinha relação com processos sociais e políticos. Com a política de *pacificação*, a possibilidade de infligir e legitimar o sofrimento, por meio da violência policial, estava estreitamente relacionada ao processo de construção das UPPs como alternativa eficiente, legítima e viável para a concre-

tização da utopia da cidade pacificada.

O corolário dessa imagem-efeito (FRIDMAN, 2014) foi obscurecer e legitimar a violência policial. Os moradores afirmavam que, após a UPP, os tiroteios diminuíram muito, o que melhorou a vida, mas as mortes, violências e arbitrariedades continuavam a ocorrer e continuava também a dificuldade para denunciá-las e esclarecê-las. Os casos da agressão do filho de Dona Lúcia e da morte de Lucas mostram uma sucessão de violências. Violências que vão desde a insegurança e a incerteza com relação aos modos de agir dos policiais que passaram a transitar cotidianamente na favela, passam pelas violências físicas (por vezes letais), se intensificam com a impossibilidade de vocalizar e ter apurados os abusos e, por fim, se rotinizam, tendo em vista a necessidade de estratégias (práticas e emocionais) para lidar com toda essa dinâmica violenta, insegura e incerta.

O que o contexto das UPPs colocava de novo não eram os episódios de violência. O que havia de novo nesse cenário era o fato desse novo contexto da *pacificação* contar com a legitimação pela população em geral, ou seja, “a *pacificação* funciona persuasivamente muito mais para fora do que para dentro das favelas”. (FRIDMAN, 2014). Desse modo, esses sujeitos ficavam expostos ao sofrimento cotidiano, rotinizado e ignorado. Ao figurarem como efeitos colaterais de uma ação necessária e com um fim supostamente maior, as violências sofridas por moradores de favelas revelam nossa incapacidade para reconhecer a dor do outro (BUTLER, 2011), o que nos impossibilita de estabelecer laços com o outro e de nos opor à violência. É nesse sentido que parece caminhar a construção da favela e do favelado como alteridade radical, diante da qual é possível não só ignorar o sofrimento, mas infligi-lo a esses sujeitos constante e cotidianamente.

Referências

BIRMAN, P. Favela é comunidade? In: Machado, L. *Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BIRMAN, P.; LEITE, M. (Orgs.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Brasília: Pronex/CNPq/ Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRAZZABENI, M.; PUSSETI, C. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica*, Lisboa, 15 (3), 2011.

BUTLER, J. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Trad. de Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(40), 1999.

_____. Sufrimientos, teodiceas, prácticas disciplinarias y apropiaciones. In: ORTEGA, F. (Org.). *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidade*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Pensar, 2008.

_____. Lenguaje y cuerpo: transacciones en la construcción del dolor. In: ORTEGA, F. (org.). *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidade*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Pensar, 2008b.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIDMAN, L. C. Delegação de poder discricionário: o sonho de paz. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7, p. 611-622, 2014.

GONÇALVES, R. *Favelas do Rio de Janeiro*. História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal. *BIB*, Rio de Janeiro, 50, 2000.

LEITE, M. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista de Segurança Pública*, São Paulo, 6(2), 2012.

MACHADO DA SILVA, L. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH – UFBA* (impresso), 23, 2010, p. 283-300.

_____. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica* Lisboa, 15, p. 67-82, 2011.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. (2007). Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, 22(3). Brasília, p. 545-591, 2007.

MENEZES, P. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”*: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MISSE, M. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. *Anais do Seminário Brasil em Perspectiva: Os Anos 1990*, Rio de Janeiro, 1993.

MOTTA, L. Como tem sido possível fazer convergir o social e a segurança: notas preliminares de uma etnografia no Centro de Referência da Juventude da Cidade de Deus-RJ. *38º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 125-161, Apr. 2014. Disponível em: www.scielo.br.

OLSALA, J. Violence and the biopolitics of Modernity. *Foucault Studies*, 10, 2010.

RODRIGUES, A.; SIQUEIRA, R.; LISSOVSKY, M. Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões. *Comunicação do ISER*, 67, 2012.

SECRETARIA DO ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS (SEASDH). (2014). *Juventude*. Disponível em: www.rj.gov.br. Acesso em: 28 de julho de 2014.

UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA – UPP-RJ. (2014). Unidade de Polícia Pacificadora. Disponível em: <http://www.upprj.com>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

VALLADARES, L. *A Invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

VIANNA, A. Violência, estado e gênero: entre corpos e corpus entrecruzados. In: Antonio Carlos de Souza Lima; Virgia Garcia-Acosta. (Org.). *Margens da violência: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*. Brasília, 2014.

Resumo:

Este texto apresenta uma reflexão sobre as estratégias de moradores de uma favela carioca para lidar com práticas policiais de violência e arbitrariedade, em um contexto de *pacificação* de favelas. Considerar a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) é importante na medida em que elas representaram e figuraram como um deslocamento em relação a uma antiga forma de ação da polícia – calcada na ideia da guerra – para uma nova concepção que, ao menos discursivamente, se apoia na noção de paz. Considerando esse cenário e a partir de relatos dos moradores sobre episódios de violência policial, discuto como a indignação frente a essas práticas policiais convive com certa rotinização, tanto da exposição permanente a essa violência quanto das estratégias para lidar com ela e se proteger física e emocionalmente.

Palavras-chave: Violência; Sofrimento; UPP Favela; Rio de Janeiro

Abstract:

This text presents a reflection on the strategies of residents of a slum in Rio de Janeiro to deal with police practices of violence and arbitrariness, in a context of “pacification” of the slum. The implementation of the Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) is important insofar as the UPPs have represented and figured like a shift from the old way of doing of the police, supported in the idea of war, to a new way of doing supported in the notion of peace, at least discursively. From the resident’s reports on police violence, I discuss how the indignation towards these practices coexists with certain routinization, both the permanent exposure to this violence and the strategies to deal with it and protect yourself physically and emotionally.

Keywords: Violence; Suffering; UPP Pacification; Rio de Janeiro.

Recebido para publicação em 18/04/2017.

Aceito em 28/08/2019.

Quando o assunto é Sociologia Escolar: estado da arte nos periódicos de estratos superiores nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Ensino

Cristiano das Neves Bodart

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2195-2145>

cristianobodart@hotmail.com

Caio dos Santos Tavares

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-0074-7545>

caiotavares_@hotmail.com

Introdução

Após 10 anos da Lei 11.864, que tornou a Sociologia componente curricular obrigatório no Ensino Médio do país, nos importa compreender o estado da arte das pesquisas sobre a Sociologia Escolar. Diversos trabalhos realizaram esforços nessa direção, seja avaliando a produção de dissertações e teses sobre o ensino de sociologia (HANDFAS, 2011; CAREGNATO; CORDEIRO, 2014; HANDFAS; MA-

ÇAIRA, 2015; BODART; CIGALES, 2017), de livros coletâneas sobre essa temática (ERAS; 2014; ERAS; OLIVEIRA, 2015), de Grupos de Pesquisas registrados no CNPq voltados ao ensino de Sociologia (NEUHOLD, 2015), ou seja, observando a produção no interior de Grupos de Trabalhos (GTs) no Congresso Brasileiro de Sociologia (RÖWER, 2016), todos buscaram compreender de que forma vem se constituindo um subcampo de pesquisa “ensino de Sociologia”.¹

Na presente pesquisa propomos realizar uma análise consideravelmente ampla de parte do campo científico brasileiro, mais precisamente os periódicos brasileiros de acesso aberto que publicaram artigos sobre a Sociologia Escolar e que foram avaliados nas áreas de Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Educação e Ensino pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Comitê (CAPES) como pertencentes aos estratos superiores e, consequentemente, dotados de prestígio social no interior das respectivas áreas.

A escolha das áreas de avaliação *Qualis* deu-se a partir dos seguintes fatores: i) o que é ensinado na escola básica, ainda que sob o título de Sociologia, na verdade, é Ciência Política, Antropologia e Sociologia, o que justifica observar a produção nas três áreas e; ii) as pesquisas realizadas por Handfas (2011), Handfas e Maçaira (2015) e Bodart e Cigales (2017) indicam que os programas de pós-graduação em Educação possuem uma participação significativa no volume de dissertações e teses defendidas no Brasil, o que nos leva a observar se

1. É mais recorrente o uso da expressão ensino de Sociologia para referir-se aos estudos que tratam de questões relacionadas a essa disciplina. Contudo, “artigos sobre ensino de Sociologia” pode induzir a compreensão de que as abordagens se voltam apenas para a ação, para a prática, para o ensino. Por isso, optamos por utilizar a expressão “Sociologia escolar” por julgar ser mais abrangente. Assim, ao afirmarmos que são “artigos sobre a Sociologia escolar”, estamos nos referindo às abordagens que não se limitam à ação da prática docente, mas também, diversas questões relacionadas ao objeto “Sociologia escolar”, tais como os conteúdos, os recursos didáticos, a formação docente, as pesquisas históricas etc.

esse comportamento se repete na publicação de artigos em revistas de estratos superiores avaliadas nas áreas de Educação e Ensino.

A presente empreitada se justifica por colaborar para a compreensão das seguintes questões: o que vem sendo produzido sobre a Sociologia Escolar? Quais periódicos de estrato superior tem publicado artigos sobre a Sociologia Escolar? Quem são os principais autores? Quais são as referências que vem se consagrando no campo da Sociologia Escolar (ou ensino de Sociologia)? Quais são os temas mais abordados? Como se apresenta a evolução da produção de artigos em periódicos de estratos superior ao longo do tempo?

Organizamos este artigo em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte apresentamos os procedimentos metodológicos e na segunda expomos e analisamos os dados coletados.

Procedimentos Metodológicos

Dividimos os procedimentos metodológicos da presente pesquisa em cinco partes ou etapas. A primeira voltada para a identificação dos periódicos; a segunda para a identificação dos artigos; a terceira para a coleta de informações contidas nos artigos; a quarta, voltada para o perfil dos autores; e, por fim, na última parte, elaboramos o presente artigo apresentando e analisamos as informações encontradas. Toda a base de dados foi organizada em planilhas do tipo *Excel*.

Na primeira etapa acessamos o *site* Sucupira² a fim de identificar quais eram os periódicos brasileiros de acesso aberto qualificados nos estratos superiores pelo sistema *Qualis*-Periódicos, no caso periódicos classificados como A1, A2, B1 e B2 em Antropologia, Ciência

2. *Site* público mantido pela CAPES para consulta do *Qualis* dos periódicos. Disponível em: sucupira.capes.gov.br. Acesso em: fev. 2018.

Quadro 1: Informações extraídas nos periódicos, artigos e autores para a composição da base de dados

Periódico	Artigo	Autor(s)
Nome	Título(s)	Nome(s)
Vínculo institucional	Autor	Vínculo institucional
Local	Tema	Titulação quando publicou o art.
Nº de edições	Metodologia	Experiência com a docência
Estrato <i>Qualis</i>	Referências	no Ensino Básico
		Licenciatura

Fonte: Elaboração própria.

Política, Educação e Ensino e como A1, A2 e B1 em Sociologia³.

Na segunda etapa nos direcionamos para cada um dos sites dos periódicos identificados na etapa anterior, a fim de observar quais deles publicaram um ou mais artigos sobre a Sociologia Escolar. Para essa averiguação usamos o campo de “busca” disponibilizado nesses *sites*, sendo utilizados os seguintes descritores: “ensino de Sociologia”, “livro didático Sociologia”, “formação Sociologia”, “aula Sociologia”, “professor Sociologia”, “ensino Ciências Sociais”, “aula Ciências Sociais” e “Sociologia Escolar”.

Na terceira etapa coletamos diversas informações dos artigos publicados, como demonstrado no quadro 1.

Na quarta etapa, com acesso aos autores dos artigos, nos voltamos a observar os seus perfis acadêmicos, sendo para isso acessado os seus respectivos currículos por meio da Plataforma *Lattes*⁴ e construído

3. Como cada área possui regras próprias, na área de Sociologia considera-se estratos superiores apenas A1, A2 e B1. Nas demais áreas analisadas A1, A2, B1 e B2.

4. A Plataforma *Lattes* é uma plataforma virtual criada e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela qual integra as bases de dados de currículos dos pesquisadores. Disponível em: buscatextual.cnpq.br. Acesso em: fev. 2018.

uma base de dados.

Por fim, na última parte da pesquisa, elaboramos o presente artigo a fim de apresentar os dados coletados por meio de tabelas, quadros e gráficos, procurando analisá-los na busca de desvelar o estado da arte sobre a Sociologia Escolar presente nos periódicos de estratos superiores das áreas da Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Educação e Ensino.

As análises dos dados tiveram por objetivo compreender a configuração do estado da arte em tono da Sociologia Escolar. Nesse sentido buscamos observar o lugar, no interior do conjunto de periódicos classificados como pertencentes aos estratos superiores, onde estão sendo publicados os artigos, quem vem publicando, o que se publica e quais são as referências bibliográficas especializadas na temática Sociologia Escolar (ou ensino de Sociologia).

O recorte temporal adotado está delimitado da data do primeiro artigo publicado no conjunto de periódicos aqui selecionados, o que se deu em 1996, até a data da coleta dos dados, fevereiro de 2018.

Quando o assunto é Sociologia Escolar: estado da arte nos periódicos de estratos superiores nas áreas de ciências sociais, educação e ensino

Na presente seção buscamos apresentar e discutir os dados coletados, sendo 52 periódicos e 124 artigos. Organizamos a presente seção em três partes. Na primeira nos detivemos aos periódicos brasileiros de acesso aberto qualificados como pertencente aos estratos superiores que publicaram um ou mais artigos sobre a Sociologia Escolar. Na segunda parte nosso olhar se voltou para os autores desses artigos e, por fim, na terceira parte, nos direcionamos para os 124 artigos.

Os periódicos de estratos superiores que vêm publicando artigos sobre a Sociologia Escolar

Iniciamos a exposição dos dados, por meio da *Tabela 1*, destacando os periódicos brasileiros de acesso aberto qualificados como pertencente aos estratos superiores (das áreas Ciências Sociais,⁵ Educação e Ensino) na avaliação do quadriênio 2013-2016 e que publicaram um ou mais artigos sobre a Sociologia Escolar, as instituições às quais estão ligados, os *Qualis* lhes atribuídos (por área) e o número de artigos sobre Sociologia Escolar publicado.

5. As avaliações realizadas pelo sistema *Qualis*-Periódicos separam, como esperado, as grandes áreas das Ciências Sociais. Contudo, embora tenhamos buscado as avaliações em separado da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, usaremos o termo Ciências Sociais para designar essas três áreas a fim de tornar a leitura mais fluida.

Tabela 1: Periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), Educação e Ensino que publicaram um ou mais artigos sobre a Sociologia Escolar, 1996-2017

Periódico	Instituição	Qualis, quadriênio 2013-2016					Nº de artigos
		Soc.	Edu.	Ens.	Ant.	C. P.	
Mediações	UEL	B1	B1	B5	B1	B2	13
Ciências Sociais UNISINOS	UNISINOS	A2	B5		B3	B3	9
Revista Brasileira de Sociologia	SBS	A2	B4	B3	B3	C	9
Revista Espaço Acadêmico	UEM	C	B5	B2	B4	C	7
Cadernos Cedes	UNICAMP	A2	A1	A1			6
Percurso	UDESC	B3	B4	B1			6
Política & Sociedade	UFSC	B1	B4	B4	B1	B2	5
Revista Espaço do Currículo	UFPB	B4	B2	B1		C	5
Perspectiva	UFSC	B2	A2	B1			4
Revista de Ciências Sociais	UFC	B1	C		B2	B3	4
Educação e Realidade	UFRGS	A2	A1	A1			3
Estudos de Sociologia	UFPE	B1	B5		B3		3
Revista Eletrônica de Educação	UFSCAR	B4	B4	A2	B4	B3	3
R. Brasileira de História & Ciências Sociais	UNISINOS	B3	B1	B1	B3	B2	2
R. Bras. de História da Educação	UEM	B2	A1	B1			2
R. Cadernos da Educação Básica	Col. Pedro II		B2	B2	B4		2
R. de Educação, Ciência e Tecnologia	IFRS		B5	B1	B4		2

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

Periódico	Instituição	Qualis, quadriênio 2013-2016					Nº de artigos
		Soc.	Edu.	Ens.	Ant.	C. P.	
R. de Ensino, Educação e Ciências Humanas	UNOPAR		B5	B2			2
R. Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar	UERN	B3	B3	B1		B3	2
Revista de Educação	PUC-Campinas		B1	B1			2
Revista Dialogo	UNINOVE	B2		B1			2
Revista TOMO	UFS	B1	B3		B3		2
Caderno Eletrônico de Ciências Sociais	UFES	B5	B2		B4	B4	1
Cadernos de Pesquisa	UFMA	B5	A2	B1			1
Civitas – Revista de Ciências Sociais	UFRGS	A1	A2		B1	B2	1
Contemporânea	UFSCAR	A2	C		B3	B2	1
Educação & Sociedade	UNICAMP	A1	A1	A1	A1	A2	1
Educação Unisinos	UNISINOS	B2	A1	A2	B4		1
Educação, Ciência e Cultura	UNILASALLE	B4	B1	B2			1
Educação: Teoria e Prática	UNESP	B3	B1	B1			1
Educar em Revista	UFPR	B2	A1	A1		B1	1
Espaço Pedagógico	UPF		B1	B1	B4	C	1
Ilha Revista de Antropologia	UFSC	B4	B2		B1		1
Imagens da Educação	UEM	B5	A2	A2			1
Inter-ação	UFG	B3	B1	B1	B3	B5	1
Interseções: revista de estudos interdisciplinares	UERJ	B1	B3		B3	B2	1

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

Periódico	Instituição	Qualis, quadriênio 2013-2016					Nº de artigos
		Soc.	Edu.	Ens.	Ant.	C. P.	
Momento – Diálogos em Educação	FURG		B2				1
Novos cadernos NAEA	UFPA	B1	C		A1	B2	1
Plures Humanidades	C. Univ. M. L.		B2	B4			1
Práxis Educacional	UESB	B4	B1	B1	B5		1
R. Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia	UTFPR		B2	A2	B5		1
R. Brasileira de Ensino Superior	IMED		B4	B2			1
Reflexão e Ação	UNISC	B4	B1	A2			1
Revista Brasileira de Educação	Anped	A2	A1	A1			1
Revista Conexão	UEPG	B4	B1	B2			1
Revista de Educação Popular	UFU		B2	B1			1
Revista Instrumento	UFJF	B5	B2	B3			1
Revista Nupem	UEPR		B2	B2		B5	1
Revista Pós Ciências Sociais	UFMA	B1	B1		B2		1
Sociedade e Estado	UNB	A1	B1		B1	B1	1
Tempo Social	USP	A1	A2		B2	B1	1
52 periódicos							124

Fonte: Site Sucupira, avaliação Qualis-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites dos referidos periódicos.

Observa-se que 52 periódicos publicaram um ou mais artigos sobre a Sociologia Escolar, contudo, apenas 13 publicaram mais de dois artigos. Os periódicos que mais vezes publicaram esses artigos foram, respectivamente, a revista *Mediações* (13 artigos), vinculada a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a revista *Ciências Sociais Unisinos* (9 artigos), vinculada a Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos), a *Revista Brasileira de Sociologia* (9 artigos), vinculada a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a *Revista Espaço Acadêmico* (7 artigos), ligada a Universidade Estadual de Maringá (UEM), os *Cadernos CEDES* (6 artigos), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e a revista *Percurso*s (6), da Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC). A UEL aparece na pesquisa de Bodart e Cigales (2017) com a segunda instituição que mais teve dissertações sobre o ensino de Sociologia defendidas (8)⁶; o que reforça a importância dessa instituição para o desenvolvimento de pesquisas em torno do “ensino de Sociologia”. A UEL ficou atrás apenas da Fundação Joaquim Nabuco que oferta mestrado profissional de ensino de Sociologia, com 10 trabalhos defendidos.

Dos 52 periódicos, 10 (19,2%) estão vinculados a 7 instituições privadas, o que demonstra uma relativa importância no conjunto do volume de periódicos, tendo eles publicado 22 artigos (17,7%) dos 124 aqui identificados.

Buscando compreender a concentração de artigos em poucos periódicos, examinamos se eles publicaram dossiês sobre a Sociologia Escolar, o que explicaria essa configuração. Os dados são apresentados na *Tabela 2*.

6. Mesmo ofertando apenas o mestrado, no qual há uma linha de pesquisa voltada ao ensino de Sociologia.

Tabela 2: Dossiês sobre Sociologia Escolar publicados em periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino e volume total de artigos publicados sobre essa temática, Brasil, 1996-2017

Nº total de artigos	Revista	Dossiês	Ano	Artigos no dossiê
13	Mediações – Revista de C. S.	Ensino de Sociologia	2007	9
9	Revista Brasileira de Sociologia	Ciências Sociais e o ensino da Sociologia	2014	8
9	Ciências Sociais UNISINOS	Ensino de sociologia na educação básica	2015	8
7	Revista Espaço Acadêmico	Ensino de Sociologia	2017	5
7	Cedes	Sociologia docente: permanência e novos desafios	2011	6
6	Percurso	Ensino das Ciências Sociais em debate	2012	6
5	Política & Sociedade	Sociologia e Educação	2015	5
4	Revista de Ciências Sociais	Sociologia no Ensino Médio	2015	4
4	Perspectiva	Formação de professores de Ciências Sociais	2017	4
3	Educação e Realidade	Ensino de Sociologia	2014	3

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites das referidos periódicos.

A *Tabela 2* evidencia a importância dos dossiês na divulgação do tema Sociologia Escolar, uma vez que 46,7% dos artigos (58) são originários dessa modalidade de organização e publicização de trabalhos científicos. Há casos em que os dossiês foram os únicos espaços de publicação de artigos sobre a Sociologia Escolar, tais como aqueles presentes na revista *Percurso*s, *Política & Sociedade*, *Revista de Ciências Sociais*, *Perspectiva* e na revista *Educação e Realidade*. Assim, podemos inferir que os dossiês vem sendo um espaço importante para a publicização da temática Sociologia Escolar e que por meio deles o tema vem marcando presença em periódicos de estratos superiores.

Selecionamos os periódicos qualificados no estrado A1 em ao menos uma das áreas aqui consideradas a fim de observarmos em qual área a temática Sociologia Escolar ocupou mais espaço nesse estrato. A *Tabela 3* apresenta esses dados.

Tabela 3: Periódicos brasileiros de acesso aberto classificados no estrato A1 nas áreas das Ciências Sociais, Educação ou Ensino e volume total de artigos publicados sobre essa temática, 1996-2017

Periódico	Qualis, quadriênio 2013-2016					Nº de artigos
	Soc.	Edu.	Ens.	Ant.	C. P.	
Cadernos Cedes	A2	A1	A1			6
Educação e Realidade	A2	A1	A1			3
R. Bras. de História da Educação	B2	A1	B1			2
Educar em Revista	B2	A1	A1		B1	1
Civitas – Revista de Ciências Sociais	A1	A2		B1	B2	1
Educação & Sociedade	A1	A1	A1	A1	A2	1
Educação Unisinos	B2	A1	A2	B4		1
Revista Brasileira de Educação	A2	A1	A1			1
Sociedade e Estado	A1	B1		B1	B1	1
Tempo Social	A1	A2		B2	B1	1
Novos cadernos NAEA	B1	C		A1	B2	1
Nº de periódicos A1	4	7	5	2	0	
Nº de artigos nos periódicos A1	4	16	13	2	0	

Fonte: Site Sucupira, avaliação Qualis-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites dos referidos periódicos.

Nota-se, por meio da *Tabela 3*, que: i) 11 periódicos do estrato A1 das áreas aqui analisadas publicaram um ou mais artigos sobre a Sociologia Escolar, sendo apenas 15,3% do total dos artigos publicados no conjunto de periódicos classificados nos estratos superiores; ii) é notório que o tema teve mais espaço nos periódicos A1 das áreas de Educação e Ensino [tanto em número de periódicos, quanto em número de artigos publicados] e; iii) periódicos A1 na área de Ciência Política não tiveram nenhuma participação no volume de artigos publicados.

Por meio do *Gráfico 1* apresentamos a regionalização dos periódicos.

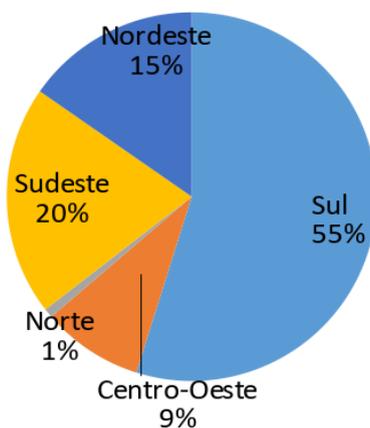


Gráfico 1: Regionalização dos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação ou Ensino, Brasil, 1996-2017

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites das referidos periódicos.

O *Gráfico 1* nos possibilita inferir, em se tratando da espacialização regional dos periódicos, que: i) o percentual de revistas de estratos superiores nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Ensino que

publicaram artigos sobre a Sociologia Escolar concentram-se nas Regiões Sul e Sudeste (75%) e; ii) a menor participação é das revistas sediadas na Região Norte (1%). Bodart e Cigales (2017) também observaram a importância da Região Sul e Sudeste na produção de teses e dissertações sobre a Sociologia Escolar.

A partir dos dados destacados nessa subseção, observamos que o número de periódicos dos estratos superiores que publicam artigos sobre Sociologia Escolar ainda é reduzido e que os dossiês foram importantes para que esse número não fosse ainda menor. Esse reduzido volume é ainda mais notório se observarmos os artigos publicados em periódicos classificados como A1. Evidenciou-se que o tema Sociologia Escolar esteve mais presente em periódicos avaliados nas áreas de Educação e Ensino como A1, se comparado com os periódicos avaliados nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. No caso das revistas avaliadas na área de Ciência Política, não há nenhum periódico A1 que tenha publicado artigo sobre Sociologia Escolar.

Os autores dos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos de estratos superiores

Passamos, nessa subseção, apresentar alguns dos elementos relacionados ao perfil dos autores que publicaram um ou mais artigos sobre a Sociologia Escolar em periódicos brasileiros de acesso aberto qualificados pelo sistema *Qualis-Periódicos* como pertencentes aos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino.

A produção dos 124 artigos envolveu 148 autores, tendo sido 68 artigos de autoria individual, 49 artigos produzidos por dois autores, 5 artigos por 3 autores e 2 por 4 autores. Assim, 45,1% dos artigos foram produzidos a partir de colaborações entre autores/pesquisadores.

Observamos, no presente levantamento, que 55% dos autores são

do sexo feminino e 45% masculino, corroborando com os apontamentos da pesquisa realizada por Bodart e Cigales (2017) na qual evidenciaram a maior participação de mulheres (62,8% das autorias das dissertações e 84,7% das teses) no envolvimento com a temática Sociologia Escolar na produção de teses e dissertações.

A aproximação cotidiana com o objeto da pesquisa é, em muitos casos, determinante para fomentar o interesse em pesquisá-lo. Por isso, observamos o percentual de autores que cursaram Ciências Sociais; identificamos que 73,8% deles se formam nesse curso. Investigamos também o percentual de autores que fizeram licenciatura. Encontramos 42,2% licenciados em Ciências Sociais e 22,1% licenciados em outras áreas. Apenas 10,7% não cursaram licenciatura⁷. Eras (2014) ao observar o perfil dos autores dos livros coletâneas sobre o ensino de Sociologia destacou que seus perfis estão fortemente relacionados à educação. Buscamos, ainda, observar se os autores que se dedicam ao tema Sociologia Escolar já atuaram no ensino básico.

O *Gráfico 2* evidencia que, dentre os currículos encontrados, 41% dos autores atuam no Ensino Básico. O fato de não encontrarmos informações de 12% dos autores nos impossibilita uma compreensão mais precisa da relação entre autoria e atuação como professor no Ensino Básico.

Por meio da *Tabela 4* apresentamos a titulação dos autores no ano de publicação de seus artigos sobre Sociologia Escolar.

7. Informamos que 21,4% dos autores não possuíam currículo *lattes* durante o período da coleta dos dados, o que impossibilitou a identificação do curso.

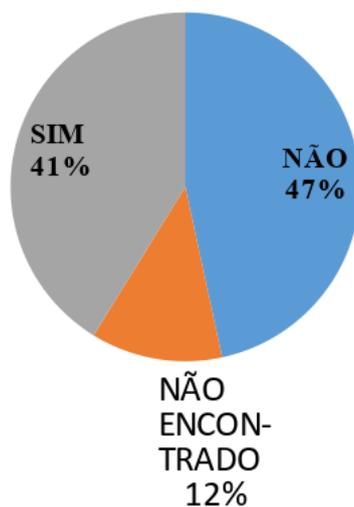


Gráfico 2: Experiência dos autores que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino com a docência no Ensino Básico, Brasil, 1996-2017

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar e Plataforma *Lattes*.

Tabela 4: Titulação dos autores que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados no estrato superior nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, 1996-2017

Titulação/Área	Nº autores
Doutorado em Sociologia	29
Doutorado em Educação	26
Doutorado em Ciências Sociais	8
Doutorado em Ciência Política	3
Doutorado em Antropologia Social	2
Doutorado outros	9
<i>Total de Doutores</i>	77
Mestrado em Educação	16
Mestrado em Sociologia	11
Mestrado em Ciências Sociais	8
Mestrado em Ciência Política	3
Mestrado outros	7
<i>Total de Mestres</i>	45
Graduados	19
Graduando	1
Não identificados	6
Total	148

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar e Plataforma *Lattes*.

A *Tabela 4* nos mostra que maior parte dos autores (52%) eram doutores quando publicaram seus artigos sobre Sociologia Escolar em periódicos de estratos superiores avaliados nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Ensino.

Observamos, ainda a partir dos dados da *Tabela 4*, que dentre os doutores, há predominância de doutores nas áreas de Sociologia

(37,6%) e Educação (33,7%). Os autores que tinham, na data da publicação de seus respectivos artigos, titulação de mestre correspondem a 30,4% do total de autores, predominando mestres em Educação (16), seguido de mestres em Sociologia (11). Embora haja uma reduzida participação de autores que tinham apenas graduação, o percentual de mestres é elevado, indicando o interesse pela temática dos jovens pesquisadores.

Buscamos identificar o papel dos programas de pós-graduação para a produção de artigos sobre a Sociologia Escolar. O *Gráfico 3* apresenta a vinculação dos autores aos programas, sejam como professores ou alunos.

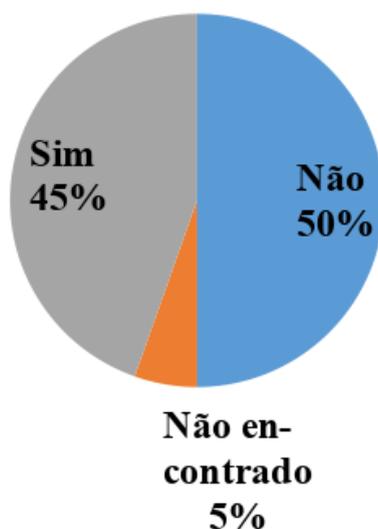


Gráfico 3: Autores que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, por a vinculação a Programas de Pós-Graduação, Brasil, 1996-2017

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar e Plataforma *Lattes*.

Ainda que maior parte dos autores não estavam vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* quando publicaram seus artigos aqui analisados, identificamos uma participação bastante significativa (45%).

Observando a participação dos 148 autores envolvidos na produção dos 124 artigos sobre a Sociologia Escolar publicados em periódicos de estratos superiores avaliados pelo sistema *Qualis-Periódicos* nas áreas das Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Educação e Ensino, notamos que 23 autores publicaram mais de um artigo, individualmente ou em coautoria. A *Tabela 5* destaca os autores com maior número de publicação no conjunto desses artigos.

Tabela 5: Autores que publicaram três ou mais artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, 1996-2017

Autores que mais publicaram artigos	Quantitativo
Amurabi Pereira Oliveira	14
Amaury Cesar Moraes	5
Simone Meucci	4
Cristiano das Neves Bodart	3
Daniel Gustavo Mocelin	3
Luiza Helena Pereira	3

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis-Periódicos* (quadriênio 2013-2016) e *sites* dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

O fato de 21 autores (14,1%) terem publicado mais de um artigo evidencia que a Sociologia Escolar começa a ser tomada como agenda de pesquisa e não apenas como um objeto momentâneo analisado pelos pesquisadores, ainda que sejam poucos (6) os pesquisadores que

tenham publicado três ou mais artigos, como demonstrado na tabela 5. Acreditamos que a recente ampliação do volume de artigos publicados por essa temática (o que destacaremos na próxima subseção) seja um dos fatores que colaboram para compreendermos essa configuração, assim como a proximidade dos autores com a Educação, seja por meio do processo formativo ou na atuação profissional.

Os artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos de estratos superiores

Passamos nesta subseção observar os 124 artigos publicados nos periódicos de estratos superiores das áreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Educação e Ensino. Por meio do *Gráfico 4* apresentamos a evolução do volume de publicação desses artigos.

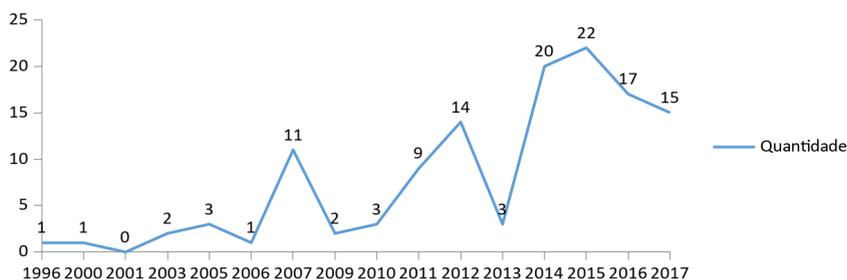


Gráfico 4: Evolução do volume de artigos sobre Sociologia Escolar publicados em periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas de Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Educação e Ensino, Brasil, 1996-2017

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis-Periódicos* (quadriênio 2013-2016) e sites das referidos periódicos.

O *Gráfico 4* demonstra uma ampliação recente no volume de artigos publicados em periódicos de estratos superiores nas áreas em questão, comportamento também observado por Bodart e Cigales (2017)

ao mapearem a produção de teses e dissertações sobre o ensino de sociologia defendidas no Brasil, e por Röwer (2016) ao analisar o volume de trabalhos aceitos nos GTs do Congresso Brasileiro de Sociologia no período de 2005 a 2015. Todos esses dados apontam para uma crescente produtividade de pesquisas sobre a Sociologia Escolar. Dividindo o período observado, a ampliação de volume de publicações fica ainda mais visível. Observamos que o primeiro artigo encontrado foi publicado em 1996. De 1996 a 2006 observamos a publicação de apenas 8 artigos. No período de 2007 a 2017 encontramos a publicação de 116 artigos. Desta forma, podemos inferir que a ampliação do volume de artigos se deu, ainda que com irregularidades, a partir de 2007 quando a Sociologia já figurava no currículo de maior parte dos Estados brasileiros e após 2008 quando se tornou nacionalmente obrigatória.

Buscamos observar a regionalização do conjunto de artigos publicados nos periódicos aqui analisados. A *Tabela 6* apresenta os dados.

Tabela 6: Distribuição dos artigos sobre Sociologia Escolar publicados em periódicos brasileiros de acesso aberto classificados no estrato superior nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, por região e estados brasileiros, 1996-2017

Regiões	Estados	Nº. de artigos publicados	Total por região	% Univ. públicas da Região em relação ao Brasil	Participação do total	Varição Proporcional ao % de univ. públicas no Brasil
SUL	PR	29	68	22	54,4	> 32,4
	RS	23				
	SC	16				
CENTRO-OESTE	DF	10	11	8,2	8,8	> 0,6
	GO	1				
NORTE	PA	1	1	13,7	0,8	< 12,9
SUDESTE	SP	18	25	32,1	20,1	< 11,9
	RJ	4				
	MG	2				
	ES	1				
NORDESTE	PB	5	19	27,5	15,2	< 12,3
	CE	4				
	PE	3				
	RN	3				
	MA	2				
	SE	2				
BA	1					
BRASIL		124	124	100	100	100

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis-Periódicos* (quadriênio 2013-2016) e *sites* dos periódicos em análise.

Observando os dados da *Tabela 6*, é possível inferir que: i) o maior volume de artigos foi publicado a partir de periódicos sediados na Região Sul, enquanto que o menor volume foi na Região Norte; ii) se considerarmos a proporcionalidade das universidades públicas existentes em cada Região, vamos observar que apenas as Regiões Sul e Centro-Oeste apresentam maior produção proporcional e; iii) os estados brasileiros que mais publicaram artigos foram, respectivamente, o Paraná e o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul foi apontado por Röwer (2016) como o estado que mais trabalhos teve aprovado nos Congressos Brasileiros de Sociologia. Para essa autora a existência de laboratórios de ensino de Ciências Sociais explicariam a maior participação. O Sul também apareceu na pesquisa de Bodart e Cigales (2017) com a Região brasileira que mais produziu teses e dissertações sobre a Sociologia Escolar.

Caregnato e Cordeiro (2014) ao observar um conjunto de 19 dissertações e teses defendidas entre 1998 a 2008 identificaram “três grandes tópicos”. Seriam eles: i) a formação e atuação do profissional egresso das Ciências Sociais; ii) a relação entre a disciplina acadêmica e a disciplina Escolar e; as percepções que os atores possuem sobre Sociologia Escolar.

Handfas e Maçaira (2014) identificaram nas teses e dissertações defendidas até 2012 seis eixos: currículo, prática pedagógica, metodologia de ensino, concepções sobre a Sociologia Escolar, institucionalização e trabalho docente. Em estudo mais recente, Bodart e Cigales (2017) ao analisar as dissertações e teses produzidas entre 1996 a 2017 identificaram a significativa presença de duas outras temáticas: “formação docente” e “livros didáticos e manuais escolares”. Na mesma direção, no esforço de compreender as configurações das pesquisas sobre a Sociologia Escolar, buscamos observar quais os temas

centrais dos artigos foram mais recorrentes. A *Tabela 7* apresenta a classificação dos artigos por temas.

Tabela 7: Temas dos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, 1996-2017

Temas	N	%
Formação docente	38	30,6
Prática docente	29	23,3
Currículo/legislação	16	12,9
História e institucionalização da Sociologia Escolar	10	8,0
Percepção da prática docente da Sociologia	13	10,4
Livros didáticos e manuais	9	7,2
Estado da arte	6	4,8
As condições do trabalho docente	3	2,4
Total	124	100

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis-Periódicos* (quadriênio 2013-2016) e sites dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

Os temas mais recorrentes, como se vê na *Tabela 7*, foram, respectivamente “formação docente” (30,6%), “prática docente” (23,3%) e “currículo/legislação” (12,9%). Poucos foram os artigos que se dedicaram a compreender o estado da arte e as condições do trabalho docente do professor de Sociologia. Nossa hipótese quanto a pouca presença de levantamentos do estado da arte está relacionada à recente ampliação de pesquisas sobre o tema. Quanto aos poucos artigos sobre as condições do trabalho docente, acreditamos que esteja relacionado a dificuldade em separar o que seria as condições do trabalho do professor de Sociologia das condições mais gerais que envolvem os demais professores e o sistema educacional.

Röwer (2016) ao observar as temáticas dos artigos apresentados nos Grupos de Trabalhos (GTs) do Congresso Nacional de Sociologia (2005-2015) identificou uma maior presença de pesquisas sobre “práticas docentes” (31%), “formação docente” (23%) e “institucionalização da Sociologia” (23%). Esses três tópicos estão entre os quatro temas que aqui identificamos como predominantes no conjunto dos 124 artigos analisados.

Quanto aos artigos que tratam da “formação docente”, identificamos que todos abordam a formação em nível de graduação, não sendo explorado outros níveis de formação, tais como a pós-graduação e a formação continuada.

Buscamos identificar que tipo de pesquisa predomina no conjunto dos 124 artigos. A *Tabela 8* apresenta esses dados.

Tabela 8: Temas dos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, por tipo de pesquisa, 1996-2017

Tipo de pesquisa	N	%
Empírica	39	31,4
Predominantemente Documental	32	25,8
Revisão de literatura	27	21,7
Relato de experiência	26	20,9
Total	124	100

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

Notamos, como se mostra na *Tabela 8*, a predominância de pesquisas marcadamente de caráter empírico (31,4%) e documental (25,8%).

Os tipos de pesquisas menos recorrentes foram, respectivamente, a “revisão de literatura”, o que é explicado, em parte, por se tratar de uma temática recente, com bibliografia ainda reduzida e pouco consolidada, e o “relato de experiência”, tipo de produção que poucos periódicos científicos destinam espaços para publicação. Há duas situações que podem estar relacionadas ao tipo de pesquisa que vem sendo mais desenvolvida (empírica) em torno da Sociologia Escolar: i) a provável aproximação com o objeto de estudo, já que o percentual de autores licenciados é de 63,2% e de graduados em Ciências Sociais (bacharel e licenciado) é de 73,8% e; ii) a escassez de biografias especializadas consagradas para a realização de pesquisas bibliográficas.

Dos 124 artigos, 97 se apropriaram de algum tipo de coleta de dados. Apresentamos na *Tabela 9* o tipo de coleta de dados utilizada por esses artigos.

Tabela 9: Temas dos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, por métodos de coleta de dados predominantes, 1996-2017

Método de coleta de dados	N	%
Levantamento Documental	33	34,0
Observação Participante /Relato de Experiência	26	26,8
Questionários	14	14,4
Dados Disponíveis na *Internet*	09	9,2
Entrevista	12	12,3
Caderno de Campo/Etnografia	2	2,0
Censo Escolar	1	1,0
Total	97	100

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis-Periódicos* (quadriênio 2013-2016) e *sites* dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

Em se tratando de coleta de dados, os autores se voltaram, predominantemente, para documentos (34%) e se utilizaram da observação participante/relatos de experiência (26,8%). Nota-se que o Censo Escolar vem sendo uma fonte pouco utilizada (1%), ainda que o Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) seja abrangente (nacional) e anualmente realizado⁸.

Observamos que dos 124 artigos, 33 deles tomaram algum sujeito como objeto de análise, estando ele relacionado à Sociologia Escolar. Na *Tabela 10* destacamos a distribuições desses artigos por sujeitos objetos de análise.

8. O artigo de Bodart e Silva (2016) é um exemplo da potencialidade de usos do Censo Escolar realizado pelo INEP, sobretudo conjugado com outras fontes de pesquisas.

Tabela 10: Distribuição dos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, por sujeitos principais tomados por objeto de estudo, 1996-2017

Sujeitos	N	%
Professores do Ensino Básico	21	60,0
Alunos Secundaristas	6	17,1
Graduando em Ciências Sociais	6	17,1
Demais Universitários	1	2,8
Pesquisadores do Ensino de Sociologia	1	2,8
Total	35	100

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis-Periódicos* (quadriênio 2013-2016) e *sites* dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

Quanto aos sujeitos pesquisados, em sua grande maioria (60%) foram professores do Ensino Básico. Os graduandos em Ciências Sociais representam apenas 17,1% desses artigos, o que nos chamou atenção, uma vez que “formação docente” é o tema mais recorrente dentre os 124 artigos (ver *Tabela 7*). Esses dois dados observados em conjunto evidenciam que a formação do professor de Sociologia vem sendo pensada sem dar devida relevância aos sujeitos em formação (graduandos).

A presença dos professores do Ensino Médio como sujeitos principais de 60% das pesquisas se explica pelo grande número de artigos voltados à “prática docente” (ver *Tabela 7*), demandando como estratégia de pesquisa voltar-se para esses professores.

Nos detivemos aos 16 artigos cujo tema principal foi o currículo e/ou a legislação, como se vê os dados na *Tabela 11*.

Os estudos focados no currículo e na legislação em torno do ensino

Tabela 11: Documentos/legislações abordadas pelos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, 1996-2017

Currículo/Legislação (documentos oficiais)	N	%
Documentos Estaduais	6	37,5
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)	3	18,7
Lei 11.684 (Lei de reintrodução da sociologia no EM)	2	12,5
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	2	12,5
Orientações Curriculares de Ciências Humanas	2	12,5
Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio	1	6,2
Total	16	100

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e *sites* dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

de Sociologia se voltam para análises de 5 documentos, além das legislações estaduais relacionadas ao ensino de Sociologia; estas sendo as mais abordadas pelos artigos em análise (37,5%).

Quanto aos artigos que tiveram o livro didático e/ou os manuais escolares como foco principal de abordagem, a maioria deles se volta para os livros didáticos mais recentes, como se vê na *Tabela 12*.

Os dados até o momento apresentados nos possibilitam ter maior clareza do que vem sendo publicados em periódicos de estratos superiores avaliados nas áreas de Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Educação e Ensino. Nos importa agora, na subseção posterior, observar quais são as referências desses artigos.

Tabela 12: Livros didáticos abordadas pelos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, 1996-2017

Foco de Abordagem	N	%
Livros didáticos de 2012-atual	6	66,6
Livros didáticos de 2004-2015	1	11,1
Manuais do período de 1930-1945	1	11,1
Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo 1954	1	11,1
Total	9	100

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e *sites* dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

As referências dos artigos sobre Sociologia Escolar publicados em periódicos de estrato superior

Julgamos importante compreender as bases bibliográficas que fundamentaram os 124 artigos, bem como identificar os tipos de fontes utilizadas. Ao todo, considerando repetições, foram 2709 referências, distribuídas em diversos tipos de fontes, como demonstra a *Tabela 13*:

Tabela 13: Referências/fontes dos 124 artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, 1996-2017

Tipo de obra referenciada	N	%
Livros	828	30,56
Artigos científicos	697	25,73
Livros coletânea	429	15,84
Documentos oficiais	406	14,99
Dissertações de mestrado	150	5,54
Trabalhos em anais e grupos de trabalhos de eventos	69	2,55
Tese de doutoramento	30	1,11
Material de <i>site</i>	22	0,81
Material impresso/texto mimeo	19	0,70
Trabalho apresentado em evento	16	0,59
Grupo de pesquisa	7	0,26
Monografia de graduação	5	0,18
Entrevista	5	0,18
Matéria apresentada na TV	4	0,15
Palestra e conferência	3	0,11
Comunicação para os alunos	1	0,04
Caderno de resumo	1	0,04
Boletim do sindicato	1	0,04
Relatório de pesquisa	1	0,04
Roteiro	1	0,04
Questionário	1	0,04
Vídeo disponíveis na <i>internet</i>	1	0,04
Filme	1	0,04
Não identificado	11	0,41
Total	2709	100

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar e os 124 artigos sobre Sociologia Escolar publicados nesses periódicos.

Os três principais tipos de referências são livros (30,5%), artigos publicados em periódicos acadêmicos (25,7%) livros coletânea

(15,8%) e dissertações de mestrado (14,9%). Nos chamou a atenção a significativa participação dos livros coletânea, isso por conta do número ainda reduzido desse tipo de publicação. Em 2014, Eras (2014) afirmava que apenas 29 livros haviam sido publicados até então e esse número hoje não é muito maior do que isso.

Buscamos observar quais livros, artigos, livros coletâneas e dissertações foram mais vezes utilizadas como referência. Na *Tabela 14* destacamos os livros, os artigos, os livros coletânea e as dissertações e teses mais referenciados pelos 124 artigos em análise.

Tabela 14: Os livros, livros coletâneas, dissertações/teses e artigos, referenciados 10 ou mais vezes nos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, 1996-2017

Obras	Autor(es) ou orhanizador(es)	N
<i>Livros</i>		
A imaginação sociológica (1969)	Charles Wright Mills	13
Sociologia (2005)	Anthony Giddens	10
<i>Livros coletâneas</i>		
Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio (2004)	Lejeune Mato Grosso de Carvalho (UMP-SP)	46
A sociologia vai à escola: história, ensino e docência (2009)	Anita Handfas (UFRJ) e Luiz Fernandes de Oliveira (UFRRJ)	31
História das ciências sociais no Brasil (1989)	Sérgio Miceli (USP)	17
Coleção Explorando o ensino de Sociologia (2010)	Amaury César Moraes (USP)	16
Sociologia e juventude no ensino Médio: formatação, PIBID e outras experiências (2013)	Danyelle Nilin Gonçalves (UFC)	11
Dilemas e Perspectivas da Sociologia na Educação Básica (2012)	Anita Handfas (UFRJ) e Julia Polessa Maçaira (UFRJ)	10

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

Obras	Autor(es) ou orhanizador(es)	N
<i>Teses / dissertações</i>		
A Sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. Brasília (dissertação, 2002).	Mário Bispo dos Santos (SEEDF)	22
A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos (dissertação, 2000).	Simone Meucci (UFPR)	15
A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil (dissertação, 2004).	Flávio Marcos Silva Sarandy (UFF)	11
<i>Artigos (publicados em periódicos científicos)</i>		
Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato (2003)	Amaury Moraes (USP)	30
Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade (2011)	Amaury Moraes (USP)	15

Fonte: *Site* Sucupira, avaliação Qualis-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e *sites* dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

Dentre as obras que apareceram 10 ou mais vezes no conjunto das referências dos 124 artigos notamos que: i) é um volume reduzido, principalmente de livros e artigos publicados em periódicos científicos, o que evidencia que a produção é originária de grande variedade de obras, reforçando o fato de ter sido mobilizado ao todo 2709 referências; ii) maior parte dos autores referências são da Região Sudeste e; iii) as obras, em cada umas das tipologias, mais citadas são pioneiras nos estudos da Sociologia Escolar (livro coletânea, de 2004, dissertação de 2002 e artigo de 2003).

Dentre os artigos mais referenciados que constituem livros coletânea, a maior presença é do artigo de Silva (2010), como se observa na *Tabela 15*.

Tabela 15: Os artigos dos livros coletâneas mais referenciados nos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, Brasil, 1996-2017

Titulo do Artigo	Autor do artigo	Livro Coletânea	N
O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas (2010)	Ileizi L. Fiorelli Silva	Coleção Explorando o ensino de Sociologia	12
Formação dos professores de Sociologia: um debate em aberto (2012)	Anita Handfas	Dilemas e Perspectivas da Sociologia na Educação Básica	7
Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? (2013)	Bernard Lahire	Sociologia e juventude no Ensino Médio: formação, PIBID e outras experiências	5
Desafios para a Implantação do Ensino da Sociologia na Escola Média Brasileira (2009)	Amaury Moraes	A Sociologia Vai à Escola: história, ensino e docência	4

Fonte: *Site* Sucupira, avaliação Qualis-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e *sites* dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

O artigo *O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas*, de Ileizi L. Fiorelli Silva (2010), compõe uma obra coletânea financiada pelo Ministério da Educação destinada aos professores do Ensino Médio, tendo sido amplamente divulgado e distribuído nas escolas públicas do país, apresentando uma das exposições pioneiras da história do ensino da Sociologia Escolar, o que, em parte, explica ter sido o artigo de livro coletânea mais referenciado.

Por fim, na *Tabela 16*, destacamos os 10 autores mais citados dentre as referências dos 124 artigos aqui analisados.

Tabela 16: Os autores mais referenciados nos artigos sobre Sociologia Escolar publicados nos periódicos brasileiros de acesso aberto classificados nos estratos superiores nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Ensino, 1996-2017

Autores mais citados	N
Amaury Moraes	93
Pierre Bourdieu	64
Amurabi Oliveira	56
Anita Handfas	46
Simone Meucci	42
Mário Bispo dos Santos	38
Flávio Sarandy	36
Ileizi Luciana Fiorelli Silva	30
Florestan Fernandes	29
Nelson Tomazi	24

Fonte: Site Sucupira, avaliação *Qualis*-Periódicos (quadriênio 2013-2016) e sites dos periódicos que publicaram artigos sobre Sociologia Escolar.

A partir dos dados expostos na *Tabela 16*, podemos inferir que: i) predomínio de referência a autores que estiveram envolvidos com a temática do ensino de Sociologia antes de sua reintrodução, em 2008,

e envolvidos nos principais eventos acadêmicos sobre o ensino de Sociologia; ii) dentre os teóricos, o destaque é para Pierre Bourdieu, sociólogo que dedicou parte considerável de sua carreira a estudar os mecanismos de reprodução social do sistema educacional francês, assim como a constituição do campo científico.

Considerações Finais

A proposta do presente artigo foi compreender de que forma o tema Sociologia Escolar marca presença nos periódicos de estratos superiores avaliados pela Capes nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Observamos que 124 artigos foram publicados em 52 revistas e que os dossiês foram espaços importantes para a publicação da temática.

Dentre os autores, notamos a maior presença de doutores nas Sociologia e Educação e mestres em Educação e que os possuíram vínculos, ou de formação ou de experiência profissional, com a Educação básica. Para a produção dos artigos foram mobilizados 148 autores, dos quais 55% são do sexo feminino e 45% masculino. Quase metade da produção foi realizada a partir de coautorias, o que julgamos colaborar para o fortalecimento dessa área de pesquisa.

Evidenciamos que há uma ampliação do volume de artigos, ainda que com irregularidades, a partir de 2007 quando a Sociologia já figurava no currículo de maior parte dos Estados brasileiros.

Maior parte dos artigos publicados nos periódicos qualificados como A1 (o mais alto estrato do sistema *Qualis*-Periódicos) o foram em revistas assim qualificadas nas áreas de Educação e Ensino. Os periódicos A1 na área de Ciência Política não tiveram nenhuma participação no volume dos artigos publicados. Os periódicos que mais

publicaram artigos sobre a Sociologia Escolar estão concentrados nas Regiões Sul e Sudeste, e as principais referências desses artigos são obras de autores residentes na Região Sudeste.

Quanto aos temas, identificamos ser os mais recorrentes, respectivamente, “formação docente”, “prática docente” e “currículo/legislação”. Essas temáticas são reflexos da recém reintrodução da disciplina. Maior parte das pesquisas são predominantemente de caráter empírico e documental. Os tipos menos recorrentes são, respectivamente, a “revisão de literatura”; reflexo de uma temática recente e pouco consolidada e do pouco espaços para a publicação de relatos de experiência docente nos periódicos de estratos superiores. Observamos, ainda, que o principal sujeito das pesquisas não os professores do Ensino Básico.

Quanto aos tipos de obras referenciadas pelos 124 artigos, a maioria são livros e artigos publicados em periódicos acadêmicos, sendo maior parte dos autores referenciados da Região Sudeste e as obras mais usadas são os trabalhos pioneiros.

Os dados que aqui apresentamos corroboram para a compreensão de um subcampo de pesquisa que parece, ainda que de forma inicial, a se consolidar e ocupar espaço nos principais meios de divulgação científica das áreas das Ciências Sociais e da Educação. A presente pesquisa não esgota as faces dos estudos em torno da Sociologia Escolar e suas nuances, sendo necessário estudos complementares, sobretudo para trazer elementos que venham a explicar as formas (ou configurações) que a presente pesquisa evidenciou.

Referências

CAREGNATO, Célia Elizabete; CORDEIRO, Victoria Carvalho. Campo Científico-Acadêmico e a Disciplina de Sociologia na Escola. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 39-57, jan./mar. 2014. Disponível em:

www.scielo.br. Acesso em: fev. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um Estado da Arte na Pós-Graduação. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez., 2017. Disponível em: www.periodicos.ufc.br. Acesso em: jan. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio da. Um “Raio-X” do professor de Sociologia brasileiro: condições e percepções. *Estudos de Sociologia*. v. 2, n. 22, 2016. Disponível em: www.revista.ufpe.br. Acesso em: jan. 2018.

ERAS, Lígia Wilhelms. Trajetórias, travessias e produtores: sociologias, conhecimentos e os autores dos livros coletâneas sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 02, nº. 03, jan./jun., 2014. Disponível em: www.sbsociologia.com.br. Acesso em: jan. 2018.

ERAS, Wilhelms; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Uma Sociologia dos Livros Coletâneas sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica (2008-2013). In: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de; OLIVEIRA, Amurabi. (Orgs.). *Ciências Sociais e Educação: um reencontro marcado*. Edufal: Maceió, 2015.

HANDFAS, Anita. O estado da arte do ensino de Sociologia na Educação Básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. *Revista Interlegere*. n. 9, 2011. Disponível em: periodicos.ufrn.br Acesso em: jan. 2018.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polesssa. O Estado da arte da produção científica sobre o ensino de Sociologia na educação básica. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polesssa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs.). *Conhecimento escolar e ensino de Sociologia: instituições, práticas e percepções*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

NEUHOLD, Roberta. A produção científica sobre o ensino de Sociologia: grupos e linhas de pesquisa no Brasil (2000-2013). In: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de; OLIVEIRA, Amurabi (org.). *Ciências Sociais e educação: um reencontro marcado*. Maceió: Edufal, 2015. p. 103- 123.

OLIVEIRA, Amurabi. Um balanço sobre o campo do ensino de sociologia no Brasil. *Em Tese*. v. 12, n. 2, 2015. Disponível em: periodicos.ufsc.br. Acesso em: jan. 2018.

RÖWER, Joana Elisa. Estado da arte: Dez anos de Grupos de Trabalho (GTs)

sobre ensino de Sociologia no Congresso Brasileiro de Sociologia (2005-2015). *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, 126-147, jul./set., 2016. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br. Acesso em: jan. 2018.

Sites eletrônicos consultados

Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>. Acessado em: fev. 2018.

Sucupira: Disponível em: sucupira.capes.gov.br. Acessado em: fev. 2018.

Resumo:

Pretende-se mapear o estado da arte da produção científica em torno do tema “Sociologia Escolar” presente nos periódicos avaliados nas áreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Educação e Ensino pelo sistema *Qualis* como integrantes dos estratos superiores. Dentre os resultados, nota-se crescente produção, cujos autores são em maioria do sexo feminino, doutores em Sociologia e Educação. Em se tratando de periódicos A1, àqueles avaliados na área de Educação se destacam. Os temas mais recorrentes são “formação docente”, “prática docente” e “currículo/legislação”. A Sociologia Escolar, enquanto objeto de pesquisa, começa a ocupar espaço nos principais meios de divulgação científica das áreas das Ciências Sociais e da Educação.

Palavras-chave: Sociologia Escolar; Produção Científica; Estado da Arte; *Qualis*.

Abstract:

We intend to map the state of the art of scientific production around the theme “School Sociology” present in the journals evaluated in the areas of Sociology, Anthropology, Political Science, Education and Teaching by the *Qualis* system as members of the upper levels. Among the results it is noticed an increasing production, whose authors are mostly females, with doctorates in Sociology and Education. In the case of A1 journals, those evaluated in the area of Education have a prominent role. The most recurrent themes are “teacher training”, “teaching practice” and “curriculum / legislation”. The school sociology, as an object of research, has begun to occupy space in the principal means of scientific dissemination in the areas of Social Sciences and Education.

Keywords: School Sociology; Scientific production; State of art; *Qualis*.

Recebido para publicação em 24/02/2018.

Aceito em 23/10/2019.

// Resenhas

RESENHA

Um estudo sobre o estado de exceção brasileiro

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2017.

Débora Maria Martins

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3449-7188>
deboramariamartins123@gmail.com

A obra *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo* é produto da observação constante, pelo autor, da atualidade brasileira, em que se encontra presente o generalizado desrespeito ao mais importante documento político-jurídico do país: a Constituição, a qual é desconsiderada no exercício de diversas instituições.

O autor tenta mostrar, nessa pesquisa, que o autoritarismo se encontra cada vez mais presente no Brasil, indo de encontro ao Estado democrático de Direito. Uma ilustração trazida consiste no fato de ser cada vez mais recorrente, nos debates e pronunciamentos públicos, a tortura, com um discurso que a legitima e a defende. Entretanto,

a garantia dos direitos individuais, entre eles, a dignidade da pessoa humana, é cláusula pétrea na Constituição. Por isso, esse tema não deveria ser defendido em debates e pronunciamentos públicos. Porém, o estado de exceção afasta as garantias do Estado de direito, legitimando discursos como esse exemplificado (VALIM, 2017, p. 28).

A deslealdade a Constituição e as outras leis do país acontecem decididas não mais pelos representantes eleitos, e sim pelo capital financeiro (VALIM, 2017, p. 29). Diante disso, pode-se fazer a comparação, pela semelhança dos assuntos trabalhados, embora em obras diferentes e não relacionadas de forma direta, do apontamento de Valim com o de Bobbio (1986, p. 29-30), que traz o conceito de poder invisível, o qual a democracia, em seu projeto, ao afirmar que o povo seria a maior força de poder, prometeu excluir, mas que ganha cada vez mais força e influência.

Da mesma forma, pode-se relacionar, nessa atual pesquisa, o que é trabalhado na obra de Valim com as conclusões do estudo de Milton Santos (2010, p. 68-69), com o exemplo prático, embora não trazido no livro resenhado, da relevância do capital financeiro: hoje, as empresas de grande porte, ao adentrarem e se instalarem em determinado local, são tratadas como salvadoras, uma vez que trarão novas oportunidades de emprego e de modernidade. Nasce, diante disso, uma ideia de indispensabilidade dessas empresas. A adversidade desse fato é que isso ocasiona, muitas vezes, brigas entre territórios para instalação da empresa e chantagem diante do Estado, que afirma que pode ir embora, levando toda a oportunidade de emprego, caso suas solicitações não sejam atendidas. O poder público, então, fica cada vez mais sujeito às empresas. Com uma possível chantagem diante do poder público, este passa a dar importância às reivindicações das empresas de grande porte, na tentativa de fazer que elas permaneçam no seu

território, e deixa em segundo plano o interesse geral, abandonando seu caráter social e solidário.

Sob essa ótica, é relevante, também, o destaque da influência da globalização e do neoliberalismo diante da linguagem, a partir de apontamento em obra divergente da resenhada no atual trabalho e não trazido por ela. Para isso, é necessário a diferenciação de dois conceitos: nação ativa e passiva.

Nação ativa se mostra como aquela que obedece, de forma cega e ilimitada, a vontade globalitária. Obedece a ordens das burguesias internacionais e nacionais associadas a estas. Traz, em seu conceito-base, a ideologia das ideias de riqueza e a produção da conformidade (em que não se aceita mais discussão diante do sistema e, em caso de desobediência, os agentes são expulsos). Nação passiva é aquela formada majoritariamente pela população e pela economia que participam do sistema e da ideologia dominante. Aceitam, então, a insatisfação e o inconformismo dos agentes diante do sistema e dos seus resultados. Ainda é marcada pelo seu território, ainda é enraizada no seu local. Entretanto, o cerne da questão é que não é propositado tais definições relativas a essas expressões. “Ou aquilo a que, desse modo, se está chamando de nação ativa seria, na realidade, a nação passiva, enquanto a nação chamada passiva seria, de fato, a nação ativa?”. (SANTOS, 2010, p. 156-157).

Ademais, esse poder do mercado na democracia torna esse regime de governo vazio, uma vez que não busca resolver os conflitos sociais (VALIM, 2017, p. 33). É inevitável, ao leitor dominante do assunto, diante da abordagem do autor trabalhada em sua obra, a comparação, por juízo de valor, com o pensamento de dois autores. O primeiro escritor é Bobbio (1986, p. 139-143), o qual afirma que o público se transforma cada vez mais privado, uma vez que aqueles capazes de

votar, ou seja, de escolher seus representantes, não se tornam mais eleitores, e sim clientes de um mercado político. O eleito deve ser o empresário, que gere a máquina chamada Estado, e o eleitor deve ser um negociador, para que aquele que está acima possa satisfazer suas finalidades. O segundo escritor é Milton Santos (2010, p. 54), que acredita que surge o fenômeno chamado eleitoralismo, o qual não possui o debate efetivo e o enriquecimento de ideias no processo eleitoral.

Nesse período peculiar da história do Brasil que se vive, várias instituições legitimam o problema do estado de exceção. Entre elas, o Poder Executivo, ao ser polícia administrativa, e o Judiciário (VALIM, 2017, p. 36).

Muitos foram os autores que estudaram a origem e as características do estado de exceção, como o Agamben e Schmitt. Contudo, Valim trabalha essa realidade no Brasil, de forma expressa, no capítulo terceiro. Essa situação se expressa claramente no país nas sentenças excepcionais, que vão de encontro com a legislação brasileira, tomadas por juízes que afirmam que as assinam no falso objetivo de combater a corrupção (VALIM, 2017, p. 16). Pode-se enquadrar, por juízo de valor, a partir da leitura da obra, a situação explicada pelo escritor com um caso recente, embora ocorrido em momento posterior ao da publicação do livro: o ex-presidente Lula não teve permitida a saída da prisão, pelo Judiciário, para o velório do seu irmão, um direito garantido ao preso na Lei de Execução Penal e que é decidido não por juízes, e sim pelo diretor do presídio. De forma controversa, quando o mesmo indivíduo se encontrou preso durante a ditadura militar, um regime autoritário, ele pode sair para comparecer ao enterro de sua mãe.

Destarte,

Persiste uma sociedade[brasileira] profundamente autoritária, hos-

til aos mais elementares avanços em termos de direitos humanos, o que, naturalmente, explica a facilidade com que a exceção não só é assimilada, como também dissimulada em seu seio. (VALIM, 2017, p. 40).

Assim, o desrespeito aos direitos individuais e coletivos são proclamados por juízes, arbitrariamente, os quais passam a ser considerados como “salvadores de pátria”. “Não é mais a voz do povo, plasmada na Constituição Federal e nas leis, senão uma insondável”voz das ruas”. (VALIM, 2017, p. 46).

A obra de Valim é uma leitura de muita relevância no atual momento brasileiro, por trazer conhecimento de outros estudiosos que trabalham com a situação de exceção semelhante em outros países que aconteceram anteriormente e combinar isso com a atual situação do país, trazendo exemplos práticos. Entretanto, a indispensabilidade desse trabalho não se mostra importante apenas para a realidade brasileira. Isso acontece porque, embora de suma importância o trabalho desses outros estudiosos, como Agamben e Schmitt, a pesquisa realizada é focada, majoritariamente, na realidade europeia, a qual, por possuir expressão histórica e política divergente da realidade brasileira, também expressa o neoliberalismo de forma diferenciada. Assim, a obra aqui resenhada se mostra primordial ao trazer o estudo do Estado de Exceção em uma realidade sul-americana, com aplicabilidade divergente, embora pertinentes algumas características, do estudo do neoliberalismo, mostrando-se, assim, primordial para a visão das ciências sociais brasileira e latina como um todo.

Pode-se perceber que as raízes do autoritarismo brasileiro já se encontravam no país há um tempo, uma vez que Milton Santos, como anteriormente citado, traz bases para as afirmações de Valim na obra. O autor, então, trabalha as consequências de todo esse enraizamento de ideias autoritárias no Brasil da atualidade.

Referências

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2017.

Recebido para publicação em 05/02/2019.

Aceito em 25/02/2020.

RESENHA

Alexander von Humboldt e a invenção da natureza, por Andrea Wulf

WULF, Andrea. *A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. São Paulo: Planeta, 2016.

Juliana Capra Maia

Universidade de Brasília, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5994-4028>
capra.juliana@gmail.com

O livro *A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*, da autoria de Andrea Wulf é, a um só tempo, biografia de Humboldt, história da ciência do século XIX e análise de uma ampla gama de fontes primárias, tais como jornais, revistas, cartas, diários e livros publicados pelo próprio Humboldt. Considerado um *best seller*, o trabalho de Wulf recebeu diversos prêmios internacionais por suas qualidades literárias e por sua contribuição à ciência.

Conta-nos Andrea Wulf que Alexander von Humboldt nasceu em 1769 no seio de uma família prussiana aristocrática e que recebeu uma educação esmerada. Fascinado com as diferentes formas de vida,

ainda criança, Humboldt aventurava-se ao ar livre para coletar e desenhando plantas, pedras e animais. Era comum voltar para casa com os bolsos cheios de insetos e plantas, razão pela qual a sua família o apelidara de “pequeno boticário”.

Pertencente a uma família politicamente influente e herdeiro de uma grande fortuna, Humboldt, que era mineralogista e naturalista, viajou para lugares até então impenetráveis aos europeus médios em busca de espécimes, mas, principalmente, em busca de leis naturais. Dotado de uma memória privilegiadíssima, Humboldt conseguia fazer comparações entre seres, objetos e fenômenos separados entre si por milhares de quilômetros: espécimes botânicos encontrados nos Alpes Suíços (Europa), na Cordilheira dos Andes (América do Sul) ou nas Montanhas Altai (Ásia), por exemplo. Esse talento lhe permitiu fundir observação empírica (mandamento iluminista) e subjetividade (mandamento romântico), de modo que seus livros eram famosos pela abundância de dados e pela boa prosa intimista. Desse modo, Humboldt aproximou poetas e naturalistas na revolucionária ideia de que a natureza seria uma complexa teia de vida, cheia de interconexões. Tal ideia, pressuposto de toda a ecologia, é atualmente tomada como truísmo: motivo pelo qual, especula Wulf, o nome de Humboldt tenha sido praticamente esquecido na ciência ocidental.

No final do século XVIII as viagens internacionais não eram empreendimentos banais para civis. Além da imprevisibilidade do transporte marítimo, a resistência das monarquias europeias à Revolução Francesa e as subsequentes guerras napoleônicas demandaram navios e fecharam as fronteiras dos países europeus e de suas respectivas colônias para estrangeiros. Em 1799, articulando-se com integrantes influentes da corte espanhola, Humboldt conseguiu autorização especial de Carlos IV para adentrar em seus territórios na América Latina

e nas Filipinas. As únicas condições seriam as de que caberia a Humboldt financiar a expedição e, como retribuição à autorização concedida, despachar exemplares da fauna e da flora das colônias espanholas para os jardins reais em Madri.

No início de junho de 1799, Humboldt embarcou para a América a bordo da fragata *Pizarro*, na companhia do botânico francês Aimé Bonpland, de 42 instrumentos de medição e de orientação cuidadosamente embalados (bússolas, balanças, telescópios, microscópios, termômetros), além de um sem-número de ferramentas. Em 16 de julho de 1799, isto é, cerca de 40 dias depois de terem deixado La Coruña/Espanha, aportaram todos Nova Andaluzia, província da Capitania Geral da Venezuela. Uma vez em terra, rumaram para a cidade de Cunamá, onde ficaram hospedados por algumas semanas até partirem para Caracas. A permanência de Humboldt e de Bonpland na América, em expedições científicas, perdurou por mais de 5 anos.

Partindo de Caracas, Humboldt e Bonpland atravessaram a inóspita planície dos Llanos para alcançar o Rio Orinoco, navegaram o rio Cassiquiare, canal que une as Bacias dos Rios Amazonas e Orinoco, confirmando o relato de um jesuíta que, já no século XVI, afirmava que as duas gigantescas bacias hidrográficas se encontravam. Mais tarde, Humboldt e Bonpland percorreram a Cordilheira dos Andes, escalaram ativos vulcões equatorianos (Pichincha, Chimborazo e Cotopaxi) e visitaram os territórios que hoje denominamos Texas, México e Cuba. Na América Central, tiveram acesso a relíquias dos Impérios Maia e Asteca, a partir das quais Humboldt concluiu que os ameríndios eram povos sofisticados, um julgamento bastante diverso daquele majoritário entre os europeus letrados da primeira metade do século XIX.

As experiências de Humboldt durante as suas incursões na Amé-

rica Latina lhe converteram num convicto abolicionista. Em Cunamá, a casa que alugara ficava bem em frente ao mercado de escravos. Por isso, Humboldt várias vezes testemunhou jovens africanos seminus, recém-chegados ao Novo Mundo, tendo de exibir os corpos e os dentes para compradores, como fossem animais em leilões. Humboldt considerou esse tratamento inaceitável, até porque, destoando da maioria dos europeus de sua época (inclusive de respeitados intelectuais como Buffon), enxergava os negro-africanos como iguais. Para Humboldt, nem os negros, nem os ameríndios eram inferiores aos homens brancos, motivo pelo qual a escravidão seria um instituto imoral.

Também foi na América Latina que Humboldt associou agricultura monocultora e degradação ambiental. Visitou regiões bastante férteis, tais como o Vale do Aragua. Com os seus arredores intensamente cultivados, os níveis da água no Lago Valência vinham decaindo rapidamente. Após investigar as causas do fenômeno, Humboldt concluiu que o desmatamento das florestas adjacentes ao Lago e a transposição de cursos d'água para irrigação das lavouras vinham provocando a redução dos níveis do corpo hídrico. Essa correlação entre desmatamento e mudanças climáticas locais ficou conhecida como “teoria do dessecação” e por todo lugar impactou intelectuais preocupados com o tratamento dispensado à natureza. Observe-se que essa teoria vem sendo aceita pelos críticos ambientais luso-brasileiros desde os tempos do Brasil Colônia (PÁDUA, 2002; FRANCO, DRUMMOND, 2009).

Finalmente, também na América Latina, Humboldt associou colonialismo e devastação ambiental. Em Cuba, os europeus haviam substituído a floresta tropical por grandes fazendas de açúcar; nos arredores de Cumaná, por açúcar e índigo. Humboldt observou que, além do empobrecimento do solo e do ressecamento dos cursos hídricos,

esse modelo econômico gerava dependência, pobreza e infelicidade para as populações locais. Em Cuba ou em Cumaná, apesar da fertilidade da terra, os colonos morreriam de fome caso não conseguissem importar alimentos produzidos alhures. Humboldt também encontrou características similares na Cidade do México e no Vale do Rio Apure.

Em outras palavras, segundo o autor, o colonialismo voltado à exportação de produtos primários vinha provocando degradação da natureza e empobrecimento das populações locais onde quer que fosse implantado. Além disso, a injusta distribuição de terras, a violência contra grupos tribais, as péssimas condições de trabalho a que eram submetidos os povos indígenas e as iníquas imposições metropolitanas fizeram de Humboldt um simpatizante da Revolução Americana e ferrenho opositor do colonialismo.

Como resultado da expedição à América, Humboldt publicou diversos livros, o primeiro intitulado *Ensaio sobre a geografia das plantas*. Esse trabalho – o primeiro livro sobre ecologia – incluía o desenho da sua *Naturgemälde*, elaborado aos pés do vulcão equatoriano Chimborazo. A ilustração apresentava o Chimborazo a partir de um corte transversal: plantas, do sopé à linha da neve, variavam em distribuição, quantidade e morfologia, em função de zonas climáticas, altitude e latitude. Portanto, Humboldt agrupou os vegetais por zonas e regiões geográficas, ao invés de agrupá-los em unidades taxonômicas, como era a praxe na botânica praticada até então.

Foi assim que o *Ensaio sobre a geografia das plantas*, além de inaugurar a biogeografia, apresentou ao mundo uma invisível teia de vida. A natureza era um reflexo do todo e só poderia ser adequadamente compreendida se os cientistas olhassem de maneira ampla para fauna, flora e estratos geológicos. Essa compreensão sobre a natureza como totalidade orgânica também aparece nos outros trabalhos do au-

tor: *Quadros da natureza, Vistas das cordilheiras e monumentos dos povos indígenas da América, Ensaio Político sobre o Reino da Nova Espanha, Ensaio Político sobre a Ilha de Cuba, Narrativa Pessoal, Ensaio geognóstico sobre a sobreposição de rochas, As linhas isotermas e a distribuição de calor no globo.*

Em junho de 1829, quase sexagenário, Humboldt partiu para mais uma expedição. Agora, a ciência o levava ao oriente, no ponto em que Rússia, China e Mongólia se encontravam. As montanhas Altai – o mais perto que Humboldt conseguiu chegar da Ásia Central – lhe serviram como referencial de comparação botânico, geológico e zoológico em relação à Cordilheira dos Andes. A viagem, mais de 16 mil km percorridos em carruagens, durou menos de 6 meses. Foi financiada pelo Czar Nicolau I, interessado nos conhecimentos geológicos de Humboldt e no melhor aproveitamento dos recursos minerais russos.

O investimento do monarca foi bem remunerado. Humboldt notou características geológicas semelhantes entre as minas de ouro e platina dos Urais com aquelas que, muitos anos antes, ele havia inspecionado na América Latina. Por isso, apesar de nunca terem sido encontrado diamantes fora dos trópicos, Humboldt estava certo de que o território russo era cheio deles. Instigado por Humboldt, o Conde Polier dirigiu-se às minas de sua esposa, em Ecaterimburgo, e instruiu os mineiros a procurarem por diamantes. Pouco depois, foi encontrado o primeiro diamante dos Urais.

Para além da descoberta dos diamantes, a expedição russa também resultou na publicação de *Fragmentos de Geologia e de Climatologia Asiáticas* e, mais tarde, na publicação de *Cosmos: Projeto de uma Descrição Física do Mundo*, a obra magna na qual Humboldt se propôs a tratar de tudo o que existisse entre o céu e a Terra.

Humboldt começou a escrever *Cosmos* aos 65 anos de idade. Além dos próprios, se valeu de dados científicos produzidos por seus correspondentes em todo o mundo. Recebeu, de seus colaboradores, mapas produzidos por geólogos, coordenadas calculadas por astrônomos, listas de plantas (dos mais longínquos rincões) elaboradas por botânicos e gravuras de fósseis gregos, entre várias outras fontes. Considerando-o um empreendimento impossível, o autor levou mais de uma década para escrevê-lo e finalmente publicá-lo. Em *Cosmos*, que foi lido por intelectuais, estudantes, religiosos, políticos e artistas de vários países, Humboldt mais uma vez expôs o seu entendimento de que a Terra formava uma maravilhosa rede de vida. O livro foi um sucesso imediato de vendas, superando, inclusive, a façanha comercial de *Fausto*, obra-prima de Goethe.

Andrea Wulf esclarece que, até então, os escritos e os métodos de Humboldt haviam impactado bastante os intelectuais europeus (entre eles, Charles Darwin), mas muito pouco os estadunidenses. *Cosmos* mudaria radicalmente esse panorama. Edgar Allan Poe, Ralph Waldo Emerson e Walt Whitman o leram e nele buscaram inspiração para a sua obra literária. Mais tarde, Humboldt também arrebataria Henry David Thoreau, George Perkins Marsh e John Muir, precursores da preocupação com a natureza em terras estadunidenses. Isso permitiu que o conceito da natureza como rede de vida se enraizasse profundamente no pensamento ocidental, tornando-se verdadeiro pressuposto da moderna ecologia.

Alexander von Humboldt era um ator central do mundo intelectual ocidental no século XIX: frequentava salões, correspondia-se com pensadores de todos os cantos – inclusive, conforme Pádua (2009), com José Bonifácio de Andrada e Silva – e apoiava jovens cientistas. Mas além de influenciar cientistas, artistas, romancistas e poetas,

Humboldt era próximo ao poder e também impactou políticos e líderes revolucionários.

Em 1806, foi nomeado tesoureiro de Frederico Guilherme III, rei da Prússia, uma distinção honorífica, generosamente remunerada e que apenas lhe demandava estar por perto, à disposição do soberano para lhe animar a corte. Ali, a sua influência política resumia-se à tentativa de criar uma certa “atmosfera” favorável a ideias progressistas, já que o Estado prussiano era monárquico, militarizado, antiliberal e antidemocrático: tudo aquilo a que Humboldt se opunha. Mas o autor não podia se dar ao luxo de virar as costas ao seu rei. Nessa época, Humboldt já estava financeiramente dependente da pensão que recebia como tesoureiro da corte, visto que praticamente toda a sua fortuna havia sido despendida na expedição à América Latina e nas publicações dela resultantes.

Nos muitos salões que frequentava, Humboldt conheceu e inspirou o revolucionário sul-americano Simón Bolívar. Na época, 1804, Bolívar era um *dândi* da elite *criolla* venezuelana, que viajava pela Europa em jogatinas e bebedeiras de modo a se consolar pelo falecimento da esposa. Bolívar se apoiou nas críticas de Humboldt ao colonialismo para combater o jugo espanhol sobre a sua terra natal. Wulf argumenta que as imagens, metáforas e alegorias da natureza utilizadas pelo naturalista prussiano tornaram-se o cerne do discurso bolivariano pela liberdade. Bolívar também se informou sobre as terras que pretendia libertar por meio dos escritos e mapas elaborados por Humboldt: afinal, apesar de venezuelano, ele ainda não conhecia boa parte do continente.

O “homem mais famoso do mundo depois de Napoleão” – apelido que Humboldt recebeu de seus contemporâneos – também teria se encontrado e se correspondido com Thomas Jefferson e com James Ma-

dison. Valiosas informações acerca da quantidade e da natureza das ocupações humanas no Texas, fornecidas aos líderes americanos por Alexander von Humboldt, teriam sido utilizadas nas guerras contra o México em favor da expansão do território estadunidense.

Wulf conclui que a memória de Humboldt, nos países anglófilos, esmaeceu devido ao caráter holístico dos seus escritos, característica que saiu de moda à medida que as diversas ciências prezavam cada vez mais pela especialização, pela independência dos seus respectivos objetos e campos de estudo. Além disso, o sentimento antigermânico afluído na Inglaterra e nos Estados Unidos após a Primeira Grande Guerra, argumenta Wulf, teria sido outra razão central para que Humboldt acabasse esquecido. Afinal, nessa época, livros alemães foram incendiados ou excluídos de bibliotecas públicas, ruas foram renomeadas e mesmo a família real britânica alterou o seu patronímico de “Saxe-Coburgo-Gotha” para “Windsor”. Não é estranho, portanto, que o protagonismo de Alexander von Humboldt na história da ciência tenha sido apagado.

Os dilemas ambientais enfrentados pela humanidade desde o final do século XX, não obstante, têm revalorizado as abordagens interdisciplinares. Por isso, há espaço para que Humboldt torne a ocupar a sua merecida posição entre os pais-fundadores da ciência ocidental.

Referências

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2009.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

WULF, Andrea. *A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. São Paulo: Planeta, 2016.

Recebido para publicação em 07/03/2019.

Aceito em 19/07/2019.